



seres-rios

são francisco • jequitinhonha • doce









seres-rios

são francisco • jequitinhonha • doce

Gabriela Moulin
Bernardo Esteves
Júnia Torres
Marcela Bertelli
Wellington Caçado
Felipe Carnevalli
Paula Lobato
Organizadores

BDMG Cultural
Belo Horizonte • 2021

Há quem diga que as carrancas são a maior garantia de uma viagem fluvial: com toda a sua rudeza, elas espantam os maus espíritos que se escondem sob as águas e alertam os remeiros, por meio de três gemidos, quando a embarcação está prestes a afundar. Quantos encalhes, desastres e afogamentos as carrancas já devem ter evitado em suas seculares existências? Quantas histórias elas devem guardar por trás de seus olhos arregalados? Se pudéssemos ouvir o que as enormes bocas das carrancas têm a nos contar sobre suas viagens, nos surpreenderíamos com os encantamentos dos rios, que, como bem disse Carlos Drummond de Andrade, são “esse caminho de canções, de esperanças, de trocas e de naufrágios”.

Caminhos, mas também pousos, lares, espíritos, seres. Mais do que sinônimo de vida, as águas doces são elas próprias entes conscientes, que podem nascer, morrer, gestar, se entristecer, celebrar e proteger – e com os quais precisamos, como proposto nas páginas a seguir, nos avizinhar e aliançar.

Da mesma forma com que as carrancas são talhadas com esmero pelos mestres ribeirinhos nas beiras dos rios, o longo e cuidadoso processo de edição deste livro procurou fazer jus à enorme importância do que foi o Seres-Rios Festival Fluvial, realizado de forma *online* pelo BDMG Cultural entre os dias 2 e 16 de agosto de 2021.

Para guiar a leitora e o leitor em uma navegação aberta aos encantamentos desses cursos d’água, uma série de imagens, cantos, pensamentos e vozes – marcados graficamente em sua singularidade, sem perder de vista suas relações – confluem através das páginas deste livro. Juntos, eles ecoam com a força dos ribeirinhos, indígenas, carranqueiros, rendeiras, caboclos d’água, sereias, surubins, tamarindos, Goiajaras, Anhangás, serpentes, lesmas, encantados, barranqueiros, remeiros, lava-deiras, quilombolas, pescadores, artesãos, plantadoras de água e muitos outros sujeitos que flutuam, mergulham, emergem e vivem junto desses seres-rios, que insistem em multiplicar a vida ao redor de si.

Assim como as carrancas, em seu trabalho de abertura de caminhos, desferem sua tríade de gemidos de alerta para proteger aqueles que dela dependem, esperamos que este livro amplie o chamado levantado por todas essas gentes, humanas e não humanas, cujas vidas se constroem em comunhão com os rios e águas urbanas, rurais e florestais. Se, para olhos despreparados, o encantamento parece repousar fundo sob a lama tóxica, os barramentos e o concreto, com os rios aprendemos que ele continua vivo, dentro daqueles e daquelas que, como os buritis, sabem da importância de manter as raízes fincadas em seus territórios.

Diante do chamado dos rios para construirmos alianças e confluirmos em seus fluxos, só nos resta ceder passagem às carrancas e pedir licença para adentrar, calmamente, os imensos mundos que as águas abrigam.

**Gabriela Moulin, Felipe Carnevalli
e Paula Lobato** · Coordenação editorial

a resposta que vem dos rios

Em 1967, *Domingo*, o disco de estreia de Caetano Veloso, compartilhado com Gal Costa, trazia a canção *Onde eu nasci passa um rio*. Provavelmente, uma referência ao Rio Subaé, que nasce na Bahia, passa por Santo Amaro da Purificação, terra natal do músico, até desaguar na Bahia de Todos os Santos. Nos versos, o artista canta que o rio “passava dentro de mim” e “o rio da minha terra deságua em meu coração”.

Em *A Terceira Margem*, conto de Guimarães Rosa publicado no livro *Primeiras Estórias*, em 1962, um homem abandona tudo para viver sozinho em uma canoa no meio do rio, “rio abaixo, rio a fora, rio a dentro — o rio”. Homem e rio se fazem um só, se navegam em comunhão profunda, criando uma terceira margem que supera as fronteiras e é como uma promessa de vida.

No descompasso da modernidade, entretanto, humanos e rios muitas vezes se desentendem. A maioria de nós perdeu a possibilidade da comunhão que poderia existir, diante do desejo contínuo de dominar a natureza com um modelo de desenvolvimento predatório e excludente. Ainda assim, os rios permanecem como seres capazes de conceber nos próprios termos. A pergunta é: podemos reaprender a ouvi-los? Podemos criar afetos a ponto de que deságuem em nossos corações, como na música de Caetano?

Sem nenhuma aspiração romântica, mas em um desejo de amor como ética e dimensão pública, talvez possamos.

A crise hídrica, a emergência climática e o desprezo estrutural pela vida, que nos rondam de perto, tornam urgente e condicionante para nossa existência estabelecermos outras relações com todos os seres, com seres-rios, seres-plantas, seres-montanhas, seres-humanos, seres.

Na abundância das águas doces brasileiras, persistem visões equivocadas de que temos mananciais inesgotáveis, que nunca vão acabar. No racismo que transborda em nossa sociedade, desprezamos a oportunidade de ouvir Oxum, a orixá que reina sobre as águas doces, considerada a senhora da beleza, da fertilidade, da riqueza e da sensibilidade. Perdermos a oportunidade de nos aliar às insurgências indígenas que enxergam um Brasil com rios livres, limpos e prontos para a festa, a brincadeira, o lazer.

O pensador Luiz Antônio Simas diz que o contrário da vida não é a morte, mas o desencantamento. Precisamos, então, nos encantar mais uma vez, em defesa da vida.

E novamente penso no cancionário brasileiro e no baião de Gilberto Gil que “vem debaixo do barro do chão da pista onde se dança”, onde “suspira uma sustança sustentada por um sopro divino”. A sustança, aquilo que nos sustenta, sustentada por um sopro divino, encantado, existencial e coletivo que aciona regimes de conhecimento da terra, do céu, das águas, dos espíritos.

Temos a chance de aprender com fluxo de encantamento que ribeirinhos, remeiros, indígenas, barranqueiros, ceramistas, agricultores, pescadores, beiradeiros e tantos outros esculpem – com os rios, com o barro e com o chão – seus modos de vida, suas filosofias, suas festas, seus cantos, suas histórias, seus alimentos, seus medos e seus assombros.

O Rio Araguaia, goiano de nasença, traça a divisa entre Xambioá (TO) e São Geraldo do Araguaia (PA). Uma vez em Xambioá, nos fins da década de 2000, em um calor de 42 graus, avistei no rio um grande barco chamado Titanic. Pergunto sobre o nome e sobre a embarcação. Descubro que nela aconteciam festas de *tecnobrega*, com todos a bordo no meio do rio, nas noites xambioenses. E me contam também sobre o barco rival, o Iceberg, que estava fora de atividade, pois afundara no norte brasileiro. Entre bregas, *tecnos*, o rural e o *pop*, no Araguaia o jogo virou a favor do Titanic.

Na contracorrente, também podemos reinventar e aprender a ser mais rio, a nos movimentar, a mergulhar e ascender, a encontrar novas margens, a deixar fluir e correr a vida. E, nesse navegar, poderemos vivenciar a estética, a política, a festa, a imagem, o som e o conhecimento que nascem nos rios, sempre olhando para o outro, para quem é de Oxum, para quem tem medo do Caboclo d’água, para os mal e os bem-assombrados.

Para aprofundar essas conversas, aprender e imaginar formas melhores de viver com os rios e reencantar o mundo, construímos o Seres-Rios Festival Fluvial, que aconteceu de 2 a 10 de agosto de 2021, *online* e aberto, para todas e todos. Aqui, o Festival se torna livro, ganha nova materialidade para circular de novas formas, criando novas confluências.

Que Seres-Rios nos ajudem a encontrar de novo a tão necessária sustança sustentada por um sopro divino.

Gabriela Moulin,
diretora-presidente do BDMG Cultural.

oparáyécitywatú

“Há centenas de narrativas de povos que estão vivos, contam histórias, cantam, viajam, conversam e nos ensinam mais do que aprendemos nessa humanidade. Nós não somos as únicas pessoas interessantes no mundo, somos parte do todo. Isso talvez tire um pouco da vaidade dessa humanidade que nós pensamos ser, além de diminuir a falta de reverência que temos o tempo todo com as outras companhias que fazem essa viagem cósmica com a gente.”

Ailton Krenak, em *Ideias para adiar o fim do mundo* (2019)

Como constituir uma história viva de confluências entre os rios que foram, os rios que são e os que ainda serão? Entre as pessoas, humanas e não humanas, que habitam seus leitos, bebem suas águas, vivem suas vidas com e nos rios? Como compor encontros simétricos ou horizontais entre perspectivas diversas e em diferentes suportes e formatos, envolvendo indígenas, filósofos, cientistas, ribeirinhos, *designers*, escritores, ambientalistas, quilombolas, artistas, arquitetos, advogados, pesquisadores, lideranças comunitárias e ativistas? Como convocar, a nós mesmos e a outrem, a participar das formas plurais de pensar e viver os rios?

Como nomear um emaranhado de encontros, diálogos, filmes, obras visuais e *performances*, cartografias, cantos, histórias contadas reunidas em uma plataforma *online* de amplo acesso sobre as três principais bacias hidrográficas de Minas Gerais, nossos territórios fluviais – São Francisco, Rio Doce e Jequitinhonha? Como ensaiar a coexistência efetiva e afetiva entre outros modos de viver e se relacionar no espaço, com os rios e demais seres com quem habitamos neste planeta Terra (que é tão planeta Água e também é Gaia)? Como nos posicionar diante da tarefa urgente e fundamental de nos fazer pensar (o que é também nos engajar) sobre formas de “sustentar o céu” e refluir os rios para adiar o fim de tantos mundos em um planeta em iminente colapso?

Se Ailton Krenak propõe que projetemos paraquedas coloridos para adiar o fim do mundo em queda livre, quais possibilidades seremos capazes de arregimentar para estancar tantos mundos que se esvaem, que se barram, que se secam, se assoreiam, se extinguem? Perplexos com a canoa furada que estamos construindo, abandonaremos de vez o barco ou negociaremos coletivamente contra a corrente, com o vento, com o Caboclo d’água e com a própria canoa modos possíveis de aportar numa terceira margem?

Minas é a terra que mostrou ao país como morre um rio, com o rompimento criminoso da barragem do Fundão, em 2015, que despejou no rio Doce um mar de lama tóxica. A mineração, que dá nome ao estado, continua sendo uma ameaça que pesa sobre os

rios, mas está longe de ser a única. Desmatamento, poluição, monocultivos, urbanização extensiva, barragens são apenas algumas das pressões que põem em risco o futuro dos rios e a própria ideia de um futuro, que não haverá sem rio algum. Diante da crise climática e ambiental, nesta época geológica que leva a marca humana – nem todos humanos, é certo –, o Antropoceno, urge repensar tudo e desfazer muitas coisas, ouvir gentes de todas as espécies, recusar a supremacia humana como certeza e valor, descolonizar e contracolonizar a história no presente, metamorfosear a destruição em cuidado e o descaso em apreço, inverter os mapas e inventar outros manuais de navegação rumo a uma ecologia fluvial da vida.

Minas é também a terra dos rios gerais, do Opará para os Pankararu e demais povos indígenas que habitam as margens do São Francisco já rumo à sua foz; do Jequi, como os ribeirinhos se referem afetivamente ao Jequitinhonha; do Watú, o Doce avô do povo Krenak, que milenarmente habita suas margens (e habitava sua floresta). Relação de parentesco viva que enlaça, aproxima (ou enreda) seres como rios, pedras e montanhas (a serra Takukrak, que tem nome e personalidade Krenak), ainda que jamais assim concebidos pela modernização implacável e desvitalizante que distancia oportunisticamente humanos e natureza para conceber rios e demais seres como recursos, matérias, *commodities*.

Essa não é, entretanto, a única narrativa possível. E um estado de Rios Gerais, mais do que uma especulação necessária, é também uma “proposição cosmopolítica” para abrir o mundo, expandir a política com os todos os seres viventes e reinventar os territórios – tanto os terrenos quanto os imaginários –, a partir das bacias hidrográficas e dos ciclos das águas. Um devir rio no qual seres e rios se confundem para criar condições de habitabilidade e lutar pela existência.

Mais do que reunir a perspectiva dos humanos que vivem com o rio, do rio, para o rio, esta proposição fluvial quer confabular sobre dar voz aos próprios rios, aos peixes e outras criaturas que nele vivem, às matas ciliares e a todos os seres em suas vizinhanças, margens e seus barrancos. Propõe-se como um remanso de permanências e devires, sempre suscetível e aberto à confluência com outros seres e rios. Pretende reimaginar a própria ideia de rios como seres, organismos, sistemas vivos, para admiti-los como sujeitos que têm agência, direitos, se relacionam socialmente com outros seres e contam histórias: Seres-rios.

**Bernardo Esteves, Júnia Torres,
Marcela Bertelli e Wellington Caçado** · Curadores

cartografia

- 20 – 25 **Ações da Bacia do Rio Jequitinhonha**
26 – 33 **Ações da Bacia do Rio Doce**
34 – 43 **Ações da Bacia do Rio São Francisco**

basias: mostra de filmes e textos

- 44 – 71 **Fotogramas da mostra Yékity**
Jequitinhonha, rio da fartura de culturas
Joana Corrêa
74 – 95 **Fotogramas da mostra Watú**
Watú, um rio que quer viver
Roberta Fontes
98 – 123 **Fotogramas da mostra Opará**
Desaguar no São Francisco
Gabriela Moulin e Marcela Bertelli
126 – 163 **Fotogramas da mostra Interflúvios**
Goes River: um rio improvável
Gabriela Leandro Pereira

versinhos

- 72 **Jequitinhonha para o Rio Doce**
96 **Rio Doce para o São Francisco**
124 **São Francisco para o Jequitinhonha**
164 **Convite para o festival**
Mulheres do Jequitinhonha

barcos do roquinho

73, 97, 125,
165 – 171

histórias de caboclo

276 – 285

diálogos e obras

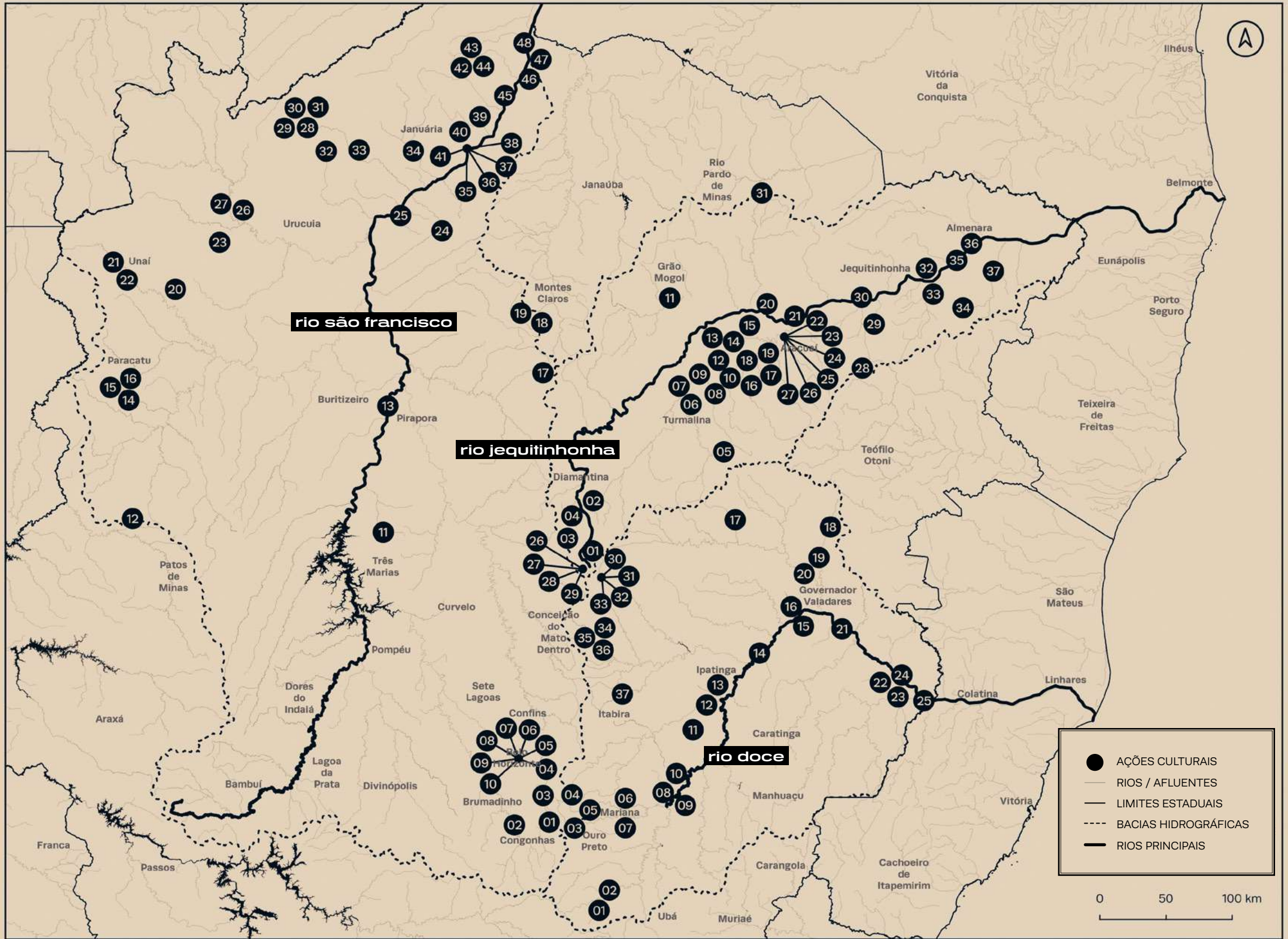
- 172 – 193 **Qual é o futuro dos rios nas cidades?**
Alessandro Borsagii, Fernando Mello Franco, Roberto Andrés e Louise Ganz
Olho D'água
Paulo Nazareth
212 – 235 **O que podem os rios no mundo pós-desenvolvimentista?**
Alessandra Korap, André Aroeira, Gustavo Malacco e Bernardo Esteves
Lacuna
Nydia Negromonte
254 – 275 **Como morrem os rios?**
Aliny Pires, Bianca Souza, José Alves de Siqueira Filho e Bernardo Esteves
Orelhinha
Sara Lana
286 – 307 **Como renascem os rios?**
Nelinda Golçalves e Zé Torino, Itamar de Paula, Camilla Brito e Roberto Andrés
Singra
Davi de Jesus do Nascimento
328 – 351 **Podem os rios vivos curar humanos?**
João Paulo Barreto, Apolo Heringer, Clarissa Santos e Chris Barra
Kâ – Somos rios
Edgar Kanaykô Xakriabá
370 – 403 **Rios sujeitos de direitos**
Eloy Terena, Tatiana Ribeiro de Souza, Paulo Tavares e Wellington Cançado
Divino, Caminho e Sonho
Ana Pi

lives

- 194 – 211 **Terceira Margem – Como fabular contra a corrente?**
Mia Couto, Maria Esther Maciel e Júlia Medeiros
236 – 253 **Com o pé na Terra – Como resisitir e existir no Antropoceno?**
Ángohó Pataxó, Renato Sztutman e Alyne Costa
308 – 327 **Corpo Terra – Como amansar Gaia?**
Célia Xakriabá, Fábio Scarano e Roberto Romero
352 – 369 **Pelos rios do céu – Como confluem águas e saberes?**
Antônio Bispo dos Santos, Margi Moss e Fernanda Regaldo
Desenhos de Andrés Sandoval

diálogo de abertura

- 404 – 427 **Políticas Cóslicas – Como viver no mesmo Planeta?**
Ailton Krenak, Marisol de la Cadena e Ana Gomes
Yãmiy/homem-espírito
Sueli Maxakali



rio são francisco

rio jequitinhonha

rio doce

Ilhéus

Vitória da Conquista

Belmonte

Urucuia

Janaúba

Rio Pardo de Minas

Almenara

Eunápolis

Porto Seguro

Unai

Buritzeiro

Pirapora

Montes Claros

Grão Mogol

Jequitinhonha

Teixeira de Freitas

Teófilo Otoni

Paracatu

Três Marias

Diamantina

Patos de Minas

Curvelo

Conceição do Mato Dentro

Governador Valadares

São Mateus

Araxá

Dores do Indalá

Pompéu

Sete Lagoas

Itabira

Ipatinga

Caratinga

Colatina

Linhares

Franca

Passos

Bambuí

Lagoa da Prata

Divinópolis

Brumadinho

Congonhas

Ouro Preto

Ubá

Muriae

Manhuaçu

Carangola

Cachoeiro de Itapemirim

Vitória

bacia do rio jequitinhonha

Mapeamento de iniciativas e de ações culturais, sociais, econômicas e educativas que brotam nas bacias dos rios, resgatando a harmonia entre os ecossistemas.

ENCONTRO DE FLAUTAS DO JEQUITINHONHA

Evento itinerante que reúne em média 13 “bandas de taquara” para troca de experiências, rodas de conversa, apresentações, oficinas de fabricação de instrumentos musicais; inclusive com formação de grupos de crianças, contribuindo para a preservação da tradição das flautas e bandas de pife no Vale do Jequitinhonha. O encontro está na sua quarta edição, sendo realizado em comunidades rurais e quilombolas das cidades de Angelândia, Setubinha, Capelinha e Minas Novas.

01 CENTRO DE CULTURA MEMORIAL DO VALE

Centro que tem como propósito integrar, fortalecer e revelar os modos de viver do povo do Vale do Jequitinhonha por meio da afetuosa e sensível arte da fotografia de Lori Figueiró no registro do cotidiano de comunidades tradicionais. Todo o trabalho de campo vem sendo transformado em livros de fotografias.

02 ARTE COUTO: ASSOCIAÇÃO DOS ARTESÃOS E PRODUTORES CASEIROS DE COUTO MAGALHÃES DE MINAS

Principal plataforma dos talentos da terra: colchas de retalhos, bonecas de palha, artesanato em madeira, peças de couro, tecelagem, oratórios, cestas de bambu, tecido de flores, arranjos, tricô, crochê e quadros que retratam a paisagem e o cotidiano local.

03 COOPERATIVA ARTESANAL REGIONAL DE DIAMANTINA

Sob a égide da Arquidiocese de Diamantina, o artesanato de tapetes

Arraiolos foi estendido a 17 núcleos em todo o Vale do Jequitinhonha, reunindo cerca de 500 tapeceiras, inicialmente com o objetivo de melhorar as condições de vida das artesãs, por meio do aumento do nível de renda. A dimensão do projeto e o seu alcance social fizeram com que o Ministério do Trabalho apoiasse a criação de uma cooperativa artesanal que pudesse traduzir em benefícios às cooperadas, o produto de seu trabalho.

04 ASSART: ASSOCIAÇÃO DOS ARTESÃOS E ARTE DA TERRA

Criada por um grupo de artesãos em 2003, a associação só foi constituída de direito em 2005 a partir da união da associação dos Artesãos Sempre Vivas-Galheiros e Associação Artesãos e Produtores Caseiros Planalto de Minas. Desde sua fundação atua e luta para que o direito do artesão seja respeitado, mantendo uma loja para vendas dos artesãos associados. Trabalham com uma grande variedade de produtos, dentre eles, os tapetes arraiolos e as flores sempre-vivas, gerando renda para mais de 70 famílias.

05 SOS RIO FANADO

Movimento de mobilização comunitária em prol da revitalização do rio Fanado, nas cidades que estão próximas a ele (Minas Novas, Capelinha, Turmalina, Angelândia). O Movimento busca ações efetivas e soluções urgentes para a situação crítica que assola o rio. São atividades plurais, voltadas para a educação ambiental, o cercamento de nascentes, recuperação da mata ciliar e tratamento de esgoto.

06 ASSOCIAÇÃO DOS ARTESÃOS DE COQUEIRO CAMPO

O barro moldado pelas mãos das mulheres representa, para além de uma atividade central na geração de renda, um tempo de criação, em que as ceramistas podem se fortalecer umas com as outras. Tempo em que aprendem a estar juntas e encontram a força necessária para se sustentarem no afeto, na solidariedade e na criação. A sua inspiração vem da coragem e capacidade de reconhecer e cultivar a alegria, mesmo cercadas de ausências. Surgem, assim, peças realistas, surrealistas, delicadas, provocativas. Todas comunicam essa força das mulheres sertanejas estampada nos rostos das bonecas de barro que carregam suas próprias feições.

07 CAV: CENTRO DE AGRICULTURA ALTERNATIVA VICENTE NICA

Associação da sociedade civil sem fins lucrativos criada por agricultores para encontrar uma “resposta” aos desafios enfrentados pela população rural. O CAV busca aliar os conhecimentos técnicos acadêmicos com o saber e a vivência dos agricultores, e implementa metodologias e alternativas para desenvolver de forma sustentável a agricultura familiar da região. São desenvolvidas ações de recuperação de solos degradados, produção agroecológica, difusão de tecnologias sociais para acesso e gestão dos recursos hídricos, geração de emprego e renda, tudo isso para melhorar as condições de vida, as relações humanas e o convívio com o meio ambiente.

08 ASSOCIAÇÃO DOS ARTESÃOS DE MINAS NOVAS

Destaque da cidade de Minas Novas, tendo em vista os artigos variados produzidos pelos artesãos locais. As peças vão desde as famosas bonecas de cerâmica do Jequitinhonha, vasos, flores, até réplicas de casas e monumentos históricos; tudo feito em argila.

09 APRONPIG: ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES E PRODUTORES RURAIS DAS COMUNIDADES DE MACUCO, MATA DOIS, PINHEIRO E GRAVATÁ

Associação criada em 1985 pela união de quatro comunidades, que em 2006 se reconhecem como quilombolas. A partir do empoderamento da comunidade desenvolveram ações de valorização da sua cultura negra, como o Macucultura, Festival de Artes e Cultura das Comunidades Quilombolas de Minas Novas e Região, que tem como proposta a valorização de suas tradições socioculturais, com ênfase no respeito à ancestralidade e o empoderamento de homens e mulheres que mantêm vivas sua religiosidade, seus ofícios, crenças, saberes e saberes de geração em geração. Além de desenvolverem produtos artesanais, as comunidades também integram a Rota dos Quilombos: Roteiros turísticos de experiência em comunidades quilombolas de Berilo, Chapada do Norte e Minas Novas.

10 ACHANTI: ASSOCIAÇÃO CHAPADENSE DE ASSISTÊNCIA ÀS NECESSIDADES DO TRABALHO E DA INFÂNCIA

A associação realiza um trabalho de defesa dos direitos e desenvolvimento social de crianças, adolescentes, jovens e suas famílias, com ações ligadas diretamente às comunidades rurais e famílias em situação de privação ou vulnerabilidade social.

11 AGA: ASSOCIAÇÃO GRÃOMOGOLENSE DOS ARTESÃOS

Associação de artesãos que trabalham na confecção e venda de artesanatos através da "Grãodetalhe", marca dos produtos criada pela associação. As peças são inspiradas na riqueza da flora e fauna da região.

12 ARCA: ASSOCIAÇÃO DE ARTESÃOS DE SANTA CRUZ DE CHAPADA DO NORTE

A associação se organizou na década de 1990 com artesãs e artesãos dos Quilombos de Gravatá, Faceira, Cuba, Poções e Alves. Trabalham com couro e palha de milho na produção de móveis como bancos, cadeiras, baús, tamboretas e mesas; bolsas, cachepots e porta joias. Também fabricam instrumentos musicais, como tambores e caixas de folia, talhados manualmente em troncos de árvores.

13 APARG: ASSOCIAÇÃO DE PRODUTORES E ARTESÃS DE ROÇA GRANDE

No tear mineiro com dois quadros de liço, as mulheres de Berilo tecem redes de dormir, colchas, bolsas, caminhos de mesa, almofadas, entre outros produtos. Uma das características da tecelagem na região é o uso de dois tipos de algodão, o arbóreo, em tom cru, e uma espécie rara chamada "ganga" que possui tonalidade de caramelo. Para o tingimento dos fios são utilizadas plantas da região, como o angico, o jenipapo, tingui, casca da manga e amoreira que trazem cores únicas. Hoje, uma particularidade da tecelagem em Berilo é a confecção por sobreposição de fios para a formação de desenhos variados,

como casas, pássaros, entre outros elementos do cotidiano, inspirados no universo doméstico da comunidade.

14 ARAI: ASSOCIAÇÃO RURAL DE ASSISTÊNCIA À INFÂNCIA

A associação atua nas comunidades rurais, com ações nas áreas de educação, meio ambiente e valorização da cultura negra, atendendo crianças e suas famílias.

15 APRISCO: ASSOCIAÇÃO DE PROMOÇÃO INFANTIL SOCIAL E COMUNITÁRIA

A entidade promove ações de educação, proteção da Infância, desenvolvimento comunitário e geração de renda. Também atua na formação de lideranças com o objetivo de fortalecer o protagonismo juvenil nas comunidades atendidas. São oferecidos às estes jovens oficinas de arte, cultura, trabalhos manuais, encontros de formação na área humana, brincadeiras e atividades esportivas. Reconhecida como Ponto de Cultura pela Secretaria Estadual de Cultura, desenvolve trabalhos em rede com outras organizações.

16 CORAL RIBEIRÃO DE AREIA

Criado a partir de ações de formação artística promovidas pela AJENAI com crianças da comunidade Ribeirão de Areia, hoje o coral tem vida própria e repertório baseado nas tradições da cultura local. Carrega o nome "Ribeirão de Areia", abordando a questão das mudanças climáticas na região do Jequitinhonha: o secamento de rios que até pouco tempo atrás eram perenes, é responsável pelo surgimento dos ribeirões de areia.

17 ASSOCIAÇÃO TINGUI (ANTIGA AJENAI)

Organização sem fins lucrativos que atua no Vale do Jequitinhonha desde 1999, tendo como missão promover transformação social a partir da valorização da cultura e dos saberes locais. Seu principal projeto, Mulheres do Jequitinhonha, busca o fortalecimento de mulheres de comunidades rurais através de um trabalho

que passa pelo fortalecimento de sua identidade coletiva e individual a partir da convivência em alegria, calcada na cultura e na conexão com a terra, além da geração de renda. Desenvolve também projetos como o plantio do algodão agroecológico e o Intercâmbio da Saúde, que oferece acompanhamento terapêutico às mulheres fragilizadas e/ou vítimas de violência, entre outros.

18 PROJETO IARA: INICIATIVA DE AMPARO E RECUPERAÇÃO AMBIENTAL

Projeto sem fins lucrativos que, através de voluntariado, propõe a recuperação de nascentes e leitos dos rios no médio Jequitinhonha. Um viveiro de mudas fica dentro da escola Cônego Figueiró, envolvendo alunos e professores.

19 AMAI: ASSOCIAÇÃO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA INFANTIL

Organização sem fins lucrativos cuja filosofia é sustentada pela crença no potencial humano. Por acreditar na transformação social, luta por um mundo diferente, mais humano, que respeita e investe no direito de toda criança, adolescente e seus familiares. Está desde 1980 no município de Francisco Badaró, atuando através de programas e projetos inovadores nas áreas de saúde, educação e proteção, priorizando as famílias que vivem em situações de vulnerabilidade.

20 ABITA: ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DE ITAPORÉ

Associação que realiza diversos trabalhos sociais, salvando vidas e transformando realidades. São atividades na área de educação, cultura e geração de renda, com hortas comunitárias, valorização do brinquedo e do brincar e outras tecnologias sociais, que trabalham a proteção da criança e do adolescente, educação financeira e o empoderamento de jovens, participando de espaços onde políticas públicas são discutidas.

21 ALDEIA CINTA VERMELHA JUNDIBA

Formada pela união de grupos étnicos Pataxó e Pankararu, a aldeia fica situada na margem do Rio Jequitinhonha. Mesmo afastado da cidade, o grupo não vive isolado, tem forte engajamento político e cultural na região. Além da preservação ambiental da área da aldeia, cultivam de plantas medicinais baseadas em seus conhecimentos tradicionais e também desenvolvem um trabalho com biojoias.

22 ENCONTRO DE COMUNICADORES DO VALE DO JEQUITINHONHA

Encontro para a divulgação e desenvolvimento da região através das mídias sociais. As práticas e políticas públicas de comunicação, o acesso público às mídias, bem como o potencial de transformação social destas são os debates que motivam sua realização, criando um espaço para que comunicadores, juventude e autoridades possam discutir os entraves e possibilidades da produção midiática local. Além das discussões, o Encontro também oferece oficinas de formação em comunicação: Mídia tátil, Cobertura midiática, Fotografia, Edição e produção audiovisual, Cineclubismo e educação, Design gráfico, Locução e técnica vocal, Redes Sociais: design e conteúdo. A cada ano o encontro é realizado em uma cidade do Vale.

23 CENTRO CULTURAL ESCRAVA FELICIANA E COMISSÃO DAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS DO VALE JEQUITINHONHA

Fundada 1996, essa instituição filantrópica sem fins lucrativos tem por objetivo trabalhar no resgate e preservação da cultura da cidade de Itinga e da região. Desenvolve trabalhos como o Grupo teatral Itinguense, O Coral Água Branca, o Projeto Cinema e arte nas comunidades, apoio aos artesãos, grupo de Capoeira e a COQUIVALE, uma organização não governamental que tem como missão a defesa e uni-ficação das Comunidades Quilombolas do Vale do Jequitinhonha.

24 CPCD: CENTRO POPULAR DE CULTURA E DESENVOLVIMENTO

Trabalha em Araçuaí sobre a plataforma coletiva "Araempre - Araçuaí para todos, para sempre", que envolve crianças, jovens, moradores das comunidades rurais e outras organizações parceiras, com ações nas áreas de educação, artesanato, permacultura, audiovisual, recuperação e preservação ambiental.

25 CARAMBOLA FILMES

Produtora de audiovisual que possui uma extensão educativa, a "Cumen Carambola", que trabalha com foco na interação e formação de adolescentes e jovens das comunidades próximas.

26 CORAL TROVADORES DO VALE

Criado em 1970 junto com o trabalho de pesquisa de Frei Chico e Lira Marques, é formado por mulheres e homens da comunidade, artesãs e artesãos, professoras, carpinteiros, motoristas, estudantes e donas de casa. Seu repertório é composto por cantos de trabalho, como os cantos de canoeiros, tropeiros, boiadeiros e de machadeiros, que retratam a vida do povo do Vale do Jequitinhonha. Ao longo dos anos o grupo se tornou uma referência para os tantos corais da região.

27 CÁRITAS DIOCESANA DE ARAÇUAÍ

Entidade da igreja católica que promove o desenvolvimento das comunidades rurais do Vale do Jequitinhonha em situação de exclusão e vulnerabilidade, promovendo a convivência com o semiárido através de tecnologias de captação de água da chuva, que garantem a diversas famílias água para consumo e para produção de alimentos. Também desenvolve um trabalho de implantação de casas de sementes.

28 ASCOPP: ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE PADRE PARAÍSO

ONG sem fins lucrativos e apolítica fundada em 1989. Atua na área da educação, saúde e cultura. No ano de 2009, estendeu seu atendimento para três municípios do Vale do Mucuri: Itaipé, Catuji e Caraf. O atendimento

dessa organização nos municípios se divide entre 80% de famílias moradores na zona urbana em bairros populosos e periféricos e 30% de famílias na zona rural em comunidades pequenas, proporcionando o desenvolvimento integral de crianças, jovens e adolescentes da região dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri através de programas de formação pessoal e assistência às famílias participantes.

29 ASSOCIAÇÃO DOS ARTESÃOS DE SANTANA DO ARAÇUAÍ

Criada em 1988 em busca de condições mais justas para comercialização e valorização dos produtos de seus fundadores. Mestre Dona Izabel foi referência e uma das pioneiras na arte de produzir as conhecidas bonecas do Vale do Jequitinhonha, pois desenvolveu repertórios técnicos e estéticos valiosos. Ela repassou seus conhecimentos a todos que a procuravam, deixando vários discípulos na comunidade, pois além do envolvimento afetivo com o ofício, compreendia sua importância na geração de renda local.

30 ASSOCIAÇÃO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE ITAOBIM

Trabalha para que crianças, adolescentes, famílias e comunidades em situação de risco social possam exercer com plenitude o direito à cidadania. Seus projetos são desenvolvidos com o envolvimento das famílias, das comunidades e da sociedade na criação de ambientes de proteção e cuidado para com crianças, adolescentes e jovens, por meio da arte, cultura, esporte e ações sócio-educacionais. Desta forma, as crianças podem se desenvolver e tornar-se adultos capazes de liderar mudanças positivas e sustentáveis em suas próprias vidas e comunidades.

31 ASSOCIAÇÃO DOS ARTESÃOS DE TAIQUEIRAS

Organização que trabalha com produtos de cerâmica, retratando figuras com traços da cultura regional. Desenvolve trabalhos com peças em cerâmica desde 2009, e hoje já participa de diversas feiras pelo Brasil, mostrando e comercializando

produtos utilitários, decorativos, figurativos, imagens sacras, brinquedos, entre outras linhas de produtos.

32 CÁRITAS DIOCESANA BAIXO JEQUITINHONHA

Entidade da igreja católica que promove o desenvolvimento das comunidades rurais do Vale do Jequitinhonha em situação de exclusão e vulnerabilidade, promovendo a convivência com o semiárido através de tecnologias de captação de água da chuva, que garantem a diversas famílias água para consumo e para produção de alimentos. Também desenvolve um trabalho de implantação de casas de sementes.

33 ICDM: INSTITUTO CULTURAL DONA MERCEDES

Sociedade civil de direito privado, de natureza cultural e sem fins lucrativos. Criado em 2005, responde às aspirações em favor da preservação da cultura municipal e regional, tendo sido concebido com objetivo de promover, divulgar e incentivar a produção cultural nas diferentes camadas sociais, visando a democratização da cultura como valor universal.

34 FEST ÁGUA: FESTIVAL DA CULTURA POPULAR DE FELISBURGO EM CONSONÂNCIA COM O MEIO AMBIENTE

Projeto de abrangência regional de articulação e fortalecimento de ações culturais, ambientais, movimentos, redes, fóruns, de caráter cultural e educativo de preservação ambiental. Realizado pelo grupo Cisce de teatro em parceria com a Prefeitura de Felisburgo, coloca na agenda cultural da região um evento cujo objetivo principal é a defesa de nossos recursos naturais, com destaque para o Rio Jequitinhonha, força motriz que mantém esta região tão unida.

35 AGA: ASSOCIAÇÃO DE ARTESÃOS DO GUARANI ARI-ARI

Fundada em 2005, conta com trinta associados que, juntos, trabalham a argila e também o algodão, com tear manual. Com esse algodão tingido

com pigmentos orgânicos, tecem colchas, toalhas de mesa, passadeiras, redes, bolsas, caminhos de mesa, tapetes, entre outros.

36 CORAL DAS LAVADEIRAS DE ALMENARA / ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DAS LAVADEIRAS DE ALMENARA

A história do coral começou em 1991, a partir da construção de uma lavanderia comunitária em Almenara. Incentivadas pelo cantor e pesquisador cultural Carlos Farias, as lavadeiras passaram a cantar em grupo e criaram a Associação, reunindo mais de 50 mulheres. Suas integrantes interpretam cantigas tradicionais aprendidas nas margens do Rio Jequitinhonha, além de modinhas, sambas de roda e batuques. As canções também retratam o cotidiano das lavadeiras, o trabalho de ribeirinhos, canoeiros, e também as relações entre índios, negros e portugueses durante a colonização em Minas Gerais.

37 VOKUIM: CULTURA, EDUCAÇÃO, CIDADANIA

A instituição nasceu em 2003 para enfrentar a falta de acesso a direitos básicos, como saúde e educação, de crianças e adolescentes do território de Rubim (MG). Hoje segue no propósito de assegurar os direitos infanto-juvenis no município, com o foco em garantir o acesso à educação popular, à cultura e à preservação do meio ambiente. Por meio de trabalho colaborativo e em rede, oferece oportunidades de formação cidadã para a solidariedade e o respeito à biodiversidade e à diversidade cultural, formação técnica em produção cultural, musicalização e Banda para o desenvolvimento dos estudantes e da comunidade local. Além das formações artístico culturais, são realizados projetos de incentivo à leitura, de preservação ambiental e de fortalecimento de grupos e agentes locais de cultura popular.

bacia do rio doce

Mapeamento de iniciativas e de ações culturais, sociais, econômicas e educativas que brotam nas bacias dos rios, resgatando a harmonia entre os ecossistemas.

FEDERAÇÃO DAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS

N'Golo foi criada no ano de 2005 e tem por missão principal fomentar ações que promovam o acesso ao conhecimento e aos direitos garantidos em lei às comunidades quilombolas do estado. Criada a partir do entendimento das próprias comunidades quilombolas da importância de sua articulação. O movimento que culminou com a criação da Federação teve início em 2003, quando vários eventos sobre os direitos quilombolas proporcionaram a mobilização das comunidades.

01 CIRCUITO NASCENTE DO RIO DOCE

O circuito abrange seis municípios na Zona da Mata e Vertentes: Alto Rio Doce, Cipotânea, Presidente Bernardes, Ressaquinha, Desterro do Melo e Senhora dos Remédios. É um roteiro turístico preparado para modalidades de cicloturismo, cavalgada e caminhada, passando por nascentes, caminhos, fazendas e cidades, abrangendo aspectos da religiosidade e festas populares locais. Compreende uma bonita porção da Serra da Mantiqueira, de onde brotam mananciais do Rio Doce, se estendendo para o Vale do Xopotó. As cidades da região construíram sua história através da lavoura, do pequeno comércio, do artesanato e das festas religiosas.

02 ASSOCIAÇÃO DAS ARTESÃS DE CIPOTÃNEA

Banhada pelas águas do Rio Xopotó, Cipotânea é considerada um berço de artesanato em palha de milho de

Minas Gerais. A atividade artesanal surgiu no município por volta da década de 1947, pela tradição do plantio do milho. A Associação é composta por 9 mulheres e envolve cerca de 40 famílias rurais que trabalham com o plantio de milho para o feitiço de peças artesanais. Existente há 20 anos, é a principal fonte de renda das mulheres e famílias que envolvem o fazer artesanal com a palha.

03 FESTA DA PRIMAVERA

Realizado desde 1986 pela comunidade do distrito de Santo Antônio do Leite, em Ouro Preto, o evento sempre foi marcado pelas mais diferentes vertentes artísticas, responsáveis por integrar moradores e visitantes. A festa valoriza artistas e artesãos locais, além de reforçar a importância da consciência ambiental, com ações complementares à exemplo da doação de mudas para reflorestamento, instalação de lixeiras criativas com intervenções de artistas locais, entre outras.

04 LIVRO ENTRENÓS: PLANTAS MEDICINAIS E SABERES DAS MULHERES

O livro reúne informações sobre o uso das ervas medicinais a partir de pesquisas realizadas por mulheres da região dos Inconfidentes em Ouro Preto (MG), somando 6 localidades. Produzido de forma independente e com autoria coletiva, buscou fortalecer sabedorias ancestrais e o poder da coletividade feminina, produzindo um material de acesso gratuito com informações científicas e experiências pessoais sobre as plantas escolhidas.

05 INSTITUTO GUAICUY

Organização voltada à compreensão e ao fortalecimento dos laços entre as populações e seus territórios a partir dos rios e cursos d'água. Partem de uma abordagem multidisciplinar, inter-setorial, interinstitucional que incentiva o diálogo entre saberes populares e conhecimentos científicos. Trabalham ligados ao protagonismo popular na defesa das águas como bem comum. Desejam contribuir para a construção de modos de vida que promovam a convivência, socialmente justa e ambientalmente sustentável, entre as pessoas e as águas.

O Instituto Guaicuy foi o escolhido pela comunidade de Antônio Pereira, em Ouro Preto, para ser a Assessoria Técnica Independente que acompanhará os atingidos pela Barragem Doutor, da Mina Timbopeba, operada pela mineradora Vale. O objetivo do instituto é estar ao lado das pessoas, viabilizando a participação informada de todos na luta pela reparação integral dos danos causados.

06 COOPERATIVA RURAL MISTA DE GESTEIRA

Doces, quitandas, bordados. Grupo de trabalho da comunidade de Gesteira formado por 24 pessoas, a maioria mulheres, que busca na produção cooperada o desenvolvimento econômico e social de seus membros. Tem como objetivo produzir e comercializar produtos e serviços inspirados na produção rural local.

07 OCA: ORGANIZAÇÃO COOPERATIVA DE TRABALHO, SERVIÇOS, PROJETOS E CONSULTORIAS EM AGROECOLOGIA

Cooperativa que visa colaborar no fomento, promoção e implementação de técnicas e tecnologias que melhor se adequem às condições socioeconômicas, culturais e agroecológicas dos territórios, mantendo a proposta de diminuir os impactos causados pelo modelo econômico atual. A cooperativa deseja ser vista como entidade dinâmica à serviço da Terra, promovendo ações educativas e criativas que enraizem na sociedade os princípios da agroecologia, permacultura e economia solidária. Integrante da OCA, o Grupo Micorrizas Arte e Agroecologia atua nas diferentes linguagens artísticas – audiovisual, fotografia, música, dança e teatro, otimizando os artistas e a arte que floresce nos diferentes territórios.

08 CASA DAS ARTES ABBA: ASSOCIAÇÃO BARRALGUENSE DE BORDADEIRAS E ARTESÃS

Criada em maio de 2003 por um grupo de bordadeiras e artesãs incentivadas pelas bordadeiras antigas dos salões das avós, passando de geração para geração. Resgataram o artesanato em flores de palha de milho e ramalhetes de flores em retalhos de tecidos e galhos de fumo bravo colhidos no município. Seu objetivo é criar oportunidades para geração de trabalho e renda através de bordados, proporcionando oportunidades de comercialização desta produção que complementa a renda familiar. A cidade de Barra Longa é conhecida pela beleza e perfeição de seus bordados.

09 CENTRO ALTERNATIVO DE

FORMAÇÃO POPULAR ROSA FORTINI

Fundado por pessoas de várias comunidades urbanas e rurais que vêm se dedicando à natureza e à vida humana através do trabalho realizado pela Saúde Alternativa e formação e assessoria político-pedagógica no campo da Educação Popular e Direitos Humanos. O centro existe desde 1996 e teve sua formalização em 2006. Seu nome é uma homenagem à Rosa Maria Fortini, filósofa, Educadora Popular, fundadora do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Muriaé, Agente da Comissão Pastoral da Terra, mulher que sempre lutou pela saúde alternativa através da homeopatia e educação popular e faleceu em 2001. O Centro Alternativo de Formação Popular Rosa Fortini vem priorizando dois temas centrais: a questão da terra e a questão das famílias tradicionais, sobretudo em Minas Gerais.

10 ASSOCIAÇÃO DA ESCOLA FAMÍLIA AGRÍCOLA DE CAMÕES (AEFAC)

Fundada em outubro de 1998 com a finalidade de gerir e manter a Escola Família Agrícola de Camões. Seus membros são pais de alunos, alunos e ex-alunos da escola. Através da pedagogia da alternância, o espaço propõe aos alunos uma formação integral, conciliando aprendizado e prática, no meio sócio-profissional e possibilitando, assim, que o jovem não perca o elo com sua família no processo formativo, desenvolvendo projetos de geração de emprego e renda nas propriedades familiares e tornando-as locais sustentáveis. Além de gerir e manter a EAFAC, a AEFAC desenvolve projetos com os familiares dos jovens e com agricultores familiares do município de Sem Peixe.

11 DEPERD: ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DO PARQUE ESTADUAL DO RIO DOCE

Criada no dia 12 de julho de 2003, foi considerada de Utilidade Pública pela Assembléia Legislativa de Minas Gerais e pelas cidades de Marliéria, Timóteo e Dionísio. Atua na preservação ambiental; Turismo Sustentável e na Divulgação e do Parque Estadual do Rio Doce.

12 CIRCUITO TURÍSTICO MATA

ATLÂNTICA DE MINAS GERAIS

Fundada em julho de 2001 e conhecida como CTMAM, a agência é uma instância de governança regional que visa organizar, desenvolver e consolidar a atividade turística de forma sustentável e descentralizada, com a participação da sociedade civil, sob a tutela da Secretaria de Estado da Cultura e Turismo. Co-fundadores dos projetos Turismo no Vale e Sabores e Natureza, possui atualmente 11 filiados.

13 ASA: ASSOCIAÇÃO

AMBIENTALISTA SAMAMBAIA

Organização não governamental com mais de 20 anos, que luta pela preservação do Parque Samambaia (Ipatinga - MG). Possui ações que visam o desenvolvimento sustentável, trabalhando na recuperação de nascentes e de áreas degradadas, assim como hortas comunitárias que atendem creches e populações vulneráveis.

14 ASSENTAMENTO LIBERDADE –

MOVIMENTO DOS SEM TERRA (MST)

Localizado no município de Periquito (MG), trabalha com o plantio de produção de mudas em viveiros de vegetação nativa para o reflorestamento da Bacia do Rio Doce por meio do modelo de Sistemas de Agrofloresta (SAFs). As mudas produzidas servem, ainda, para a cobertura e proteção do solo. Ao ano, são produzidas mais de 500 mil mudas. No SAF, além da produção de mudas nativas para recuperação do meio ambiente, faz-se o plantio de alimentos. Os SAFs também são uma forma de produção de água, e essa é uma das missões dos assentamentos do Movimento. Outro trabalho desenvolvido pelo assentamento Liberdade destina-se à recuperação das nascentes, fazendo o cercamento e plantio das vegetações em seu entorno e de pequenas barragens de contenção, quando necessário, para ajudar na preservação. Há ainda ações futuras que pretendem captar águas de chuva, já em experimento pelo Movimento, como forma de reaproveitamento das águas.

15 APARD: ASSOCIAÇÃO DOS

PESCADORES E AMIGOS

DO RIO DOCE

Composta por um grupo de voluntários oriundos de diversos setores da sociedade que comungam a mesma paixão pelo Rio Doce e por suas potencialidades. Foi no decorrer de 2005 que um grupo de pescadores idealizou a criação de uma associação para juntar forças em defesa do Rio Doce, contemplando sua preservação ambiental e recuperação da degradação. A partir de 2011-2012 a Associação passou por uma remodelação, se fortalecendo como ONG, o que culminou com seu reconhecimento oficial como OSCIP. Nesta mudança a denominação foi alterada para ASSOCIAÇÃO DOS PESCADORES E AMIGOS DO RIO DOCE permitindo assim que qualquer simpatizante possa filiar-se e lutar pelas causas comuns. A ONG realiza trabalhos voluntários de educação ambiental, faz levantamentos da preservação das matas ciliares na calha do rio e, atualmente, colabora na gestão do projeto "Psicultura Social", que contempla oito famílias de pescadores artesanais do médio rio Doce, da região de Governador Valadares, com treinamentos em técnicas de piscicultura, arrastamento, despesca, associativismo, técnicas comerciais de compra e venda, gestão financeira, cooperativismo e meio ambiente.

16 – 21

MEMÓRIA DOS POVOS DO CAMPO: ASSOCIAÇÃO DE COOPERAÇÃO AGRÍCOLA OZIEL ALVES PEREIRA; ASSENTAMENTO IRAQUIAR; ASSENTAMENTO EGÍDIO BRUNETO; ASSENTAMENTO ULISSES, MANOEL FERREIRA, BELO MONTE E JANETE TELES; ASSENTAMENTO MARIA DA PENHA E ASSOCIAÇÃO DE COOPERAÇÃO AGRÍCOLA 1º DE JUNHO – MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TERRA (MST)

As ações de Reflorestamento do MST giram em torno do sistema agroecológico de recuperação de áreas e produção de alimentos e também contribuem para a geração de renda

com a comercialização dos produtos. Localizadas ao longo da bacia do Rio Doce, possuem 12 assentamentos com 121 famílias envolvidas na organização de núcleos agroecológicos e Sistemas de Agrofloresta (SAFs). Desses assentamentos, três estão na calha do rio e os demais espalhados pela bacia, totalizando 54 SAFs implantados pelo MST.

22 APIRDOCE: ASSOCIAÇÃO DOS APICULTORES E MELIPONICULTORES DO TERRITÓRIO RIO DOCE KRENAK

Entidade civil de direitos privados sem fins lucrativos, fruto do projeto criado pela Rede VIDAS. Voltada ao fortalecimento da atividade apícola, contribui para o aumento de renda do público alvo: jovens e mulheres pertencentes à agricultura familiar, com possibilidade de reverter o quadro de êxodo rural devido à falta de condições de sustentabilidade dos pequenos produtores familiares e, principalmente, ao quadro de degradação ambiental da região. É disposta de uma Central de Vendas com um ponto físico e virtual, ofertando no varejo e atacado, além da oferta de matéria prima para os apicultores dos nove municípios do Território Rio Doce Krenak. Realiza cursos de capacitações, palestras, acompanhamento técnico, consultorias e seminários.

Dentre as ações, destacam-se duas específicas: O Festival do Mel do Território Rio Doce Krenak, evento focado no ramo cultural e turístico que, além de sediar a inauguração da Parada do Mel, contou também com seminário voltado aos apicultores, abordando temas como "Cooperativismo" e "Alimentação das abelhas para o aumento da produção", no intuito de estimular a comercialização da cadeia produtiva do mel e promover a geração de renda. Além do Festival, o Projeto Turismo no BARI fomenta o turismo nas regiões de Baixo Guandu (ES), Aimorés, Resplendor e Itueta (MG). O projeto tem como objetivo levantar pontos específicos de turismo na região para torná-la mais conhecida e desenvolver a economia local.

23 REDE VIDAS: REDE DE VALORIZAÇÃO DE ITUETA PARA O DESENVOLVIMENTO AUTO-SUSTENTÁVEL

Instituição ambientalista sem fins lucrativos criada a partir da construção do Planejamento Estratégico de Itueta em 2007, composta por associados representantes da iniciativa privada, do poder público da sociedade civil organizada e demais lideranças locais. Sua missão é contribuir para o desenvolvimento sustentável de Itueta e da região, através do exercício pleno da cidadania. Faz parte de uma Rede de Cooperação Social denominada BARI, juntamente com as associações: REDE UNIR, REDE MAIS e REDE AGIR. Articula o Território de Desenvolvimento Sustentável Rural Rio Doce Krenak, reconhecido pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável em 2017. Possui Título de Utilidade Pública Estadual e Municipal, e integra o Conselho Estadual de Entidades Ambientais (MG). Atua há mais de 10 anos nos nove municípios do Território Rio Doce Krenak (Itueta, Resplendor, Aimorés, Ipanema, São Geraldo do Baixio, Conselheiro Pena, Santa Rita do Ituetó, Pocrane e Mutum), sendo uma das principais instituições a contribuir para sua homologação.

24 AMAI: ASSOCIAÇÃO DE MULHERES ARTESÃS DE ITUETA E REGIÃO

Associação de 14 mulheres que trabalham com confecção de uniformes, peças íntimas, lingerie, camisas personalizadas e artesanato desde 2013.

25 INSTITUTO TERRA

Organização civil sem fins lucrativos voltada para a restauração ecossistêmica, a educação ambiental e o desenvolvimento rural sustentável. Localizado em Aimorés (MG), o Instituto é fruto da iniciativa do casal Lélia Deluiz Wanick Salgado e Sebastião Salgado, que, diante do cenário de devastação em que se encontrava a antiga fazenda de gado da família, tomou uma decisão: devolver à natureza o que décadas de degradação ambiental destruiu. Desde a sua fundação, em abril de 1998, o Instituto Terra trabalha na restauração ambiental dos 608,69 hectares de Mata Atlântica que

compõem a RPPN Fazenda Bulcão, além de desenvolver programas de recuperação e proteção de nascentes, pesquisa científica aplicada e educação ambiental. Mais que um agente atuante no Vale do Rio Doce, o Instituto Terra é um exemplo e uma inspiração para todo o planeta. O Programa Olhos D'Água, promovido pelo Instituto, visa a recuperação, por meio da proteção e da conservação dos recursos hídricos (nascentes) na Bacia Hidrográfica do Rio Doce, contribuindo para a manutenção dos seus recursos naturais. Desde 2010 já possibilitou a proteção de quase 2 mil nascentes e a implantação de 461 Minetes em 30 municípios do Vale do Rio Doce, entre os quais estão Aimorés, Santa Rita do Ituetó, Conselheiro Pena, Pocrane, Itueta, Resplendor, Ipanema, Conceição do Ipanema, Mutum, Laginha, Taparuba, Durandé, Reduto, Simonésia, Alvarenga, Manhumirim, Manhauçu e Capitão Andrade em Minas Gerais.

26 COLETIVO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, PERMACULTURA E SAÚDE INTEGRAL FLOR E SER NO CERRADO

Projeto realizado através de encontros que promovem a troca de saberes e o fortalecimento da cultura de cultivo e cuidado com a terra na região do Quilombo Ausente Feliz, abordando temas como a permacultura, a agricultura familiar orgânica e o beneficiamento de plantas medicinais. Visa afirmar valores e ações que contribuam para a transformação humana, social e para a preservação ecológica e fomentar o desenvolvimento da comunidade local como multiplicadora dos saberes, facilitando a compreensão de que saúde se aprende e a educação cura.

27 IMV: INSTITUTO MILHO VERDE

Organização social formalizada em 2004 por moradores que desejavam expandir horizontes culturais e resguardar saberes tradicionais e paisagens naturais. Desde de seus primeiros passos, o cordão cultural de Milho Verde realiza ações formativas permanentes e intensivas para crianças, jovens e adultos. O Encontro Cultural de Milho Verde é realizado desde 2000: são duas décadas de dedicação

coletiva ao fazer cultural do interior – popular, tradicional, cosmopolita, mineiro, rural, quilombola, latino, contemporâneo. A programação elege um tema por edição e envolve, ao longo de 10 a 15 dias, oficinas, apresentações de grupos e músicos tradicionais, shows ao ar livre, em espaços culturais e nas igrejas. Em 2021, o tema do Encontro foi Águas Vertentes, ressaltando a importância do manancial hídrico e cultural que verte da nascente do Jequitinhonha.

Das ações do Instituto Milho Verde e das oficinas dos Encontros Culturais nasceram iniciativas comunitárias que ganharam raízes no Cerrado: uma Farmacinha de remédios caseiros feitos a partir de pesquisa plantas medicinais de uso tradicional; a Sempre-Viva Editorial, desdobramento de oficinas literárias e de um boletim poético que incentivou jovens e adultos da comunidade a se lançarem na experiência da escrita; o grupo Bordados da Barra, da comunidade rural de Barra da Cega que hoje tem parte de sua renda assegurada pela produção e venda de produtos em tecido bordados; o coral Maria Faceira, que mudou a vida de mulheres da comunidade por meio do canto.

Em 2011, em parceria com o Instituto Estadual de Florestas, o IMV criou o Monumento Natural da Várzea do Lajeado e Pico do Raio, importante área de preservação das águas, da fauna e da flora do Cerrado na comunidade.

28 INSTITUTO DE PERMACULTURA ECOVIDA SÃO MIGUEL E ASSOCIAÇÃO AYRUMÃ

Criado em 2006, o Instituto tem por missão a prática da permacultura nas comunidades. Já a Associação Ayrumã é uma organização da sociedade civil, sem fins lucrativos, fundada em 2013, que busca fomentar a conservação da biodiversidade por meio de relações humanas saudáveis, baseadas na cooperação, solidariedade e integração com a natureza.

Parceria entre o Instituto e a Associação e patrocinado pelo Movimento Bem Maior, o projeto Agroflorestas em rede no Jequitinhonha visa à criação de uma rede autônoma de unidades-modelo

nas cabeceiras do Rio Jequitinhonha por meio de cursos, mutirões de plantio e educação ambiental. O documentário *Agroflorestas em Rede no Jequitinhonha* mostra a trajetória do projeto que ajudou na transição para sistemas agroflorestais de agricultores familiares em Capivari e Serra da Bicha, onde há resistência e luta secular dos povos tradicionais para sobreviver.

29 FILME NO SERRO

O Instituto Milho Verde conta com um Núcleo de Audiovisual (NAV), com ampla produção, ressaltando três edições da série de documentários sobre saberes tradicionais e, também, o Sorriso do Cerrado, com quatro episódios sobre o Monumento Natural. Em 2021, em parceria com a Prefeitura do Serro, o NAV criou a Serro Film Commission e lançou a campanha Filme no Serro, para incentivar e apoiar projetos audiovisuais que movimentem com responsabilidade a economia local e possam dar maior visibilidade às comunidades tradicionais, aos patrimônios culturais e às belezas naturais da região.

30 MAM: MOVIMENTO PELA SOBERANIA POPULAR NA MINERAÇÃO

A expansão intensa da atividade mineradora na última década no Brasil causou, na mesma proporção, violações aos Direitos Humanos e conflitos nos territórios onde ela se estabelece. Diante deste quadro, um conjunto de militantes ligados à Articulação da Via Campesina Brasil passaram a se dedicar à construção de um movimento que se dedicasse exclusivamente a lidar com o complexo da mineração no Brasil. Organizado em 2012, no Pará, para o enfrentamento ao Projeto Grande Carajás da empresa Vale, o movimento tem dois grandes objetivos: organizar as populações atingidas pelos projetos de mineração e debater na sociedade o modelo mineral primário exportador em que vivemos no Brasil. Atualmente, o movimento tem atuação em nove estados: Pará, Maranhão, Goiás, Distrito Federal, Piauí, Ceará, Bahia, Minas Gerais e São Paulo.

31 MOVIMENTO PELAS ÁGUAS

+ FILME SALVE O SERRO

O Movimento é formado por integrantes da sociedade civil, moradores da cidade do Serro, Santo Antônio do Itambé-MG e diversos apoiadores da região do Vale do Jequitinhonha que se colocam em defesa das águas e de todo tipo de vida que habita o nosso território. Cidadãos e cidadãs abismados com o enorme descaso da Prefeitura de Serro e do Conselho de Desenvolvimento do Meio Ambiente do município acerca das irregularidades apresentadas pelo chamado "Projeto Serro", apresentado pela Herculano Mineradora poucos anos após um projeto semelhante – enviado pela Anglo American – ter tido a conformidade negada por contrariar parâmetros do plano diretor municipal. O filme Salve Serro, de Danilo Siqueira e Pedro Zadjen, foi lançado no Festival de Cinema Imagem dos Povos e fala sobre a resistência à instalação da mineradora Herculano em Serro e sobre as consequências catastróficas que esse empreendimento pode trazer para o meio ambiente, a cidade e sua população.

32 FUNIVALE: ASSOCIAÇÃO PRÓ-FUNDAÇÃO UNIVERSITÁRIA VALE DO JEQUITINHONHA

Fundada há mais de 30 anos pelo alemão Martin Kuhne, tem como missão ser uma universidade livre e experimental para todos. Hoje a Funivale conta com grupos de parceiros que oferecem atendimentos gratuitos todas as quartas-feiras com fitoterápicos e acupuntura, com apoio da universidade UFVJM. Como projeto de extensão tem a casa de sementes, que produz sementes livres e resgata as sementes crioulas. As sementes são doadas às comunidades e a quem visita o espaço. Auxiliam também agricultores na venda para o PNAE e PAA.

33 ESCOLA SEMPRE VIVA

Diante da vulnerabilidade social em que se encontra o povoado e a população local, estão no início do processo, com a iniciativa de organizações, moradores e colaboradores, construindo uma proposta de alfabetização de adultos

e jovens pautados nos conhecimentos de Paulo Freire, a partir da demanda dos próprios moradores. Sentindo as necessidades de melhoria de qualidade de vida, viram que seria uma profunda mudança o conhecimento da leitura. O método Paulo Freire foi escolhido pois, para eles, é essencial fortalecer o sentimento de pertencimento com essa belíssima região, que tem um ecossistema diverso e privilegiado. Um grupo de pessoas de Capivari e Serra da Bicha se reuniram, com alguns colaboradores para apoiarem o processo da criação desse espaço escola, que foi emprestado provisoriamente. Localizada em Serro/ MG, a Serra da Bicha é um local de difícil acesso, habitada por 17 famílias há pelo menos cinco gerações. Vizinha da Serra da Bicha, Capivari tem 500 moradores.

34 PONTO DE CULTURA TAPERA REAL

O ponto de cultura visa contribuir para a redução das desigualdades sociais em suas diversas formas fomentando, a partir da comunidade de Santo Antônio do Norte e região, o desenvolvimento de plataformas de transformações sociais, culturais e ambientais, valorizando pessoas e grupos para realização de projetos inovadores, colaborativos e sustentáveis. Dentro das ações para a preservação ambiental e dos rios estão projetos para o Reflorestamento das Nascentes do Rio Santo Antônio, Viveiro de mudas e hortas orgânicas. A expressão "Tapera Real" dá nome ao conjunto formado por Corporação Musical Lyra do Santo Antônio, Associação Comunitária Taperense Caminho da Liberdade e o Centro Cultural Tapera Real (Ponto de Cultura), configurando uma união de coletivos que interagem como uma indústria criativa, aplicando economias solidárias, atividades de educação social, cultura, arte, meio ambiente e todo tipo de iniciativa de valorização da vida.

35 INSTITUTO DO ESPINHAÇO

Organização da sociedade civil sem fins lucrativos. Desenvolve programas e projetos que integram os eixos de biodiversidade, cultura e desenvolvimento

socioambiental com práticas inovadoras em âmbito local e abrangência global, atuando com redes colaborativas para promover impactos positivos centrado nas pessoas. Na agenda ambiental, o Instituto Espinhaço desenvolve e implementa ações para o fortalecimento dos serviços ecossistêmicos, para recomposição florestal em larga escala na paisagem, conservação do solo e da água e a revitalização de bacias hidrográficas, apoiando os processos produtivos sustentáveis e o fortalecimento da infraestrutura verde, contribuindo no enfrentamento dos efeitos das mudanças do clima, suportando a Segurança Hídrica em regiões estratégicas por meio da "produção de água" para o abastecimento público e sistemas produtivos, em convergência com a diplomacia ambiental internacional. O Instituto Espinhaço é signatário do Pacto Global (maior iniciativa de sustentabilidade corporativa do mundo), e da Década de Restauração de Ecossistemas da ONU com a campanha "Brasil 2030 – O Futuro que Plantamos Hoje!". Na bacia do Rio Doce o Instituto realiza as ações "Produtor de Águas em Mariana", em acordo de cooperação com a Prefeitura Municipal de Mariana desde 2016, aliando a conservação da flora nativa e valoração e manejo adequado dos recursos hídricos com boas práticas ambientais produção alimentícia e soberania hídrica para abastecimento público; Semeando Florestas, Colhendo Águas no Rio Santo Antônio, que engloba a execução de ações de recomposição florestal de vegetação nativa e ações de conservação de solo e água nas microbacias tributárias do Rio Santo Antônio, no município de Conceição do Mato Dentro; e Semeando Florestas, Colhendo Águas na Serra do Espinhaço, que visa promover a recuperação de áreas degradadas e reflorestamento nos biomas Mata Atlântica e Cerrado em 111 cidades ao longo do território da Reserva da Biosfera da Serra do Espinhaço em Minas Gerais. Ambos os projetos visam aumentar a produção e disponibilidade de água de qualidade e quantidade para apoiar e fortalecer os

serviços ecossistêmicos e garantir a segurança hídrica para abastecimento humano, em linha com o Desafio de Bonn e a Iniciativa 20x30 (meta de restaurar 20 milhões de hectares de áreas degradadas na América Latina e Caribe até 2030), em apoio à Agenda 2030, às ações da Década da Restauração da ONU e a mitigação dos efeitos das mudanças climáticas.

36 CONCEIÇÃO DO MATO DENTRO – CIDADE CRIATIVA

Ação coletiva que congrega objetivos comuns e potencializadores do sentimento de pertença dos cidadãos de Conceição do Mato Dentro. Ao recordar a história de fundação da cidade através dos córregos fundacionais do Vintém e Cuiabá, afluentes do Rio Santo Antônio, envolvendo 27 jovens, recupera-se o valor simbólico do curso d'água. Como replicadores ambientais, os estudantes mobilizam a comunidade para participar de uma expedição científica, um mutirão de limpeza educativo e de um documentário sobre o curso d'água. O diagnóstico socioambiental participativo em andamento, bem como o prognóstico com ações específicas para revitalizar a microbacia, visam transformar o curso d'água em Parque Linear como área pública de cultura e de lazer ao ar livre. Nesse processo, as crianças também são envolvidas através do livro paradidático Um riacho, dois cascudos e vários amigos diferentes.

37 ASSOCIAÇÃO DE CONSERVAÇÃO AMBIENTAL ORGÂNICA – ACAÓ

Fundada em 8 de setembro de 2012 por um grupo de amigos de Santa Maria de Itabira-MG com o objetivo de implementar ações culturais, educacionais e ambientais em favor da defesa e melhoria da qualidade da vida, da garantia dos direitos de cidadania e do desenvolvimento social. A Associação também luta contra a exploração de minério de ferro em Santa Maria de Itabira e no Morro do Pilar, que geram impacto nas águas da região, especialmente na bacia do rio Santo Antônio, nos ecossistemas e na própria dinâmica da vida social da região.

bacia do rio são francisco

Mapeamento de iniciativas e de ações culturais, sociais, econômicas e educativas que brotam nas bacias dos rios, resgatando a harmonia entre os ecossistemas.

COLETIVO DE TEATRO GRANDE SERTÃO

Fundado há 5 anos, o coletivo tem como objetivo produzir e circular o teatro nas cidades do interior do noroeste e norte de Minas. O espetáculo "A Morena e o Caboclo d'água" foi criado através de contos do ribeirinhos do rio Uruçuia.

MIRADAS DE AFETO

Projeto apoiado pelo Instituto Periférico, tem por objetivo resgatar áreas degradadas, valorizar a autoestima das comunidades, estimular o cuidado com os espaços de convivência coletiva e a conscientização ambiental, cidadã e participativa. Promove a revitalização de muros, fachadas e becos a partir da pintura de elementos lúdicos e coloridos vinculados à memória afetiva de cada local. Sozinha ou acompanhada por outros artistas e moradores locais, Anna Göbel retrata em seus murais os sonhos, aspirações e desejos das comunidades. O eixo água envolve as cidades de Ouro Preto, Sabará e Raposos, em parceria com o projeto Manuelzão, e tem como tema a recuperação da Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas.

01 COLETIVO RIBEIRÃO DA PRATA

Grupo de cidadãos de Santo Antônio do Leite que, desde 2018, realiza discussões e ações em prol do meio ambiente e da qualidade de vida no distrito de Santo Antônio do Leite, Ouro Preto. O grupo busca mobilizar e sensibilizar os moradores e o poder público para problemas ambientais. Participa do Subcomitê de Bacia Hidrográfica Nascentes, chamando a atenção para a importância da região para a produção de águas que

alimentam a Bacia do Rio das Velhas. Conhecido por inspirar outros movimentos no território dentro do CBH Velhas como Unidade Territorial Estratégica (UTE) Nascentes.

02 ASSOCIAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO ARTÍSTICO E AMBIENTAL DE BELO VALE

Fundada em 27 de julho de 1985 por membros da sociedade preocupados com a preservação do rico patrimônio da cidade. Voltada para a educação ambiental e atenciosa com a formação da juventude belovalense, a APHAA-BV atua na cidade e em comunidades quilombolas da região em parceria com instituições públicas e privadas. Promove a cultura, a inclusão, a educação, além de defender e incentivar o tombamento do patrimônio histórico e áreas de preservação no município. A associação tem registro no Fórum Brasileiro de Organizações Não Governamentais, no cadastro nacional de entidades ambientalistas/CONAMA, na Secretaria de Estado da Cultura e ainda na Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

03 CASA DO ADOLESCER

Associação sem fins lucrativos que tem como missão promover a saúde integral da criança e adolescente por meio de programas, projetos e ações nas áreas de saúde, meio ambiente, socioeducação, culturais, esportivas, lazer e geração de renda, possibilitando maior conhecimento e acesso aos direitos fundamentais, na qualidade de menor e cidadão.

04 CINEMA NO RIO SÃO FRANCISCO

Há doze edições o Cinema no Rio promove uma troca cultural com comunidades às margens do Velho Chico, com exibição de filmes nacionais, produção de documentários e oficinas ligadas à imagem. O projeto percorre as comunidades ribeirinhas do Rio São Francisco desde 2004 e, desde então, já passou por Minas Gerais, Bahia, Pernambuco, Alagoas e Sergipe, contemplando mais de 500 mil pessoas.

05 AGÊNCIA PEIXE VIVO

Associação civil, pessoa jurídica de direito privado, criada em 2006 para exercer as funções de Agência de Bacia para o Comitê da Bacia Hidrográfica do rio das Velhas. Desde então, com o desenvolvimento dos trabalhos e a negociação com outros comitês para que fosse instituída a Agência única para a Bacia Hidrográfica do rio São Francisco, o número de comitês atendidos aumentou consideravelmente, sendo necessária a reestruturação da organização.

06 INSTITUTO GUAICUY

Criados no ano 2000 por gente que carrega consigo o repertório acumulado por décadas de trabalho do Projeto Manuelzão (UFMG): professores, pesquisadores e ativistas sociais. Seu nome celebra o encontro do Rio das Velhas com o Velho Chico: a Barra do Guaicuí, em Várzea da Palma. O nome 'guaicuy' vem da língua Tupi e representa sua origem, o Rio das Velhas. Consideram a água um meio de conexão entre pessoas e seus territórios.

07 PROJETO PEIXES DE ÁGUA DOCE

Dentre as atividades que compõem o projeto, destaca-se o estudo subaquático dos peixes da bacia do rio São Francisco. Realiza paralelamente uma pesquisa de percepção ambiental e conhecimento tradicional com pescadores e moradores ribeirinhos. O conhecimento e a percepção das populações ribeirinhas são importantes para entender suas relações com o meio em que vivem, além de disponibilizar subsídios para a conservação dos recursos naturais.

08 COMUPRA: CONSELHO COMUNITÁRIO UNIDOS PELO RIBEIRO DE ABREU

A luta para integrar o Onça, mesmo poluído, ao dia-a-dia dos moradores começou em 2001, com a criação do Comupra. O grupo formado por moradores do bairro passou a imaginar um novo modelo de convívio com as águas do ribeirão, tanto nas secas quanto nas cheias. Acreditam que não há cidadania sem consciência ambiental. Num projeto que une sustentabilidade e luta por moradia digna, promovem uma transformação na região do Baixo Onça, realizando ações em benefício da população local e do patrimônio natural. As ações organizadas pelo Comupra nas áreas onde antes estavam localizadas as casas em risco fazem parte da construção de um sonho: o Parque Ciliar do Ribeirão Onça. O projeto prevê espaços comuns, como pistas de caminhada, ciclovias, quadras, parquinhos, academias e hortas comunitárias para uso de todos. As reuniões para as discussões e planejamento do parque são feitas por meio de oficinas da Urbel nas escolas parceiras da região, sempre aos finais de semana.

09 ASSOCIAÇÃO MINEIRA

DE DEFESA DO AMBIENTE

Atuam em ações de combate à incêndios florestais (mais de 100 brigadistas contratados por ano), pagamentos por serviços ambientais, educação ambiental e interferência em políticas públicas. Neste momento, apoiam os estudos de criação e ampliação de novas áreas protegidas no Mosaico Sertão Veredas-Peruaçu com foco na proteção e preservação do rio Carinhanha, Peruaçu e Pandeiros.

10 INSTITUTO ESPINHAÇO

Organização da sociedade civil sem fins lucrativos que foi pensada, idealizada e criada com o propósito de trabalhar de forma ativa e permanente em favor da sociedade brasileira. O Instituto Espinhaço trabalha a partir da ótica dos valores humanos que se constituem na matriz de sustentação da nossa sociedade, conectando os saberes tradicionais ao conhecimento científico de vanguarda em instituições de pesquisa e ensino no Brasil e em outros centros avançados do mundo. Neste caldeirão de conhecimentos, o Instituto Espinhaço trabalha com propostas, projetos e ações integradas com inovação, voltadas para o desenvolvimento humano, econômico e socioambiental, em sintonia com a recuperação dos serviços ecossistêmicos, a valorização da cultura brasileira e o desenvolvimento de alternativas inteligentes para as pessoas e os territórios, visando uma cultura de paz e equidade social.

11 SAMARRA: SOCIEDADE DOS AMIGOS DO MEMORIAL MANUELZÃO E DE REVITALIZAÇÃO DE ANDREQUICÉ

Organização Civil sem fins lucrativos, visa resgatar, preservar e disseminar a literatura de Guimarães Rosa no Sertão Mineiro. Promove campanhas de preservação das veredas-mãe das águas e do patrimônio cultural da Literatura Rosiana às margens do São Francisco em Três Marias, MG.

12 ASSOCIAÇÃO DO MUNICÍPIO DE LAGAMAR PARA A PROTEÇÃO A NATUREZA (AMLPN)

A Associação, fundada em 2002, é uma entidade sem fins lucrativos voltada para aspectos ambientais que desenvolve

projetos em parceria com órgãos municipais, estaduais e federais. Seu objetivo principal é ampliar a quantidade e a qualidade da água disponível para consumo, o que vai de encontro ao Programa de Revitalização de Bacias Hidrográficas.

13 COLETIVO VELHO CHICO VIVE

Junto a mais de 60 entidades e organizações, o coletivo une-se na luta pela sobrevivência do Rio São Francisco, de seu povo ribeirinho, e pela proteção do direito à água e à vida. Buscam denunciar e combater o projeto da UHE Formoso que, se implantado, trará muitos impactos negativos à comunidade e a muitas outras que dependem do Rio. Não possuem vínculo partidário, político ou econômico. São povos tradicionais, quilombolas, indígenas, comunidades pesqueiras, vazanteiras, geraizeiras, dentre outros que vivem e preservam o Rio. São movimentos sociais, organizações populares, artistas, jornalistas, pescadores, professores, advogados, ribeirinhos, estudantes, pesquisadores, trabalhadores, ativistas da causa ambiental e movimentos organizados.

14 MOVIMENTO VERDE PARACATU

Há 31 anos na vanguarda da preservação ambiental e atuando na região do Noroeste mineiro com força, garra e viço. O Projeto de Preservação de Nascentes atua desde 2006 e já conseguiu recuperar inúmeras áreas inservíveis, de nascentes secas, que voltaram a brotar água. Também promoveu a construção de quase 150KM de cercas em propriedades da zona rural de Paracatu.

15 COMUNIDADE QUILOMBOLA DE SÃO DOMINGOS

Localizada no município de Paracatu, no Noroeste de Minas Gerais. Moram no local aproximadamente 400 pessoas, distribuídas em 69 famílias. Os riachos Santos Reis e Poções, que correm dentro do território histórico de São Domingos, fornecem a água para o consumo. No entanto, essa água tem se tornado cada dia mais escassa, devido às atividades de mineração que poluem e assoreiam os riachos. Realizam a Caretada, festa de resistência histórica na qual a comunidade chama pelas águas.

16 CAMINHO DO SERTÃO

Segue os vales dos rios Uruçuia e Carinhanha, à pé, por 160km durante 7 dias. Desde 2014 a Jornada busca anualmente, amadores (do verbo amar), interessados pela dinâmica do cerrado, suas questões socioambientais, aventureiros, e entusiastas da literatura Roseana, prometendo uma experiência única na vida. Os caminhantes fazem a travessia no território que compreende o Parque Estadual de Sagarana, Morrinhos, Vila Bom Jesus (Igrejinha), Fazenda Menino, Barra da Aldeia, Serra das Araras, comunidades quilombolas (Morro do Fogo, Barro Vermelho, Buraquinhos e Buracos) Chapada Gaúcha e Parque Nacional Grande Sertão Veredas, situados no Mosaico Sertão Veredas-Peruaçu. É uma ação que fortalece as bacias do rio Uruçuia e Pardo.

17 ACOMSOL: ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL DESPORTIVA E DE PROMOÇÃO SOCIAL DE BOCAIÚVA

Fundada em 16/12/96. Seu primeiro projeto foi a Radio Comunitária 97.7FM, a mais ouvida da cidade, que em seu apogeu contou com uma equipe de 42 pessoas: professores, estudantes, sindicalistas, religiosos, desempregados, camponeses e correspondentes em outras emissoras comunitárias. Desenvolveu projetos de preservação do Rio da Onça, fonte de água para a cidade e outra cidade vizinha e campanhas de esclarecimento sobre efeitos danosos dos minerdutos.

18 CENTRO DE AGRICULTURA ALTERNATIVA

Organização de agricultores e agricultoras familiares do Norte de Minas Gerais. Sua composição é feita, em grande maioria, por representantes de povos e comunidades tradicionais (geraizeiros, catingueiros, quilombolas, indígenas, veredeiros e vazanteiros). Desde a sua fundação em 1989, o CAA/NM vem construindo uma opção de acompanhamento técnico em comunidades rurais, na qual busca romper com o modelo extensionista baseado na Teoria da Difusão de Inovações e nos tradicionais pacotes da "Revolução Verde", aportando novos

enfoques metodológicos. É assim que, influenciado pelas concepções dos movimentos sociais e consciente do processo desenvolvimentista em curso, o CAA/NM toma definições conceituais trilhadas pelos próprios atores sociais. Atua em cinco eixos territoriais, sendo o Alto rio Pardo, Gerais da Serra, Planalto do São Franciscano, São Francisco e Serra Geral.

19 CIA DE DANÇAS PARAFOLCLÓRICAS ZABELÊ

O Grupo de Danças Parafolclóricas Zabelê de Montes Claros é um coletivo de artistas da dança e da música que se dedicam a pesquisar e a projetar o folclore brasileiro. Pesquisar e estudar a cultura popular desse país tão plural é a forma que encontram de buscar no folclore a alegria e a sabedoria popular. Desde que foi criado, em 1984, o Grupo Zabelê reassume a cada dia o compromisso de exaltar a cultura brasileira representando com respeito e reverência nossas danças e ritmos populares.

20 AEFAN: ASSOCIAÇÃO ESCOLA FAMÍLIA AGRÍCOLA DE NATALÂNDIA

A AEFAN foi criada em 15 de abril de 2003, com sede no Projeto de Assentamento Saco do Rio Preto, Município de Natalândia - MG. A pedagogia da alternância proporciona uma estreita ligação entre Escola, Comunidade e Família, fazendo com que os educandos contextualizem a sua realidade de vida através de instrumentos pedagógicos específicos. Decididos a formar jovens camponeses, dando-lhes o que realmente importa, e da forma mais específica o possível. Assim a Educação do Campo vai se estruturando, tomando forma e ganhando reconhecimento.

21 PONTO DE CULTURA GRUPO TEATRAL FÊNIX

Entidade cultural sem fins lucrativos com 25 anos de fundação, já realizou 38 espetáculos teatrais. Desenvolve várias ações de fomento e preservação da cultura local, tais como oficinas de teatro, dança, artes plásticas, música, grafite e audiovisual para crianças e adolescentes. O grupo é composto por 12 atores.

22 IRRIGANOR: ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES RURAIS E IRRIGANTES DO NOROESTE DE MINAS GERAIS

A Associação tem como objetivo, desde 2015, ser parceira dos agricultores de nossa região, trabalhando lado a lado para que a produção agrícola e a produtividade caminhem em conjunto com a preservação ambiental e a segurança alimentar.

23 MOSTRA DE CINEMA SAGARANA – CINEBARU

Se é a literatura rosiana quem media as relações dos que chegam em Sagarana, o CineBaru pretende ter no cinema – o que se vê e o que se faz – uma ferramenta de troca e afeto. Levar o sertão ao mundo, trazer o mundo ao sertão. Adentrar os gerais como possibilidade de encontro artístico, cinematográfico. As ações do coletivo permeiam o imaginário do cinema como também o cotidiano da Vila de Sagarana e sua íntima relação com o Cerrado, suas águas. As ações desenvolvidas como o “Prêmio Estímulo” e “Meu Cinema, Nosso Território” apoiam a produção audiovisual local atentos as narrativas e perspectivas que emergem das vozes rurais. O Urucuia é rio de mais amor, e o São Miguel, Ribeirão da Ilha, Jiboinha e Boi preto também. Mundo, trazer o mundo ao sertão. Adentrar os gerais como possibilidade de encontro artístico, cinematográfico. As ações do coletivo permeiam o imaginário do cinema como também o cotidiano da Vila de Sagarana e sua íntima relação com o Cerrado, suas águas. As ações desenvolvidas como o “Prêmio Estímulo” e “Meu Cinema” apoiam a produção audiovisual local atenta às narrativas e perspectivas que emergem das vozes rurais. O Urucuia é rio de mais amor, e o Ilha também.

24 ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA BURITI DO MEIO

Vivem no quilombo 756 pessoas, que são atendidos por energia elétrica e escola que funciona até a 8ª série do ensino fundamental. São comemoradas as festas de São Geraldo e de

Nossa Senhora Aparecida, a folia de Bom Jesus, e a folia-de-reis. Praticam, ainda, a dança da coruja, a dança do carneiro, o maculelê e o lundu. Buriti do Meio está certificada desde 2004 pela Fundação Cultural Palmares. Em 2005 foi aberto processo no Incra para titulação das terras da comunidade, o que não ocorreu até o momento.

25 ESCOLA FAMÍLIA AGRÍCOLA DE TABOCAL SÃO FRANCISCO

Localizada na Comunidade Primavera no município de São Francisco (MG). Sua trajetória se mistura à história de vida de todos envolvidos com a escola. Assim a EFA-Tabocal não é apenas um projeto de escola que adota a Pedagogia da Alternância como outras EFAs, é também um projeto de vida que une a convivência com semiárido, a luta pela água e de terra e novas práticas de reexistir com resiliência. É uma das referências em estudos do campo e de pensamento no Gerais com inclusão da arte, da cultura e da música.

26 CENTRAL VEREDAS

Organizada em Rede Solidária, compreende outros 9 núcleos de produção instalados nos municípios de Uruana de Minas, Natalândia, Bonfinópolis, Arinos, Riachinho, Sagarana/Arinos, Serra das Araras/Chapada Gaúcha, Urucuia e Barra do Pequi. Com a participação solidária de artesãos, constituiu parcerias para consolidar sua estrutura e fortalecer os núcleos, garantindo-lhes acesso ao mercado, qualificação, aplicação de preços justos, divulgação dos produtos artesanais, fruto do trabalho de aproximadamente 146 associados, exercendo sua defesa socioeconômica e ambiental combatendo os trabalhos escravo e infantil e promovendo a igualdade de gênero. Muitas veredas têm desaparecido com o aumento do desmatamento e o uso abusivo da água pelo agronegócio, impactando, por exemplo, o plantio do algodão crioulo, do qual viviam várias famílias. O incentivo, nesse sentido, ao artesanato na região como possibilidade econômica,

estimula a produção do algodão e levanta a urgência de um debate responsável em torno do agronegócio, e de medidas mais eficazes para o controle ambiental da região.

27 AGÊNCIA DE BIORREGIÕES DO VALE DO RIO URUCUIA

A Agência de Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Vale do Rio Urucuia é a segunda entidade formada no âmbito da estratégia de articulação comunitária de Arinos e Região. Fundada em 2000, tem como principais objetivos desenvolver a cooperação intermunicipal entre Arinos e Região e articular parcerias no esforço de subjetivação para localização da região e execução de um projeto de desenvolvimento humano, social e sustentável de Arinos e da microrregião de Urucuia Grande Sertão, no vale do Urucuia, com foco no combate à pobreza e desigualdade social. O projeto Barraginhas apoia centenas de famílias do noroeste mineiro a terem água para suas plantações e lida com as criações. O COMSERTÃO é uma estratégia voltada às artes e a música com fins de sensibilizar a população para a sua riqueza enquanto bacia, celeiro da obra Grande Sertão Veredas de Guimarães Rosa e sua riqueza cultural.

28 INSTITUTO CULTURAL E AMBIENTAL ROSA E SERTÃO

Organização de base feminina e Ponto de Cultura, criada em 2007 pelo desejo de professoras da rede municipal, moradoras e moradoras de comunidades tradicionais do município de Chapada Gaúcha de envolver toda a cidade no trabalho com cultura, música e arte, que já era realizado nos pátios da escola e nos encontros e brincadeiras do Encontro dos Povos do Grande Sertão Veredas. Sediada na região do Grande Sertão, à margem esquerda do São Francisco, atua diretamente com comunidades tradicionais veredeira e quilombolas. Presta apoio e assessora a rede de turismo de base comunitária no Mosaico Sertão Veredas-Peruaçu, bem como o mapeamento social de

povos e comunidades tradicionais. Desde 2010, vem trabalhando para proteção dos rios Pardo e Carinhonha. Ativa processos em rede com intuito de fortalecer as artes e cultura como central no desenvolvimento da região. Fruto dessa história, a Manzuá é o braço de educação e comunicação no e sobre o território.

29 ENCONTRO DOS POVOS DO GRANDE SERTÃO VEREDAS

Produção cultural comunitária com agenda anual de quatro dias intensos de arte, cultura e tradição. Ele nasceu com objetivo de fortalecer a cultura sertaneja e o Cerrado, aliando natureza e cultura. Teve sua primeira edição em 2001 e permanece pulsante até os tempos atuais. É um dos maiores encontros do norte e noroeste de Minas Gerais, chegando a atingir um público direto de mais de 2.000 pessoas, entre grupos de folias de reis, dança, rezados e artesanos. É patrimônio imaterial do município e já tramita projeto de lei para reconhecimento como patrimônio cultural de Minas Gerais.

30 MANZUÁ

A Manzuá nasceu do desejo de abrir novos espaços de diálogo, aprendizado e afeto entre as pessoas, para além dos povos que habitam e formam o território do Mosaico Sertão Veredas – Peruaçu. Compreende a natureza não como recurso, mas como relacionamento vivo, sistêmico. A revista impressa teve seu primeiro número produzido em 2016, fruto da trajetória de implantação do Mosaico Sertão Veredas-Peruaçu. Queria, naquele momento, contar uma história. Passaram a se comprometer com uma comunicação com as pessoas, a criar laços de reciprocidade com as comunidades que nos recebem. Assim, nasceu o “Diz aí Gerais” e “Nutre Sertão Veredas”, ações focadas na distribuição de renda e alimentos em tempos pandêmicos e na circulação de informação sobre a covid 19.

31 COOPERATIVA SERTÃO VEREDAS

Criada em 2006 com o intuito de organizar a produção agroextrativista sustentável de produtos do Cerrado, para gerar incremento de renda para os cooperados e valorizar o Cerrado e seus produtos. Os cooperados são comunidades tradicionais, assentados da reforma agrária e quilombolas da região de Chapada Gaúcha e entorno. A Cooperativa comercializa polpa, óleo e farinha de pequi, raspa e óleo de buriti, polpas de frutas congeladas, como cajuzinho do Cerrado, coquinho azedo, mangaba, araticum, aracá, tamarindo, goiaba, acerola e manga, além de doces e geleias de cajuzinho, cagaita e araticum, açúcar mascavo, mel, baru e outros produtos da agricultura familiar. A cooperativa está sediada no município de Chapada Gaúcha, no norte de Minas Gerais, em uma região caracterizada como uma ampla faixa de transição entre o Cerrado e a Caatinga. Por lá, os dois tipos de vegetação se entrelaçam, conformando complexos e variados ecossistemas de transição. Em função das mudanças de altitude e linhas de drenagem, vão se formando as áreas de dominância, ora o Cerrado, ora a Caatinga. O trabalho dos cooperados da Coopsertão incentiva o resgate da cultura alimentar única da região, formada pela mistura de biomas.

32 ASSOCIAÇÃO DE BORDADEIRAS DE SERRA DAS ARARAS

Serra das Araras é um povoado do município de Chapada Gaúcha (MG) que surgiu no final do século XVIII e princípio do século XIX, com moradores da família "Bitto", descendentes de escravos vindos da região de Tremedal, atual Monte Azul. Segundo uma antiga história contada pelos moradores de Chapada Gaúcha, a imagem de Santo Antônio foi encontrada aos pés da Serra das Araras, na "Gruta do Coração", e logo foi levada para a casa de um dos moradores. A Associação de Bordadeiras nasce nesse contexto, unindo a cultura, as veredas do rio Catarina e Feio e seu modo de vida. Elas bordam na Casa de Cultura, espaço comunitário gerido pela Prefeitura.

Sua nutrição enquanto bordado vem da coordenadora Rose, amante da obra de Guimarães Rosa e pesquisadora das histórias de sua comunidade.

33 ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE CABECEIRA DE TAMBORIL

Na madrugada do dia 29 de setembro de 2014, cerca de 135 famílias das comunidades de Poções, Barra do Tamboril, Barra do Pindaibal, Brejinho, Cabeceira de Mocambinho, Capoeirão, Capivara e Angical, Distrito de São Joaquim, no município de Januária, retomaram o seu território tradicional. No sonho e desejo de retornar ao território de seus ancestrais, buscando proteger, recuperar e defender a terra mãe e seus recursos naturais, as famílias continuam acampadas. Desde então, mantém laços de solidariedade e proteção das nascentes que abastecem o rio São Francisco. Cantam todos os anos a São Miguel, comemorado sempre na mesma data para lembrar o dia que sentiram seu território novamente. A associação é chamada mãe de todas e vem desenvolvendo ações de recuperação de áreas degradadas, extrativismo vegetal e sonham com a Casa de Cura.

34 COOPAE: COOPERATIVA DOS PEQUENOS PRODUTORES AGROEXTRATIVISTAS DE PANDEIROS

Situada na região Norte de Minas Gerais, a Coopae reúne cerca de 20 participantes diretos que produzem polpa de frutos do Cerrado, tais como pequi, caju, cajú e cagaita; mel, óleo de pequi e de semente de sucupira; castanha, farofa e condimento a base de pequi; e licor de jenipapo. Além disso, coletam no campo a fava d'anta, de onde se extrai a rutina, substância com propriedades medicinais amplamente utilizada por laboratórios nacionais e estrangeiros. A cooperativa está localizada na Área de Proteção Ambiental (APA) da bacia do rio Pandeiros, que integra a bacia do São Francisco. Essa APA tem quase 400 mil hectares, o que lhe rende a posição de maior unidade de conservação do estado, e está inserida em uma região caracterizada pela diversidade de povos, costumes e

saberes tradicionais. Comunidades de verezeiros, geraizeiros, chapadeiros, ribeirinhos e quilombolas ocupam o território há séculos e empregam os recursos naturais do Cerrado de maneira sustentável com os conhecimentos tradicionais desenvolvidos.

35 MOSAICO SERTÃO VEREDAS-PERUAÇU

Conjunto de áreas protegidas localizadas na margem esquerda do Rio São Francisco, entre as regiões norte e noroeste de Minas Gerais e parte do sudoeste da Bahia. Com área total de 1.783.799 hectares e perímetro de 1.210 km, o Mosaico envolve unidades de conservação ambiental, comunidades tradicionais e a Terra Indígena Xakriabá. Devido à sua grande extensão, o território foi dividido em três núcleos geográficos: Sertão Veredas, Pandeiros e Peruaçu. A divisão, pensada para possibilitar a gestão em nível local, a implementação de projetos e a fiscalização no território, orienta também a experiência do visitante. Cada um desses espaços guarda características ambientais, sociais e culturais específicas, compondo uma rede de sociobiodiversidade.

36 COLETIVO DE CINEMA NAS BARRANCAS DO RIO SÃO FRANCISCO

"Chegamos ao mundo em janeiro de 2020 e existimos por aqui, nas barrancas de Januária, sertão norte de Minas Gerais. O que a gente quer é exibir e produzir filme. É ter para escolher. Se quer ou não, se fica ou se vai. É ser livre."

37 CÁRITAS DIOCESANA DE JANUÁRIA

O Projeto Peruaçu é uma iniciativa que atua através da implementação de tecnologias sociais para alcançar o desenvolvimento socioambiental, incentivando atividades produtivas geradoras de dignidade, qualidade de vida, renda e que possibilitem a revitalização do Rio Peruaçu. As tecnologias sociais apoiadas e fortalecidas na região da bacia do Peruaçu foram mais de 200 barraquinhas de alimentação do lençol d'água; 100 cisternas de placas para consumo humano; 100 fossas biodigestoras; 40

cisternas calçadão e 2 casas/bancos de sementes crioulas. A organização atua com as bases comunitárias e apoia ações diretas sociais de revitalização do rio Peruaçu.

38 CENTRO DE ARTESANATO JANUÁRIA

O Centro de Artesanato tem por finalidade fomentar, articular e apoiar atividades de pesquisas, promoção e divulgação das manifestações culturais, artísticas, dos saberes e dos fazeres tradicionais. Pólo de referência cultural e de memória, atua também como ponto de comercialização e difusão das expressões culturais de Januária, de sua gente e de toda região.

39 ASSOCIAÇÃO DOS AGENTES AMBIENTAIS DO VALE DO PERUAÇU

Organização comunitária que tem como missão incentivar e promover o desenvolvimento econômico e ambiental sustentável na região do Vale do Peruaçu por meio de atividades educativas, culturais, ambientais e turísticas.

40 ASSOCIAÇÃO DOS USUÁRIOS DA SUB-BACIA DO RIO DOS COCHOS

O Programa atua em seis comunidades que fazem parte da bacia do rio dos Cochos, um subafluente do rio São Francisco. São elas: Cabeceira dos Cochos, Sumidouro, Sambaíba, Mamede, Roda D'Água e São Bento, situadas nos municípios de Cônego Marinho e Januária. Ele atende cerca de 300 famílias, com o objetivo de trabalhar a recuperação e a preservação do Rio dos Cochos, envolvendo-as em um processo de capacitação, monitoramento e administração do projeto em todas as suas etapas. Também foram construídas 531 barraginhas de contenção de enxurradas nas seis comunidades da sub-bacia. Além disso, o Programa vem implantando e incentivando atividades de apicultura, de criação de caprinos, galinhas semi-caipiras, um entreposto de frutos do cerrado, campo e casa de sementes. Foi a primeira associação a ter um entreposto de Pequi e comercializar junto a Cooperativa Grande Sertão.

41 COOPERUAÇU: COOPERATIVA DOS AGRICULTORES FAMILIARES E AGROEXTRATIVISTAS DO VALE DO PERUAÇU

Fundada em 2016 com objetivo de melhorar as condições de vida das comunidades da região, conta com aproximadamente 60 agroextrativistas, mulheres em sua maioria. A Cooperuaçu é um empreendimento comunitário que tem como missão incrementar a renda das comunidades rurais e proteger o Cerrado das ameaças constantes. O agroextrativismo verificado no Vale do Peruaçu ajuda a poupar as veredas que, mesmo sendo áreas de preservação, historicamente sofreram graves impactos ambientais. Unidos, os cooperados preservam as nascentes da região e o Rio Peruaçu. Prezando pelo extrativismo feito de forma sustentável, a Cooperuaçu produz polpas de frutas congeladas, polpa de pequi em conserva, creme de pequi, óleo de pequi, molho de pequi com pimenta e sem pimenta, farofa de pequi, castanha de pequi, farinha de jatobá, farinha de mandioca, geleia e compota de umbu, geleia de cagaita e doce de araticum.

42 CASA DA MEDICINA TRADICIONAL XAKRIABÁ (CAMETXA)

Raízes, caules, folhas, cascas de árvores e resinas são algumas das bases para a produção de remédios de prevenção e cura de diversas doenças. Construída nos anos 2000 no maior território indígena de Minas Gerais, a Cametxa é um local de troca de conhecimentos sobre medicina tradicional e também ponto de encontro para o compartilhamento de experiências, formação e beneficiamento de frutos do Cerrado. Conforme ensina o Pajé Vicente, liderança espiritual da Aldeia Caatinguinha, a Casa é fruto da vontade de se ter um ambiente para atendimento de saúde para o Povo Xakriabá, utilizando de sua tradicionalidade.

43 BANCO DE SEMENTES CRIOULAS

As Terras Indígenas Xakriabá e Xakriabá Rancharia localizam-se no município de São João das Missões,

no norte de Minas Gerais. A Terra Indígena Xakriabá foi homologada em 1987, e posteriormente, em 2003, foi acrescentada em área contínua a T.I. Xakriabá Rancharia. O território localiza-se às margens do rio Itacarambi, onde existem pequenos rios temporários e alguns permanentes, na transição dos biomas Cerrado e Caatinga, bem como a Mata Seca, no Norte de Minas Gerais. As áreas são utilizadas tradicionalmente pelos indígenas Xakriabá para acessar alimentos e remédios, sendo os principais: coquinho azedo, mangaba, buriti, pequi, cagaita, umbu, pakari, favela e jatobá. O agroextrativismo tradicional Xakriabá é considerado uma atividade de relevante importância cultural e socioambiental, uma vez que possibilita o uso sustentável dos recursos naturais, fortalecimento cultural, geração e distribuição de renda, autonomia agrícola e segurança alimentar. Com o objetivo de garantir a produção e o acesso às sementes crioulas na Terra Indígena Xakriabá, nasce a iniciativa do Banco de Sementes Crioulas, uma das referências no território.

44 PONTO DE CULTURA LOAS XAKRIABÁ

Reconhecido em 2009, desde então fortalece a agenda de cultura e natureza. Juntamente com o Coletivo de Comunicação Raízes de Xakri, o Ponto de Cultura apoia a comunicação via rádio comunitária e audiovisual com trabalho focado na juventude e sensibilização para a valorização das tradições e retomada rumo ao rio São Francisco.

45 BANDA APOENAH MOVIMENTO BARRANCARTE

Realiza ações poético-musicais, como as composições musicais e poemas inspirados no rio "Opará". São canções em versos que permeiam o sertão, enveredando sempre para o rio, artéria de vida maior. Os poemas que são as nossas músicas descansadas seguem também a mesma jornada, como ferramenta disponível para as ações em prol da preservação do rio São Francisco. Embora o grupo trilhe esse caminho poético de amor ao rio, vale

ressaltar também as ações de cunho ambiental e científico nas áreas protegidas da região do Peruaçu.

46 MOVIMENTO CARTA DE MORRINHOS

Iniciativa independente e cidadã promovida por membros do Vidas Áridas, do Projeto Manuelzão, pescadores e ativistas ambientais de diversas origens sociais e históricas. Do encontro em Matias Cardoso no ano de 2015 surgiu a 'Carta de Morrinhos' e com ela, o lançamento da "Meta 2020 em defesa do São Francisco". O intuito, segundo os participantes, foi reunir todas as propostas num esforço comum de revitalização e preservação do Velho Chico e tratar a complexidade dos rios numa visão sem fronteira. Desde então, o grupo segue com esforços nas esferas públicas e na sociedade para defesa do São Francisco.

47 LAGOAS MARGINAIS

DO RIO SÃO FRANCISCO

As lagoas marginais são consideradas berçários dos peixes. Uma lagoa natural é formada a partir do transbordar do rio São Francisco, assim, suas águas entram pelo sangradores, formando lagoas naturais. A partir de um projeto de pesquisa-ação junto à comunidade de Matias Cardoso, a ação LMSF passou a pesquisar as dinâmicas do rio, possibilitando medir e ter o controle na seca e no tempo úmido da vazão do rio e do consumo da população. Essa ação tem como mediação o Movimento Carta de Morrinhos e conta com o fortalecimento de pesquisas já realizadas em nível local. O maior desafio da ação é proteger as lagoas que se situam em propriedades privadas e ações sem estudos de barramentos dos rios. Na região do norte de Minas, a maior concentração de lagoas naturais está em Mangá.

48 ROMARIA DAS ÁGUAS E DA TERRA

As romarias consistem em espaço importante de reflexão, de celebração, anúncio, denúncia e posicionamento frente à concentração de terras, a privatização das águas, dos direitos negados aos povos do campo e das cidades. Também anunciamos as

conquistas e vitórias do povo organizado, o reencontro com a terra prometida e partilharmos saberes e sabores. Para a realização das romarias das águas e da terra, a CPT conta com a participação das dioceses, paróquias, Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), Cáritas, Pastorais Sociais, STRs e Movimentos Sociais Populares (MST, MPA, Levante Popular da Juventude, etc.). É um espaço construído com pautas políticas e comunhão da esperança. Une os municípios Uruana, Buritis, Chapada Gaúcha, Arinos, Uruçuia, Bonfinópolis, Unaí, Boqueirão, Paracatu, etc. É convocada pela memória subversiva do Evangelho da Vida e da Esperança, fiel ao Deus dos pobres, à terra, às águas de Deus e aos pobres da terra e das águas.

yékity

jequitinhonha

FOTOGRAMAS DOS FILMES

A terra, o canto e as mulheres do Jequitinhonha (2021)
páginas 48, 49, 52 – 55 e 68

Nobreza Popular (2003)
páginas 61 – 64

Rio de mulheres (2009)
páginas 57 e 58

Salto da divisa (2013)
páginas 46, 47, 66 e 67

TEXTO DE JOANA CORRÊA

**Jequitinhonha,
rio da fartura de culturas**
páginas 69 – 71











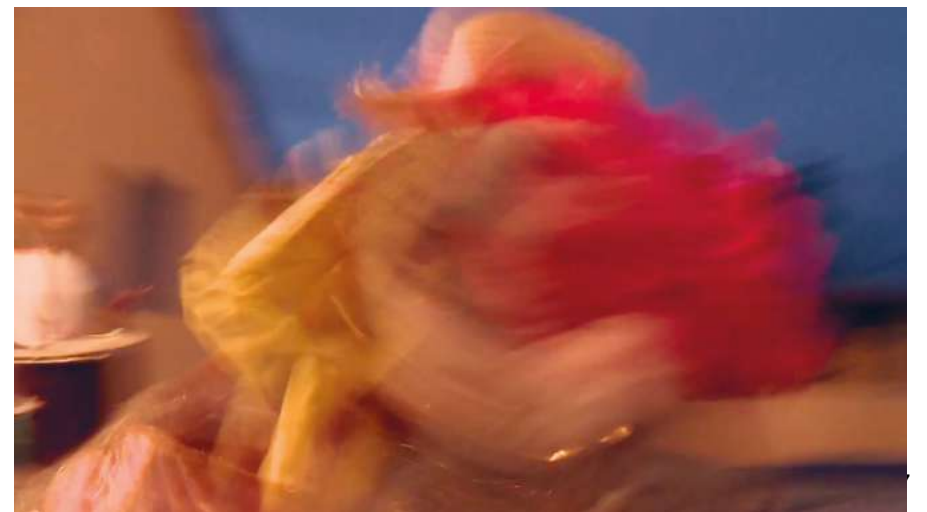












Jequitinhonha, rio da fartura de culturas

Joana Corrêa



Rio de água, gente e invento. Da Serra do Ouro a Belmonte, percorre camadas do tempo. De Minas a Bahia, cobra d'água imensa em seus 1.000km de rio e 65.850km² de bacia. Águas vertentes do Cerrado nascidas em maravilhas nas serras frias do Itituruí. De olho d'água miúdo a corredeira, andarilho, serpenteia seu caminho e gira a roda do moinho. Entre alto, médio, baixo e foz, mais de 50 municípios contados, em contornos variados, conforme o órgão escalado.

Couto de Magalhães de Minas, Datas, Diamantina, Felício dos Santos, Gouveia, Presidente Kubitschek, São Gonçalo do Rio Preto, Senador Modestino Gonçalves, Angelândia, Aricanduva, Berilo, Capelinha, Carbonita, Chapada do Norte, Francisco Badaró, Itamarandiba, Jenipapo de Minas, José Gonçalves de Minas, Leme do Prado, Minas Novas, Turmalina, Veredinha, Araçuaí, Carai, Coronel Murta, Itinga, Novo Cruzeiro, Padre Paraíso, Ponto dos Volantes, Virgem da Lapa, Cachoeira de Pajeú, Comercinho, Itaobim, Medina, Pedra Azul, Almenara, Bandeira, Divisópolis, Felisburgo, Jacinto, Jequitinhonha, Joáima, Jordânia, Mata Verde, Monte Formoso, Palmópolis, Rio do Prado, Rubim, Salto da Divisa, Santa Maria do Salto, Santo Antônio do Jacinto, entre outros que se avizinham e puxam para cá e para lá as linhas da divisa.

O Jequitinhonha, contudo, não se apreende em números. É um rio caudaloso de culturas que se atravessam em nós. Por onde passa, narra memórias de gente semeada em firmamento. Do quilombo, da lapa e da roça. Gente de sabedoria fina que sabe do mundo a que se destina.

Acorda no escuro, junta lenha, acende o fogo e faz fumaça. Café coado doce, fubá suado e biscoito guardado no pote. O sol vem cedo, vai cuidar da criação, água os brotos, planta um roçado, colhe o feijão e guarda semente crioula para a próxima estação. Hora do almoço, couve fina, taioba, fubá de moinho para fazer angu de sustança. Sol a pino, junta a trouxa, vai para o rio, ensaboa e quara a roupa. Já vem a tarde e, ainda, tanto serviço. Cai a noite, água no corpo, céu estrelado, lenha no fogão para fazer contemplação e, não demora, vai fazer reza para espantar maldade e assombração. Rio de expediente.

Rio de heranças e presenças, rupestres, índias, pretas, caboclas e mateiras. Vale indígena do rio largo com fartura de peixe. Maxakali, Pankararu e Pataxó e Aranã. Vale quilombola, travessias assentadas em adobe e pau a pique. Baú, Ausente, Vau, Santa Cruz, Capivari, Vila Nova, Queimadas, Santa Cruz, Macucu, Água Suja, Misericórdia, Santa Rita, Cuba, Cruzinha, Ferreira, Gamela, Gravatá, Moça Santa, Paiol, Porto Alves, Poções, Cachoeira, Folha, Bem Posta, Água Limpa, Caititu, Muniz, Mocó dos Pretos, Morrinhos, Quilombolas, Santo Isidoro, Brejo, Cruzeiro, Tabuleiro, Curral Novo... Vai ouvindo e vai banhando em córregos e ribeirões de fundas águas calungas.

Rio que brota de fundura escura de cava de rocha entoando vissungo. Ê, mukuá! Ô, uenda auê! E segue seu rumo em água de mistério. Benze três vezes, faz chá de raiz, garrafada de guiné. Sustenta a fé em tambori de Catopê. Bate o pé, firma o rumo e abre Caboclo sua marcha. Segue a Marujada em prumo de canoa. Rio acima, rio abaixo. Avá, canoeiro!

Percorre o vale festeiro de tantas Marias, das Nossas Senhoras do Rosário, de Aparecida, dos Prazeres, de Nazaré, dos Santos Pretos Efigênia e Benedito. Em hora sagrada, cessa o expediente da lida. Faz reza, novena e missa, para sair em giro e partilhar a fartura de quem agradece e tem fé no ano bom que 'envem'. Vai 'arreunir' vizinho, compadre e parente. Corta porco, parte boi, faz doce no tacho, assa bolo, quitanda, biscoito espremido e cabo de enxada. Mistura boa para render a farofada.

Batuqueiro, congadeiro, canudeiro e tamborzeiro. Reinado em manto de água, desvio de pranto e quebranto. Fia sua linha em carretel e renda a vida de horizontes. Sabe pôr sentido e fazer feitiço para tirar mau olhar e seguir seu rumo. Rio que corre na batida dos tambores espalhados por Mestre Antônio. Segue um bocado e para de novo. Tempo de Reisado e Boi de Janeiro. Vai girar casa de presépio para fazer folia e louvação.

Vale do barro em flor de aluvião. Noiva de tabatinga, bonecas ajuntadas em ciranda. Chega para cá, vem tirar argila no barrancão, pisar na terra, modelar cobrinha, tornear mulher, fazer tinta de cor natural. Caraiá, Araçuai, Campo Alegre, Coqueiro Campo, Campo de Buriti, Santana do Araçuai e Taiobeiras, logo ali. Dona Isabel, em memória, e seu legado, Glória! Ulisses, que se foi, deixou bicho e gente na terra. Noemisa do barro imaginário, passado ao sobrinho Adriano. Maria Assunção fez gente preta em função de roça e passou para João. Maria Lira das cantigas, das pinturas, das pedras e das runas. Ana, Maria, Rosa, Rita, Vitalina, Zezinha, Aparecida, Deuzani, Durvalina, cercadas de bonecas em quintais de flor.

Vale da linha, do algodão e do bordado. Tecido feminino de tear, bilro, crivo e bastidor. Cristina, Selma, Joaquina, Nicole, Esmerita, Natalina. No fio da roca cresce linha que, depois de

tingida, desenha em colcha cores de vida. De outra feita, desfia, risca, enche e contorna na linha da paciência e do esmero. Mulheres dos entrelaces e das bordas do viver.

Rio que também corre no trançado do capim, cipó, imbirá de caroá. Zanza, zune e campeia. João, José, Zizuino, Conceição. Balainho de toda medida e corda presa no dedão.

Rio das águas que também pingam, ardem e adoçam. Cana tirada na roça, Alambique, cachaça artesanal de cabeça, coração, rabo e mistura. Melado e fervura grossa de rapadura. Ferreira, Machado, Menina, Eustáquio, Silvio, Antônia e Pombinha.

Vale de mistério e poder de firmamento, envolto em fumaça de pito. Zefa, Maria, Pedrinho, Ildeu, Dalva, Coração. Enraizado por quem planta remédio, sabe mexer com planta, reza de arruda e água límpida.

Vale cantador, já fez violeiro nativo e vizinho. Vale de Paulinho, Rubinho, Wilson, Tanuri, Pestana, Farias. E das mulheres de vozes banhadas de águas, cantoras e compositoras, de Dea, das Lavadeiras, do Ribeirão de Areia e de tantas Marias Faceiras.

No entanto, tanto o vale como o rio, às vezes, dão de pegar gorgulho. Briga de cerca, cachorro que come galinha do vizinho. Homem bruto que castiga os filhos. Menino feito homem pelo tio, menina que vira mulher sem escolha de destino. Pega barriga sem marido. Homem que some no rumo da cidade. Barro que vira plástico. Demasia de cimento onde antes só havia chão. Moto barulhenta, música alta de som mecânico, bebedeira de quem mal se aguenta. Desenho rígido de eucalipto, barragem e cova morta de minério de gente que planta o despautério. Vale por vezes triste, que desmancha sua poesia em violência, sujeira e tédio.

O Vale, contudo, não é mono nem estéril. É caudaloso o Vale valoroso feito de culturas. Leito das águas da memória, um rio que pesquisa e reescreve sua história. Frei Chico e o Coral dos Cantadores do Vale nas trincheiras dos cantos antigos. Vale em retrato de Lori, pousa esmerado em lente viajante. Vale das letras e dos versos. Rio dos encontros em festival de maturidade, que para mais de quarenta anos reúne e percorre suas margens. Festivale dos seus filhos, autênticos e adotivos, fez correnteza na resistência e gestou outros tantos de poesias, músicas, cênicas e encantos: Encontro de Flautas do Jequitinhonha, Macucultura, Festival de Teatro de Rua de Araçuai, Festival da Canção de Turmalina. E agora tem universidade e educação no campo, tem jovem que se forma para mudar a sina da família, para fazer conhecimento onde mora sabedoria.

Jequitinhonha é um rio que ajunta e inunda: saberes, fazeres e artes. Esse é o rio que cessa o vale da miséria e se orgulha de tanta fartura.

Versinho do Jequitinhonha
para o Rio Doce

Plantei meu pé de alecrim / meu pé
de alecrim não pegou / num prazo
de 15 dias / meu pé de de alecrim
deu fulô

Rio abaixo e rio acima / cai a noite
vem o dia / vou cantar para o rio doce
/ esse verso de alegria

Somos seres, somos rios / Cada um
tem seu encanto / Eu seguindo pra
Bahia / Você para o Espírito Santo

Coração é mineirinho / onde nascem
nossas águas / espalhamos alegria /
e também lavamos nossas mágoas

Tú és doce, és Watú / pros krenak é
sagrado / um tesouro de água doce /
que tem que ser preservado

Um futuro de água limpa / vem a noite
e a gente sonha / e eu te mando esse
versinho / cá do meu jequitinhonha

Plantei meu pé de alecrim / meu pé
de alecrim não pegou / num prazo
de 15 dias / meu pé de de alecrim
deu fulô



watú

riodoce

FOTOGRAMAS DOS FILMES

À cura do rio (2017)
páginas 76, 78 e 90

Bento (2016)
páginas 84 - 89

Krenak (2017)
páginas 77, 80 - 83

TEXTO DE ROBERTA FONTES

Watú, um rio que quer viver
páginas 91 - 95



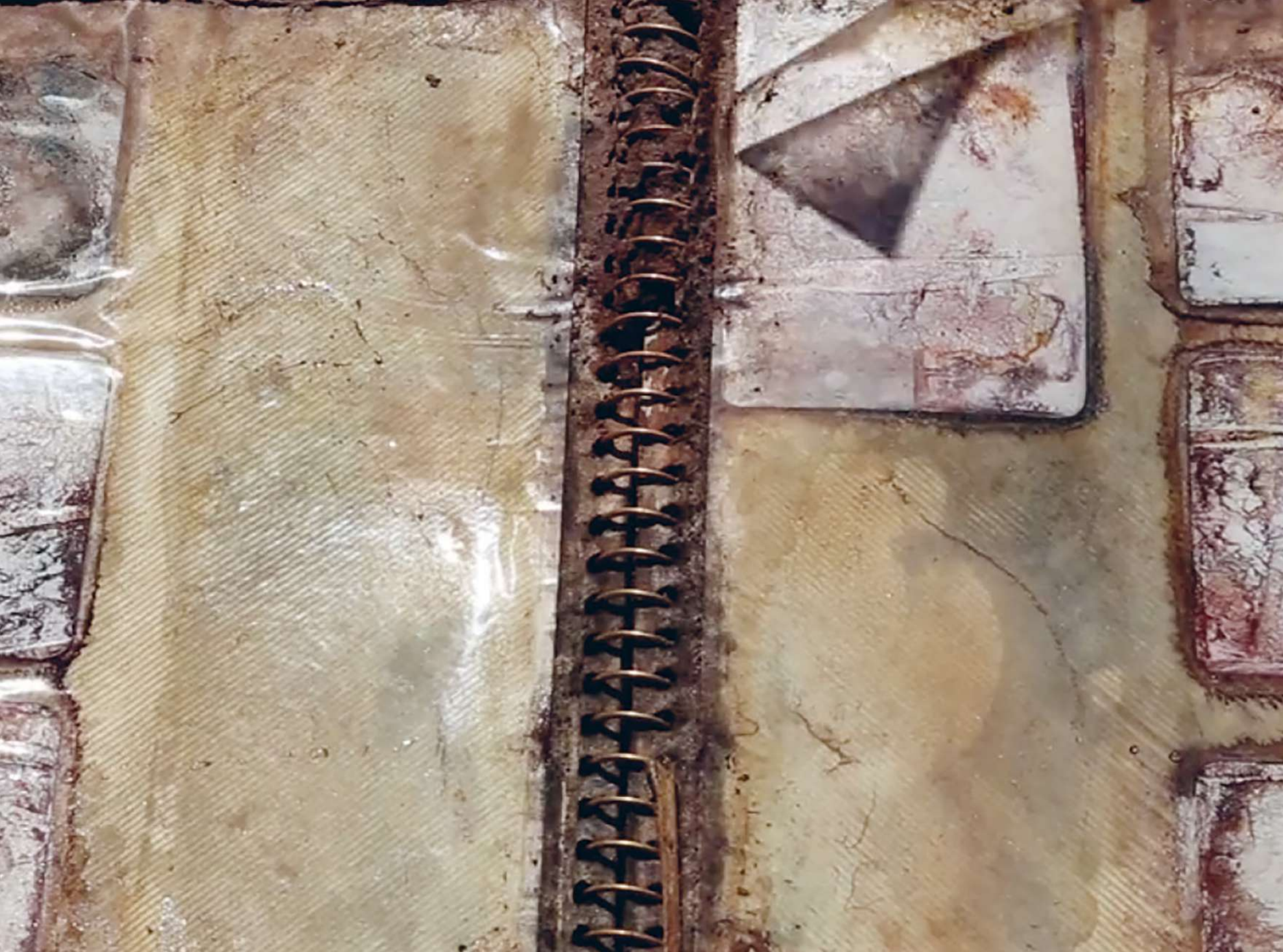














Watú, um rio que quer viver

Roberta Fontes

Nasce um rio em berços singelos, entre pedras e matas, nas montanhas altas de Minas Gerais. Um filho amado da Mantiqueira, a “serra que chora”, e do Espinhaço, cordilheira brasileira. Surge como pequenos filetes de água brotando do fundo da terra, em uma infância brincante, de inocência cristalina, que verte tranquila em seus primeiros momentos de vida. Parte de Ouro Preto e Ressaquinha e, em seu jovem fluir, se apressa e se aventura por terras desconhecidas. Doa-se e abriga tantas outras águas: do fundo da terra, da superfície, do céu. Verte o cântaro, enche a bacia.

Vai confluindo com outras nascentes, outros córregos, riachos, ribeirões, rios, até que, finalmente, no encontro entre o ribeirão do Carmo e o rio Piranga, recebe o nome de rio Doce. Em sua viagem, banha as terras do Espírito Santo e de Minas Gerais, cultivando lugares por entre os mares de morros, Mata Atlântica e Cerrado, até desaguar no acolhedor povoado de Regência, em Linhares. E assim, quem observa com sapiência, logo vê: o rio é ser coletivo, ser de encontros, de doação, de acolhida, existência mutante em travessia.

Sua bacia é família, é o território de águas que se irmanam, de outros seres-rios que se juntam para encontrar seu caminho. Ela permeia e fecunda 229 municípios, dentre eles, Ouro Preto, Mariana, Barra Longa, Ressaquinha, Ponte Nova, Viçosa, Paula Cândido, Ipatinga, Itabira, Coronel Fabriciano, Caratinga, Serro, Conceição do Mato Dentro, Resplendor, Tumiritinga, Ubaporanga, Governador Valadares, Manhuaçu, Colatina, Santa Teresa, Linhares e muitos mais.

A bacia possui a maior área de floresta tropical de Minas Gerais, a maior reserva de Mata Atlântica do interior do país e o terceiro maior complexo lacustre do Brasil, que se encontra no Parque Estadual do Rio Doce, entre as terras mineiras de Marliéria, Timóteo e Dionísio. Além disso, a Lagoa do Bispo, também no Parque, é o maior e mais profundo lago natural do Brasil.

Bacia do Rio Doce, das matas, do verde, do ouro, do barroco, do garimpo, dos sertões do Leste, da estrada de ferro, dos minérios, do aço, das indústrias. Dos povos indígenas Krenak e Puri, de outros tantos dizimados, de tantos outros em ressurgência. Dos colonos

imigrantes, dos Sem Terra, quilombolas, pescadores. Do povo trabalhador da indústria e do comércio nas cidades; dos agricultores familiares, suas associações e cooperativas; dos trabalhadores da cana, do café, da criação do gado e da suinocultura. Dos artesãos da pedra sabão, das painéis de pedra, da palha do milho. Das quitandeiras e bordadeiras. Dos mestres e mestras da cultura popular. Das artes e dos feitos de tanta gente que deixou fortes marcas na história do país: da insurgência de Tiradentes, dos poemas de Drummond, das fotografias de Sebastião Salgado, dos personagens de Ziraldo, da ecologia de Augusto e André Ruschi, do pensamento de Ailton Krenak, das canções de João Bosco e Zé Geraldo.

O rio é alimento, trabalho e sustento; encanto e mistério; morada, fé e cultura. Festas do Divino, romarias e cavalgadas, ticumbis e congadas, jongo e folias. Violas, caixas, ganzás e tambores contam histórias, celebram glórias, reafirmam a fé e choram suas dores. Duas margens, tantas faces. Tantos cheiros e sabores. Da tradicional comida mineira, da famosa moqueca capixaba. Do lado de Minas, tem bambá de couve, lobrobró e frango com quiabo. Cuscuz de rapadura, pão de queijo, cobu e fubá suado. Goiabada cascão, doce de leite e pão dourado. No Espírito Santo, as famosas tripinhas de Linhares, a pereveca em Colatina, muxá ou lelê, peroá frito e as moquecas típicas, que dispensam o dendê.

Mistério também não falta na Bacia do Rio Doce: em sua porção alta, ecoam os contos sobre o lendário Chico Rei, as lendas da Mãe do ouro e do Caboclo D'água – que em Barra Longa ganhou até estátua! Em sua porção média, as histórias sobre as ilhas sagradas do Watú e as grutas de Sete Salões, onde habitam espíritos ancestrais para os Krenak. No baixo rio Doce, a Lagoa Juparanã é morada de encantados e o povo celebra a figura heroica do Caboclo Bernardo, que, em um dia de setembro, se jogou ao mar revolto, salvando 128 naufragos.

Os que moram à beira-rio olham as águas, molham os pés, o corpo, a terra, a vida. Festejam meninos que aprendem a nadar, ajeitam a canoa, saem a pescar, choram a partida de gente que das águas não volta mais. Quem convive com o rio na cidade caminha no fim de tarde às suas margens, observa capivaras, micos, martim-pescador, garças, ilhas, casas ribeirinhas, as pedras que despontam, as pontes e os areais.

É por causa de seus grandes bancos de areia e suas corredeiras que o rio não se deixa navegar por longas distâncias, mas é rio farto, sujeito a cheias, sabe transbordar. Por suas curvas, toda gente guarda alguma memória das tantas enchentes. E o povo não se cansa de alertar: “cuidado, menino! As águas são fundas, a correnteza é forte!”.

Aqui a vida beira o rio, o rio beira a vida. Rios, gente e histórias se entrelaçam em constante movimento, e o Vale do rio Doce é cenário de um intenso fluir marcado por belezas, dores, conflitos e mudanças profundas na correnteza do tempo. O rio vê, sabe, sofre e sente.

Conta-se que originalmente o vale era uma região exuberante de densas matas, água farta, terras férteis, grande biodiversidade e preciosos minerais. Morada de povos ancestrais, “índios bravos”: os botocudos, como eram chamados por quem vinha colonizar. Em verdade, eram vários povos diferentes, cada qual com seu nome, sua língua, seu jeito próprio de ser e viver. Gente brava porque resistia e se refugiava nas terras dos “sertões do Leste”, onde a ocupação era proibida pela Coroa portuguesa, para evitar o contrabando do ouro que saía dos polos mineradores com destino ao litoral.

O rio Doce, bem antes de receber esse nome, já era conhecido pelo povo Krenak como *Watú*. Para eles, o *Watú* é sagrado, é pai, mãe, avô e protetor do seu povo. Jamais um simples recurso natural a ser explorado. Eis que, um dia, o vento mudou seu rumo e as águas se agitaram: decadência do ciclo do ouro; chamado à ocupação do Vale do rio Doce. Houve, então, uma disputa derradeira entre mundos que se chocavam. Guerra declarada aos indígenas, que ao longo dos séculos foram perseguidos, exilados, dizimados.

Vieram a colonização, a civilização, o progresso. Instauração de quartéis e aldeamentos; núcleos de povoamento; fazendas de gado e de café; a chegada de colonos imigrantes, posseiros e grileiros. Mais tarde, a Estrada de Ferro Vitória a Minas cortou o território indígena Krenak para escoar a produção minerária do quadrilátero ferrífero ao litoral. Era o tempo em que o ferro reluzia mais que o ouro.

A industrialização foi impulsionada pela criação da Companhia Vale do Rio Doce e de outras metalúrgicas e siderúrgicas. Houve também a corrida pela mica para uso da indústria bélica durante a Segunda Guerra Mundial, o fenômeno da urbanização, a construção das hidrelétricas e a chegada das monoculturas de eucalipto, conformando recorrentes desertos verdes. Parte do Vale do rio Doce, antes conhecida como Vale Verde, se transformou no Vale do Aço, nome dado aos municípios do polo siderúrgico, que formam, em Minas Gerais, a segunda maior concentração urbana industrial.

O rio, seu vale, sua bacia foram se transformando. Mudanças profundas na configuração social, cultural, econômica e ecológica, na paisagem e nos modos de vida. O celebrado desenvolvimento traz, em sua outra face, a extinção de espécies, poluição, extermínio dos povos indígenas, desmatamento e erosão. Resíduos das fábricas e agrotóxicos envenenam os rios, mudam sua cor, seu cheiro, seus usos. Hidrelétricas alteram o ciclo das águas, o rumo dos peixes, a vida das comunidades ribeirinhas e o fluir do rio, agora já muito distante das memórias cristalinas e tranquilas de sua infância.

O poeta Carlos Drummond de Andrade, itabirano da sub-bacia do rio Santo Antônio, já alertava sobre as contradições observadas: “O Rio? É doce. A Vale? Amarga. Ai, antes fosse mais leve a carga. Entre estatais e multinacionais, quantos ais!”.

Sim, esse rio não é só riso. Essa bacia tem também cacimba de mágoa, lágrimas demais. Os anos de chumbo do período da ditadura militar deixaram marcas dolorosas, com repressão brutal aos trabalhadores rurais e aos remanescentes indígenas. O Reformatório Krenak, criado em seu território originário, às margens do rio, foi um presídio para onde os indígenas eram levados sob qualquer pretexto e sofriam todo tipo de maus tratos. Enquanto isso, suas terras eram loteadas e usurpadas. O Vale do rio Doce já ficou conhecido como uma região marcada por uma das mais violentas lutas pela terra no Brasil.

Todas essas histórias o rio Doce, *Watú*, testemunhou. Em alguns momentos, segundo contam, até interveio. Para os Krenak, ele agiu em defesa de seu povo, por meio da grande enchente de 1979, que destruiu o presídio e retirou os brancos das terras indígenas que estavam ocupando. Muitos Krenak estavam exilados em outros lugares e interpretaram a cheia como um chamado do *Watú* para retornarem. Revolta aquática, chamado mítico que fez com que os indígenas voltassem a pé para suas terras ancestrais. Mais tarde, conquistaram sua demarcação, onde vivem até hoje, na margem esquerda do rio. Carregam ainda o sonho de retomar outra porção de seu território originário, na margem direita, ao qual se sobrepôs o Parque Estadual de Sete Salões.

Também na década de 1980, o começo de uma onda de ocupações do Movimento Sem Terra veio cobrar justiça diante de tantas terras ao longo do tempo expropriadas, concentradas, degradadas, improdutivas. E desenhou no mapa da bacia do rio Doce a presença de tantos acampamentos e assentamentos da reforma agrária.

Talvez a história recente mais dolorosa de se lembrar seja a de 5 de novembro de 2015, em que o rio Doce, já tão sofrido, foi profundamente ferido em toda a sua extensão. O rompimento da barragem de rejeitos de Fundão, pertencente às empresas Samarco, Vale S.A e BHP Billiton e localizada no distrito de Bento Rodrigues em Mariana (MG), derramou um grande volume de lama tóxica em seu leito, tingiu as águas, destruiu uma comunidade inteira, levou vidas humanas e não humanas, devastou a biodiversidade, soterrou histórias.

A lama assolou e feriu da nascente à foz, chegando ao mar. Que terá sido esse dia para o corpo e a alma de um ser-rio? Para quem viu seu mundo desabar? Depois de tudo soterrado, tudo é revirado: luto, luta, indenização, assessoria, projeto, direito, atingido. Estado, Ministério Público, Fundação Renova, Instituto Terra, ONGs, universidades, MAM, MAB, movimentos populares, grupos de assessoria técnica. A Sirene, Caravana Territorial do Rio Doce, Regenera Rio Doce, projetos de reparação, recuperação das nascentes, produção de mudas, curas, rezas, cantos, encontros, romarias, agroecologia, agrofloresta. Algumas palavras que não faziam parte do dia a dia são agora ouvidas à revelia.

Mesmo em meio a tantos sujeitos e ações, persiste o sentimento de que o que foi perdido não facilmente se renova. É preciso repensar os rumos do desenvolvimento: o futuro dos rios, da terra, dos seres humanos conflui para onde? Há quem queira cuidar, curar, lutar, resistir, transformar, recomeçar, limpar as máculas, desaguar num tempo novo?

Entre as nascentes da Mantiqueira e do Espinhaço ainda jorram águas boas e limpas, que relembram que todo ser que nasce é bendito e quer viver. Todo rio que nasce quer fluir, molhar, dar de beber, ser morada de outros seres d'água, lavar, fertilizar, cumprir seu destino – virar mar.

As águas puras nas nascentes ainda insistem em continuar, não desistem e nos inspiram a esperança ativa de renovadas alianças afetivas entre humanos e não humanos, para tomarmos a barca e fazermos a travessia radical exigida por estes tempos. Com as bênçãos dos santos que dão nome a águas que fluem para o Doce – Nossa Senhora do Carmo, Santo Antônio, São Bernardo, Santo Estêvão, São Luís, Santa Joana, Santa Maria do Doce, Santa Teresa –, com as bênçãos dos orixás e dos Marét, com o auxílio das forças do bem de toda fé, que haja vontade e coragem, que tomemos a barca e façamos a travessia!

Versinho do Rio Doce
para o São Francisco

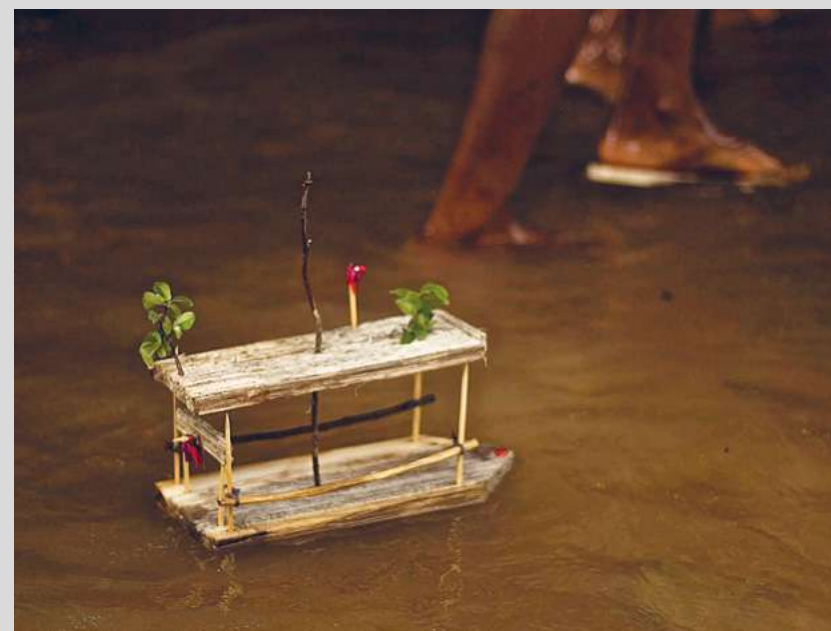
São Francisco, grande rio, / pra você eu
vou cantar / um versinho de amor / pra
poder comemorar

Esse encontro de alegria / momento
especial / nossas águas, nossa gente /
Seres-Rios Festival

Temos que seguir a vida / nada pode
atrapalhar / pois a gente já foi chuva /
e a gente vai ser mar

Eu sou doce até no nome / E você,
integração / liga Minas ao Nordeste /
leva água pro sertão

Sabiá e zabelê / canarinho e tico-tico
/ mais um verso de alegria / vou cantar
pro Velho Chico



opará sãofrancisco

FOTOGRAMAS DOS FILMES

Águas Sagradas (2017)
páginas 112 e 113

**As Carrancas do
São Francisco (1974)**
páginas 106 e 107

Cidade Submersa (2020)
página 117

Cinema no Rio (2014)
página 109

**Dure Nãt Sarõ: Manter
aceso – Queima tradicional
de cerâmica Xakriabá (2017)**
página 110

Felicidade (2017)
páginas 118 – 120

Itacarambi – MG (2017)
páginas 114 e 115

Minas d'águas (2015)
página 116

**Opará, morada dos
nossos ancestrais (2019)**
página 104

**São José do Buriti, Felixlândia,
Minas Gerais (2009)**
páginas 101 e 103

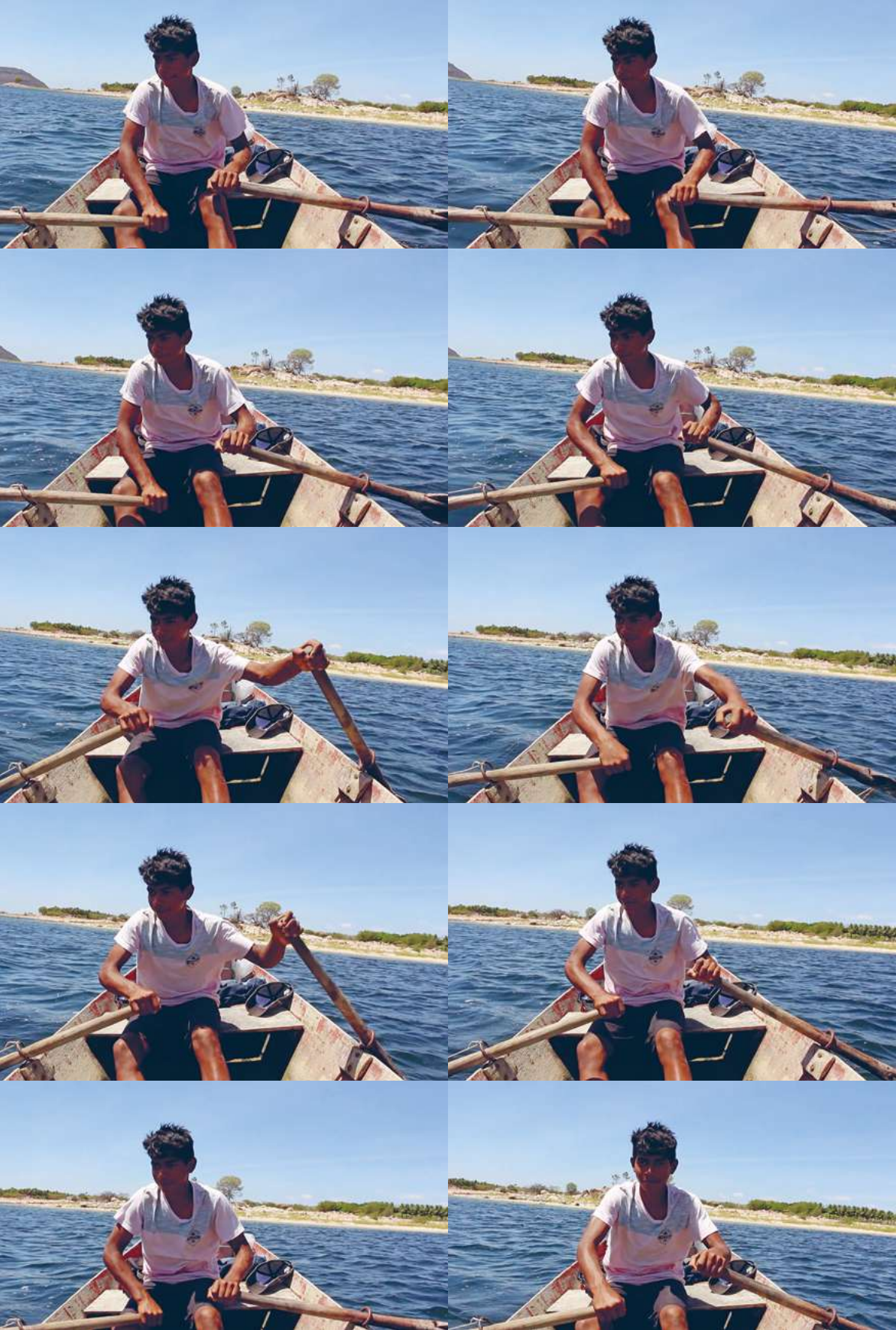
Talhando o rio (2021)
página 102

TEXTO DE GABRIELA MOULIN E MARCELA BERTELI

Desaguar no São Francisco
páginas 121 – 123





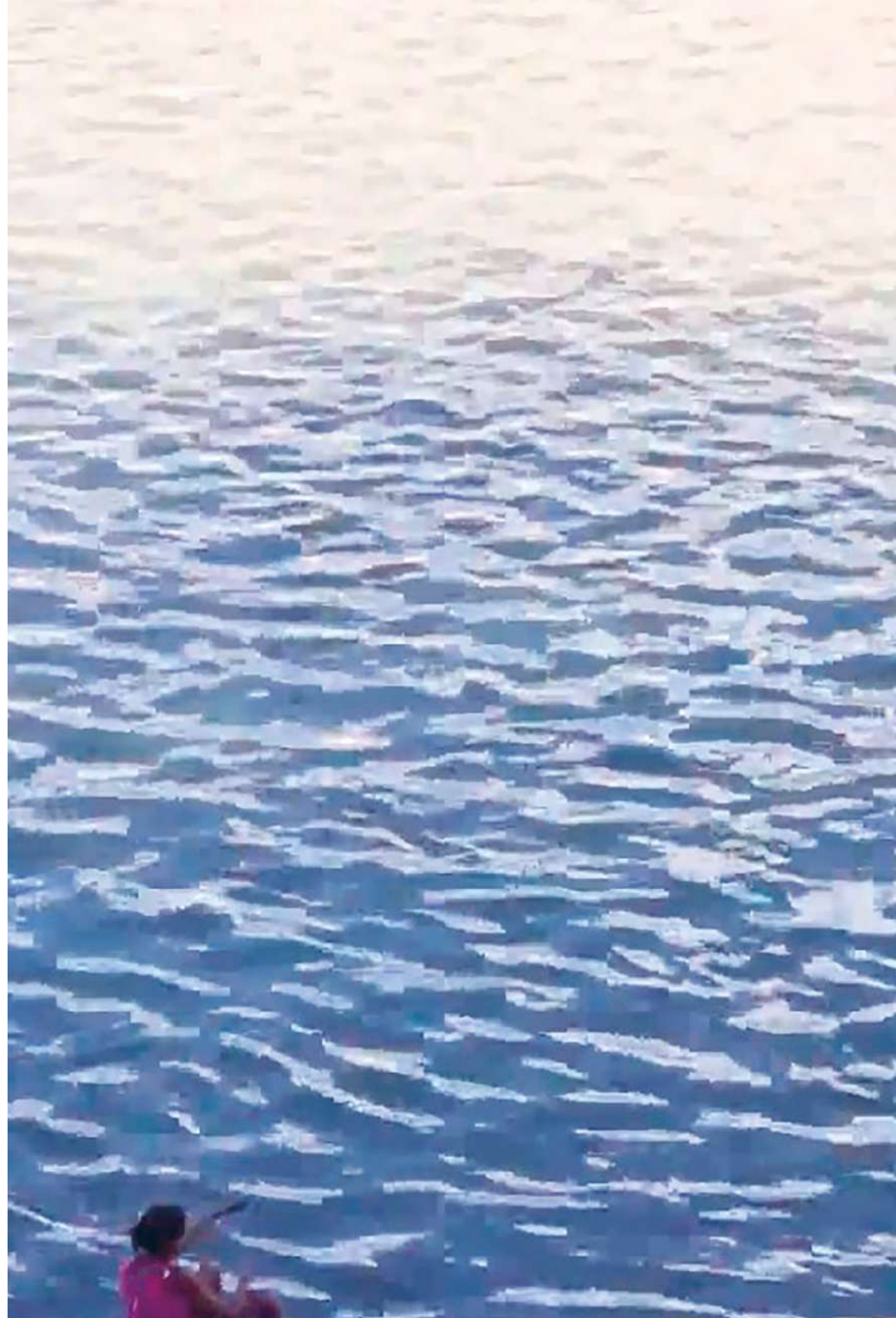
















Desaguar no São Francisco

Gabriela Moulin e Marcela Bertelli



*Agora, por aqui, o senhor já viu: Rio é só o São Francisco, o Rio do Chico.
O resto pequeno é vereda. E algum ribeirão.*

Guimarães Rosa

Generosidade, abundância, mistério, grandeza: assim, o São Francisco se faz em imaginação e presença. Assim, ele nos afeta, assim, está nos sonhos dos mais literários e dos mais literais de um Brasil que vive de Minas a Alagoas – mas toda abundância também esconde ou escancara sua escassez.

Por muito tempo o São Francisco ganhou fama como o rio da “integração nacional”. Nascido nas montanhas de Minas Gerais e indo desaguar nos mares de Alagoas, sua imponente presença atravessa cinco estados brasileiros, percorre seus interiores e desenha seus limites físico-políticos. Por ele, barcos e vapores transportaram gente, víveres e produtos de todos os tipos: sal da terra, rapadura, farinha, cachaça, açúcar, café, ouro, tecidos, arroz pilado, tabaco, couros e peles, cera de carnaúba e carne seca do sertão...

O título, ao qual o rio faz jus em sua amplitude rizomática, esconde e apaga, porém, como aponta Luciana de Oliveira, pesquisadora e professora da UFMG, um vasto conjunto de acúmulo de profissões e de histórias de vida como as de remeiros, tropeiros, fari-
nheiros, rapadureiros, queijeiros, vaqueiros, agricultores, carreiros e guieiros, pescadores, roceiros, beiradeiros que cumpriram um papel indissociável na integração econômica regional, na formação humana e na produção de bens, riquezas e serviços. Gente, águas, lagoas e veredas tão bem descritas por Guimarães Rosa em seu fundamental romance, *Grande Sertão: Veredas*.

Pirapora, Januária, Carinhanha, Bom Jesus da Lapa, Barra, Juazeiro, Petrolina e tantas cidades. Em toda parte, artistas da madeira, do barro, da palha de buriti, da cana brava, das tintas, das danças, da música: o São Francisco os têm em abundância. E é ainda nessas expressões que os mistérios das águas e das matas, seus peixes e animais fantásticos, sua iconografia ancestral vista nas pinturas e cerâmicas indígenas e quilombolas encontram lugares de permanência e de luta.

Uma das mais icônicas imagens do São Francisco em toda a sua parte mais navegável são as carrancas, objetos dotados de poderes mágicos, feitas de madeira ou de outros materiais, que revelam seres míticos criados em formas híbridas – humanas e não humanas –, usadas nas embarcações para proteger os navegantes de seres de outros mundos habitantes de suas águas.

Um dos rios mais cantados nos versos de tantas canções e na poesia popular, nas vozes de lavadeiras, de marujos negros das expressões do Congado, de batuqueiros, de romeiros em procissões navegadas, nos cocos e sambas, nos cantos de remeiros, o santo que dá nome ao rio também está nas rezas pela chuva e nos pedidos de proteção contra as injustiças dos megaprojetos de transposição.

Essa tal amplitude do rio, muitas vezes, esconde a contribuição contundente, ainda que localizada, de viventes como Zé Torino e dona Nelinda. O casal de agricultores da comunidade Olhos D' Água cuida de um conjunto de minas d' água que nascem no quintal de casa e correm, ainda miúdas, em direção ao rio Peruaçu, que passa límpido e silencioso nos fundos do terreno. O rio, por sua vez, segue atravessando trechos de veredas, sendo alimentado por novas águas e provendo pequenas comunidades de povos tradicionais, entre quilombolas, veredeiros e parte da Terra Indígena Xakriabá, passando pelas imensas cavernas que formam seu vale e que foram esculpidas pelo próprio curso – ali chegando a se esconder sob um maciço de pedra e reaparecendo na linda caverna do Janelão, no Parque Nacional Cavernas do Peruaçu, até ajudar a formar as grandes águas do Opará, como é chamado o São Francisco pelos povos indígenas que ocuparam largamente suas margens em grandes trechos, ou Velho Chico, como é nomeado de forma afetiva por seus ribeirinhos.

É em Minas Gerais que o São Francisco recebe mais de 70% de todo o seu volume de água, dependendo de um complexo arranjo composto e interligado pelos sistemas de chuvas, pelas áreas de recarga hídrica como as chapadas e regiões de terras altas, pelas veredas e lagoas de sub-bacias de seus afluentes, além de conjuntos não naturais de represas e barragens que influem no controle da vazão.

Esse arranjo complexo, icônico e generoso, que liga o quintal de Zé Torino e Nelinda à imensidão do grande rio, está, porém, cada dia mais ameaçado pelo desmatamento, pela monocultura, pela produção de carvão e pela criação de gado extensivos em áreas de chapadas, pela instalação e pelo funcionamento de hidrelétricas tanto em seu curso como em muitos trechos dos seus afluentes, pela outorga descontrolada do uso de águas para irrigação, abastecimento humano e bovino, pela diminuição das chuvas, pelo lançamento de poluentes químicos e de esgoto sem tratamento.

Tais ameaças não existem voltadas apenas aos ciclos de formação das águas, mas entrelaçam-se a violências múltiplas contra

povos indígenas, veredeiros, vazanteiros, geraizeiros, ribeirinhos, quilombolas, pescadores artesanais, entre outros povos e comunidades, e ameaçam diretamente a fauna e a flora. Não se perderam apenas espécies, mas também processos ecológicos e sociais. Segundo o biólogo José Alves de Siqueira Filho, foram-se, para sempre, o fenômeno da piracema e seus incríveis peixes migradores, e também as enchentes que regulavam a biota aquática antes do advento das barragens. Além dos peixes, os moradores contam que seres como o Caboclo d' Água, a Iara, a Cabocla Iaiá dos povos Xakriabá, que se escondiam nas matas, nas grotas e nos fundos de leitos, migraram para outros lugares e por isso não são mais vistos. Dionísio de Souza, da beira do Carinhanha, um dos mais importantes afluentes do São Francisco, diz que os Caboclos só ficam em lugares fundos, que não existem mais. Por séculos, as comunidades ribeirinhas conviveram com os ciclos naturais de enchentes do rio e, adaptadas a eles, construíram sua história.

Ao longo das últimas décadas, porém, como ressalta Siqueira Filho, foram observadas tentativas incessantes de uso de tecnologias importadas em que se prioriza a conversão dos ecossistemas naturais em agroecossistemas que exigem elevado uso de insumos externos. Ao que parece, escreve o pesquisador, todo o saber disponível ainda é insuficiente para estancar a sangria das águas do rio São Francisco, e também acabar com a erosão biológica e genética de organismos únicos em todo o planeta.

A transposição de que tanto precisamos é outra. É a transposição dos saberes que seres humanos e não humanos, habitantes do Velho Chico desde as origens, podem nos oferecer. O rio, cansado de guerra, guarda em seus corpos as formas de economia, de convívio, de vida e de esperança de que precisa para seguir sendo. Mais do que nunca, precisamos nos regenerar com o São Francisco.

Versinho do São Francisco
para o Jequitinhonha

Pisa na canoa, canoeiro! / Não deixa a
canoa revirar / essa canoa só foi feita /
para o meu bem passear / essa canoa só
foi feita / para o meu bem passear

Tu de lá e eu de cá / e no meio,
Espinhaço. / Se eu pudesse voaria / pra
te dar um forte abraço

Pois nascemos lá nas serras / cada
um tem seu sertão / e uma gente
encantadora / que é puro coração

Nosso povo é cantador / canta roda
e folia / uma gente que ama a terra /
trabalhando noite e dia

Nossa gente é de valor / e de nada se
envergonha / seja cá no São Francisco /
aí no Jequitinhonha

E agora, grande amigo, / nosso encontro,
afinal! / Eu, o Doce e você / no Seres-
Rios Festival

Pisa na canoa, canoeiro! / Não deixa a
canoa revirar / essa canoa só foi feita /
para o meu bem passear / essa canoa só
foi feita / para o meu bem passear



interflúvios

entre rios e mar

FOTOGRAMAS DOS FILMES

A última volta do Xingu (2021)
páginas 144, 145, 147 – 149 e 151

Pajeú (2020)
páginas 154 e 155

Pontes sobre abismos (2017)
páginas 152 e 153

Yaõkwa – Imagem e memória (2020)
páginas 128, 129 e 131 – 133

Yãkwá – O banquete dos espíritos (1995)
páginas 134, 136, 137 e 156

**Yã Tu Nuhnãhã Payexop
– Encontro de Pajés (2021)**
páginas 140, 142 e 143

TEXTO DE GABRIELA LEANDRO PEREIRA

Goes River: um rio improvável
páginas 157 – 163















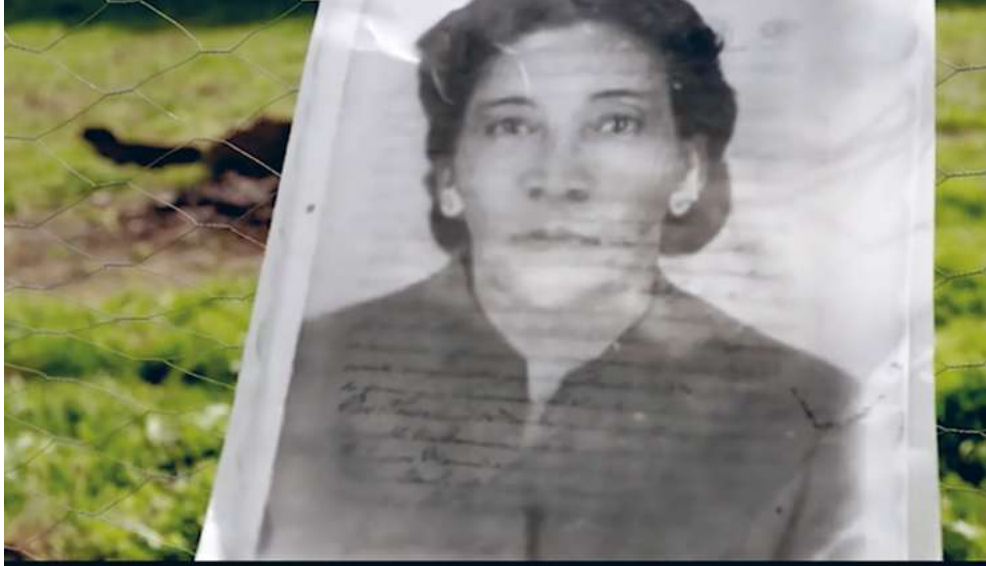
















Goes River: um rio improvável

Gabriela Leandro Pereira

“A história não pode ser contada sem nossa disposição de imaginar o que ela não pode contar.”

Katherine McKittrick

“A água é uma máquina do tempo”

Aline Motta

Goes River me apareceu como um mistério. Seria *Goes* da conjugação do verbo *Go*, em inglês? Arrisquei uma tradução imprecisa e o resultado correspondeu a algo como uma ordem ou um comando: “vai, rio!”, quase um grito de torcida organizada. *Goes* como um nome próprio, talvez “Góes”, acrescentando um acento agudo no “o”? Rio Góes? Seria isso? Abandonei por um tempo a ideia da tradução, mas retive *Goes River* em meus pensamentos. Em algum momento, comecei a cantarolar o refrão da música “*River*” da dupla franco-cubana Ibeyi, composta pelas irmãs Lisa-Kainde e Naomi Diaz: *Come to you, river (Wash my soul) / I will come to you, river (Wash my soul) / I will come to you, river (Wash my soul again)*. Que traduzi como: Ir até você, rio (lave minha alma) / Eu irei até você, rio (lave minha alma) / Eu irei até você, rio (lave minha alma novamente).

Explicarei o lugar que esse rio misterioso, personagem central deste texto, ocupa na história que vou contar e como o chamado das Ibeyis contribuiu para um impulso intuitivo que fez essas águas fluviais transbordarem, transformando esta escrita em um exercício de movimentação afetada pelas correntezas. Em 2020, escutei o dramaturgo e multiartista Diego Araujo falar sobre consciência alagada quando discorria sobre a obra cênica que criou integralmente em Yorubá, intitulada *Quaseilhas*, inspirada nas lembranças da palafita, tipo de casa suspensa sobre as águas, na qual morou durante parte de sua vida em Salvador. Nessa criação e nos estudos realizados para ela, a água informava sobre ausências, sobre os vazios da memória e sobre a reconstrução de corpos afro-diaspóricos. As águas paradas de *Quaseilhas* são também, nas palavras da artista e pesquisadora Laise Machado, “águas da memória”, dispostas e disponibilizadas para invenção e recriação de conexões.

Carrego a ideia desses alagamentos para pensar com eles sobre memórias e rios, sobre como esses corpos d'água guardam em si fluxos e influxos que dizem sobre movimentos de corpos atlânticos, afro-diaspóricos, sobre cheganças, sobre refazimentos e redeslocamentos em busca de terras férteis e desejos de vida emancipada. As águas de *Goes River* me chegaram assim, em resposta a uma busca que tenho realizado através de uma pesquisa indisciplinada, a qual de tempos em tempos retomo, com o intuito de trazer para a superfície a presença dos imigrantes descendentes de africanos vindos de Barbados para Vitória, no Espírito Santo, na primeira metade do século XX.

Eu nasci nessa cidade-ilha e por um tempo imaginei que o desencontro e os obstáculos que se revelavam para que a investigação fluísse eram resultado das imprecisas informações que conseguia reunir sobre esse país insular, quase sempre disponíveis em língua inglesa, e sobre sua história que ainda domino muito pouco. Vitória também é porto e as movimentações marítimas e rotas náuticas ocupam um lugar importante para a compreensão do deslocamento Barbados-Vitória. Se, por um lado, essa geograficidade oceânica é o fundamento que localiza o país-ilha e a cidade-ilha no mesmo Atlântico Negro, ela também é suficientemente ampla para tragá-los para um lugar impossível de alcançar. Como se lê em uma passagem do livro *A Map to no return door*, de Dionne Brand, cujos riscos da tradução assumo por conta própria, “é difícil viver perto do mar. Ele surpreende. [...] Ele possui tudo. Sua pequena vida não é nada para ele. O mar usa tudo”. Evoco essa passagem como alerta, para mim mesma, do quão caprichosa essa investigação que se orienta pelas águas pode ser.

Em paralelo, estive envolvida em outra investigação, que se move por outras águas: as do rio Santa Maria, que conecta a região serrana do Espírito Santo à capital Vitória, desaguando na baía que circunda a cidade-ilha. Também mobilizada pela ideia de trazer para a superfície a história pouco imaginada dessas serras a partir da presença afro-pindorâmica, o rio foi ganhando centralidade na medida em que entendi seu papel na organização do território e nos aportes a ele vinculados para que tais terras fossem transformadas em áreas economicamente dinâmicas. Até o início do século XX, sua inserção no sistema mercantil vinculado à importação e à exportação de produtos oriundos das colônias agrícolas – implantadas nessas serras no século XIX como parte da política ‘imigrantista’ imperial –, dependeu exclusivamente do escoamento da produção através do rio. Se os imigrantes europeus foram tornados donos das terras e das plantações, as águas do rio Santa Maria, por outro lado, eram de domínio quase que exclusivo dos africanos, indígenas e seus descendentes.

No livro *Canoeiros do Rio Santa Maria*, escrito em 1951, João Ribas da Costa afirma que esses sujeitos possuíam uma superioridade inequívoca no que diz respeito à sua vida anfíbia. Se em terra

eram homens como quaisquer outros, distanciados das “castas superiores”, nas águas reinavam em absoluto, sendo eles também o ponto de contato com o mundo exterior e cosmopolita que o porto marítimo lhes fornecia. O saber-fazer canoa também era a eles atribuído, como pude constatar no livro e também nas palavras-memórias do meu avô, João Carlos Pereira, neto de um homem angolano e filho de uma mulher de origem indígena, nascido nessas mesmas serras, em 1921. Seus tios por parte de pai e mãe trabalharam na feitura de canoas que eram também por eles utilizadas para transportar o excedente de sua pequena produção de banana, mandioca, milho e feijão, que comercializavam na capital.

Na esperança de alargar as evidências da presença afro-indígena nas serras capixabas que essa história familiar me trouxe, me direcionei a alguns arquivos levando comigo nome e sobrenome dessa bisavó de origem indígena: Florisbella Duarte dos Santos. No entanto, dentre os *Óbitos registrados no Cemitério de Santo Antônio entre março de 1896 e 1929*, documento transcrito pelo Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, ela aparece como Florisbella “de tal”. “De tal” é a forma negligente como pessoas “desimportantes” – leia-se racializadas, pobres, sobretudo mulheres – foram fixadas nos arquivos. Além do sobrenome, o documento também não registrou seu endereço ou a causa da morte de seu filho de cinco anos, motivo pelo qual ela aparece nesse registro.

Em 1932, Florisbella desceu o rio, sem seu marido, para morar na capital, acompanhando o desprestígio e a decadência do Santa Maria, que desde o início do século XX foi sendo desbancado pela reorganização do território a partir da combinação da implementação de rodovias e ferrovias que substituíram o transporte fluvial na atividade de escoamento da produção agrícola até Vitória.

Aciono essa história por três motivos, nem tão óbvios, mas que no decorrer do texto espero que façam sentido.

O primeiro, é sobre como encontrei *Goes River*. Tal qual fiz quando me vi diante de informações preciosas, como o nome e o sobrenome de Florisbella, busquei em documentos do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo informações sobre a chegada dos barbadianos ao estado. O Arquivo produziu e disponibilizou em formato digital um documento intitulado *Base de dados da imigração estrangeira no Espírito Santo nos séculos XIX e XX*, no qual são especificadas informações sobre o registro de entrada de imigrantes, contendo a relação nominal dos que chegaram a Vitória no recorte temporal indicado. A cada imigrante é atribuída uma numeração, são indicados nome e sobrenome, idade, grau de parentesco (quando registradas famílias), região, comuna/distrito de onde partiram, nome do navio, dia/mês/ano em que chegaram e destino.

Dentre as 54.155 entradas de imigrantes informadas no documento, em sua maioria europeus, apenas 23 vieram de Barbados,

todos no século XX. Dos 23, apenas duas entradas possuíam informações sobre comuna/distrito e, em todos, a data de chegada é imprecisa, extraída dos Prontuários da Polícia Civil do Espírito Santo. Os dois imigrantes cujas comunas/distritos são conhecidos são: Sinclair Phillips, 51 anos, que migrou acompanhado da esposa Mabel Kellman, 49 anos, de Bridgetown; e Wolsey Garfiled Blackman, 43 anos, que migrou acompanhado da esposa Adriana Beckles, de *Goes River*. Bridgetown é a capital de Barbados, país cuja colonização se deu no século XVII pelos ingleses e cuja história com o tráfico escravista se iniciou no mesmo século. Devido à sua localização geográfica e aos ventos favoráveis, o porto de Bridgetown ocupou um lugar importante no comércio de escravizados, funcionando como entreposto para a reexportação de escravizados para a América do Norte, para outras ilhas do Caribe e para a Capitania-Geral da Venezuela. Já *Goes River* não constava como nome de nenhum rio, porto ou cidade portuária de Barbados, tornando-se por um tempo um lugar inacessível e improdutivo no que dizia respeito a descobrir novas pistas que pudessem compor com os fragmentos dessa investigação.

Apesar de inexistente, esse rio foi ocupando um lugar insistente nos meus pensamentos e este é o segundo motivo pelo qual acionei a pesquisa sobre o rio Santa Maria nesta conversa. Antes de chegar a ele, minha busca pelas histórias espaciais sobre as serras capixabas afro-indígenas estiveram atentas às memórias da terra. Só quando libertei o rio do domínio da empresa colonial, sua natureza diaspórica e atlântica veio à tona, trazendo junto uma multidão de canoieiros, africanos vindos de Angola e mulheres indígenas descendo a serra buscando uma vida emancipada na cidade, se negando a estabelecer com a terra uma relação de cativo. Se ele, o rio Santa Maria, ao ser reposicionado nesse quebra-cabeça que busca superar os apagamentos coloniais, fertilizou caminhos até então impensados, poderia *Goes River* apontar também pistas para mudanças de curso e desvelar perspectivas até então não previstas dessa história?

A negligência e a imprecisão dos registros dos arquivos de Florisbella Duarte dos Santos é o terceiro motivo pelo qual o fragmento dessa pesquisa em torno da região serrana se aproxima de Barbados. Demorou um tempo até que a dúvida sobre as informações contidas nos documentos do arquivo se apresentassem para mim de maneira inquisidora: e se os registros em torno da chegada de Wolsey Garfiled Blackman, além de incompletos e imprecisos, estiverem errados? A busca por Florisbella tinha revelado de maneira inquestionável que os documentos não trabalham a favor da retenção de informações cuidadosas daquelas e daqueles que ocupam lugares periféricos na história social. O que emerge quando desloco do lugar da certeza a informação do documento? Assim como “libertei” o rio Santa Maria do registro colonial, o que aconteceria se eu “libertasse” *Goes River* do arquivo? Quando deixo

de encerrar o rio no lugar do inexistente e o deixo vir, caprichoso, caudaloso e farto, o que muda?

I will come to you, river (Wash my soul).

Assumi que esse rio existia e meu desafio passou a ser construir nesse gesto imaginário uma razão que informasse sobre as únicas vidas que se apresentavam vinculadas a ele. A saber: Wolsey Garfiled Blackman e sua esposa, Adriana Beckles.

Questões como “quais terras circundam esse rio?”, e “em qual ponto da costa desse país insular *Goes River* deságua?”, ou “teriam partido da mesma região de Angola os africanos traficados para Barbados e Vitória, como o avô angolano de meu avô?” passaram a orientar a busca por pistas. De água parada contida pelo arquivo, *Goes River* passou a abrigar fabulações animadas em reconectar esse rio à história afro-atlântica da ilha de Vitória.

Um gesto importante para o refazimento dos rumos a partir dessa “fabulação crítica”, como propõe a pesquisadora estadunidense Saidiya Hartman, se deu com a busca de informações sobre os *Blackmans* em Barbados. *Blackmans*, em tradução literal, significa “Homens Pretos”, uma descrição também literal de descendentes de escravizados. Um sobrenome genérico que conferiu a eles a inscrição de sua condição racial dissociada de origens específicas. Imaginei em um primeiro momento que esse sobrenome não me levaria a lugar algum, dada sua generalidade. No entanto, fui surpreendida com os estudos sobre proprietários de escravos e propriedades de terras durante a colonização imperial britânica no Caribe, desenvolvido pelo Centre for the Study of the Legacies of British Slavery, da University College London. No banco de dados organizado pela instituição, uma das categorias de busca é “mapas”. Dentre os mapas das ex-colônias britânicas disponíveis, escolhi Barbados e de imediato fui direcionada para uma cartografia em alta resolução, produzida em 1812, por Francis Louis Barrallier, encarregado de realizar esse levantamento para fins militares.

Barrallier identificou 416 propriedades e seus respectivos proprietários. 109 delas possuem suas informações disponibilizadas ao público, inseridas no banco de dados decorrente de pesquisas realizadas pelo centro de estudos. Para minha surpresa, uma dessas propriedades se chamava “Blackmans”. De acordo com as informações fornecidas pelo banco de dados, a propriedade está localizada em St. Joseph, e entre 1817 e 1913 passou por quatro proprietários: Charles Cadogan (1817), John Rycroft Best (1823-1834), Ward Cadogan (cujos registros apontam que em 1831 possuía uma hipoteca sobre a propriedade Blackmans) e Colvin (nome incompleto, identificado como proprietário em 1913). Em 1817, foram contabilizados 152 escravizados em Blackmans, 91 mulheres e 61 homens. Em 1826 esse número subiu para 215 escravizados. Em 1829, a quantidade de escravizados caiu para 176 em função do grande

número de mortes ocorridas nesse intervalo, voltando a diminuir em 1832, quando foram contabilizados 167 escravizados.

A descoberta da Blackmans Plantation renovou as expectativas em relação à investigação e de modo surpreendente apontou um chão, um sítio e um mapa inesperado. Volto ao mapa e percorro o entorno da propriedade na busca de algum rastro do rio. Blackmans não fica na costa, mas resolvo seguir pelo litoral com a esperança de encontrar nas proximidades da propriedade *Goes River*, ou alguma pista de sua existência. E lá estava ele, a nordeste de Blackman, ainda em St. Joseph, não exatamente *Goes River*, como escrito no documento, mas *Joes River*. Uma troca de letra que em alguns casos em nada alteraria sua pronúncia, mas que, nesse contexto, significou quase sua inviabilidade. De imediato localizo postais com fotografias sem datas e autoria precisas entre o final do século XIX e início do século XX nos quais *Joes River* é o personagem principal. Em um deles, o foco está em uma represa construída no rio e dois homens negros, um em pé e outro sentado, próximos à margem esquerda, completam a paisagem. Na parte inferior do documento, a legenda confirma: “*Joes River, Barbados*”. Em outro cartão postal, três mulheres negras e uma criança ocupam o centro da foto e o rio já não é mais abundante, quase um córrego fraco. Ao fundo, vê-se uma ponte ferroviária, composição da Barbados Railway que funcionou entre 1883 até 1937 conectando Bridgetown a St. Andrew’s, em Belleplaine. A ponte localiza a fotografia entre as localidades de Bathsheba e Cattlewash. A mulher, à direita, está em pé, parada, com uma bacia na cabeça; as duas do centro estão em atividade, lavando roupas nas águas do rio; e a criança, à esquerda, observa. Olhando mais detidamente, na margem direita da foto, um homem, talvez um menino, com mão apoiada nas ancas, aparece parcialmente e parece direcionar o olhar para o fotógrafo. A legenda da foto confirma parte do enredo: “*Joes River Bridge and Washerwomen, Barbados*” (Ponte Joes River e Lavadeiras, Barbados).

Trocando *Goes* por *Joes River* foi possível descobrir também a *Joes River Plantation*, propriedade, cujos primeiros registros datam de 1653 e os últimos datam de 1913, no banco de dados da UCL. Assim como em Blackmans, entre 1826 e 1832 foi contabilizado o contingente de escravizados vinculados à propriedade, que, neste caso, manteve-se bastante estável, sendo a menor quantidade registrada, 234 escravizados, em 1817, e a maior, 249 em 1826.

Ainda que até o momento não tenha sido possível chegar a informações mais precisas sobre como Wolfrey Blackman e Adriana Beckles se relacionam com a Plantation e com o próprio Joes River, localizar esse rio caribenho como parte da história afro-atlântica capixaba abre um portal para um movimento pouco óbvio das relações

diaspóricas, envolvendo Brasil, Portugal, Inglaterra, Barbados e Angola. Por parte dos migrantes, arrisco dizer que o desejo de vida emancipada e os gestos de ‘descaptação’ que moveram o deslocamento de Florisbella das serras para a capital, também moveram a aposta no deslocamento de Joes River para Vitória realizado por Wosley Blackman, Adriana Beckles e os deslocamentos dos outros 21 imigrantes que partiram de Barbados.

“*I will come to you, river (Wash my soul again)*”.

Finalizo reverenciando esse rio e a fertilidade dessas águas, que mesmo diante das ausências e dos vazios da memória provocados pelo arquivo, não se conformam e encontram meios inesperados para reivindicar o movimento, algo tão próprio de sua natureza.

Para ver as imagens citadas ao longo do texto, acesse:

drive.google.com/drivefolders/1kNAn3_ahix6QJaqdTQr_Q5XRdYv2fyq8

Trecho do Versinho
de convite para o festival

O sol entrou, / A lua cheia alumeia /
O rio enche, esvazeia / O remo bate na
areia / Encontra comigo e balanceia

Rio abaixo, rio acima / Vai a noite e vem
o dia / Vou cantar para vocês / Com
amor e alegria

O meu canto é um convite / Pra um
encontro sem igual / De 2 a 10 de agosto
/ Seres-Rios Festival

Um encontro pelos rios / Seres-Rios
Festival / É do BDMG / Nosso veio
cultural

[...]

Seres-Rios cristalinos / Para sempre
a gente sonha / Salve os rios São
Francisco, / Doce e Jequitinhonha

O sol entrou, / A lua cheia alumeia / O rio
enche, esvazeia / O remo bate na areia /
Encontra comigo e balanceia











QUAL É O FUTURO DOS RIOS NAS CIDADES?

Você sabe o nome do rio que passa mais perto de sua casa? Para quem mora nas grandes cidades, essa é uma pergunta difícil de responder, já que no processo de urbanização das cidades brasileiras os rios se tornaram invisíveis, sendo retificados, canalizados, tamponados ou transformados em esgoto. Nesta conversa, o geógrafo Alessandro Borsagli, os urbanistas Fernando Mello Franco e Roberto Andrés e a artista plástica Louise Ganz debatem estratégias e ferramentas para que os rios urbanos saiam da condição de invisibilidade, permaneçam vivos e se tornem protagonistas das cidades e dos ecossistemas.

LOUISE GANZ: Eu gostaria de convidá-los a pensar o futuro dos rios nas cidades. Quais cidades: metrópoles, pequenas cidades? Quais locais: regiões, países? Quais escalas: rios, ribeirões, nascentes, córregos? Quais futuros: logo amanhã ou o futuro em longo prazo?

Isso abre para nós muitas possibilidades, tanto territoriais e espaciais quanto nos modos de fazer, de operar e de pensar estratégias de transformação, já que é urgente uma mudança de paradigma. Infelizmente, a história do Brasil nos mostra que a prática reproduzida por quase todo o território nacional é a de cidades que dão as costas aos rios, cidades onde eles desapareceram, se tornaram invisíveis, foram retificados e canalizados ou transformados em esgoto – tudo isso associado aos sistemas rodoviaristas (que tamponam os córregos em nome de um modelo urbano dependente de grandes mobilidades) e às ocupações das várzeas, seja pelo mercado imobiliário seja de modo ilegal.

Vemos a necessidade de transformações radicais em nosso modo de vida, de consumo, de produção, de distribuição e de descarte das coisas. Diante disso, queria propor que conversássemos sobre quais são as ferramentas, os procedimentos ou as estratégias que vocês conhecem, já estudaram, já experimentaram, já aplicaram ou imaginaram em suas práticas profissionais. Poderiam trazer casos, exemplos dessas ferramentas, desses procedimentos ou estratégias de cidades no Brasil (como São Paulo e Belo Horizonte, que são cidades onde nós, participantes deste diálogo, vivemos), ou em outros países. Ao mesmo tempo, eu queria propor um olhar para a escala das sub-bacias no território urbano, em vez de partirmos da escala dos grandes rios. Mesmo sabendo que estamos falando de um sistema, uma rede, uma trama de água, queria que pensássemos a partir das sub-bacias urbanas, dos bairros, quarteirões e quadras, trazendo para o debate as nascentes e os ribeirões urbanos, com toda a sua trama de matas, quintais, sistemas de energia, distribuição, consumo, transporte, saúde, enfim, tudo aquilo que o Fernando chama de policentrismo.

FERNANDO DE MELLO FRANCO: Antes de começar, gostaria de fazer uma homenagem a alguém que está completamente relacionado ao tema do Festival Seres-Rios, que é o arquiteto Paulo Mendes da Rocha (1928-2021). Se ele pudesse, com certeza, estaria aqui falando sobre uma das questões que pontuaram toda a sua trajetória profissional, a partir de um encontro com o território no qual ele nasceu, repleto de uma riqueza hídrica gigantesca, que é Vitória, e também de todo o aprendizado de observação da natureza, de acompanhamento de um pai engenheiro hidráulico, que tinha como uma das grandes ambições a conexão das macrobacias brasileiras do Paraná, da Amazônia e assim por diante.

A primeira questão que eu gostaria de comentar é a estratégia de atuar a partir das sub-bacias. Eu vejo com bastante

otimismo a possibilidade de invertermos e subvertermos a invisibilidade dos nossos corpos hídricos, por uma série de motivos. Parte dessa possibilidade vem de uma questão conjuntural, que nos permite construir estratégias efetivas, tanto políticas quanto econômicas. E falo da importância das sub-bacias e microbacias porque, de fato, os grandes rios das cidades brasileiras já estão bastante comprometidos. O rio Arrudas, em Belo Horizonte, os rios Pinheiros e Tietê, em São Paulo, são bastante complexos, por exemplo, em função do seu papel estrutural e de sua escala macrometropolitana. As bacias hidrográficas nas quais as nossas cidades se implantam são bem mais ricas, diversas, e vão além dos grandes rios, e é por isso que o papel dos córregos, desses corpos hídricos das sub-bacias, é fundamental.

Eu estou relativamente otimista com relação à inversão da condição de invisibilidade desses corpos hídricos menores por duas questões. A primeira é que há certa consciência ambiental, mesmo que bastante relativa, que faz com que as grandes empresas comecem a adotar a necessidade de relacionar o campo da produção com o campo da estabilidade, em função de todos os desafios que a nossa condição de Antropoceno nos coloca. De certa forma, isso é uma hipótese de uma alavanca que pode ser utilizada a favor daqueles que defendem que essa presença dos corpos hídricos pode estruturar – sobretudo nos territórios locais onde o que queremos seria provavelmente outro cotidiano – outra forma de relacionamento cotidiano com esses corpos d'água e com tudo aquilo que eles trazem. A segunda questão é, de fato, o marco regulatório de saneamento, que incentiva que a questão do saneamento seja enfrentada por meio de parcerias público-privadas. Não vou aqui discutir o quão polêmico e o quão perverso pode ser esse marco e esse processo, mas o fato é que estão previstos investimentos muito significativos para o saneamento das cidades. Se vocês me perguntarem se eu acho que quem está criando fundos de investimento para trabalhar dentro desse marco legal está preocupado em, para além do saneamento *stricto sensu* do ponto de vista técnico, fazer dos corpos d'água espaços, estruturas, infraestruturas para a vida, evidentemente eu vou dizer que não. Aí, porém, está uma oportunidade de batalha, porque a disputa tem que ser exatamente onde estão os instrumentos legais, e sobretudo financeiros, que têm capacidade de transformação.

Esse é um raciocínio a partir do qual nós, no âmbito do MMBB (escritório do qual eu participei durante muitos anos, desde que me formei), fomos convidados pela Bienal Internacional de Arquitetura de Rotterdam (2007), que tinha como tema “Poder” – ou como, de certa maneira, poderíamos empoderar ou reempoderar os arquitetos e urbanistas em relação ao processo de produção da cidade contemporânea. Na época, o que estava regendo a política no Brasil era o

Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)¹, e nossa hipótese era a de que, se encontrássemos uma brecha para entrar e participar dos processos de tomada de decisão e de projeto, de onde o dinheiro estava definindo esses grandes investimentos em infraestrutura, poderíamos tentar operar certa revisão do paradigma que historicamente pautou os projetos de infraestrutura no país.

A partir desse pressuposto, estabelecemos uma parceria entre a Bienal e a Secretaria de Habitação de São Paulo para a realização de um projeto hipotético, em um primeiro momento, dentro da comunidade de Paraisópolis, que é uma das maiores de São Paulo. Paraisópolis tem entre 70 e 100 mil pessoas, e tem basicamente 1km² de área cortada na diagonal pelo córrego do Antonico, totalmente invisibilizado. O dinheiro destinado pelo PAC para o saneamento da favela nos permitiu imaginar como associar a esse investimento outros paradigmas de projeto que pudessem construir um espaço estruturante e de inversões de expectativas de oportunidades para toda aquela comunidade. Esse projeto basicamente se constituiu em um grande eixo de mobilidade e também de lazer, que estrutura novas oportunidades de construção daquilo que, em São Paulo, chamamos de fachadas ativas². A questão não estava exatamente em remover as habitações em situação de risco e garantir a faixa não edificante, mas, sim, manter as formas de uso perpetuadas ao longo do tempo, evitando as novas ocupações. A estratégia era pegar aquilo que sempre foi uma fronteira e ressignificá-la em uma borda porosa, algo como um muro-jardim, onde o rio, sempre visto como barreira, limite administrativo ou limite geográfico, passa a ser algo que permite essas interações. A partir do momento em que aquilo para o qual a cidade dava as costas se abre em oportunidades para uma relação com um fluxo que passa a ser considerável por parte da favela, o que se tem são as ativações resguardando as formas de uso, ou seja, os próprios usos e a geração de renda dos comércios se mantêm.

Um dos momentos mais emocionantes nesse trabalho foi quando nos deparamos com um grupo de mulheres nascidas em Paraisópolis, no início da constituição da favela, que coincide com a época de construção do estádio do Morumbi (por baixo do qual passa um córrego). Essas mulheres eram meninas quando acompanhavam as suas mães lavadeiras, nas nascentes de Paraisópolis, que prestavam serviços para as casas do entorno do Morumbi.

1 Lançado em 2007, o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) foi um programa do governo federal brasileiro, representado na época por Luiz Inácio Lula da Silva, que englobava um conjunto de políticas econômicas com o objetivo de acelerar o crescimento econômico do Brasil, investindo em infraestrutura, saneamento, habitação, transporte, energia e recursos hídricos.

2 Fachada ativa é a ocupação do térreo de edifícios por usos não residenciais, com acesso público e abertura direta para a calçada.

Elas ficavam em torno dessas nascentes lavando roupa e, enquanto lavavam roupa, elas conversavam, trocavam ideias, trocavam confidências e angústias. Aquelas meninas, hoje mulheres, aprenderam grande parte do que sabem do universo feminino a partir desse acompanhamento, enquanto brincavam, ouvindo as histórias. Durante o processo do projeto, elas queriam poder reconhecer e revelar essas nascentes uma vez mais, justamente para reconstruir a importância dessa estrutura hídrico-espacial como um ponto de potência das redes de sociabilidade.

O que podemos desejar, portanto, no processo de renovação do paradigma do projeto, de renovação das formas de uso da infraestrutura urbana, é aproveitar esses elementos que são vistos eminentemente como artefatos técnicos para oferecer formas de construção de outras sociabilidades, de outras redes de relação com aquilo que pode se tornar grandes quintais coletivos da cidade. Espaços cuja potência não está apenas nos serviços ecossistêmicos que prestam – e que tanto precisamos reincorporar no espaço urbano –, mas também no lugar do imaginário e das fantasias de todo e qualquer um que sabe o que significa passar a infância em um quintal.

LOUISE GANZ: Que essas histórias locais não façam parte somente do passado, mas tenham uma permanência no presente e no futuro.

ALESSANDRO BORSAGLI: Como eu trabalho muito com geografia histórica e memória urbana, essa brilhante fala do Fernando me lembrou não só as entrevistas que eu fiz ao longo da escrita do meu livro *Rios Invisíveis da Metrópole Mineira* (2018) – nas quais as pessoas iam se lembrando da relação que elas tinham com as águas que, posteriormente, se tornaram urbanas –, mas também uma situação que eu vivo diariamente no sertão de Janaúba (MG), onde eu moro, a 50 metros do rio Gorutuba. Durante o dia inteiro, as lavadeiras do Gorutuba passam na porta da minha casa, indo e voltando das lavagens de roupa no rio, que está sujeito a algumas leis que protegem a questão do uso da água, por não ter uma vazão considerável e por atravessar uma boa parte do semiárido mineiro. Lembrou muito também a fala das mulheres que moraram no Conjunto Santa Maria, em Belo Horizonte, com as quais eu conversei durante minhas pesquisas. Elas moravam às margens do córrego do Leitão e, na década de 1950, foram removidas para o Conjunto Santa Maria. Mesmo estando a certa distância do córrego, elas desciam quase todos os dias com seus filhos a encosta do bairro Luxemburgo para ir até lá, lavar roupa ou buscar água. E, por fim, me lembrou também a Vila Acaba Mundo (comunidade da região central de Belo Horizonte), onde, no início das minhas pesquisas, existia uma ideia de que os moradores queriam canalizar o curso d'água existente ali. Eu cheguei a ouvir das pessoas de

lá que: “Lá embaixo vocês têm um curso d’água canalizado. Por que vocês canalizaram lá e nós não podemos canalizar aqui?”, mas esse paradigma se quebrou ao longo dos anos. Os contatos que elas tiveram com outras pessoas também mudaram a visão delas em relação à água, porque eles próprios se utilizam daquela água de diversas maneiras, como lavagem de roupa, lazer, trabalho e piscicultura. Então, essas lembranças todas me vieram à cabeça, dos belos trabalhos de campo que eu ainda fazia antes da pandemia.

Uma das principais condicionantes que determinaram a construção de Belo Horizonte no território onde ela está foi a abundância de suas águas, que vertem da Serra do Curral e de parte da Serra da Onça – que hoje é praticamente imperceptível por causa do adensamento urbano e do desgaste natural. Apesar de a Comissão Construtora da Nova Capital localizar sabiamente a cidade entre a Serra do Curral e a Serra da Onça, tendo o ribeirão Arrudas como marco de referência geográfica na paisagem, infelizmente, ele vem sendo escondido nos últimos 15 anos de nossa história. Ao longo do processo de evolução urbana de Belo Horizonte, por conta de interesses políticos e especulação imobiliária, nós rompemos essa relação que tínhamos com as águas. Rompemos com as memórias, as lembranças, as histórias e vivências. Então, abordar as lembranças e memórias dessa relação com a água, que acabou se perdendo em nome de um suposto progresso, é algo muito importante.

Quando eu reflito sobre a maneira predatória com a qual habitamos esse território, eu só consigo pensar que, em tese, nós não poderíamos ocupar áreas que foram modificadas, urbanizadas e impermeabilizadas dessa forma. Essa é a verdadeira realidade em relação às águas, e o grande motivo dos transbordamentos de fundos de vale. Não é possível erradicar um transbordamento de vale, porque é um fenômeno natural, mas mitigar esse processo é algo totalmente possível, principalmente em Belo Horizonte, onde penso muito na possibilidade de irradiar, a partir das sub-bacias, soluções para a reabilitação de todos os cursos d’água afluentes (da microbacia do Acaba Mundo, do Leitão ou da Serra, por exemplo).

Essa ideia de reabilitar já foi bastante debatida nas últimas décadas, e a nuance técnica e a ambiental já se encontram resolvidas, mas, na questão política, ainda não. Então, nós temos esse embate constante, porque quem está por trás do poder não quer que as coisas mudem. Quando vem o problema de um transbordamento ou de uma enchente, a única solução que aparece é a canalização, ou um segundo ou terceiro canais. Nós nos esquecemos, porém, de que os cursos d’água, a rede hidrográfica, são um organismo vivo. Pode não afetar em nível local, mas afeta a jusante, como já aconteceu várias vezes com o ribeirão Arrudas: inúmeras tragédias ocorridas exatamente pelas canalizações realizadas a montante na bacia do ribeirão. E essas questões só se tornam visíveis quando o transbordamento afeta as regiões centrais.

Desde sempre, desde a inauguração da capital, tudo que ocorre fora da avenida do Contorno não preocupa o poder público.

Para que se torne possível a reabilitação dos cursos d’água em Belo Horizonte, é preciso criar mecanismos de mitigação dos transbordamentos, levando em conta a questão topográfica da capital e os contatos geológicos que existem aqui. Do ponto de vista geológico, eu costumo dizer que Belo Horizonte é um *x-tudo*. Tem de tudo aqui: partindo do talvegue do Arrudas até o topo da Serra do Curral, nós temos contatos geológicos incríveis, fantásticos para um estudioso de geologia e geomorfologia. E nós temos que levar em conta, principalmente, a realização de estudos por microbacia, porque cada microbacia do município de Belo Horizonte possui características próprias, características singulares. Não tem como criar um plano geral e aplicar esse plano na bacia do Leitão, que vai ser completamente diferente das bacias da Serra, do Acaba Mundo, do Pinto ou das Piteiras. É preciso, também, pensar em médio prazo. Não adianta pensar em reabilitação de águas, mudanças, investimentos em educação ambiental para, depois, cair nas mesmas armadilhas de sempre. O DRENURBS³ quebrou um pouco esse paradigma, que é uma gota de esperança em um oceano de erros, mas, infelizmente, depois foi convertido em justificativa de canalização.

Eu acredito que seja totalmente possível irradiar, por exemplo, soluções de reabilitação dos cursos d’água a partir do Parque Municipal, do eixo do Acaba Mundo ou do Arrudas. E isso é urgente e necessário, porque a cidade não aguenta mais, os cursos d’água não aguentam mais, e o meio do qual fazemos parte não aguenta mais. Assim como as nossas serras também não aguentam mais essa voracidade predatória minerária, que vem arrebentando com tudo e colocando nosso ecossistema em perigo.

LOUISE GANZ: Foi ótimo você trazer essa dimensão regional e falar das mineradoras, Alessandro, porque todos esses sistemas estão completamente interligados. Nós trabalhamos na região do Cercadinho, que fica muito próxima à região da Serra do Curral, e, lá, fica muito visível essa relação das áreas minerárias abusivas. São importantes essas ferramentas, esses procedimentos ou essas estratégias para pensarmos os futuros dos rios na cidade.

ROBERTO ANDRÉS: Para pensar o futuro, eu queria recuperar rapidamente o passado e retomar como os rios se tornaram o que são

3 O Programa de Recuperação Ambiental de Belo Horizonte (DRENURBS) foi um programa lançado pela Secretaria Municipal de Política Urbana de Belo Horizonte, em 2001. Na sua formulação foi utilizada uma concepção inovadora em relação aos recursos hídricos no meio urbano, na qual se priorizava a reintegração dos cursos d’água à paisagem, contrária à solução da canalização como única possível.

hoje nas cidades. Eu vou falar principalmente das grandes cidades, porque acho que elas acabam operando como um vetor, puxando as pequenas e médias cidades para o mesmo caminho.

O processo de modernização e urbanização brasileira foi muito peculiar e muito diferente do que se viu no centro do capitalismo na segunda metade do século XX, porque se deu para uns à custa dos outros, com muita exclusão. Eu tenho dito que esse processo se deu por uma dupla exclusão, tanto da população pobre, que teve que fazer seus bairros nas periferias, quanto dos elementos naturais que foram desde muito cedo ignorados, esquecidos, como se pudessem ser controlados ou como se o lugar deles não fosse a cidade e esse território da vida. Na nossa periferia do capitalismo, do lado da modernização, desde muito cedo enxergamos os cursos d'água nas cidades como um obstáculo para o trânsito. Diante dessa voracidade de ter mais espaço para o automóvel, os cursos d'água passam a ser vistos como algo que atrapalha o aumento de espaço, como se isso fosse resolver o problema do trânsito. Todo mundo que estudou mobilidade urbana sabe que não resolve, que isso só induz ao uso de mais automóveis, e que esse problema se soluciona com transporte público e mobilidade não motorizada. No entanto, a partir do rumo de alguns países do Norte, principalmente os Estados Unidos, nós seguimos essa lógica de ampliar espaço para o automóvel durante décadas, o que serviu muito bem para a indústria automobilística e para as construtoras. Por outro lado, os córregos e rios foram sendo estrangulados nesse processo e, desde muito, vistos como empecilho.

Já do lado que não se modernizou, o lado da exclusão e do atraso (cuja manutenção acaba servindo à modernização), nós nunca conseguimos resolver o problema de jogar esgoto nesses córregos. Estamos em 2021 e continuamos jogando esgoto nos córregos e rios das cidades brasileiras. Isso é algo descabido, porque é, no mínimo, um raciocínio no qual um município desconsidera o vizinho, que está na próxima etapa daquela bacia – o esgoto da sua casa vai parar no município vizinho. Esses dois elementos contribuíram historicamente para gerar uma percepção negativa dos rios na cidade: o rio passa a ser aquilo que atrapalha o progresso, além de ser esse elemento sujo, cheio de esgoto, fétido, que ninguém quer na sua casa. Eu acho que só conseguimos pensar esse futuro encarando essas questões: com uma revisão de mobilidade urbana, que de fato permita que esse espaço do curso d'água exista e possa ser priorizado; e com a noção de que essa água tem que ser limpa, porque ninguém quer um esgoto correndo a céu aberto perto de sua casa.

Encarar o transporte público e o saneamento, duas infraestruturas extremamente onerosas, é a forma que eu vislumbro para que possamos fazer com que os rios voltem a existir. Isso não significa que tenhamos que fazê-las primeiro para, depois, permitir que as águas voltem a aparecer na cidade, pois isso pode se tornar um ciclo

que não sai do lugar. Por isso, é muito interessante a ideia de pensar a partir da borda, das sub-bacias. Nós tivemos uma experiência interessante em uma disciplina na Escola de Arquitetura da UFMG, trabalhando com o pessoal do bairro Jardim Felicidade, na região norte de Belo Horizonte – bairro com um dos menores IDHs da cidade. Esse bairro tem uma nascente muito bonita, um pequeno afluente do córrego do Tamboril que nasce atrás de uma escola, em uma encosta com problemas de erosão, e que caía em uma caixa d'água quebrada. Nessa experiência, nós pudemos fazer um processo de revitalização da nascente, em modo mutirão, envolvendo os alunos junto com a comunidade do bairro. Usamos a ideia da caixa d'água que a própria população tinha feito para constituir uma espécie de clube a céu aberto, com uma piscininha simples, mas com um nível melhor de acabamento e de uso pelas pessoas. Em seguida, transformamos aquela rua em uma Rua de Lazer. Foi um processo extremamente barato, feito em mutirão, que, se fosse realizado pelo poder público, poderia ter um potencial de se consolidar de fato – acho que é algo que ainda está em disputa justamente pela precariedade, pela dificuldade, mas que permitiu às pessoas vislumbrarem o uso cotidiano da água na cidade, e às crianças brincarem e nadarem em um dia de sol, com as pessoas indo buscar água ou parando ali para conversar ao lado da nascente. Isso é algo que poderia estar acontecendo em diversas outras nascentes que temos no território de Belo Horizonte, de São Paulo, e de tantas outras cidades brasileiras.

Eu queria tentar contrapor essa dificuldade infraestrutural (que ainda vamos enfrentar por muitos anos) com essa nossa maneira de fomentar os desejos e colocar a agenda da importância fundamental do lazer aquático, que, no Brasil, como tantas outras coisas, vira privilégio de elite. E o lazer, esse ato de poder ir ao clube ou ter uma piscina pública perto de casa, é essencial para a vida, é um direito que deve ser distribuído na cidade, ainda mais em um mundo que se aquece cada vez mais. Eu compartilhei esse caso do Jardim Felicidade como um exemplo de muitas possibilidades de atuação das bordas para o centro, o que me parece ser uma ótima possibilidade de atuação e de criação de outro imaginário.

LOUISE GANZ: É bem possível notarmos como as pessoas que vivem nas regiões metropolitanas das cidades, principalmente em Belo Horizonte, têm um apreço pelas águas, pelos córregos, pelas nascentes. Vemos que a vida em comum que muitos moradores têm com as águas é algo muito presente, e envolve cuidado, relatos de histórias do passado e do presente, e um desejo de permanência dessas águas nessas regiões. E isso bate de frente com outros desejos que repetem uma pedagogia implantada e absorvida por grande parte da população, que diz que a única solução existente é o tamponamento, a canalização e a retificação. Esses opostos existem

muito claramente nas várias regiões da cidade, falando especificamente de Belo Horizonte.

Eu queria, então, que levássemos a conversa nessa direção, e pensássemos como poderíamos popularizar essa discussão sobre os rios urbanos e a vida possível junto a eles. Como poderíamos ter isso junto à opinião pública e ampliar essa discussão para um número maior de pessoas, para além do problema relacionado aos períodos de inundação ou de seca, que é quando o debate se aquece? Como trazer essas questões para a vida cotidiana? Eu penso muito na ideia de cidades praianas, de como a praia é uma experiência da vida cotidiana tão presente nas cidades do litoral. Como os rios e córregos poderiam estar presentes na vida cotidiana, nas conversas de botequim, e se tornar um desejo para as pessoas?

Ao mesmo tempo – e talvez essa seja uma questão um pouco mais difícil – como os representantes do povo, nas câmaras municipais, estaduais e federais, poderiam compreender a importância da dimensão do cotidiano, da possibilidade de vida com os rios? Como poderíamos pensar, no âmbito das políticas públicas, algo diferente dessa lógica do asfalto, do viário, do esgotamento sanitário, e do tamponamento dos rios e córregos?

FERNANDO MELLO FRANCO: Acho que tanto o ponto de vista da conversa de botequim quanto o ponto de vista da conversa com os tomadores de decisão têm que ser trazidos para o debate. Em relação aos tomadores de decisão, acho que o Roberto está repleto de razão quando relaciona a problemática dos rios com a mobilidade. Também precisamos, porém, relacionar a questão sistêmica dos corpos d'água com a questão da habitação, porque em grande medida os assentamentos irregulares ocuparam aquilo que a sociedade e o marco regulatório determinaram como áreas não edificantes – e, portanto, áreas sem valor de uso, e sem valor de troca. Pelo menos em São Paulo, foi nas áreas não edificantes ao longo de todos os córregos que as ocupações irregulares aconteceram e vêm acontecendo, porque são áreas que estão ali, dando boeira. Toda essa discussão muito séria a respeito do enfrentamento do quadro de emergência climática nos traz a questão sobre a valoração dos serviços ecossistêmicos. Então, já que o dinheiro fala mais alto, estão tentando valorar o que seriam os serviços ecossistêmicos para os tomadores de decisão – e, racionalmente falando, poderíamos facilmente mostrar que a recuperação dos córregos e dos seus sistemas ambientais correlatos traria um impacto econômico significativo.

Do ponto de vista da conversa de bar, acho que intuitivamente está havendo uma mudança radical, inclusive acentuada pela pandemia. Eu moro em um lugar muito curioso, uma cumeeira, e há uma avenida de fundo de vale de um lado (a Pacaembú), e uma avenida de fundo de vale do outro (a Sumaré), ambas sobre córregos

tamponados. Recentemente, introduziram ali um novo modelo de espaço público, muito parecido com a *rambla* espanhola, ocupando o canteiro central com ciclovias, não só ativadas por bicicletas, mas por gente correndo e passeando com cachorro. A pandemia nos trouxe a necessidade de sair do nosso confinamento doméstico e ir para o espaço aberto. Em São Paulo, nos finais de semana, parte das vias são fechadas para os carros e abertas para uso da população – e nós vemos aquilo que eu considero como a praia do paulistano, que não é evidentemente a mesma do carioca, mas se dá nos espaços lineares, no calçadão, no viaduto, no Minhocão, na avenida Paulista. Há toda uma lógica de desenho de espaço público no Brasil que é frágil e, de fato, temos uma carência no desenho de praças, por exemplo, porém os espaços mais absurdos, como um viaduto árido como o Minhocão ou um calçadão, funcionam muito bem. Existe uma lógica da procissão religiosa, da procissão do Carnaval, que faz com que esses espaços lineares funcionem muito bem.

Esses córregos, na sua perspectiva de transformação, implicam a construção de espaços de linearidade do ir e vir que, fundamentalmente, têm a ver com o *footing* da cidade do interior de São Paulo, em que as meninas andavam em volta da praça no sentido horário e os meninos no sentido anti-horário para se verem e cruzarem os olhares. Essa linearidade na configuração do espaço público é uma coisa que sempre deu muito certo aqui, ainda que espontaneamente. E para que essas novas formas de uso das avenidas velhas em cima de córregos tamponados, que de fato vêm sendo cada vez mais ativadas e valorizadas pela população, sejam plenamente consolidadas falta apenas uma coisa: revelar o córrego que se esconde embaixo das vias. Trata-se da perspectiva de podermos diminuir o espaço destinado ao sistema viário para ampliar esses ditos canteiros centrais, trazendo uma perspectiva de dar outra forma para aquilo que já vem sendo uma prática cotidiana, ainda que inconsciente, da relação íntima da trama urbana com a estrutura dos rios e córregos da cidade. Fala-se que São Paulo é radioconcentrica, mas isso é uma balela! O sistema é tronco-alimentador radicalmente conectado com a rede hídrica, pelos motivos que o Roberto colocou.

Então, a conversa de bar já vem se dando inclusive sobre os córregos, quando eu vejo no final dessas manhãs de sábados, domingos e feriados as pessoas sentadas em cadeirinhas de praia, colocadas no meio desses canteiros, junto a um vendedor de coco. As pessoas se encontram sobre o rio cuja passagem garantiu, de certa forma, a existência desse espaço. E, tanto no bar quanto na mesa do coco, essa tomada de consciência poderia ser amplificada com a revelação desses cursos d'água, a partir da supressão de parte do sistema viário e da ampliação desses espaços de uso cada vez mais necessários – em função do que a pandemia nos colocou, de que nossas casas são pequenas, nos faltam quintais e os quintais foram banidos dos apartamentos

PROGRAMA DE PRESERVAÇÃO DOS OLHOS D'ÁGUA DOS AFLUENTES DO RIO DAS VELHAS

PODER PÚBLICO - PODER DO POVO
ATO MUNICIPAL
DEPARTAMENTO DE PATRIMÔNIO PÚBLICO
MISTÉRIO PÚBLICO NACIONAL

CAMPO DE FUTEBOL DE VARZEA LEÔNIDAS DA SILVA

PODER PÚBLICO - PODER DO POVO
ATO MUNICIPAL
DEPARTAMENTO DE PATRIMÔNIO PÚBLICO
MISTÉRIO PÚBLICO NACIONAL

e das casas. Precisamos reconstruir esses quintais urbanos e esses espaços lineares, que vêm sendo ressignificados com bastante sucesso, ainda que os rios continuem ocultos aqui em São Paulo.

LOUISE GANZ: Alessandro, após esse depoimento do Fernando, você poderia nos falar, então, sobre essas possibilidades de popularização a partir das suas andanças e conversas com a população em Belo Horizonte ou em outras regiões que você conhece bem?

ALESSANDRO BORSAGLI: Há alguns anos, um candidato a vereador de Belo Horizonte me pediu um exemplar do livro *Rios Invisíveis da Metrópole Mineira*, mas o plano dele era cobrir o Arrudas até a divisa com Sabará, fazendo umas praças de esporte. Depois que ele ficou sabendo o que o livro realmente abordava, ele desapareceu. Eu gosto de divulgar minhas pesquisas nas redes sociais, e faço isso desde 2010. Desde o primeiro texto que publiquei sobre a rede hidrográfica em Belo Horizonte, tive retornos muito interessantes. Percebo que essas redes, apesar de amplamente utilizadas para o mal, também podem ser um veículo interessante, um canal não só de diálogo, mas também de divulgação de imagens, pesquisas, análises ou reflexões para o cidadão comum pensar sobre todas as mudanças que ocorreram na paisagem urbana. E, também, de como nós poderíamos reverter a situação atual a partir de toda essa reflexão acerca do passado, passando pelo presente em direção ao futuro, porque ficar só admirando o passado com nostalgia não resolve absolutamente nada.

Quando realizei uma pesquisa nos jornais *Diário de Minas* e *Estado de Minas* sobre o Nova BH 66, o programa de reforma urbana de Belo Horizonte que sepultou uma grande parte da rede hidrográfica da bacia do Arrudas, me deparei com mais de dois terços das cartas dos leitores publicadas pedindo a cobertura dos cursos d'água, por causa do mau cheiro e dos resíduos sólidos. Ano passado, porém, conversando com alguns jornalistas e tendo acesso a outros documentos, eu vi que a realidade não era bem essa, e que eles direcionavam o que deveria ser publicado. Existia também essa ideia de não canalização, de recuperação, limpeza e retirada de esgoto – porque não adianta falarmos de reabilitação, como foi muito bem colocado aqui, sem falar da retirada, da interceptação e do tratamento dos esgotos. Em conversas com a população, nessas andanças por causa dos meus trabalhos de campo, eu vejo que é completamente possível abandonar esse paradigma das canalizações e mostrar exemplos não só em nível local, regional e nacional, mas também em nível global.

Existe total possibilidade de conviver com essa água em meio urbano, com ela recuperada, reabilitada, com parques ciliares que nos períodos de estiagem podem ser ocupados pela população e, nos períodos chuvosos, servem como áreas permeáveis para quando o curso d'água sair da sua calha. E se mostrarmos as possibilidades

para melhorar a questão do lazer, do clima e da sociabilidade do espaço de convivência, é totalmente possível conscientizar a respeito de uma plena reabilitação dos cursos d'água, e de uma existência deles em meio urbano. É o que acontece hoje no Parque das Mangabeiras, que conserva grande parte das cabeceiras do córrego da Serra e é um espaço amplamente ocupado, apropriado pela população de Belo Horizonte, pelo menos parte dele.

LOUISE GANZ: Roberto, você poderia falar um pouco sobre como educar esses representantes do povo, se é que é possível?

ROBERTO ANDRÉS: A conversa de botequim está mais fácil, Louise! Queria falar de três pontos aqui: um deles é que precisamos criar possibilidades de abrir o imaginário, porque é muito natural que as sociedades fiquem reféns do que elas conseguem imaginar. O segundo, é que precisamos poder experimentar e, para isso, as bordas, os territórios que não foram levados até o limite da lógica do que se chama de progresso têm mais possibilidades de experimentação, mas não somente. E o terceiro ponto é que precisamos, também, reconhecer o que já foi feito e saber utilizar isso.

Para essa discussão do imaginário, eu queria contar a história de uma placa que apareceu no córrego do Leitão, em um dia de 2013, que dizia “Renaturalização do Córrego do Leitão”. Era uma placa dessas típicas de obra pública, com uma imagem que mostrava aquele quarteirão do córrego do Leitão com ele correndo limpo, aberto, com escadarias, ciclovias e espaços para as pessoas frequentarem – em uma rua que, naquele momento, tinha quatro pistas de automóvel. Aquela placa foi uma das coisas mais legais que eu já vi, no sentido de gerar um debate e de ativar essa conversa de botequim, porque as pessoas ficavam na frente da placa falando: “Isso aqui não é possível, vai tirar a pista de carro”. Chegava outro e falava: “Eu achei ótimo, porque a gente pode usar. Hoje em dia está cheio de carros, e agora a gente vai poder usar, brincar no rio. Vou trazer meus filhos”. Aí, o outro falava: “Meu avô me conta que ele já pescou nesse rio”. Aí, vinha aquele senhorzinho que falava: “Isso é um absurdo, vai juntar maconheiro e morador de rua”. E surgia toda essa dinâmica, que é a dinâmica do debate público. Chamamos aquela placa de um microparlamento cidadão, no sentido de que o debate da política mais essencial (o da *polis*, o que implica o que vai acontecer no meu espaço coletivo imediato, na minha rua, na minha esquina, na minha cidade) começou a acontecer com os sujeitos que durante grande parte da sua vida estavam alheios a essas questões. As pessoas não sabiam se essa placa era da prefeitura, se não era, até que saiu na imprensa e, finalmente, três dias depois, a prefeitura mandou retirar a placa e a Polícia Federal anunciou que estava procurando os autores.



AREA PROTEGIDA:
PROIBIDO JOGAR LIXO,
ENTULHOS E OUTROS
DEJETOS HUMANOS

PODER PUBLICO - PODER DO POVO
ATO MUNICIPAL
DEPARTAMENTO DE PATRIMÔNIO PUBLICO
MISTÉRIO PUBLICO NACIONAL

RESERVA AMBIENTAL
MATA NATIVA
JARDIM DE ESCULTURAS

PODER PUBLICO - PODER DO POVO
ATO MUNICIPAL
DEPARTAMENTO DE PATRIMÔNIO PUBLICO
MISTÉRIO PUBLICO NACIONAL

Sobre a experimentação, tem muita coisa acontecendo em Belo Horizonte. No Jardim Felicidade; no ribeirão do Onça, onde a população tem feito esse trabalho de recuperar as margens e transformar em áreas de lazer; e no quintal do Seu Nonô, na região Leste, que é um córrego onde corre água limpa e do qual ele cuida maravilhosamente. Quando as pessoas começam a experimentar essa possibilidade de ter um parquinho do lado do rio, de ter uma nascente em que você pode nadar, de ver o córrego limpo e ver que ele é bonito, que ele é agradável de estar, que ele pode ter uma mata em volta dele, isso ativa o debate. E Belo Horizonte já teve bons projetos de experimentação nesse sentido, como o DRENURBS, no final dos anos 1990, que executou projetos como o parque Nossa Senhora da Piedade e o parque Primeiro de Maio, onde tem córregos correndo limpos, a população do entorno usando, as crianças brincando. Depois, infelizmente, o próprio DRENURBS se desvirtuou, começou a canalizar córregos e segue canalizando. No entanto, esses primeiros parques deveriam ser lugares de excursões das nossas turmas de estudantes de Arquitetura, de debates, de cinemas ao ar livre, e de possibilidades de as pessoas começarem a reconhecer esses lugares e ver que é possível fazer, que esses discursos de outras possibilidades não são utópicos. Esses parques existem, podem ser acessados de metrô, passaram por resolutivas como as que o Fernando colocou – de realocar uma população que morava ali por causa desse grande processo de exclusão que é a sociedade brasileira –, por meio de uma política habitacional adequada. Acredito que precisamos juntar essas formas de ativar experiências, porque somente ativando o desejo e a ideia concreta na cabeça das pessoas de que algo é possível é que podemos conseguir sair da estagnação que encobriu esse debate por muitos anos.

LOUISE GANZ: Para finalizarmos, eu gostaria que cada um de vocês trouxesse, em uma frase, uma imagem para esses futuros das cidades com os rios. Uma imagem positiva e potente para que esses rios não sejam os inimigos pintados na cabeça de uma parte da população, mas sejam entendidos como companheiros do cotidiano. Porque é isso que estamos desejando nessa mudança de paradigma tão urgente.

FERNANDO MELLO FRANCO: A imagem que eu queria trazer é aquela que o sociólogo Richard Sennett traz no artigo dele, *A cidade aberta*, em que ele coloca exatamente a diferença entre a fronteira na qual precisamos de passaporte para passar e a borda porosa. E os rios sempre foram fronteiras nessas cidades. Em cima dessa ideia e dessa imagem, eu imagino todos nós, sentados na borda de uma piscina, com os nossos pés na água e os nossos copos de cerveja ao lado, celebrando a existência desse corpo d'água.

ALESSANDRO BORSAGLI: Pensando os rios aqui de Belo Horizonte, eu não tenho como não me lembrar do parque das Águas, na região do

Barreiro, vendo aqueles meandros correndo em meio ao parque.
Para mim, rio é vida, rio é ócio, rio é lazer, sendo ou não avenida.
Rio para mim é isso.

ROBERTO ANDRÉS: Eu queria lembrar um dia em que levamos um bloco de carnaval, com umas mil pessoas, para a beira do ribeirão do Onça, em um lugar muito bonito, onde ele se encontra com o ribeirão da Izidora. Ali, tinha uma prainha com uma mata linda atrás, de onde ouvíamos os passarinhos. Muita gente queria nadar, porque era um dia de sol de carnaval, mas os dois córregos estavam extremamente poluídos. E estávamos em Belo Horizonte, a 10 km da Praça Sete, do centro da cidade. A imagem que eu queria trazer é nós vermos e vivermos essa praia de domingo no ribeirão, com as pessoas sentadas em suas cadeiras (moradores da região, pessoas que vêm de outros lados da cidade, pessoas que vêm de cidades vizinhas) e que chegaram lá de transporte público, de metrô, de bicicleta. E que essas pessoas possam subir alguns minutos por esse parque ciliar do ribeirão do Onça até chegar a uma cachoeira maravilhosa, com mais de 5m de altura, dessas que costumamos viajar quilômetros para visitar. Ela está ali, próxima ao centro de Belo Horizonte. Que possamos viver isso no domingo com a população, de forma democrática, sem barreiras. Que qualquer um possa chegar e usufruir desse bem natural, essencial para nossa vida.



MISTÉRIO PÚBLICO NACIONAL

DEPOIS DAS CHEIAS DOS RIOS DOCE, ARRUDAS, DAS VELHAS, SÃO FRANCISCO: CONJUNTO HABITACIONAL CONSTRUÍDO EM PARCERIA PÚBLICO PRIVADA SOBRE BREJO DE OLHOS D'ÁGUA SECA O OLHO. Y ENQUANTO AS PAREDES DOS CASEBRES UMEDECEM Y O MOFO TOMA CONTA DE TODA A CASA Y TUDO QUE AHI SE ENCONTRA, FALTA ÁGUA NAS TORNEIRAS Y CAIXAS D'ÁGUA O VENTO DOS CANOS GIRA OS PONTEIROS DOS REGISTROS Y CONTA ELEVADA EXIGE PAGAMENTOS DOS MORADORES EM BENEFÍCIO DA CIA DE ÁGUA Y TRATAMENTO DE ESGOTO - SOB AS RUAS OS CANOS SANITÁRIOS ESTOURAM Y ASSIM SOBRE AS RUAS EMERGEM RIOS DE ÁGUAS INSALUBRES QUE TRAZEM CONSIGO ENTRE MUITAS ENFERMIDADES A AFAMADA DOENZSA DA BARRIGA D'ÁGUA.

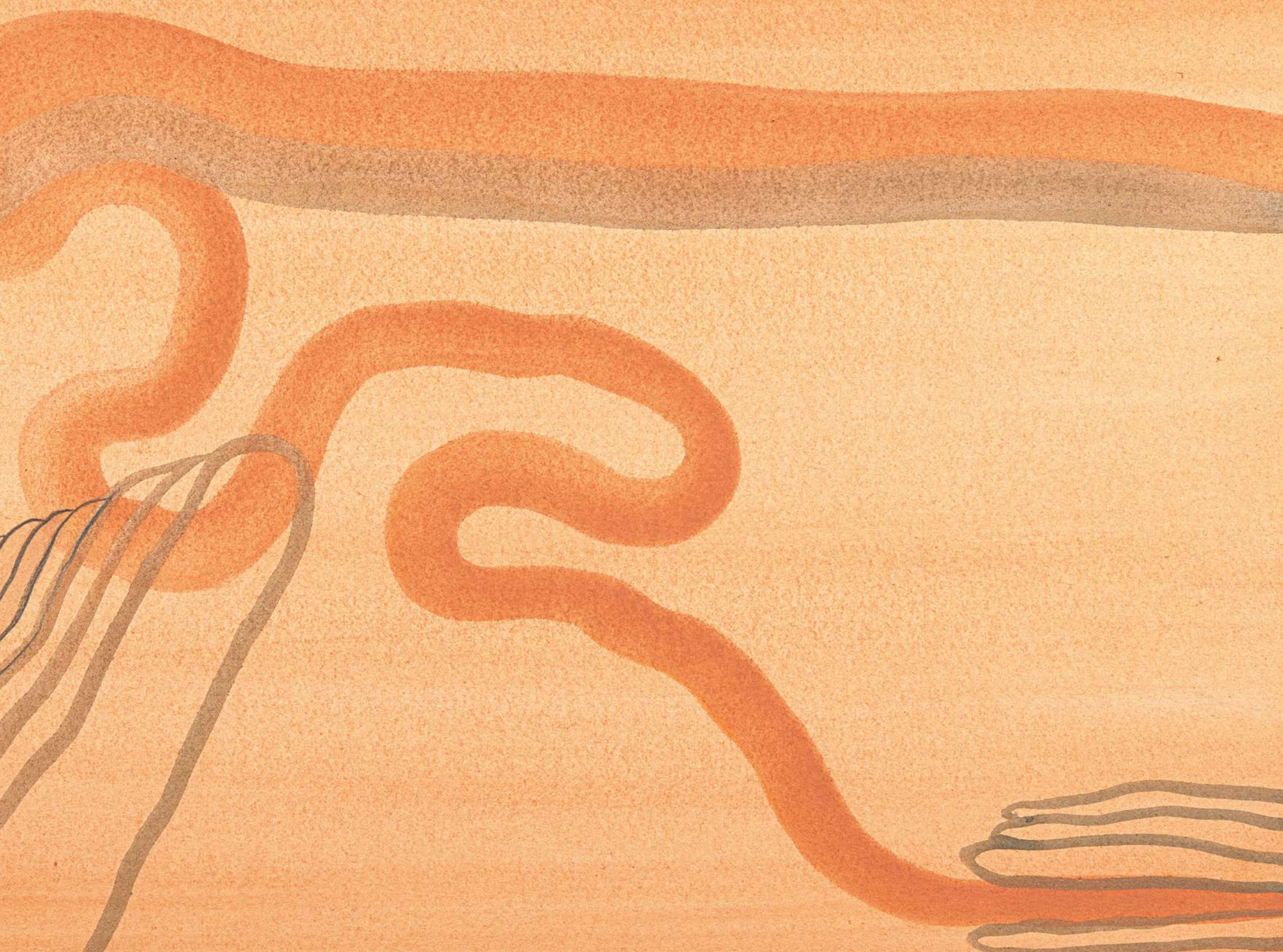
OLHO D'ÁGUA CEGO

MISTÉRIO PÚBLICO NACIONAL

olho d'água

PAULO NAZARETH

um resto de mata no alto do Morro do Palmital y outro na baixada -- sinalizo os olhos d'água que ainda restam com placas verdes y ocre preparo o caminho com pedras y placas de [PODER PÚBLICO] mudas frutíferas do cerrado y mata atlântica são replantadas y espalhadas pelo território de Luzia, damos preferências as mais antigas y pouco domesticadas mas sem nos esquecermos das frutas de mercado que nos servem quase maquiagem, um bunito de supermarket. - bancos de prazsa se espalham ahi como escusa de urbanismo y modernidade, a fim de garantir a permanência do nativo visto como exotico.





TERCEIRA MARGEM

Como fabular contra a corrente?

Se não nos faltam histórias e capacidade de ficcionalizar outros modos de estar no mundo, como, então, fabular contra as narrativas do desastre, nutrindo possibilidades de uma vida mais próxima dos outros seres? Nesta conversa entre os escritores Júlia Medeiros, Mía Couto e Maria Esther Maciel, navegamos por entre as páginas de uma literatura que deságua na reinvenção da nossa relação com o mundo natural.

JÚLIA MEDEIROS: Gostaria de apresentar o tema do nosso encontro com um trecho de um poema do Manoel de Barros, esse maravilhoso poeta brasileiro, pantaneiro, que eu não poderia deixar de trazer para esta conversa:

“Cresci brincando no chão, entre formigas. De uma infância livre e sem comparamentos. Eu tinha mais comunhão com as coisas que comparação. Porque se a gente fala a partir de ser criança, a gente faz comunhão: de um orvalho e sua aranha, de uma tarde e suas garças, de um pássaro e sua árvore. Então eu trago das minhas raízes criancêiras a visão comungante e oblíqua das coisas. Eu sei dizer sem pudor que o escuro me ilumina. É um paradoxo que ajuda a poesia e que eu falo sem pudor. Eu tenho que essa visão oblíqua vem de eu ter sido criança em algum lugar perdido onde havia transfusão da natureza e comunhão com ela. Era o menino e os bichinhos. Era o menino e o sol. O menino e o rio. Era o menino e as árvores.”

Eu queria começar pela Maria Esther Maciel, que acabou de lançar a *Pequena Enciclopédia de Seres Comuns* (2021) – esses seres sem grandes excepcionalidades, mas raros à sua maneira, e também comuns, porque fazem comunhão com outros seres. O livro é composto por verbetes, que são seres com nomes compostos, Joões e Marias, como Maria Esther. Maria Esther, como você começou a fazer comunhão entre seres humanos e não humanos, entre a biologia e a poesia?

MARIA ESTHER MACIEL: Eu costumo dizer que sou uma bióloga fictícia. Acredito que a relação entre Literatura e Biologia nos possibilita, ao mesmo tempo, entrar na esfera do que é vivo, do que existe como força vital no mundo real, e transformar essa experiência em um fluxo de palavras também vivo. Se a Biologia investiga a natureza pelas lentes da ciência, a Literatura é capaz de transfigurar, pela ficção e pelos recursos da linguagem poética, os saberes biológicos em história, ações crítico-criativas e sensações. Daí que o convite para esta conversa tenha me instigado tanto, mesmo que, como eu disse, eu seja uma bióloga que não é uma bióloga, que finge ser uma na medida do impossível.

É exatamente essa definição que antecede a minha *Enciclopédia de Seres Comuns*: é uma espécie de introito para essa enciclopédia, porque ali eu tento catalogar seres de diferentes reinos, de diferentes espécies, a partir de um olhar que alia pesquisa científica e imaginação. Todos eles foram escolhidos e dispostos em verbetes a partir dos nomes (o critério é onomástico), então, as Marias são todos animais e plantas que têm Maria no nome; os Joões, a mesma coisa, todos que têm João no nome popular. Tem as Viúvas e Viuvinhas, e depois os Híbridos, não necessariamente porque são fantásticos ou misturas de seres de distintas espécies do reino animal e vegetal, mas que são

híbridos também nos nomes – o mico-leão, o besouro-rinoceronte, a gazela-girafa, ou seja, todos esses seres que têm nomes híbridos exatamente porque eles apresentam afinidades com outros. A imaginação popular cria seus nomes a partir dessas associações. É um livro todo feito de verbetes em que eu penso também em explorar a dimensão de indivíduo que cada ser possui, e também dentro da esfera maior da natureza, dentro de suas espécies, de seus reinos. Cada ser descrito, de alguma maneira, está ali com uma subjetividade, com uma história particular, e eu tento imaginar, como humana, a maneira como esses seres veem o mundo, os saberes que eles têm sobre a vida, como eles se relacionam com o entorno e como eles se relacionam com outros seres. Essa é minha *Pequena Enciclopédia de Seres Comuns*, e que vem muito ao encontro de experiências pessoais no que remete à minha convivência com as plantas, com os animais no mundo rural, em minha infância em Patos de Minas, à beira do rio Paranaíba. Sempre tive um apreço muito grande pelo que é vivo: os vegetais, os animais, as águas, as pedras, a terra.

JÚLIA MEDEIROS: Um livro lindíssimo, com ilustração da artista Júlia Panadés, não é isso?

MARIA ESTHER MACIEL: Sim, a Júlia ilustrou o livro. Cada verbete tem a descrição e a imagem correspondente, e foi muito interessante que a Júlia Panadés entrou nesse jogo dos dados científicos e dos exercícios ficcionais, dos exercícios da imaginação. Ela conseguiu criar imagens condizentes com a proposta do livro, que foi exatamente essa.

JÚLIA MEDEIROS: O livro me fez pensar muito nos nomes, no exercício poético de nomear – não só como um exercício de fabular outros seres e outras composições, mas também de evidência de comunhão entre seres. E falando em comunhão, eu queria te perguntar, Mia, foi um gato quem te batizou?

MIA COUTO: Não, não foi um gato! Foi, digamos assim, uma relação que eu criei, porque nós vivíamos numa casa que tinha uma varanda, e a varanda é uma coisa que marcou muito a minha vida. Marcou porque era uma espécie de lugar que servia de interface entre essa África que começava para além das paredes da minha casa, e essa Europa que eu trazia por razão de ser filho de imigrantes portugueses. Então, a varanda era esse lugar de transição, era um lugar onde acontecia uma espécie de internet daquele momento. Foi ali que eu vivi essa aprendizagem de outros mundos – e um dos mundos era o dos bichos. A minha cidade era uma cidade colonial, uma cidade muito próxima da Savana Africana, e ali apareciam vários bichos, entre os quais, alguns domésticos, outros menos domésticos. Apareciam gatos e, segundo contam meus pais, em certo momento eu pensava que eu era um deles, comia com eles, dormia com eles (porque eu vivia com esses gatos).

Então, a certa altura, eu teria dito a meus pais que eu queria me chamar Mia, e a coisa foi tomada a sério, o que é algo realmente revelador de um tipo de consciência que meus pais tinham do lugar dos filhos como seres que, apesar de serem crianças, tinham já alguma soberania sobre si mesmos.

Esse foi um pouco o princípio, junto ao fato de nós vivermos perto de um parque natural que se chama Gorongosa. Por razão da minha profissão, eu conheço vários parques e reservas naturais em África, e talvez aquele seja um dos mais bonitos do mundo – estava ali mesmo, pertinho da minha cidade, no centro de Moçambique. A primeira vez que fomos lá, eu tinha talvez uns seis anos, e lembro-me do meu pai. Isso me faz pensar muito em uma coisa que o escritor Eduardo Galeano escreveu sobre a primeira vez que o menino viu o mar e o pai o perguntou se ele precisava de ajuda para olhar – eu precisei de ajuda para ver o que eu estava vendo, porque aquela paisagem realmente é algo que representa uma espécie de princípio do mundo. Ali passa o vale do Rift, há uma extensão enorme de uma pradaria, de uma savana quase sem árvores com centenas de espécies de animais, e há um grande rio que passa.

De fato, aquela passagem para mim, que era filho de um ateu, conferiu essa possibilidade de uma intimidade, uma proximidade: eu me sentia pequeno, mas era um sentir-se bem, assim, com essa ausência de tamanho. E meu pai pôs sua mão no meu ombro, que para mim era uma grande mão – depois, descobri que tinha mãos pequenas quando ele ficou mais velho e eu cresci –, e disse: “Olha, esta é a tua igreja”. E, de fato, essa paisagem trazia uma relação de se surpreender com o mundo em flagrante nascimento, como se a vida estivesse sempre nascendo na nossa frente. Nós somos, digamos, testemunhas desse nascer permanente da vida. E, portanto, acho que foi esse momento que me marcou muito como alguém que desejava trabalhar em um território que fosse aquele. Eu queria trabalhar em um parque, tinha a ilusão de que ali a vida era mais viva. Hoje percebo que não, que a vida é tudo, que eu não estou mais próximo da vida porque sou biólogo, embora raramente remeta à Biologia.

JÚLIA MEDEIROS: É tão bonito isso: “Não estou mais próximo da vida porque sou biólogo”. Eu acho incrível essa sua anedota de infância, porque existe uma ingenuidade infantil ali. Você não pediu para se chamar “Gato”, você queria estar com eles e ser como eles, e você pediu para se chamar “Mia” para também ser linguagem, para também existir no idioma deles, e não necessariamente ter que deixar de ser quem você é ou se tornar um deles. Embora seja uma história de criança – e nós erroneamente temos a tendência de olhar com ingenuidade –, é de uma sofisticação cosmológica tão grande que só uma criança talvez pudesse ter

tanta habilidade. E a beleza da sua mãe, como você disse, de absolutamente não restringir o seu lugar de sujeito é também uma sabedoria cósmica muito forte. É linda essa história.

Bom, e avançando para onde você partiu, eu queria perguntar para vocês dois por que temos o hábito de colocar a fabulação e a imaginação nesse lugar romantizado, e não como algo fundamental, por exemplo, para o ecossistema. Qual é a importância científica da fabulação no ecossistema?

MARIA ESTHER MACIEL: Bem, Júlia, nós sabemos que, hoje, na passagem da primeira para a segunda década do século XXI, muitos seres não humanos, vegetais e animais, encontram-se em extremo perigo, assim como os povos indígenas e comunidades ribeirinhas constantemente ameaçados pela violência dos garimpeiros, dos madeireiros, do agronegócio, das grandes corporações capitalistas e de instituições governamentais. A isso se somam, ainda, uma urbanização irregular de áreas naturais, o uso indiscriminado de agrotóxicos, o tráfico de animais silvestres, a caça ilegal, a poluição dos rios, os incêndios programados e várias outras práticas predatórias que põem em risco a sobrevivência desses seres.

Em Minas Gerais e em todas as regiões do nosso país, essas ações devastadoras se tornaram um projeto político perverso e criminoso que acaba por comprometer até a própria sobrevivência da humanidade. Eu me lembro de uma afirmação do filósofo indígena Ailton Krenak, em um de seus livros, em que ele diz que a humanidade, aos poucos, vai sendo descolada de maneira absoluta desse organismo vivo que é a Terra e, diante disso, mais do que nunca, é necessário mantermos as nossas subjetividades, as nossas visões, as nossas histórias, as nossas poéticas sobre a existência – e isso, ele fala, para que o fim do mundo seja adiado. Fabular, então, passa a ter uma importância muito grande para o adiamento desse fim, para que o ecossistema se mantenha vivo. Quero dizer, então, que muitos escritores e fabuladores podem, no exercício de suas subjetividades e suas visões, despertar as pessoas para a necessidade de reinvenção da nossa relação com o mundo natural, e a reinvenção até mesmo do que nós chamamos de vida. Dessa maneira, fabular contra a corrente é também fabular contra o que tenta estancar o fluxo da vida – e por isso as histórias são tão importantes neste momento em que vivemos.

MIA COUTO: Eu acho que existe esta tensão, que nos acompanha desde que somos espécie, entre o medo do caos e a necessidade de organizar um código. Isso foi feito a partir de várias narrativas, várias fabulações que, num primeiro caráter, chamaríamos de religioso – mas isso nunca aconteceu por etapas tão claras como eu vou dizer aqui. Depois, a narrativa científica foi outra tentativa de arrumar o caos, de domesticar o caos, mas isso sempre foi feito.

Digamos que, quando passávamos por uma fase, transportávamos aquilo que vinha da fase anterior, que era a criação de fábulas e histórias, que depois se convertiam em um discurso organizado. Eu vivo em um mundo em que essas diversas formas de relacionamento e de pensar o mundo coexistem com muita força. Isto é, enquanto em um país como o Brasil esses outros conhecimentos indígenas tão dispersos, fragmentados são provavelmente minoritários e vivem sob a hegemonia de outro conhecimento que se diz mais moderno, que se diz mais hegemônico, em Moçambique é mais complexo. Todos os dias, basta falar com as pessoas para comungar com esse olhar que ainda permanece vivo nas línguas que ainda são dominantes em Moçambique e que não são uma língua europeia. Há mais de 25 línguas.

Estou falando da língua porque a língua é expressão dessa relação de intimidade com o mundo, com a vida. Por exemplo, todos os dias quando eu vou trabalhar e vou para uma comunidade fora da cidade, eu já não posso ser auxiliado pela língua portuguesa, porque não se fala português em toda a Moçambique. Cada vez que eu tenho que me apresentar e digo que eu trabalho com a natureza, eu tenho uma dificuldade imediata ali, porque não há uma palavra para dizer “natureza”. Eu vou falar de alteração climática e não há uma palavra para dizer “clima” – e isso é ótimo, porque significa que há ali fundamentos diferentes. Não é só uma questão de línguas que não têm equivalentes, são modos diferentes de pensar e estar no mundo. E eu acho que o que fazia falta, ou o que fez muito bem a mim como pessoa, foi perceber que eu não vou pôr em comparação, em juízo, esses diferentes saberes, mas vou estar disponível ao que eles podem dar para uma cooperação, digamos, para uma fusão mais orgânica desses nossos saberes.

Eu vou contar um pequenino episódio: eu dou aulas (agora eu dou menos, quase não dou) e levei meus alunos para ver um grande rio que fica ao norte da cidade onde eu vivo, que é a capital. E esse rio tem inundações periódicas gravíssimas, às vezes, com impactos que são dramáticos. Eu queria que eles fossem lá porque são meninos da cidade que já não falam as línguas indígenas, já são netos de gente que emigrou para a cidade; portanto, o que eu queria é que eles tivessem esse contato, esse convívio com o que é um rio na sua total pujança. Quando eles chegaram, houve logo um problema do nome que nós damos ao rio e o nome que as pessoas que vivem nesse rio dão a ele. Eles diziam: “Não, este rio não se chama assim”. E, para eles, seu nome quer dizer “a água que engravida”. Para mim, aquilo era poesia, mas, obviamente, para aquelas pessoas o sentido era outro, era a percepção de que esse rio tem estações e ele fica grávido, porque dá origem a mais água.

Esse é só um caso daquilo que acontece em Moçambique, onde esses saberes convivem de maneira mais ou menos tranquila. As comunidades indígenas estão em risco, mas as comunidades urbanas, que vivem na modernidade, também estão em risco de extinção, no sentido de que essa agressão não é feita só contra quem vive nas periferias, é também feita contra quem vive no, assim chamado, centro. Com isso, eu quero dizer que sou profundamente solidário às lutas das comunidades indígenas do Brasil contra o desmatamento da Amazônia, contra essa agressão selvagem que se está a fazer, mas também é preciso pensar que há uma agressão presente dentro de grandes cidades contra aquilo que é vida. Então, quando falamos das cosmogonias e da vida, tem que se pensar que não há lugar no mundo em que elas não estejam sendo agredidas.

JÚLIA MEDEIROS: Com certeza. Vocês dois evocaram também um cenário de degradação. No Brasil, temos vivido um governo especialmente afeito à destruição e temos, também, o contexto dos desastres dos rios, como os que aconteceram em Mariana e Brumadinho. Eu queria trazer, então, uma pergunta do personagem Riobaldo, do livro *Grande Sertão: Veredas*, de João Guimarães Rosa, já que nós estamos aqui, na terceira margem: “se todo animal inspira ternura, o que houve então com os homens?”

MIA COUTO: Eu gostaria de questionar a própria pergunta, se a Júlia não se importar. Nós temos essa campanha contra a ciência e sabemos quem a faz (os negacionistas, os populistas, essa corrente demagógica que está agredindo a ciência), mas, por outro lado, é preciso saber que também nós, que defendemos a ciência, temos que questioná-la. Isso é científico: temos que de vez em quando, sacudir os fundamentos daquilo que nos parece absolutamente verdade na ciência. Sendo eu biólogo, uma das coisas que percebo é que o discurso da Biologia legitimou um pouco essa ideia zoocêntrica do mundo, isto é, a grande bandeira da vida são animais – ou são as árvores, ou as florestas –, e fica de fora todo o resto desta grande orquestra que inclui, por exemplo, esse lado invisível dos vírus e das bactérias. Outra coisa é que muito daquilo que a Biologia faz como ciência é classificar. Há uma obsessão enorme pela taxonomia, é preciso dar nome e esse dar nome confirma nosso lugar central. Nós somos o centro porque somos nós que damos nomes aos outros, e somos nós que descobrimos as leis e isso nos separa. Quando se classifica, se separa e, na verdade, é preciso repensar esse lugar central que nós atribuímos a nós mesmos, é preciso descentrar outra vez o nosso lugar.

Isso foi feito quando o Galileu Galilei e o Nicolau Copérnico disseram, de repente, que a Terra não era o centro do universo. Foi feito quando Charles Darwin nos disse que, afinal,

somos só um entre muitos. Foi feito quando Sigmund Freud disse que, afinal, não somos só consciência, há aqui um sótão obscuro que se chama inconsciente que não comandamos, ou seja, não somos tão nossos donos, não somos tanto o centro assim. Agora, porém, é preciso outra vez ter a coragem de pensar esse discurso. É importante porque o que está acontecendo é simplesmente uma mudança de sinal: nós fomos os maus e realmente destruímos muito, mas agora colocamos um sinal positivo e “vamos salvar o planeta, vamos salvar a vida” – mas, ao mesmo tempo, atribuímos a nós mesmos esse lugar central de quem vai ser o grande sujeito, e acho que este é um papel que a Biologia tem que ter. E uma coisa que a pandemia de Covid-19 trouxe é de realmente sugerir que não sabemos qual é o papel vital desse pequenino organismo que não sabemos sequer se é vivo. O vírus é absolutamente vital e faz parte de nós, ou seja, nós somos eles, nós somos essas bactérias. Esse limite entre o que nós somos e a biodiversidade que começa fora de nós é falsa, é um equívoco – nós somos todos esses que chamamos de ‘eles’.

MARIA ESTHER MACIEL: Eu concordo com as palavras do Mia. Ele levanta questões fundamentais ao mencionar as três feridas narcísicas da humanidade e ao falar de uma possibilidade de reinvenção do humano a partir da identificação de outra ferida narcísica que é a seguinte: nós não somos os únicos sujeitos do universo. Existem inúmeros outros seres não humanos que têm uma presença viva, que têm um olhar sobre a vida e que têm saberes sobre o mundo, que têm sensibilidade e, enfim, uma presença que faz com que o fluxo da natureza siga adiante. Como o Mia disse, infelizmente, a humanidade nunca deixou de arrogar uma superioridade em relação aos demais viventes e, dessa maneira, adotar práticas de violência contra a natureza, contra as vidas não humanas e contra as próprias vidas humanas. Isso tornou a ternura algo muito rarefeito em nossa espécie – embora não possamos generalizar, porque existem exceções –, mas eu acho importante que repensemos, antes que seja tarde demais, a nossa relação com as outras espécies animais, com os outros reinos e elementos da natureza: plantas, rios, montanhas, terra, pedras, o sol, a lua, o ar... Pensar isso fora dos limites do antropocentrismo, fora dos limites do especismo, essas coisas que definiram e ainda definem as noções de vida, que delineiam um conceito de humano, de humanismo e de humanidade até hoje. Acho que os humanos só inspirarão ternura se cultivarem esse verdor, o vigor, a vitalidade como antídotos contra a aridez, a esterilidade, a morte, a violência, e eu estou convicta de que a reinvenção da nossa relação, do nosso vínculo com os seres não humanos é um dos grandes desafios éticos e políticos do nosso tempo.

O Mia também mencionou a pandemia e como nós somos responsáveis por ela, com as nossas relações controversas com o mundo natural, com os outros viventes e como tudo isso propiciou a deflagração dessa peste e de outras também. Até me lembro de um depoimento de uma climatologista, Jane Woodman, em que ela fala sobre como nós somos responsáveis também pelo surgimento dessa pandemia em decorrência da maneira como lidamos com as alteridades não humanas, com a própria natureza e com nossos pares humanos. É tudo entrelaçado, os vírus estão aí, e eles fazem parte da ordem, da orquestra da natureza. Se todo animal inspira ternura, por que os homens não podem recuperar essa ternura?

JÚLIA MEDEIROS: Estamos falando aqui de pandemia e de fabulação, e nós vemos uma situação que ainda está complicada, em que parece haver uma ausência de futuro muito maluca. O que é também curioso, porque vivemos todos os dias sem essa garantia de futuro, que não existe. A pandemia, entretanto, de alguma maneira, escancarou a situação de que pode ser que amanhã tenha alguma vacina, pode ser que não; pode ser que você encontre seus familiares ou não. É uma insegurança imensa, e eu me peguei com uma dificuldade muito grande de imaginar sem futuro, de fabular sem futuro, sem esse depois e sem esse propósito. Como foi para vocês a vivência desse imaginar sem futuro?

MIA COUTO: Na maior parte das línguas de Moçambique também não há palavras para dizer “futuro”. É evidente que há uma percepção do que é o futuro, mas o futuro não se nomeia, porque é uma espécie de intromissão nesse ciclo que é uma projeção circular do tempo. O que eu acredito e aprendi com a vivência do lugar ao qual pertença é que não existe essa obsessão de entender o mundo, no sentido de que não é preciso entender para controlar o mundo, porque há sempre alguma coisa que nos ultrapassa. Os mortos, que são esse lado invisível do mundo, estão presentes e dominam tanto o mundo, que não há essa tentativa de ter tudo perceptível, não há essa inquietação que nasce do não prever. As pessoas não têm medo de não prever.

Isso tem o seu lado ruim, porque, por exemplo, para governar é preciso ter previsão, é preciso planificar, não basta gerir. E também tem um lado bom, que é certa serenidade em relação àquilo que não somos capazes de entender e, digamos, não temos que ser diminuídos por isso. Aqui há uma coisa que eu acho que seria um aviso contra o perigo de certa visão apocalíptica que a própria esquerda, a que eu ainda pertença, mantém. Eu vejo uma necessidade de mudança radical do mundo, mas muitas vezes quem advoga, como eu, essa necessidade contribui para uma visão pessimista e apocalíptica – a natureza está em decadência, a sociedade está desmoronando etc. – e, de

repente, essa ausência de apreciação de um futuro ajuda a extrema direita, ajuda quem se apresenta como o Messias. E conhecemos bem quem são essas pessoas de quem estamos falando.

Outra coisa que eu acho é que muita gente que se rebela hoje contra essa perversão da natureza diz que nós destruímos, nós somos os responsáveis. Ora, não somos nós, o cidadão comum, quem causou este grande desequilíbrio que vivemos. Quem fez isso tem nome, e é preciso dar nomes aos bois. É preciso que responsabilizemos principalmente esses agentes de destruição que estão presentes e que também falam, incorporando o discurso da ecologia, desde a extrema direita até os que querem realmente uma mudança verdadeira e genuína do mundo. Eu, sobretudo, fico muito feliz que existam figuras como a Greta Thunberg, que mobiliza os jovens, mas é preciso pensar que o assunto da alteração climática é realmente muito mais complexo e sistêmico. Eu falei na Greta Thunberg e acho que ela tem um papel importante, mas, por exemplo, as propostas que ela faz em África são um completo disparate. Crianças que nem sequer têm uma escola e que lutam para ter uma escola não podem fazer greve nas escolas. Eu não quero escolher a Greta agora como tema, mas é preciso que esse assunto seja tratado com seriedade.

MARIA ESTHER MACIEL: Eu creio que, mais do que nunca, como diria o poeta português Herberto Helder, “torna-se necessário pensar com delicadeza e imaginar com ferocidade”, para que possamos dar conta deste momento pandêmico em que o futuro se tornou quase uma impossibilidade. Em meio à distopia em que vivemos, em meio ao desalento, à falta de perspectiva, porém, é necessário que haja uma pequena dose de utopia e, nesse sentido, a imaginação é uma via importante para que um novo mundo seja inventado após o fim. Eu acredito que essa dose de utopia é algo que hoje, mais do que nunca, se inscreve menos em um grande projeto como o que norteou os movimentos revolucionários anteriores, mas é algo que se inscreve mais no desejo de mudar, no desejo de que não haja um apocalipse, de que algo seja inventado após todo esse descalabro. É possível imaginar, sim, mesmo com um futuro incerto. Esse futuro pode se manifestar de diferentes maneiras, não como algo grandioso que possa vir como uma redenção, mas vamos acreditar que podemos imaginar.

JÚLIA MEDEIROS: É bonito isso que você traz, da ligação ao desejo, porque, quando eu me pego com dificuldade de imaginar, eu me sinto muito culpada de estar conectando a minha imaginação a uma utilidade – pois, se não tem futuro, então imaginar para quê? E isso tem a ver com o início da conversa, a infância que invocamos, esse gosto da imaginação como um modo de estar no mundo, de conviver e fazer comunhão na vida, entre os

seres, entre a Biologia e a Literatura, da vida com a vida, como uma forma de estar aqui. Eu queria pedir para vocês uma imaginação de mundo: como fazemos para fabular contra a extinção, fabular a favor da criação, mesmo nos sentindo tão oprimidos por tudo que está acontecendo?

MIA COUTO: Ouvindo a última intervenção da Maria Esther, eu tomei nota dessa citação do Herberto Helder e pensei que realmente um dos caminhos é a criação de beleza, e nós não podemos abdicar disso. É preciso que o nosso discurso, que aponta para essa transformação do mundo, seja um discurso da afabilidade, imaginado com ferocidade, como disse o Herberto Helder, no sentido de ser radical – mas pensado com delicadeza e no sentido de oferecer ao outro uma ponte. A minha preocupação é que as pessoas foram entusiasmadas a seguir um discurso profundamente fragmentário e, por exemplo, nesta nossa conversa, se eu fosse tomado por uma obsessão do que é politicamente ou linguisticamente correto, minha primeira preocupação seria, na citação do Guimarães Rosa, apontar que ele disse “homem” quando ele queria dizer a humanidade ou pessoas, porque ele aqui, digamos, estaria cometendo um erro de gênero ou qualquer coisa assim. Obviamente, isso não tem sentido, eu poderia me entreter nisso e o que eu faria seria roubar a beleza. Aqui eu não estou falando só no sentido estético, digo nesse sentido da beleza do pensamento que essa frase oferece. Acho que é preciso que haja alguma relativização desse tipo de luta (que obviamente tem que estar presente), até porque também as palavras não são tão neutras como nós pensávamos, mas penso que há coisas mais urgentes, há coisas que nos devem unir.

Quando estou fora do Brasil, sou levado a pensar (sem nenhuma arrogância de pensar que tenho alguma sugestão a fazer) na Moçambique que tivemos há 45 anos, vivendo sob o peso de uma ditadura, de um regime profundamente racista, tribalista. E, digamos, a resposta em certo momento foi o desespero, uma luta fragmentária – havia gente que lutava pela própria raça, pela própria etnia, pela própria religião. Eu vi um homem, chamado Eduardo Mondlane, criar um discurso unitário, uma grande frente contra essa ditadura que nos magoava e, portanto, deixamos de estar entretidos nessas pequenas lutas e vencemos. Eu olho para o Brasil e penso que talvez a circunstância histórica seja um pouco a mesma e, para voltar ao seu ponto e não fazer um discurso político agora, acho que o desejo de mudar o mundo, do qual falou a Maria Esther, é o que nos falta em grande parte. Esse desejo só pode ser criado se o discurso de quem faz apologia da mudança seja profundamente delicado, seja envolvente e que nos crie uma ideia estética também. Por exemplo, mais importante que destruir uma estátua, é realmente perceber

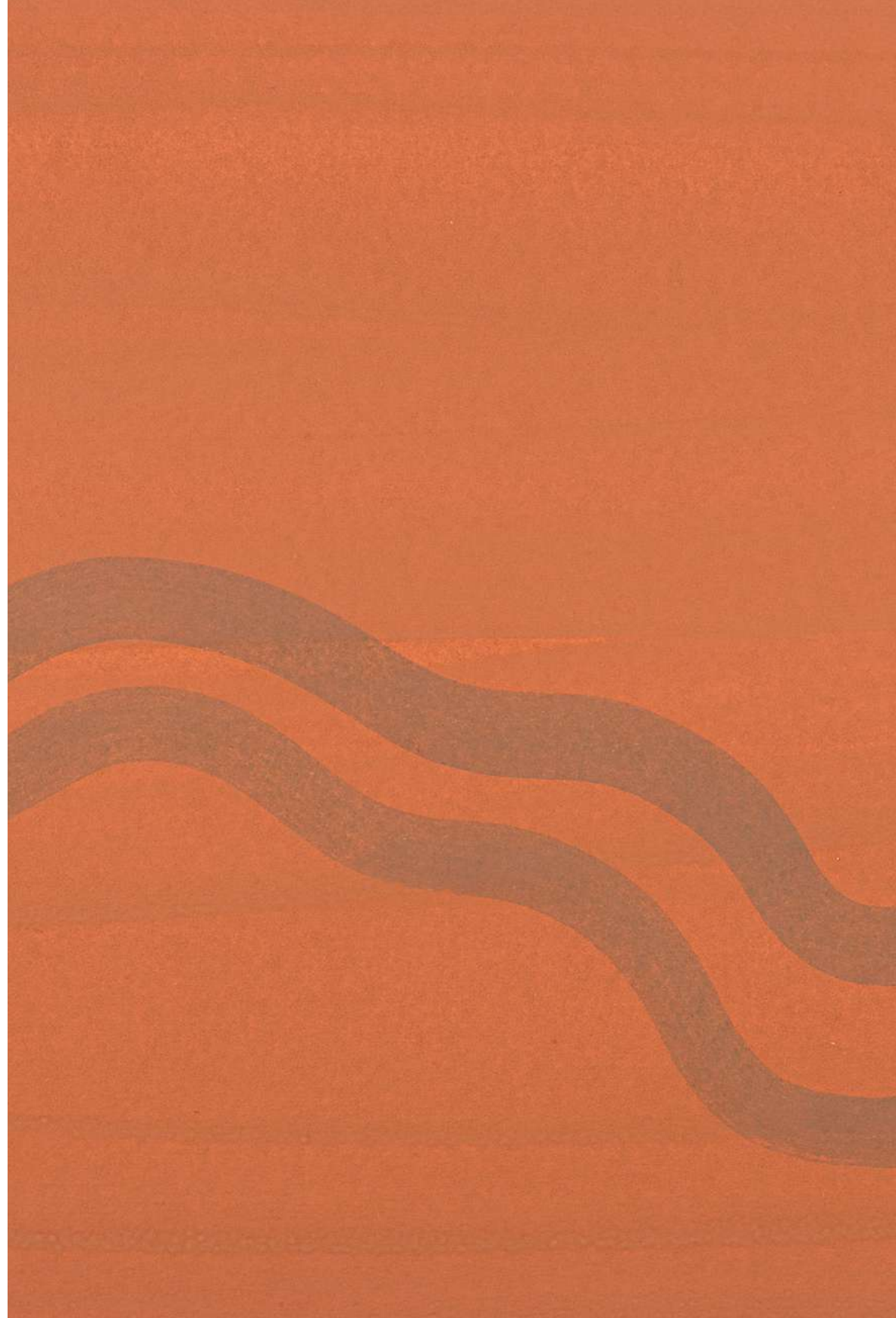
esse passado no conjunto de outros passados que foram silenciados. É, em vez de destruir uma estátua, criar, ao lado, uma estátua que contraponha outra narrativa, que faça com que a conversa exista. Porque a mudança implica a beleza de descobrir o quanto é humano nos sentarmos e conversarmos, mesmo que pensemos diferente. Parece um discurso apologético, mas não é.

MARIA ESTHER MACIEL: Isso acaba por levar a discussão para o território da poesia, quando se fala em delicadeza, empatia, reinvenção. A poesia é esse território de invenção capaz de levar a comunhão com outros seres por meio dos sentidos, por meio da empatia, ou seja, fomentar esse desejo de mudança. Se o conhecimento meramente racional não dá conta de construir algo diferente, não dá conta de possibilitar esse futuro, cabe ao exercício dos afetos e da imaginação esse trabalho. A poesia é o espaço, por excelência, do não sabido, e nós estamos diante do não sabido. O que vai acontecer? O que virá para nós? Que futuro existe? E a poesia, que é esse espaço do não sabido, é o mais propício para esse salto rumo a outra margem, a terceira margem, essa margem que está lá e ao mesmo tempo está dentro de nós.

MIA COUTO: Muito bonito! Eu trouxe para oferecer, a todos e a todas, um pequeno verso de um poeta alemão que diz assim: “uma pedra ficou assustada ao me ver chegar / e a pedra pensou que escapava fingindo que estava morta”. É só isso, este é o poema que eu queria dedicar a vocês duas.

MARIA ESTHER MACIEL: Eu também tenho um poema, do Carlos Drummond de Andrade, que se chama *História Natural*:

“Cobras cegas são notívagas. / O orangotango é profundamente solitário. / Macacos também preferem o isolamento. / Certas árvores só frutificam de 25 em 25 anos. / Andorinhas copulam no voo. / O mundo não é o que pensamos”.





O QUE PODEM OS RIOS NO MUNDO PÓS-DESENVOLVIMENTISTA?

Se os rios são nossos espelhos, o que, então, eles refletem? No Antropoceno, tempo marcado pelas relações desequilibradas entre nós, humanos, e os outros seres, é urgente compreendermos a importância dos rios em meio a tantas lógicas exploratórias e crises ambientais. O papel dos rios em um futuro pós-desenvolvimentista é o que guia esta conversa entre a líder indígena Alessandra Korap, o biólogo André Aroeira, o ambientalista Gustavo Malacco e o jornalista Bernardo Esteves.

BERNARDO ESTEVES: Que papel os rios vão desempenhar neste mundo em que precisamos romper com a lógica que ocasionou a crise ambiental e que nos trouxe até este ponto? Como podemos pensar os rios no mundo do colapso do clima, da sexta extinção global de espécies¹, em suma, no mundo do Antropoceno? Eu queria começar a nossa conversa com a Alessandra Korap, uma convidada da Amazônia que nos traz a perspectiva do rio Tapajós, junto ao qual vivem os Munduruku, e eu queria começar justamente propondo esse paralelo. A mineração é uma das grandes ameaças aos rios do nosso estado, que foi, inclusive, batizado em alusão a essa atividade, Minas Gerais (basta vermos o estado do rio Doce depois do derramamento de lama tóxica). Sabemos que o garimpo ilegal do ouro é um dos principais problemas enfrentados atualmente pelos Munduruku, que vivem sobre alguns dos maiores depósitos de ouro disponíveis no país. Sabemos também que o garimpo é uma atividade que vem com violência, desmatamento e poluição por mercúrio, então, eu queria começar lhe pedindo para fazer uma reflexão sobre o que o rio Tapajós representa para o povo Munduruku, e sobre como o garimpo e outras pressões estão ameaçando o rio, o povo indígena e a Amazônia, de maneira mais ampla.

ALESSANDRA KORAP: *Kabiá soat!* Sou Alessandra Korap, do povo Munduruku, da região do médio Tapajós. Somos aproximadamente 14.000 Munduruku, que vivem em conjunto com os Acaiabi, os Apicás e outros 13 povos indígenas que moram na frente do Rio Tapajós. É muito povo, muita diversidade que existe. Eu também sou vice-coordenadora da Federação dos Povos Indígenas do Estado do Pará (Fepipa) e trabalho com 55 povos indígenas. É um trabalho imenso, não é fácil.

O rio Tapajós é tudo e é imenso, vem do Mato Grosso até aqui, em Santarém, no Pará, onde encontra o rio Amazonas. Ele foi criado a partir de três caroches de tucumã. Quando as pessoas ouvem isso, acham um absurdo, mas imagine, se temos que acreditar no cientista, acreditar em Deus, por que não podemos acreditar nas nossas histórias, no mundo dos espíritos, na formação e na criação do nosso povo e do nosso rio?

Os rios estão sendo muito ameaçados, começando pelo rio Teles Pires, onde existem quatro usinas hidrelétricas – São Manoel, Colíder, Teles Pires e Sinop. É muita destruição dos nossos locais sagrados. E tem vários outros projetos que o governo quer fazer, como hidrelétrica, hidrovía, postos para guardar soja e milho, mineração, ferrovia e concessão florestal para terem direito de tirar mais de 200 mil hectares de madeira. Nossa luta contra os madeireiros, grileiros e garimpeiros é muito ampla e constante, parece que nós somos formiguinhas em luta com os grandes leões. Mesmo que a formiguinha seja pequena, ela incomoda – muitas ameaças acontecem hoje porque nós, formiguinhas, estamos incomodando. Muitos do que vocês chamam de mananciais estão sendo destruídos por causa do garimpo. Você entra na floresta e vê uma máquina enorme cavando, você anda no mato e vê tora derrubada, pés

1 Nos últimos 500 milhões de anos, o planeta passou por cinco extinções em massa das espécies, e estudos recentes afirmam que estamos vivendo a sexta, causada pelas ações humanas.

de açaí derrubados, e também os palmiteiros, para os ricos comerem palmito, enquanto a nossa alimentação está sendo destruída.

A gente está vivendo um momento muito difícil. Vocês viram no *Fantástico*² como é a situação: armas, drogas, bebidas, doenças e prostituição estão aumentando dentro do território, e a única coisa que fazemos é denunciar e falar que não queremos mineração e garimpo. Garimpo legal não existe para nós, porque todos eles geram destruição e trazem doenças. Dizer que o garimpo ilegal precisa ser legalizado é como lidar com as mortes criando uma lei que instiga a matar mais. É isso que acontece com o garimpo: garimpo legal e ilegal são a mesma coisa. Já fizemos um estudo em conjunto com a Fiocruz e vimos muitos índices de mercúrio dentro do nosso corpo. Duas crianças que estavam com índice muito alto de mercúrio no corpo faleceram. Crianças não deveriam morrer por causa de dor de barriga ou de pneumonia, mas é algo que está acontecendo: estamos perdendo, inclusive, os amigos que vêm para nos ajudar e, de repente, morrem porque pegaram alguma doença. Eles ficam magrinhos, não conseguem andar, têm fraqueza nas pernas, tem esquecimento; as mulheres não conseguem mais engravidar, perdem o bebê... Tudo por causa do mercúrio. Será que legalizar o garimpo vai trazer solução? Não vai. Se estão falando que a PL191³ está trazendo um impacto muito grande porque os invasores estão todos aqui perto, imaginem quando legalizar? O governo vai perder o controle, o Ministério Público Federal também vai perder o controle, a sociedade vai perder o controle.

Nós também brigamos pela demarcação, para garantir um pedacinho de terra. Onde hoje existem grandes cidades como Itaituba e Santarém, um dia já foi aldeia. É porque o governo nega nossa existência e não demarca o território que temos que sair para dar espaço à cidade e aos grandes empreendimentos. Nós temos que ficar fugindo, não tem mais espaço para morarmos. O único jeito de garantir um pedaço de terra é a demarcação. Quando o governo diz que não vai demarcar nenhum centímetro de terra porque os indígenas já têm muitas terras, ele se esquece da condição dos nossos territórios. As terras indígenas estão rodeadas de agronegócio, de mineração, de hidrelétricas, e agora querem acabar com as terras que já estão demarcadas, que deveriam estar na Constituição e, infelizmente, não estão. Além disso, querem facilitar mais ainda a invasão das empresas dentro dos territórios. Se as terras demarcadas

2 Uma reportagem veiculada em 16 de maio de 2021 mostrou como uma família de garimpeiros ilegais aliciava indígenas Munduruku para obter acesso às áreas onde poderiam explorar ouro.

3 De iniciativa do presidente Jair Bolsonaro, o Projeto de Lei n.º 191/20 propõe a livre realização de atividades minerárias e de aproveitamento de recursos hídricos para geração de energia elétrica em territórios indígenas.

já têm problemas, imaginem a nossa, que nem demarcada é ainda? Estamos brigando para garantir nosso pedaço de terra, mas o Estado nos nega isso, nega que nós existamos. Temos que sair todo o tempo das nossas aldeias, largar nossa pescaria e nossas roças para estar em uma cidade, para falar com vocês como agora eu estou falando, e para sermos ouvidos. Estou dentro de um hotel, enquanto era para eu estar dentro da minha aldeia.

O rio é importante para nós, a floresta é importante para nós, os animais são importantes para nós, tudo é importante para nós. Quando os locais sagrados são destruídos, não tem como voltar. Se nas cidades grandes vocês não podem derrubar um cemitério, por que o nosso vocês podem derrubar? Por que os nossos locais sagrados são tratados de forma diferente? Nós pedimos tanto que o governo e as empresas nos consultem – não uma consulta só com as associações, com pajé e com cacique, mas uma consulta com o povo, conforme o que está no protocolo de consulta que fizemos em 2014. O protocolo diz que o governo não pode chegar com mentiras, não pode aliciar lideranças nem associações, tem que conversar com o povo, com crianças, mulheres, guerreiras, pajés, caciques... Todos nós merecemos ser escutados e consultados, mas, infelizmente, o governo não faz isso, como se chegar a uma associação já permitisse dizer que consultou todo o povo. Infelizmente, o governo não quer nos ouvir, quer aprovar de todo jeito as leis do Congresso que nos afetam diretamente.

Nós queremos ser consultados, mas outros seres também precisam ser. Quem vai consultar os animais? Quem vai consultar os espíritos? A gente sabe que quem pode consultar os espíritos é o pajé, que vai orientar se nós podemos ir para algum lugar ou não. Se nós desobedecemos, acontece acidente com picada de cobra ou a árvore cai. É por isso que obedecemos aos pajés e aos caciques, porque os espíritos estão acompanhando. Como muita gente não acredita nisso, temos que defender mais ainda o ecossistema, porque não sou só eu que estou respirando, o planeta todo precisa de respiração.

Cada pedaço do ecossistema preservado, é uma vida que está sendo preservada também. O rio que corre na minha aldeia corre também nas grandes cidades, o peixe que passa na minha aldeia também passa nas cidades. Se nós estamos comendo peixe contaminado pelo garimpo, a cidade também está. Se eu cortar um pedaço do meu braço, meu coração sente: tudo está ligado. Com o rio é a mesma coisa: se você cortar o rio Juruema, o rio Tapajós vai sentir. Se você cortar o rio Diamantino, também corta o rio Tapajós. Todos os rios são ligados, todas as nascentes são ligadas, uma nascente é uma vida. É por isso que temos que botar a nossa cara para fora e dizer que não queremos garimpo, ferrovia, hidrovía, mineração ou hidrelétrica.

As pessoas acham que nós atrapalhamos o desenvolvimento, mas como vamos atrapalhar o desenvolvimento se nunca estivemos envolvidos nisso? Queremos ser envolvidos, e queremos que a floresta

também seja. Se você for falar comigo, tem que falar também com a floresta, com o povo, com as mulheres, com as crianças. Falar só comigo não adianta, tem que falar com o povo que quer ser ouvido.

Só neste ano, fizemos 33 cartas denunciando a violação de direitos, e nada foi feito. Será que, para algo acontecer, todo mundo tem que perder o seu bem maior, que é beber água, tomar um banho, comer uma comida boa? Será que o povo só vai ouvir quando não tivermos mais nada para comer e nem ar para respirar?

Estamos sendo ameaçados, eles querem nos matar. Eu sempre tenho que andar escondida, porque preciso viver para garantir o território. Quando entraram na minha casa, em 2019, o meu filho me abraçou e disse: “Mãe, eu não quero que te matem”. Eu chorei muito, chorei porque perdi a minha liberdade de andar, de estar com meus amigos, de poder brincar, de curtir um pouco, mas quando eu olho as mulheres, as crianças e os caciques, eu penso que essa liberdade tem que ser maior. Minha liberdade só vai ser liberdade, mesmo, quando meus territórios forem livres das barragens, livres da mineração, quando eu vir a alegria, a autonomia e o bem viver do meu povo. Essa, sim, é a maior liberdade que eu tenho. Quanto à minha liberdade particular, eu não me importo, importante é a liberdade do meu povo.

BERNARDO ESTEVES: Obrigado pelo seu depoimento muito importante, Alessandra. Nós valorizamos muito o que você diz, especialmente quando sabemos que você está justamente sofrendo ameaças, se escondendo por causa do seu ativismo, por chamar a atenção, e é muito importante escutarmos esse seu depoimento. Eu queria aproveitar o gancho para continuar a conversa com o André, falando sobre a importância dos rios para um ambiente equilibrado, que é um dos centros de interesse do Aroeira. Nós sabemos, André, que os rios saudáveis trazem inúmeros benefícios para o meio ambiente e para todos os seres vivos – os ambientalistas e cientistas falam até em serviços ecossistêmicos que são prestados pelos rios. É claro que essa noção tem um lado problemático, porque não devemos enxergar os rios como seres que estão a nosso serviço, mas é fato que temos que chamar a atenção para os efeitos produzidos pela simples existência dos rios sobre o equilíbrio ecológico, e que são ignorados por muita gente. Se esses benefícios fossem mais alardeados, talvez tivéssemos uma relação mais sustentável com os recursos naturais. No seu mestrado, você refletiu sobre como é possível avaliar esses serviços e pensar como eles podem gerar pagamentos pelos serviços ambientais. Queria, então, lhe perguntar: quais são esses serviços prestados pelos rios, como eles podem ser valorados, e como chamamos atenção para essa importância do papel deles para os ecossistemas bem equilibrados?

ANDRÉ AROEIRA: Uma pergunta básica é: o que é um rio? Um punhado de água correndo sem peixe, com mercúrio de garimpo e uma barragem no meio é um rio? Acho que esse é o tipo de coisa sobre a qual precisamos refletir quando falamos dos serviços que o rio presta, ou o que o rio nos traz. Esse parece um discurso um pouco utilitarista, mas é uma forma de codificar as coisas que temos e que vêm dos rios. Quando pensamos sobre o que queremos, o que vemos como uma gestão ideal, ou como os rios devem ser, caímos em uma condição muito próxima daquela que os rios tinham há 50, 100 anos. Eram rios que prestavam uma grande variedade de serviços, que tinham inúmeros usos para a nossa sociedade: eles podiam gerar energia – não como essas grandes barragens, mas de forma menos intrusiva –, tinham água para as pessoas e animais beberem, tinham função de criação de peixes, por exemplo. Eu gosto muito da perspectiva do projeto Manuelzão⁴, aqui de Minas Gerais, que tem como objetivo a revitalização da bacia do rio das Velhas para que ela tenha peixes novamente. Quando falamos que um rio vai ter peixe, ele vai ter tudo, vai prestar serviços em sua potência máxima, digamos assim. Se um rio tem peixe, significa que, ao redor, estamos cuidando da mata ciliar e das nascentes, estamos operando um uso racional do solo da bacia, estamos, de fato, aproveitando os múltiplos usos das águas.

A perspectiva que a Alessandra traz, de que o rio está vivo e se conecta com os outros rios, é muito interessante. Quando pensamos em uma bacia, é como se ela fosse o sangue das florestas, uma inspiração para as pessoas, uma conexão espiritual. O exame de qualidade de água de um rio é igual a um exame de sangue, por meio do qual sabemos tudo o que está acontecendo no corpo. Isso foi algo que eu trabalhei no mestrado, de tentarmos olhar que tipos de elementos encontramos na água e, com isso, enxergar todo o contexto do rio. Hoje, estamos no pior momento dos rios em todos os sentidos (no de regulamentação, de gestão, de legislação), estamos caminhando para um caos climático, e não sabemos o que vai acontecer com nossos rios. Eles estão estrangulados dentro das cidades, canalizados, presos em caixas retas. Estamos caminhando em uma direção completamente oposta àquela que deveríamos seguir se queremos ver esses rios com todo o potencial que eles, de fato, têm. E, embora esse contexto seja hoje negativo, nós ainda queremos os rios vivos.

BERNARDO ESTEVES: Gustavo, eu queria lhe pedir para falar sobre essa sua grande bandeira no ambientalismo, que são os rios livres de barragens. Querida que você detalhasse um pouco quais são os

4 Idealizado em 1997 por professores da Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Minas Gerais, o projeto Manuelzão é um projeto de extensão universitária que busca revitalizar a bacia do rio das Velhas a partir de parcerias com o governo do estado e com dezenas de municípios.

impactos das barragens sobre os ecossistemas em torno dos rios, por que é importante que os rios sejam livres de barragens, e como é possível pensar em formas alternativas e sustentáveis para produzir energia, caso optemos por abrir mão dessas barragens.

GUSTAVO MALACCO: As barragens têm inúmeros impactos, e o principal é a mudança de todo um ecossistema baseado em corredeiras que se transformam em um reservatório artificial. Com isso, desaparecem as espécies que dependem desses ambientes de corredeiras para se acasalar e se reproduzir, como os dourados e os bagres, que são substituídos por espécies invasoras, como as tilápias. Além de contribuírem para a emissão de gases de efeito estufa, como o metano, esses reservatórios impactam diretamente os múltiplos usos da água – que estão, inclusive, previstos na política nacional de recursos hídricos, ou seja, um rio deve, por lei, contemplar diferentes formas de uso como a irrigação, o lazer, o turismo e a possibilidade de geração de energia.

Quando um empreendimento hidrelétrico é feito, ele pode, por exemplo, verter água (como aconteceu no Xingu, na Volta Grande) e, conseqüentemente, os pequenos e médios rios são os mais impactados. Aqui em Minas Gerais, por exemplo, as grandes cachoeiras perdem a vazão por serem vertidas, o que acaba inviabilizando o acesso e a utilização, principalmente no sentido do lazer e do turismo. Outro exemplo emblemático é o do rio Batalha, aqui no Alto Paraná, entre Goiás, Minas Gerais e Distrito Federal. A Agência Nacional de Águas emitiu uma outorga para o empreendimento da hidrelétrica de Batalha, desconsiderando as projeções de aumento da irrigação nesse local. Ou seja, dentro dos múltiplos usos da água, deu-se preferência para a geração de energia, deixando de lado os produtores rurais e o ecoturismo. Isso é muito complexo e complicado, e há outras boiadas passando por aí – para além de todos esses atos absurdos que vemos hoje.

Em Minas Gerais, por exemplo, quando vamos discutir a cessão de água para um grande empreendimento dentro dos comitês de bacias hidrográficas, há atos infralégais que dizem que só podemos avaliar a quantidade de água. A qualidade da água, a diversidade de atores envolvidos e os ecossistemas aquáticos não são levados em conta, o que favorece essa situação em que os múltiplos usos das águas são desprezados em nome da geração de energia – histórico presente no Brasil desde a década de 1930. Os ribeirinhos não são ouvidos, e muito menos os peixes (aliás, por que os peixes não são considerados usuários de águas em nossa legislação?).

Sobre as energias alternativas, o Brasil tem se tornado uma potência da energia eólica, que, inclusive, era desprezada. Hoje, o país chega a ter uma projeção de 10% da sua geração de energia pelos ventos. Temos também a energia solar, que contribui com o

crescimento da energia alternativa, mas ainda faltam incentivo econômico e investimento na área. Além disso, temos a biomassa, com um possível aumento da possibilidade de geração de energia por causa dos parques de celulose, cana-de-açúcar, biocombustíveis e agrocombustíveis instalados hoje.

A pergunta mais importante neste debate, parafraseando o professor Célio Berna, é: energia para que e para quem? A quem se destina? Por que, quando geramos energia a partir de um rio, nesse sistema maluco do Brasil, grande parte dessa energia alimenta a indústria pesada, a celulose, o alumínio e a siderurgia, que depois exportam esse material para que outros países (que não vão barrar seus rios) possam se beneficiar desses produtos? É por isso que devemos investir em outros modos de geração de energia. Muitos desses países que consomem materiais exportados do Brasil têm renaturalizado seus rios, em uma perspectiva mais recente de valorização. Esse é um debate importante que tem que ser feito no Brasil, dos rios livres, limpos e vivos.

Trabalhar uma ótica integrada, com avaliações estratégicas e com definição de trechos livres de barramento, é uma luta que nós temos aqui, especialmente nos rios da bacia hidrográfica do rio Paranaíba. Olhem o que aconteceu: nós tivemos boa parte do rio Paraná barrada; boa parte do rio Paranaíba barrada; boa parte do Rio Grande barrada. Depois, começaram a barrar os tributários do Paranaíba: o rio Araguari foi barrado, o rio São Marcos, também. O que sobrou, então, de grandes rios dentro do Paranaíba? Só os rios Tijuco e Quebra Anzol, que são importantes para os peixes. Felizmente, com muita luta e mobilização social, nós conquistamos uma Unidade de Conservação de Proteção Integral no Tijuco, para o qual havia 13 empreendimentos hidrelétricos projetados. A mesma coisa acontece com os médios e pequenos rios como o Uberabinha, o Claro e o Jordão, todos com potencialidades turísticas e ameaçados por pequenas centrais hidrelétricas.

BERNARDO ESTEVES: Gustavo, você colocou uma questão que ecoa uma fala da Alessandra, que é justamente sobre dar voz aos peixes. Precisamos dar voz aos peixes, aos rios, às matas ciliares, e essa é uma preocupação que precisamos expandir para a arena das políticas públicas. Precisamos que alguém fale em nome dos rios e dos peixes no Conselho Nacional do Meio Ambiente, por exemplo, ou em escala internacional, na Cúpula do Clima. Quem vai defender os interesses dessas entidades? Dar voz a elas é um dos problemas que temos pela frente.

Sabemos que na Amazônia as hidrelétricas são uma fonte de preocupação, por vários dos problemas levantados pelo Gustavo. Por mais que elas sejam consideradas uma fonte limpa de energia, sabemos que não é exatamente assim. Alessandra, eu queria, então, o seu depoimento sobre as barragens no Tapajós: aquelas que já existem e as que estão no papel, que são fonte de dor de cabeça para os Munduruku e para outros povos indígenas. Em que medida isso está afetando os povos indígenas da Amazônia?

ALESSANDRA KORAP: No rio Tapajós não tem usina hidrelétrica, porque, com muita luta, nós conseguimos barrar a usina de São Luiz do Tapajós, que afetaria diretamente os territórios indígenas – principalmente o Território Indígena Sawré Muyby e a Comunidade Montanha Mangabal. Ela deveria ter saído em 2016, quando muita gente vinha negociar e tentar corromper as lideranças com dinheiro, mas nós, mulheres, começamos a enfrentar e a falar não. O cacique Juarez, que estava na frente, dizia: “Eu não vou sair daqui, só vão me tirar morto”, e todos os que não queriam a usina hidrelétrica foram junto. Teve muita gente indo às aldeias querendo negociar, e nós fizemos o protocolo de consulta para debater dentro do território. Construimos o protocolo e, em 2014, fizemos a autodemarcação do território. Em 2016 o projeto da usina foi arquivado, e o relatório reconhecendo o território Sawré Muyby foi publicado. Então, só no rio Tapajós tem projetos de três usinas hidrelétricas que estão no papel: a de São Luiz do Tapajós, o Jatobá e o Chacorão. No rio Jamanxim, que fica dentro do território Sawré Muyby, são mais cinco usinas hidrelétricas. Imagine o impacto que iria trazer a construção dessas mega-hidrelétricas em um rio imenso como é o Tapajós?

Em 2016 e 2017, conseguimos barrar uma audiência na qual eles queriam construir seis usinas pequenas e uma grande (a Copari), dizendo que era energia limpa. Não existe energia limpa. Na apresentação do projeto, eles mostraram uma imagem da hidrelétrica sem gente nenhuma em volta, apenas árvores. Eu logo perguntei sobre as pessoas e as máquinas que trabalhariam na construção da usina, porque, para construir uma usina hidrelétrica, vem muita gente que traz suas famílias, que quer ocupar todos os cantos do território, que traz droga e violência. Eu disse que aquilo era mentira, porque ninguém faz uma usina hidrelétrica sem gente. Nós não somos bobos, sabemos que a construção traz desmatamento e novas cidades. Então, não me venha com esse discurso de que a energia é limpa, porque nunca vai existir energia limpa passando por cima dos direitos das populações indígenas, quilombolas, ribeirinhas, da população tradicional. Que tipo de energia limpa é essa, que para produzir você tira o bem viver das pessoas, da população indígena tradicional? Ninguém dorme quando começam a passar projeto de lei dizendo que vão construir as usinas de qualquer jeito. Eu não consigo dormir sabendo que meu rio pode ser afetado, que o território do meu povo pode ser afetado.

Tudo isso tira o nosso sossego, porque todos os projetos que são aprovados lá longe nos afetam diretamente aqui. Os invasores já estão aqui perto de nós, só esperando que nos expulsem, e se isso acontecer, para onde nós vamos? Imaginem se o governo garantisse um lugar para nós, que realmente fosse demarcado, certificado e homologado, onde ninguém poderia chegar perto, ninguém poderia tomar e invadir? Eu acharia isso bem bonitinho, mas a realidade é que isso não existe. Se, com as terras indígenas demarcadas já existem



muitos invasores incentivados pelo governo, imagine as terras que não são demarcadas? Quando vêm as hidrelétricas, vem também muita gente de olho no território para mineração, e para hidrovias. Quando eles falam que vão passar a hidrovias do rio Teles Pires no Mato Grosso até o rio Tapajós, eu fico imaginando como isso se dará, com tantas cachoeiras. Se as pessoas passam de voadeira, quebra a hélice e bate no nosso barquinho, se passar um navio enorme de soja vai ter muita destruição. Muitas aldeias vão para o fundo da água, muitos peixes vão morrer, porque estão acostumados com seis meses de enchente, seis meses de inverno e, de repente, vai mudar o ecossistema dos rios. Para construir uma usina hidrelétrica eles mexem lá embaixo no solo, o rio perde o oxigênio, e surgem os peixes mortos. Vai morrer muito peixe, assim como eu vi em Belo Monte. Isso acontece também no rio Teles Pires, um tanto de peixe morto, botos e jacarés boiando na água. Existe isso? Não existe! Não existe energia limpa, isso é mentira! Só porque nós moramos no mato, acham que não conhecemos a natureza e o lugar onde vivemos, e aí vem gente lá de São Paulo, do Mato Grosso ou dos Estados Unidos dizer que vai ajudar a população indígena, que tudo é limpo? Não existe isso, não. Quem conhece o lugar sabe o que é limpo e o que é sujo.

BERNARDO ESTEVES: É importante termos isso em mente para pensarmos realmente no que consideramos uma forma limpa de energia. Você falou dos peixes e eu queria puxar esse assunto com o André Aroeira, que tem reflexões muito interessantes sobre o problema da sustentabilidade da gestão pesqueira no país. André, você já publicou um texto muito rico contando por que você parou de comer peixe⁵. Você fala de peixes oceânicos, e eu queria lhe pedir para fazer um paralelo dessa questão com a pesca nos rios de Minas Gerais e do resto do país: essa é uma atividade sustentável ou ela é uma das pressões que pesam sobre o futuro dos rios? Como poderíamos colocar essa questão da gestão pesqueira junto com as demais pressões que ameaçam os rios, como o assoreamento, a poluição e o desmatamento?

ANDRÉ AROEIRA: As políticas pesqueiras para o mar e para os rios são muito parecidas com a questão das políticas ambientais no geral. Debates aqui a questão das usinas, o manejo dos rios e os usos múltiplos da água e, assim como esses elementos, a gestão pesqueira também foge da ideia de um planejamento racional de políticas públicas. Enfrentamos os mesmos problemas, mas de forma diferente. No mar, as embarcações são gigantescas, há uma indústria muito

⁵ *Por que parei de comer peixe*, texto de André Aroeira publicado no *The Intercept Brasil*, em 2019. Disponível em: <https://theintercept.com/2019/12/20/por-que-parei-comer-peixe/>

mais desenvolvida, interesses variados, grandes empresas e pessoas que estão fazendo isso há dezenas de anos apenas por questão de lucro (por quererem vender, vão pegar a maior quantidade de peixes possível no menor tempo). Tudo isso criou uma indústria pesqueira que não se preocupa muito com o peixe – que não tem voz, como já conversamos aqui. As pessoas veem o peixe como um recurso qualquer que não está vinculado a um ambiente, e que por isso pode ser pescado de qualquer forma.

Quando trazemos essa discussão para os rios, devemos pensar em como fazemos a gestão dos rios e das bacias, como cuidamos desse ambiente onde os peixes vão estar. Eu falei um pouco da perspectiva do projeto Manuelzão, que busca justamente fazer a gestão de forma que favoreça o aparecimento dos peixes. O fato de termos muito pouco peixe nas regiões mais urbanizadas gera uma desconfiança em relação a poder comê-lo ou não. Se alguém pesca um peixe aqui na Região Metropolitana de Belo Horizonte – por exemplo, na cidade de Sabará, onde a água começou a ser tratada –, você confiaria e comeria aquele peixe? Isso já virou um problema nacional, como a Alessandra falou sobre os peixes cheios de mercúrio por causa do garimpo na bacia Amazônica. Isso vai trazer problemas muito piores para quem comê-los. O Secretário da Pesca, que veio do mar e está preocupado com o mar, nem fala muito das águas dos rios. Quando ele falou, disse apenas para colocar tilápia – essas espécies exóticas que vieram da África – aqui nos rios para podermos pescar, como se não tivéssemos peixes muito melhores, como o tambaqui e o pirarucu.

Eu não comeria e não como peixe de rios também, mas acho que poderia comer. Na verdade, essa decisão pessoal é um arranjo de todas essas questões: no mar a pesca é algo problemático, e nos rios é uma questão de cuidar mais e melhor das bacias, das águas. Precisamos mudar a forma como plantamos, mudar os locais onde plantamos, mexer nas leis que tratam de supressão vegetal e trabalhar a gestão de resíduos na cidade, para podermos ter rios melhores e alimentos mais saudáveis e mais confiáveis. Isso é uma questão quase civilizacional: comer peixe, nesse sentido, é um ato revolucionário, porque, do meu ponto de vista, o mundo precisa mudar muito para que tenhamos peixes saudáveis e de pouco impacto, que sejam bons para todo mundo.

BERNARDO ESTEVES: Discutimos aqui pressões de diversas naturezas que ameaçam o futuro dos rios e o futuro que poderíamos ter em torno deles, e esse é um tema que o Gustavo vem trabalhando na sua atuação no terceiro setor, pensando nas políticas públicas ambientais que poderiam nos assegurar um ambiente equilibrado, além da saúde dos rios e daqueles que vivem dos rios, com os rios, para os rios. Gustavo, se pensarmos especificamente nos rios de Minas Gerais, mas também abrindo o escopo para o conjunto do





país, que políticas públicas ambientais poderiam assegurar a saúde desses rios? O que deveríamos priorizar na luta por políticas públicas socioambientais mais justas?

GUSTAVO MALACCO: Para além da necessidade de novas políticas públicas, primeiro precisamos efetivar alguns instrumentos da política nacional de recursos hídricos. Vou dar um exemplo falando dos Comitês de Bacias Hidrográficas. Gosto muito de falar da criação dos comitês, porque entendo que as bacias hidrográficas são uma ótima unidade de planejamento, já que ultrapassam limites municipais permitindo uma ótica da nascente, da parte média do rio e da foz, dentro de um contexto de vários municípios. Eu já fui presidente de comitê de bacia, participo hoje de pelo menos cinco comitês, e percebemos que é uma política vigorosa que empodera. Entretanto, é uma pena que boa parte das bacias do norte do país não possuam comitês de bacia, e é aí que a implementação da política nacional falha.

Existe a obrigação de que, nos Planos Diretores de Recursos Hídricos de Bacias Hidrográficas, deve constar a identificação de áreas sujeitas à proteção de recursos hídricos. No entanto, quando analisamos os planos diretores, isso é inexistente. Nós lutamos muito no Comitê do Baixo Paranaíba, onde salvamos parte do problema dessas hidrelétricas no Tijucu com a implementação de uma unidade de conservação. Já na primeira versão do plano diretor, nós identificamos uma área de proteção, dizendo que o rio deveria ficar livre de barramento e, por causa disso, conseguimos implementar. Esse tipo de implementação é, porém, sempre um desafio, porque o Governo Federal, o setor elétrico e o *lobby* se organizam para não deixar que isso aconteça. Então, uma primeira política efetiva seria implementar o que está na lei, e que, muitas vezes, é desconhecido ou duramente combatido. Essa seria a primeira ferramenta.

A segunda ferramenta é justamente implementar esses outros comitês onde eles não existem, para, no mínimo, empoderar a sociedade civil e os povos originários desses locais que costumam ser alvo dos empreendimentos hidrelétricos. Sabemos que no Comitê do São Francisco, por exemplo, tem povos originários e comunidades tradicionais participando dele. E nessa ótica, nós também teríamos vários povos originários participando de comitês de bacias como a do Madeira, do Xingu, do Tapajós, e haveria esse debate plural com a sociedade, com os empresários, com os usuários e com o poder público. Essa política de implementação, no entanto, não existe – é impressionante: no lugar onde tem mais água doce disponível no Brasil, praticamente não há comitês de bacia.

A prioridade é implementar essa política nacional em todo o seu vigor. Sobre as novas políticas públicas, eu entendo que esse PL de licenciamento, no início, era uma versão que tratava de avaliações ambientais estratégicas e integradas, em que trabalharíamos o

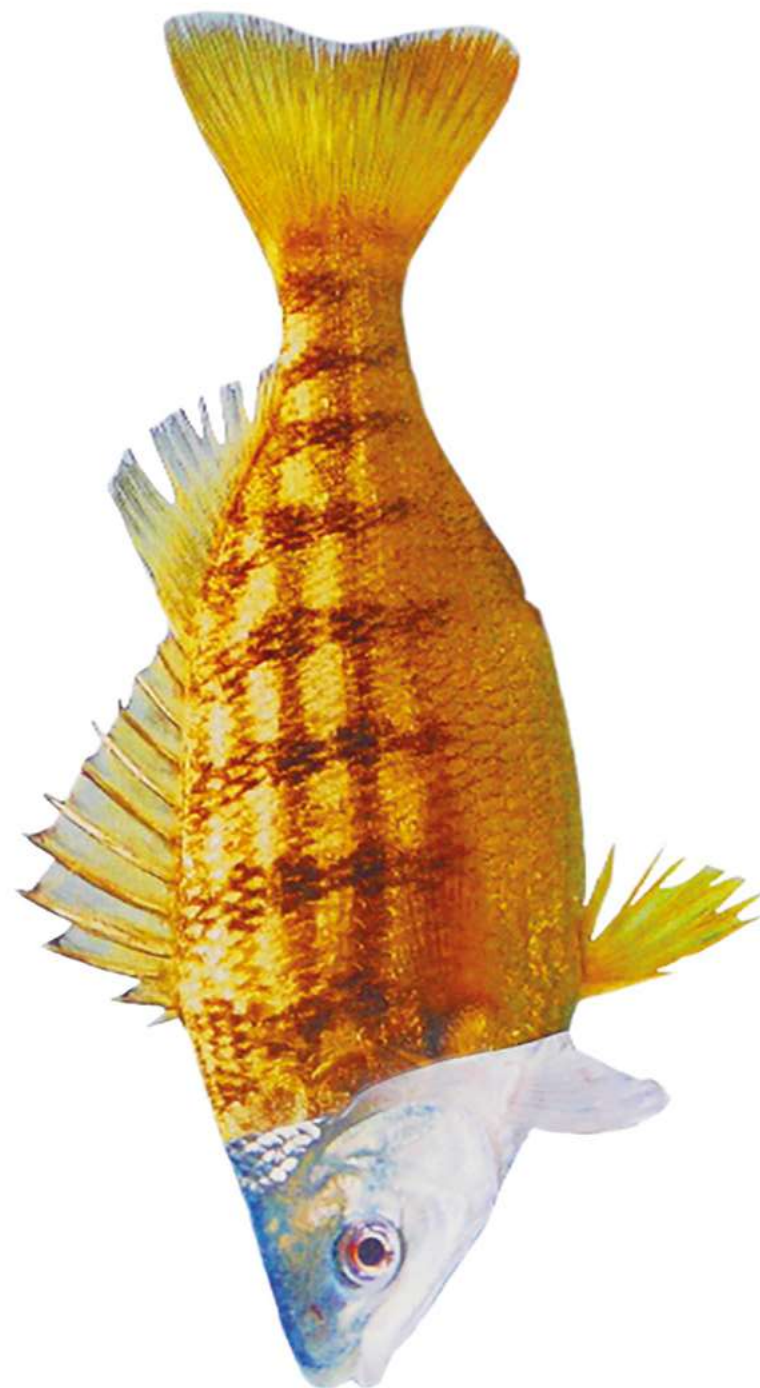
macroplanejamento – mas não foi isso que chegou. Tínhamos a chance de pensar uma versão do licenciamento ambiental focada em locais que não poderiam receber barramentos ou minerações, com toda a complexidade socioambiental. Essa lei deveria ser de planejamento ambiental, e na realidade virou isso a que estamos assistindo.

A questão, então, é que nós precisamos sair desse licenciamento cartorial, burocrático, sair dessas mentiras das audiências públicas. Deveria haver consulta pública às pessoas durante todo o processo, e não no final, quando já está tudo decidido, vendido e negociado com os lobistas. Precisamos de políticas rigorosas de macroplanejamento, e aí entra o papel importante dos municípios de criar leis municipais (leis de tombamento dentro da própria lei orgânica dos municípios, por exemplo). Em Florianópolis, por exemplo, já existe a perspectiva de reconhecimento dos direitos da natureza. É muito importante que os municípios assumam esse papel. Há, também, um movimento geral com várias organizações, no sentido de trabalhar políticas públicas que comecem a colocar no processo áreas estratégicas livres de barramentos, ou questões do direito da natureza. Existe, em Minas Gerais, uma lei que fala dos rios de preservação permanente. Por que não ampliar, então, esse caráter protetivo para outros rios de Minas e também do Brasil?

O que falta é implementar a lei nacional, é empoderar os comitês de bacia, é criar comitês em outros locais, e trabalhar políticas vigorosas no macroplanejamento, no reconhecimento dos organismos aquáticos como usuários, na questão climática. Essas são problemáticas muito importantes – a União Europeia reconhece isso, e aqui nós reconhecemos sutilmente, falta reconhecer na lei, mesmo. É um momento duro, mas mesmo diante disso temos que tentar propor uma agenda positiva, e fortalecer as iniciativas em curso.

BERNARDO ESTEVES: É muito importante esse norte para pensarmos políticas públicas ambientais que possam contemplar o futuro dos nossos rios. São balizas muito importantes. Eu queria pedir que vocês fizessem suas considerações finais, amarrando nossa discussão, tendo em mente que nós estamos na antessala do colapso do clima. A crise ambiental global está aí, já estamos vivendo os impactos dela, e pensando nos rios que queremos ter diante dessa realidade, que mensagem vocês gostariam de deixar para pensarmos o futuro dos rios?

ALESSANDRA KORAP: A primeira coisa é ir atrás de informação, porque é muito importante as pessoas saberem o porquê da defesa dos rios e dos territórios. Buscar páginas verdadeiras que estejam falando sobre o meio ambiente, sobre povos indígenas, sobre rios, para as pessoas começarem a se interessar mais sobre esse tema. Eu sempre falo que o meio ambiente somos nós, porque, quando somos afetados, todos que estão do nosso lado (animais, rios, peixes,





nascentes) também são. E tudo que afeta diretamente os animais ou a floresta, afeta também a nós, povos indígenas. Cada um tem seu papel, as pessoas precisam olhar para seus lados, porque muitas vezes só olhamos para um lado e não enxergamos o que o vizinho está sentindo. Você não enxerga que uma nascente está sofrendo com muito lixo, com dejetos sendo jogados.

É importante parar um pouco e pensar, dar uma olhada lá fora, dar uma olhada no rio, na nascente, e ver se ela está precisando da sua ajuda. Só o fato de você sair do seu mundo quadrado vai fazer você ver um mundo maior, imenso, para preservar em defesa dos rios, em defesa da vida, não só para os povos indígenas. Eu falo dos povos indígenas porque é a gente que está na linha de frente, podendo tomar um tiro a qualquer momento, mas nunca vamos deixar de lutar. Nós, estudantes, professores, empresas e ambientalistas temos que dar a mão um para o outro, porque o rio é vida, toda a floresta é vida.

Temos que sentir a dor do outro, sentir o que a pessoa ao lado está sentindo. Não só a tristeza, mas também a alegria. Temos que compartilhar as alegrias, compartilhar o que aquele movimento fez, o que aquela ONG fez, o que aquele povo quilombola, ribeirinho ou indígena está fazendo. Não podemos só olhar para a nossa frente, temos que olhar para os nossos lados, para o mundo todo. É isso, temos que buscar mais informação.

ANDRÉ AROEIRA: Uma mensagem que amarra tudo é que cuidar dos rios não é um pacote específico ou uma política única, mas um conjunto de coisas acontecendo simultaneamente na sociedade. Conversamos sobre várias questões de bacia hidrográfica, resíduos, energia, mineração, agricultura, e tudo isso precisa confluir.

Para além das mudanças climáticas, estamos em um estado que já sofre muito com questões relacionadas ao uso de recursos hídricos, e nem sabemos qual vai ser o impacto disso. Temos metas, mas são diferentes das projeções, que são diferentes do caminho que estamos tomando no momento, então, não conseguimos dimensionar seu real impacto. Imaginem como vai ser nas veredas do Norte de Minas? Diariamente, estamos perdendo muitas veredas: veredas com muito menos água, veredas que já secaram, veredas que não atingem sua potencialidade como era no passado.

Outro dia, eu estava vendo um documentário em que um senhor resgatava as memórias de quando ele vivia no meio rural. Ele dizia que, em Montes Claros, ele passava seis meses com chuva e seis meses com sol, e que nos meses chuvosos, eles nem conseguiam secar a roupa (a mãe dele secava a roupa com um ferro de passar a carvão). O que estamos, então, fazendo aos nossos ambientes? Falamos aqui dos rios, mas, pensando nas chuvas em Montes Claros, podemos ter também a perspectiva dos rios voadores. Hoje, Montes Claros deve

ter perdido boa parte de seus rios voadores, assim como em toda a Mata Atlântica. Não sentimos tanto esse impacto, mas ele é grande.

A forma como vamos cuidar dos nossos rios é a mesma forma como vamos viver como sociedade. Eu falei mais cedo que os rios precisam, no futuro, ser mais parecidos com o que eram no passado. Precisamos voltar a ter essa relação com a natureza que faz muito bem, e mudar essa noção de progresso e de desenvolvimento que vem há 500 anos massacrando nossos rios. A quem interessa esse modelo? Acho que um modelo diferente, que seja mais resiliente, mais conectado com o ambiente natural vai ser melhor para todo mundo. Uma sociedade que tenha mais diversidade (assim como a natureza) vai ser mais amigável e melhor para todo mundo: uma coisa mais diversa, mais resiliente, mais forte e com diferentes possibilidades de vida comum.

GUSTAVO MALACCO: Eu desejo rios livres, limpos, vivos, que tenham uma ótica de desenvolvimento sustentável, de utilização pelo ecoturismo, de economia verde. A pandemia de Covid-19 demonstrou o quanto o turismo regional ganhou, por conta desse impedimento de grandes deslocamentos. Houve um aumento significativo de visitas às cachoeiras da região, e, para que isso aconteça da melhor forma, precisamos de planejamento. Por que investir em uma grande hidrelétrica, com juros subsidiados, e não em milhares de empréstimos pequenos para produtores rurais desenvolverem suas atividades (como o ecoturismo para aqueles que têm uma cachoeira ao fundo da sua propriedade)? Quantos milhares de empregos seriam criados no Brasil em relação à recuperação de ambientes de Áreas de Preservação Permanente, diante dessa questão da segurança hídrica, tão importante neste cenário de mudanças climáticas? É esse tipo de rio que vai dar segurança hídrica às grandes cidades e ao agronegócio brasileiro, que está matando sua galinha dos ovos de ouro. Se o agronegócio não atentar e parar de desmatar, pensar na recuperação ambiental em vez da eficiência, vai perder tanto na Amazônia quanto aqui no Sudeste, no Sul e no Centro-Oeste.

Esse tipo de situação deve ser discutido. Em um cenário de redução hídrica pelo processo de mudanças climáticas, é muito importante atentar para quem e para que os investimentos estão sendo destinados. A nossa mensagem é que tenhamos uma potência econômica nesse tipo de vertente de desenvolvimento, que uma turismo, segurança hídrica, respeito aos povos originários, às comunidades tradicionais e, em consequência, uma população que possa, como eu, ainda um dia aqui em Uberlândia, ter todo o meu rio Uberabinha limpo. E que eu possa nadar nele inteiro, desde a foz até a nascente, sem me preocupar com as ameaças de hidrelétricas e de despejo de efluentes. Toda a solidariedade e apoio ao povo Munduruku – finalmente, eu vou conhecer o rio Tapajós este ano! Dizem que é o rio mais belo do Brasil.





lacuna

NYDIA NEGROMONTE

A obra LACUNA é estruturada a partir das bacias dos rios São Francisco, Jequitinhonha e Doce, tendo como "portas de entrada" os peixes que os habitam e os reservatórios de ar, pessoas e água. Transmídia, constituída de vídeos, colagens, fotografias e apropriação de ilustrações diversas, extraídas de enciclopédias e livros didáticos. Se trata de uma colagem digital.





COM O PÉ NA TERRA

Como resistir e existir
no Antropoceno?

O Antropoceno, essa nova era geológica que leva o nome dos humanos, suscita novas abordagens filosóficas e conceituais sobre nossa relação com a Terra. Nesta conversa entre a filósofa Alyné Costa, a liderança Pataxó Hã-Hã-Hãe ãngohó Pataxó e o antropólogo Renato Sztutman, os povos originários e as comunidades tradicionais são colocados no centro do debate sobre outros modos de existir e resistir neste mundo em colapso iminente.

ALYNE COSTA: Antropoceno é o nome que tem sido dado a esta nova época geológica marcada pela perturbação de inúmeros processos da Terra pelas atividades da dita civilização industrial, e é nesta época geológica que percebemos, de forma mais contundente, que é importante fazermos a junção dessa terra (com t minúsculo) com a Terra (com T maiúsculo), ou seja, conectar o local e o global. A necessidade de fazer essa junção se mostrou incontornável, sobretudo agora, diante das perturbações ecológicas em larga escala, em escala global. Nunca foi tão evidente que a nossa única alternativa para uma vida justa, digna e plural na Terra é justamente aterrar, se aliar à terra e a seus seres. Por isso é cada vez mais importante que sejamos capazes de ouvir e de aprender com aqueles que, como diz o pensador Ailton Krenak, nunca se alienaram desse organismo T(t)erra do qual somos parte. O problema é que parece que nem todo mundo está convencido disso. Temos visto recentemente inúmeras investidas contra os povos indígenas tradicionais, inúmeros desmontes nas políticas ambientais e fundiárias, e mesmo uma impunidade de grandes crimes, como o crime de Brumadinho que matou o rio Paraopeba. Tudo isso mostra, então, uma insistência em um projeto político-econômico mortífero e, nesse sentido, resistir a esse projeto, obstruí-lo ou impedi-lo se tornou realmente uma questão de vida ou morte. Mais do que isso, essa resistência tem se feito como criação, como reinvenção de formas de habitar a T(t)erra com alianças que nos ajudem a pensar novos modos de existir. Gostaria de pedir para a Ængohó contar um pouco sobre a luta do povo Pataxó pela retomada da terra, ou, mais especificamente, pelo direito de ocupar o território onde vocês estão hoje.

ÆNGOHÓ PATAXÓ: *Takohã*, boa noite! Para mim, é muito importante falar da luta do meu povo indígena, principalmente depois de passarmos pelo grande impacto desse crime da Vale, aqui em Brumadinho, onde perdemos Txopai, o rio Paraopeba, que é o deus que nos criou. Para nós, ele não é só um rio, é o nosso sagrado. Quando saímos desse território, tivemos que viver na cidade tentando nos curar dessa ferida, em um contexto que não era o dessa comunidade, enfrentando várias negações de direitos por não estarmos no contexto do índio aldeado. Depois disso, tivemos uma grande conquista, que foi a retomada desse território, onde estamos há dois meses. A Associação Mineira de Cultura Nipo-Brasileira doou 70% de uma área de preservação ambiental que eles têm aqui, em São Joaquim de Bicas, e nós compramos 30% dessa área com o valor custeado na indenização coletiva que temos a receber da mineradora Vale pelo crime que ela cometeu dentro da nossa comunidade. Isso foi um fato histórico em nosso país, porque nenhuma outra comunidade indígena recebeu doação de terra.

Entramos nesse território no dia 9 de junho de 2021 e, a partir do dia 12, apareceram muitos grileiros se identificando como donos dessa área. Domingo passado, dia primeiro de agosto de 2021, colocaram fogo em uma parte onde tem uma nascente, estão tentando aliciar nossas crianças – estamos fazendo vigília durante a noite toda, há cinco dias não dormimos. Estamos dentro de um conflito, resistindo para existir, porque essa mata não é só uma mata, não é só um território de habitar. Aqui estão os nossos encantados, nossos caboclos da mata. Aqui temos espécies de árvores e capinas, temos famílias de macacos que estão em extinção, e que já estão se aproximando com a nossa chegada, mesmo que esses grileiros estejam vendendo os lotes. Ontem, mesmo, conseguimos identificar dois tucanos com os bicos serrados, tentando se alimentar sem conseguir. Temos ali árvores nativas sendo destruídas: cortaram dois pés de copaíba, um roxinho, uma braúna, o paraju (que é uma madeira que não é dessa região); identificamos ipês e jatobás no chão.

Até conseguimos que o jornal *Super* viesse até a área – andaram aqui com a gente para ver essa devastação. A luta pela terra é muito importante para os nossos povos: não queremos a terra só para poder habitar, mas para viver nela, cuidar dela e cultivar, porque nós somos filhos dela. Mesmo com tudo isso, estamos ali para proteger 36 hectares dessa área onde duas nascentes já secaram, e a única nascente que ainda existe está contaminada, porque um grileiro construiu uma fossa bem em cima dela. Os órgãos estão todos sendo omissos, ninguém vê nada, ninguém faz nada. Dói em nós, como protetores, como defensores e como os filhos da Mãe Terra, da Gaia.

ALYNE COSTA: É muito assustador, Ængohó, porque vocês estão enfrentando até hoje as consequências do crime da Vale. Você fala que o rio Paraopeba, Txopai, morreu por conta desse crime que até hoje não foi resolvido, não foi tratado, não foi enfrentado com a gravidade com que deveria. E ainda tem essas outras investidas, violências que vocês sofrem o tempo todo no território. É efetivamente um processo de reinvenção de existência o tempo todo.

ÆNGOHÓ PATAXÓ: O mais triste é que temos agora a PL 490 e o Marco Temporal¹ querendo considerar como índios só as comunidades e as áreas demarcadas em 1988. O índio não existia apenas em 1988, nosso povo existe todos os dias e resiste dia após dia, sem saber se vamos estar vivos amanhã. Nós estamos lutando, e não é uma PL 490 ou um marco temporal que vai nos dizer a

¹ Tramitando no Congresso desde 2007, o Projeto de Lei 490 prevê alterações nas regras de demarcação das terras indígenas, propondo que só sejam considerados territórios efetivamente indígenas aqueles ocupados por eles até a data de promulgação da Constituição brasileira, em 1988 (indicação também chamada de Marco Temporal).

hora e o dia em que o nosso território tem que ser demarcado. Já derramaram muito sangue dos nossos antepassados: o nosso parente, primo Gaudino, foi morto em Brasília buscando a demarcação do território, dentro do nosso tronco Kariri-Sapuyá, do povo Pataxó Hã-Hã-Hãe. Há 22 anos a terra não é demarcada no sul da Bahia, e nem em lugar nenhum no Brasil. Hoje, conquistamos essa terra com muito suor, com muita persistência e enfrentando muitas violações de direitos – principalmente pela mineradora Vale, criminosas.

A Vale conseguiu implantar um conflito interno dentro da comunidade, e assim tirou de nós o que era mais sagrado, a nossa união, nos dividindo em quatro grupos. Ela fez um acordo a portas fechadas com o governo do estado, e a comunidade indígena e as comunidades tradicionais sequer foram incluídas. Em horários nobres, vemos que eles falam na televisão que a comunidade está reparada, que já houve uma indenização, sendo que não é nada disso. Agora mesmo a Vale não quer nos reconhecer como atingidos pela barragem por causa da área onde estamos agora, mas estamos a 600 metros do rio Paraopeba, que é Txopai, o deus que nos criou, e que agora é um rio morto. Hoje, nós temos aqui em Brumadinho o maior crime ambiental da nossa história, o maior crime trabalhista, o maior crime contra a fauna e a flora. Nosso povo Pataxó e Pataxó Hã-Hã-Hãe vive da pesca, da caça, da terra, do Txopai, do rio, para fazer os nossos rituais. Vai fazer três anos que não batizamos nossas crianças e nem fazemos nosso ritual. E o que mais nos dói é que a Vale matou o que era mais importante para nós, algo que não é negociado. O nosso espiritual não é negociado, a nossa terra não é negociada, ela não é mercadoria.

Nesse novo território em que estamos falta água, porque a nascente está contaminada, e a todo momento a Vale se nega a dar a água ali na comunidade, sendo que em quase todas as casas próximas à reserva as pessoas são reconhecidas como atingidas. Nós, protagonistas da história do processo, estamos sendo desconsiderados. Além disso, as crianças estão há dois anos sem escola, 22 pessoas estão sem vacina, não há atendimento da saúde dentro da comunidade, estamos vivendo em barracas de campo e de lona. São crianças, grávidas e anciãos passando por essa situação – e digo isso para que as pessoas possam ver de perto a realidade que estamos vivendo dentro daquele território, mas vamos ficar ali, lutando, mesmo que seja preciso derramar nosso sangue. Enquanto o último índio estiver em pé dentro daquele lugar, enquanto a última árvore sobreviver ali dentro, estaremos resistindo por aquela terra, porque não vamos deixar os grileiros e a mineradora destruírem esse lugar. Se for preciso dar a nossa vida por aquele território, vamos dar.

ALYNE COSTA: Em um artigo que o Renato publicou em 2017, chamado *Retomar a Terra ou como resistir no Antropoceno*, ele discute temas bastante relacionados a tudo isso que você está falando. Nesse texto, você, Renato, pensa os movimentos dos povos indígenas tradicionais a partir daquele conceito de *reclaim*, da filósofa Isabelle Stengers, que poderia ser traduzido como “reativar”, mas você escolhe traduzir como “retomar”. A impressão que me dá é que, quando você usa o conceito de *reclaim*, você está retirando o sentido meramente reativo da noção corrente de resistência – e tem tudo a ver com o que a Ængohó está contando para nós aqui –, e dizendo que não se trata somente de revidar, mas de todo um movimento de criação envolvido nesse processo de resistir.

RENATO SZTUTMAN: O retomar, o *reclaim*, o reativar não é só um revide, mas uma forma de afirmação de uma existência. Trata-se de resistir e existir, de afirmar um modo de vida. Essa é uma discussão que eu gosto muito, que a Stengers faz a partir da Starhawk, que é uma ativista adepta da tradição Wicca, da bruxaria neopagã, mas também – e sobretudo – dos movimentos antiglobalização, anticapitalistas. Ela vai procurar essa ideia do *reclaim* no final dos anos 1970 e começo dos anos 1980, a partir de uma ideia de retomar ou de ativar uma tradição de bruxaria, que está associada a uma questão sobretudo feminina, que foi erradicada na Europa para nascer, então, o mundo moderno, a modernização. E justamente como a Alyne estava falando, não é uma questão de retomar algo do passado, mas tem um sentido muito forte de criação, de reinvenção.

Nós, por exemplo, que vivemos em um mundo capitalista, como podemos recriar formas de existência e de resistência? Ela vai ver que isso tem a ver com essa reativação (que é uma tradução que a Jamille Pinheiro faz do termo *reclaim*) de uma tradição de magia, de bruxaria, que o ocidente moderno erradicou ou tentou erradicar. Essa tradução da Jamille Pinheiro, o reativar, é muito boa porque diz sobre algo que não deixou de existir, mas que precisa ser reativado. O professor Márcio Goldman também traz uma sugestão rápida em um texto dele, no qual ele diz que *reclaim* poderia ser também traduzido como “retomar”.

Eu acho que isso realmente tem tudo a ver, fazer essa ponte entre a ideia de reativar uma espécie de magia para resistir ao mundo capitalista, e esse retomar a terra, que é algo muito presente na política indígena das últimas décadas. A ideia de retomar não como resgatar, mas, sim, selar esse vínculo entre a relação com a terra e a produção de uma existência, que é, portanto, a recriação de um modo de vida. Não é só um pedaço de terra que se tem em mente, ou a terra como algo quantitativo, como um recurso, mas é um modo de vida, é um modo de existência que se retoma. E esse modo de existência tem a ver também com um

pacote de outros existentes que não são só o humano. Não é o humano que transforma a terra como uma coisa inerte, mas é um humano que se relaciona com a terra e os seres que habitam a terra. Isso fica muito claro, por exemplo, no discurso do Cacique Babau Tupinambá, que foi bastante discutido por outros antropólogos. A Daniela Alarcon, em seu livro *O retorno da Terra*, vai trabalhar com essa ideia de que não é o retorno à terra, mas o retorno da terra, a terra como algo vivo, como uma rede de seres e de agências. Não é simplesmente retomar um pedaço de terra, mas retomar relações com esses outros seres.

O Cacique Babau vai dizer que as retomadas entre os Tupinambá da Serra do Padeiro foram instigadas pelos Encantados (sobre o que a Ângohó também estava falando aqui). Os Guarani, esse povo indígena que está em grande parte do Sudeste e no Mato Grosso do Sul, têm experimentado várias práticas de retomada. O Eliel Benites, que é um intelectual e antropólogo Kaiowá, entre outros autores, tem falado muito desse conceito de *Tekoharã*, que é como eles traduzem uma retomada. Vem de *teko*, que é o território, que, por sua vez, vem de *teko*, que é o modo de ser, modo de viver, modo de existir. E o *rã* é um sufixo para dizer do futuro. Então, é uma retomada do *teko* que virá, é um modo de ser que será restabelecido. Isso é muito bonito, essa ideia de um modo de ser que vai ser restabelecido, para além de um simples território delimitado. Isso aparece muito nos discursos de lideranças indígenas e também nas análises antropológicas, essa ideia de que a terra está doente, a terra se esgotou, os Encantados foram embora, o rio morreu, então, é preciso um ato de cura da terra.

Tem aquele filme belíssimo dos Yanomami, *Os Curadores da Terra Floresta*, que mostra um encontro de pajés Yanomami que vão, em conjunto, se comunicar com os *xapiri*² para poder responder a esses atentados contra o território Yanomami, às invasões dos garimpeiros, à fumaça dos garimpos que provoca doenças e que mata os espíritos. Os Yanomami têm uma terra demarcada, mas que está sendo constantemente invadida. Eles também precisam retomar no sentido de proteger, de impedir que essa terra morra, que os rios morram, que os espíritos *xapiri* morram. Tudo isso se trata dessa luta para recriar, manter ou afirmar o que seria esse modo de existência, que muitas vezes aparece traduzido também como “bem viver”, um conceito que é complexo porque depende de relações com outros seres. O Ailton Krenak sempre fala que o rio é outro ser, é uma pessoa. Acho que o que a Ângohó está dizendo para nós hoje vai muito nesse sentido.

2 Os *xapiri* são os espíritos que ajudam os xamãs Yanomami a manter o equilíbrio do mundo, evitando a queda do céu.

ALYNE COSTA: Não se trata só de uma retomada, mas de uma criação, uma retomada que virá, sobretudo, instigada pelos Encantados. Gostaria que a Ângohó comentasse o papel dos Encantados nessa instigação, e também falasse sobre a ideia de que Txopai, o rio Paraopeba, morreu. O que exatamente significa essa morte, Ângohó?

ÂNGOHÓ PATAXÓ: Quando falamos que Txopai morreu, não é que ele está totalmente morto, porque a lama de rejeito desceu, mas não atingiu a cabeça da nascente de Txopai. Para baixo foi tudo soterrado, mas a cabeça está descoberta, a cabeça não está morta – o corpo está morto, mas o que rege esse corpo vive. E precisamos lutar para salvar o restante dos membros que estão morrendo, que estão doentes, que estão soterrados, porque eles ainda podem ressuscitar. Desde o dia do crime, Txopai, com a força que vem da cabeça viva, está se regenerando. Ele se regenera sozinho, ele mesmo está fazendo a sua limpeza, porque ele é forte. Se não acreditarmos nele, a nossa comunidade também adoecerá e morre – precisamos lutar e ajudar a salvar esse corpo. Em hora nenhuma vemos nas mesas de negociação e nas matérias dos jornais falarem de tratar Txopai, falarem de um tratamento da bacia do rio Paraopeba até Três Marias, que é por onde a lama desceu e foi matando Txopai.

Esta terra em que estamos também foi dada pelos Encantados, e foram eles que nos direcionaram até ela, em uma missão de salvá-la. Porque cada árvore que tem aqui não é apenas uma árvore, é o nosso povo em pé, são nossos velhos encarnados, são aqueles que nos dão força para podermos prosseguir. Os macacos que ali estão não são só macacos, nós os vemos como nossos velhos que já se foram, assim como os gambás, os tucanos e os gaviões. Temos cinco espécies de gavião que são os guardiões da mata, que piam às seis horas da manhã e aparecem nos quatro cantos da aldeia entre meio-dia e quatro horas da tarde para nos saudar e nos proteger. Temos feito o ritual da lua nova, o ritual da lua cheia, o ritual da Jurema e o ritual do torrado (o rapé, uma coisa sagrada do nosso povo). Nós não largamos a nossa xanduca³, que tem que estar conosco para podermos fazer o nosso torrado, nossos fumos e nossas ervas, para chamar nossos espíritos. Temos a força do nosso povo, da nossa espiritualidade, temos os nossos maracás para chamarmos os Encantados e fazermos nossos cantos. Agradeço aos antepassados do meu povo Pataxó Hã-Hã-Hã, tanto os que já se foram lutando quanto os que estão vivos hoje, por cultivar a espiritualidade para que o nosso povo viva. Hoje, temos as benzedeiras, as parteiras e as sementes crioulas que mantemos e cultivamos, e respeitamos os nossos anciãos e Txopai, que é o deus que nos criou, o deus da água.

3 Xanduca é uma espécie de cachimbo tradicional utilizado pelos Pataxó.

Apesar disso tudo, dói muito chegar a um território lindo desse, uma mata linda dessa, e ver uma árvore no chão, ver um tronco nosso, que já se foi, sendo cortado. Esses dias eu vi um jacarandá sendo queimado, e ele chorou sangue. Muitos olham e pensam que aquilo é uma resina vermelha com pontinhos brancos saindo de dentro do jacarandá, mas, para nós, não é resina: ele estava chorando porque estava sendo queimado, estava sendo morto, pedindo socorro. Nós, como guardiões dessa terra, temos a obrigação de cuidar de árvores como esse jacarandá de 50 anos que foi queimado, porque 80% da biodiversidade deste país está nas mãos dos povos indígenas. Nós, como lideranças, temos que passar tudo isso para nossas crianças e nossos jovens. Na minha comunidade tem um menino de seis anos, chamado Orianã, que fala que é o protetor da mata e que, quando vê uma coisa dessas, ele chora. Quando ele viu o jacarandá, ele disse: “Tia, você não está vendo, ela está sentindo dor, ela está chorando, ela está falando para mim que está sentindo dor. Vocês não vão entender, ela está falando dentro da minha cabeça”. Nesses momentos, você tem que ter força para poder controlar a mente daquela criança, porque ela já tem um espírito de guerreiro e os nossos ancestrais já falam com ele. O mesmo aconteceu com o rio Paraopeba, saímos de lá porque não aguentamos mais ver o sofrimento das crianças. Quando chovia, elas falavam: “Tia, choveu, agora nós podemos nadar no rio? Txopai está limpo!”. Os anciãos também falavam: “Agora eu posso ir lá pescar? O rio limpou?”. Isso não tem um valor negociável com nenhuma empresa. Nossa cultura não é mercadoria, ela não está à venda. Nós só queremos existir, só queremos proteger as matas, a floresta, os bichos. Não queremos destruir, e muito menos ir para a mesa de negociação com a Vale para falar em dinheiro. Só queremos que ela devolva aquilo que ela destruiu.

Tínhamos 25 espécies de peixe de água doce catalogadas naquela comunidade, e hoje não tem mais isso no rio Paraopeba, nem até Três Marias. Tínhamos nossas plantações, nossas hortas medicinais, nossos galinheiros, e hoje estamos divididos em quatro grupos: dois estão na cidade, nós estamos na mata dos japoneses, e tem um pequeno grupo que está resistindo ainda na beira do rio Paraopeba. E isso não tem dinheiro que pague, o convívio familiar não é negociado. Para nós, o dinheiro que a Vale tem não é importante, o que importa é o pé de copaíba vivo, é o rio vivo, é o Paraopeba vivo, é Txopai vivo, é o rio Doce vivo. Agora mesmo nós vemos o sofrimento dos parentes Xukuru e Kariri com a perda dos peixes do rio deles; vemos os parentes Tupiniquim e Xikrin lutando por direito; vemos os parentes Yanomami lutando para existir; vamos ao Rio Grande do Sul e vemos os parentes Guarani que, antes, tinham floresta

e hoje não têm nada. Com um frio desse, os parentes têm que comprar lenha para aquecer o corpo, porque não têm floresta. Nós tínhamos o rio Paraopeba para pescar, sem preocupação de quantos quilos de peixe íamos pegar, de quantos litros de água íamos consumir, de quantos banhos íamos tomar no rio. Hoje, a Vale faz uma média de três litros de água por dia que podemos tomar, e nós somos uma comunidade que luta para ganhar água – que é a coisa mais sagrada para nós, e não temos mais dentro da comunidade. Antes, tínhamos um rio onde a água era cristalina, onde todos brincavam, se divertiam, pescavam, e, de repente, vem uma empresa multinacional e acaba com tudo de mais sagrado que temos, mata nosso povo, tira a vida das pessoas, e ainda sai como heroína.

É isso que acontece com os povos indígenas, é isto que tem nos matado: ver todos os dias a Constituição Federal ser violada e rasgada à força. Vemos a nossa Amazônia todinha sendo destruída, e até quando? Até quando o sangue do nosso povo vai ser derramado, até quando os rios vão ser mortos? Quantos Txopais vão ter que morrer para que essas empresas venham a ser penalizadas? Quantas serras vão ter que morrer? Aqui, em Minas Gerais, vemos a Serra do Cipó – que é um cartão postal desse lugar – todinha sendo destruída, as tão famosas serras de Minas, todas sendo derrubadas. Na Região Metropolitana de Belo Horizonte, as pessoas têm que tomar as próprias fezes, porque a água vem do esgoto. As empresas pegam os rios contaminados, tratam e mandam a água para a casa das pessoas falando que aquela água está boa para consumo – águas que têm litros e mais litros de cloro. Sem contar que as pessoas daqui estão comendo mais de dez litros de agrotóxicos por dia nas suas mesas, e respirando mal por causa dos caminhos das mineradoras. Todas as comunidades aqui de Brumadinho estão sofrendo. A Vale implantou seus funcionários e quem manda é ela, quem faz as regras é ela, e nós temos que ficar calados. Só que nós somos povos indígenas e, como verdadeiros donos dessa terra, nós não vamos nos calar perante esse crime. Nós não aceitamos mais que nenhuma vida seja tirada, e que nenhum outro Txopai seja morto.

ALYNE COSTA: ãngohó, não sei nem dizer o quanto eu sinto muito, o quanto eu lamento que isso esteja acontecendo com vocês e com outros povos. Estamos aqui justamente com a proposta de pensar os rios como seres de direitos, como sujeitos, como entidades que merecem toda a consideração e todo o respeito – e vemos que essa política econômica absolutamente destrutiva e mortífera vai contra tudo isso que estamos conversando aqui. Inclusive, vi uma fala muito importante sua, em que você dizia que, se nós ainda temos ar para respirar e água para beber, é graças

aos povos indígenas. O Renato diz que a Terra parece estar se esgotando, e que nós precisamos de um ato de cura, e em seus textos também fala que todos esses movimentos de retomada e reexistência parecem juntar o que esse modo de vida destrutivo, no qual a Vale e outras empresas se inserem, parece ter separado. É como se o capitalismo nascesse de um duplo golpe, que seria a destruição do pertencimento à terra e do princípio de animação do mundo, para poder prosperar. Esses movimentos que vocês, o povo Pataxó e todos os outros povos tradicionais estão fazendo, parecem estar juntando isso que o capitalismo tentou separar: a T(t)erra tida como entidade viva. Nesse sentido, um retorno à T(t)erra é necessariamente também um retorno da T(t)erra. Então, eu queria ver se o Renato poderia comentar um pouco a importância dessa ideia, sobretudo diante do colapso ecológico que estamos vivendo, para pensarmos também alianças possíveis contra inimigos comuns. Como podemos pensar, nos juntar e nos organizar contra essa destruição global, devastadora, que está tomando lugar?

RENATO SZTUTMAN: Foi muito emocionante ouvir a ãngohó, e acho que a única coisa comparável que os não indígenas podem sentir talvez tenha a ver com o que estamos vivendo com a pandemia. É claro que não na mesma escala do que vivem os povos indígenas. Essa ideia de que o rio está morrendo é talvez a mesma impressão desses últimos meses de que, de fato, estamos morrendo. De certa maneira, a Terra é como um todo, e nós sentimos na pele que ela está morrendo, em diferentes graus e escalas. Tem pessoas que estão negando isso, outras fingem que nada está acontecendo, outras têm planos de ir para Marte, mas acho que boa parte da população mundial sentiu isso (em uma escala muito menor do que a escala do povo Pataxó, porque o rio, que é a base da alimentação e da vida, foi ameaçado e está morrendo).

De um lado, nós temos esse poder mortífero do capitalismo, do neoliberalismo tardio, disso que alguns autores chamam de “Capitaloceno” (para brincar com a ideia do Antropoceno), que na verdade é um poder de morte, que mata as pessoas e mata também a terra, os rios, e todos os seres que compõem essa teia que faz a Terra existir. Por isso, a retomada é, sobretudo, uma retomada de uma vida, não só física, mas espiritual no sentido dessa teia de existências, de animais, de plantas, de espíritos. O que estamos vivendo agora é uma luta do bem viver (de retomar a vida nesses aspectos maiores) contra o mal morrer (que é o que acontece hoje com a intoxicação dos rios com agrotóxico, mercúrio, lama, as pandemias...). E quem conduz o bem viver são justamente os povos indígenas, aos quais temos que agradecer, como a ãngohó fala. Afinal de contas, grande parte da água e das florestas que ainda existem estão sobre a

salvaguarda dessas populações. Em São Paulo, temos toda a discussão em torno de um cinturão verde na cidade, conduzido pelos Guarani das terras do Tenondé Porã, em Jaraguá. São Paulo é a maior cidade da América Latina e, para continuar existindo, ela precisa da ajuda dos Guarani que estão ali, porque são eles que, de certa forma, estão salvaguardando os entornos da cidade. Sem eles, talvez não tenha mais água para beber em São Paulo, não tenha mais ar para respirar. A água já é ruim, o ar já é péssimo. Se esse mundo pós-pandemia existir, ele precisa estar baseado nesse ideal de retomada no sentido mais amplo.

ÃNGOHÓ PATAXÓ: Esta pandemia mostrou para todos nós que nós podemos ser pessoas com culturas diferentes, mas, ao mesmo tempo, somos todos iguais e sentimos a mesma dor. Um vírus invisível foi capaz de eliminar todos nós, índios, não índios, pardos e negros. Muitas pessoas ainda não acordaram com essa pandemia, não quiseram ser seres e pessoas melhores, mas nós, que passamos por ela perdendo pessoas da família, perdendo pessoas nas nossas comunidades, saímos pessoas melhores. Quando esta pandemia acabar, que possamos trabalhar para uma igualdade social para todos, que tenhamos um país melhor, onde nossos rios e matas sejam respeitados como seres.

ALYNE COSTA: Para finalizar, gostaria de perguntar: como os não indígenas podem se encantar pelos Encantados, e senti-los em conjunto com os povos indígenas, sem que isso signifique uma apropriação?

ÃNGOHÓ PATAXÓ: Querendo ou não, dentro de cada um dos seres e cada um dos brasileiros existe um índio e uma índia, existe um espírito dos Encantados para nos reger. E quando você tem esse chamado, você precisa trabalhá-lo para unir forças conosco e defender os Encantados, que são a floresta, a mata, o rio e o ar. Agradecemos muito a quem tem esse chamado, a quem se dedica e desperta, e que vem para a luta somar força conosco.

RENATO SZTUTMAN: O antídoto da apropriação é a aliança. Não é só pegar um pedaço, mas encampar também a causa indígena, entrar de cabeça nisso, ter um compromisso. Acho que essa é a questão: não é simplesmente acreditar, mas se engajar. Eu acho que essa imagem da possibilidade de ressuscitar um rio, já que a cabeça não está morta e há algo que ainda está vivo, é uma pista para pensar esse pós-pandemia. Se nós perdemos o mundo, como reencontrar esse mundo coletivamente, como vai ser isso? E eu acho que isso só tem sentido nessa aliança com povos como os Pataxó Hã-Hã-Hãe, que estão há muito tempo nesse processo de luta, ressuscitando os mundos, os rios e a terra.

ÃNGOHÓ PATAXÓ: A Terra precisou passar por muita coisa para tudo se ajeitar, e agora precisamos ajudá-la a se curar.







COMO MORREM OS RIOS?

Quando um rio morre, o que morre junto com ele? Diante de devastações e crimes ambientais que assolam os cursos d'água no Brasil, os biólogos Aliny Pires e José Alves de Siqueira Filho, a agroecóloga Bianca Souza e o jornalista Bernardo Esteves discutem o processo inexorável de extinção de algumas de nossas bacias hidrográficas, bem como o que está a nosso alcance para pensarmos um futuro não de morte, mas de vida para esses seres hídricos.

BERNARDO ESTEVES: Como morrem os rios? Essa pergunta norteia a nossa conversa, enquanto entrega que o debate gira em torno do rio Doce, devastado pelo rompimento criminoso da barragem do Fundão, em novembro de 2015, que despejou um volume imenso de lama tóxica no rio, como todos sabemos muito bem. Para lançar a nossa conversa, eu queria fazer uma pergunta para a Bianca Souza, que está vivendo de perto o drama do rompimento da barragem do Fundão. Bianca, você articulou a Caravana Territorial da Bacia do Rio Doce, que mobilizou as populações atingidas para traçar um diagnóstico dos impactos dessa tragédia e desse crime ambiental. Cinco anos e meio depois, o assunto sumiu um pouco da imprensa, mas continua muito vivo para quem está na beira do rio Doce e sentiu os impactos dessa tragédia e desse crime. Como está a vida dessas pessoas e como está o rio hoje?

BIANCA SOUZA: Essa é uma pergunta muito difícil, porque a vida dessas pessoas, cinco anos e meio depois, está exatamente igual com relação à devastação do rio, mas muito pior no quesito de adoecimentos. Sempre tentamos pensar como morrem os rios, mas como nascem os rios? Como nasce uma sociedade no entorno do rio? O que move essa sociedade? Estamos em um contexto bem difícil, porque as pessoas ainda não podem pescar (mas elas pescam); passam por uma dificuldade muito grande para irrigar com a água do rio, mas, às vezes, é a única que eles têm; as pessoas pouco conseguem plantar nas margens desse rio; e tem uma bacia inteira que ainda consome água desse rio Doce cheio de rejeito de minério da Vale, da BHP.

Temos um contexto muito pesado, um cenário de conflito, porque, cinco anos e meio depois, a fome aumentou consideravelmente, as pessoas não têm de onde tirar seu sustento, elas seguem tentando sobreviver sem reparação, com uma fundação criada para reparar os danos, mas que não faz a reparação – e, muito mais que isso, propagando para as mineradoras. A vida na bacia do rio Doce se tornou um cenário de conflito muito pesado para quem vive aqui, e pouco se fala disso para fora daqui. Costumamos dizer que só sabe da situação quem bebe dessa água, quem vive desse rio, quem vive nessas margens com esse conflito diariamente, com a dúvida, com a incerteza, com medo.

BERNARDO ESTEVES: Com relação ao processo de reparação, estão sendo pensadas alternativas para contornar o uso da água que está poluída? Estão sendo feitas medições dos poluentes para que se possa monitorar se existem níveis seguros para o consumo e para o uso dessa água para outros propósitos?

BIANCA SOUZA: Desde que a barragem se rompeu, em 5 de novembro de 2015, foram feitos diversos acordos. O primeiro deles foi um acordo chamado TTAC, a partir do qual foi criada a Fundação

Renova, que tinha como obrigação e objetivo fazer a reparação na bacia do rio Doce. Ela foi criada com 42 programas para serem executados, dentre eles, programas socioeconômicos, programas socioambientais, programas diversos que poderiam trazer realmente para as pessoas alguma coisa. A fundação, entretanto, foi criada sem a participação das pessoas, que nunca puderam opinar sobre isso. Como não houve participação do Ministério Público Federal e Estadual, as pessoas atingidas fizeram uma ação civil pública contra as empresas e o Estado, fizeram tudo o que fosse necessário para tentar trazer e construir essa reparação da bacia. Depois fizeram outro acordo chamado TAP, Termo de Ajuste Preliminar¹, um aditivo ao TAP, e, por fim, um TAC Governança², que tinha como princípio trazer as pessoas para dentro desse cenário de reparação.

Pouco dos programas é executado, e esse pouco não chega para as pessoas, cuja opinião não é consultada. Costuma-se dizer na mídia que hoje a bacia do rio Doce é a mais monitorada do Brasil, e ainda assim as pessoas não sabem de nada, porque os dados não chegam até elas. Elas estão adoecendo, desenvolvendo doenças das mais diversas: doenças de estômago, de pele, e não tem estudo que fale sobre isso. As pessoas não sabem se podem irrigar ou não, e nem conhecem os parâmetros, por exemplo, do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), que estabelecem o que pode e o que não pode. Na cidade de Governador Valadares tem uma obra para captação de água do rio Corrente, que deságua no Doce um pouco antes da cidade. Essa obra não vai conseguir um volume suficiente para abastecer a cidade inteira, ou seja, nunca vamos saber se a água consumida vai ser do Doce ou não, porque ela vai ser misturada. Embora a tubulação esteja passando na terra das pessoas, na casa delas, elas vão ficar sem água potável para consumir, ou seja, essa é uma obra que tem trazido outros danos. Costumamos dizer que a água tratada está potável, mas estamos trazendo parâmetros de potabilidade de cenários comuns, e não de cenários de rejeito de mineração dentro do rio. Então, qual é o parâmetro que poderíamos usar para avaliar um rio em que foram jogados cerca de 50 milhões de metros cúbicos de rejeitos, e que agora as pessoas estão consumindo essa água?

Existe também todo um debate se pode ou não pescar. Pode pescar, mas quem vai consumir, quem vai comprar? O que vai acontecer com essas pessoas que estão comendo esse peixe, porque não têm outra coisa para comer? Ou que estão vendendo para alguém porque precisam sobreviver, ganhar dinheiro? E as pessoas que estão na

1 Termo que define as obrigações da Vale do Rio Doce no sentido de adotar medidas emergenciais e reparatórias pelos danos causados pelo rompimento da barragem do Feijão, em Brumadinho.

2 Instrumento extrajudicial de solução alternativa de conflitos, proposto para acelerar as demandas judiciais relativas aos casos de rompimento de barragens.

margem do rio e precisam irrigar? Eu falo de um lugar onde é hoje o Centro Agroecológico Tamanduá (CAT), e eu sou uma pessoa que não vive na margem, dependendo financeiramente desse rio para a minha sobrevivência. Falo a partir do que eu vivo e do que eu vejo, com as comunidades com as quais eu trabalho (comunidades agricultoras, assentamento de reforma agrária, comunidades ribeirinhas, comunidades tradicionais), e muitas delas dependem do rio para o gado ter o que beber. O gado que está consumindo essa água está abortando e ninguém sabe o motivo. Quem traz respostas para as pessoas? Ninguém. A água para irrigar está grossa, entope todos os equipamentos de irrigação. Nunca teve que se trocar tanto equipamento de irrigação quanto hoje. Nunca teve que se trocar tantas bombas de captação de água quanto hoje. As bombas que ficavam dentro dos rios, que muitas vezes duravam oito, nove, dez anos, hoje duram dois. Por quê? Não tem explicação para essas pessoas. Não tem algo que diz para elas o que pode ser feito. É um cenário muito triste, muito duvidoso, e as pessoas que vivem desse rio não são ouvidas. É um cenário em que estados, municípios, União e empresas mineradoras decidem pelas vidas de milhares de pessoas sem perguntar nada para elas. Tudo se tornou um pacote de indenização em caixinhas, e as pessoas não são, de fato, reparadas. A vida nesse rio nunca mais vai ser a mesma.

BERNARDO ESTEVES: Que tristeza ouvir esse relato seu, Bianca. Quem não está diretamente envolvido nem sempre está por dentro de qual é o real estado da vida dessas pessoas que estão ali em torno do rio, vivendo em função dele. É muito triste saber dessa realidade, mas é muito importante que falemos disso também. A Aliny Pires é autora de um estudo que investigou justamente a resiliência do rio Doce, que é a capacidade do rio de se recuperar depois de um grande trauma como o despejo desses rejeitos tóxicos. Aliny, os danos causados por essa lama são irreversíveis? Do que o rio precisa para se recuperar e qual é a escala de tempo desse processo? O que você pode nos dizer a esse respeito?

ALINY PIRES: Dado principalmente o relato da Bianca sobre a problemática que envolve o rio Doce, eu acho que é superimportante pensarmos em formas de como reaver pelo menos parte do que foi perdido. Algumas coisas nós podemos até conseguir reparar, mas muitas delas serão, de fato, muito trabalhosas. Buscando avaliar como poderíamos reaver a qualidade da água do rio Doce, nós trabalhamos sob a perspectiva da vegetação no entorno do rio, que é um componente importante para diminuir outros vetores que poderiam dificultar essa recuperação. A presença da vegetação no entorno do rio ajuda a reter sedimentos que chegariam até a calha, em função da bacia de drenagem. Se há uma vegetação, há também uma proteção do rio a tudo o que poderia prejudicar o processo de

recuperação da terra. Além disso, mostramos esse componente em uma estação seca e em uma estação chuvosa, avaliando que o papel da vegetação nesse processo de recuperação é consistente, seja em uma situação ou na outra. Temos, então, diferentes formas de imaginar como reaver isso e, certamente, recompor a vegetação que está no entorno da bacia do rio Doce: restaurar a bacia do Doce pode ser uma iniciativa que ajude a acelerar esse processo de recuperação, que, definitivamente, vai ser lento.

Naturalmente, o processo de decantação do rejeito no fundo do rio altera toda a sua dinâmica. Uma comunidade de organismos que vive no fundo desse rio foi soterrada por todo o rejeito que chegou ali. O que acontece a partir de agora é um processo de sucessão ecológica: naturalmente, os organismos vão passar a colonizar essa camada de rejeito, a partir do depósito de matéria orgânica sobre ela. É claro que podemos acelerar esse processo para reavermos aquilo que foi perdido, mas esse é um processo muito lento. Então, todo o esforço necessário para acelerar esse processo, todo o engajamento da população para que as iniciativas necessárias para que isso aconteça ocorram são fundamentais para fazer esse processo ser mais o rápido possível.

BERNARDO ESTEVES: Em seu estudo, me chamou atenção justamente como você colocou a importância das matas ciliares nas margens dos rios. É importante termos essa perspectiva ecossistêmica, entender que o rio não existe sozinho, mas existe em rede, com outras criaturas que vivem em torno dele, dentro dele, e com a vegetação do entorno. Você tem notícias de como estão as matas ciliares nas margens do rio Doce e qual seria a faixa ideal que deveríamos ter de preservação na margem desse rio? E em que medida isso permitiria um meio ambiente mais equilibrado em torno desse rio?

ALINY PIRES: Quando fizemos esse estudo, usamos uma perspectiva legal para imaginar o que seria possível restaurar na bacia do rio Doce, que é o Cadastro Ambiental Rural. Usamos o que é previsto na lei para reaver a vegetação que tem que estar lá por lei, nada além disso. Quando avaliamos a bacia do rio Doce, ela apresenta uma condição bem heterogênea. Na região de Governador Valadares, por exemplo, onde há um grande adensamento populacional, tem uma situação bem específica que é diferente do que acontece mais à montante da bacia, onde tem uma cobertura vegetal maior – então, a maior parte das áreas que deveriam ser restauradas ocorre nesse médio Doce até a sua foz. Existe uma realidade bem heterogênea dentro da bacia, mas ainda assim ela é extremamente degradada. Então, temos a possibilidade de usar um instrumento legal que já está vigente, tem prazos, está muito bem estabelecido, foi muito bem debatido, e tem todas as controvérsias relacionadas ao quanto ele funciona como um avanço ou não em relação ao código florestal anterior, mas a lei vigente prevê

a restauração de uma quantidade enorme de vegetação. Além disso, trouxemos a argumentação de que a recuperação do rio Doce, apesar de ele ter uma contribuição mínima em termos de território nacional, ajudaria o Brasil, inclusive, a cumprir acordos e metas internacionais de restauração que o país assumiu. Ou seja, além de ser importante para tudo o que acontece no contexto local, trazer a restauração como uma iniciativa de recuperação para o Doce também pode ajudar o país a assumir e a cumprir acordos que foram feitos em escala internacional. Essa condição é muito heterogênea na bacia, tem áreas que deveriam ser restauradas como previsto pela lei e ainda não estão, tem esse ponto mais crítico na parte do médio Doce, sendo melhor um pouco mais à montante.

BERNARDO ESTEVES: Em um contexto no qual discutimos a possibilidade de maior fragilização das regras ambientais do país, é fundamental termos em mente que precisamos fazer cumprir o que já temos. Nossa legislação ambiental tem pontos fortes, e deveríamos estar atentos para que ela fosse devidamente cumprida, para minimizar os impactos ambientais de tantas naturezas. Eu queria, agora, para fechar esta primeira rodada da nossa conversa, fazer uma pergunta para o José Alves. Sem perder de vista a tragédia do rio Doce, José Alves, eu queria discutir as ameaças que pesam sobre o São Francisco, que é um rio que está mais próximo da sua realidade, aí em Petrolina. Aqui, estávamos discutindo muito a pressão da mineração sobre o rio Doce, que é muito particular do contexto mineiro, e eu queria ouvir de você as principais pressões de ameaça que você enxerga para o São Francisco. Você diria que ele é um rio ameaçado de extinção, como poderíamos dizer a respeito do rio Doce? E o que está a nosso alcance para evitar isso?

JOSÉ ALVES DE SIQUEIRA FILHO: Uma coisa muito importante sobre o histórico do rio São Francisco é entender que, antes de mim, passaram pessoas com grandes contribuições. Essa história de degradação e destruição do São Francisco não começa hoje, e precisamos honrar as pessoas que denunciaram essa condição antes de nós, sejam naturalistas, pesquisadores ou religiosos. É o caso do Frei Luis Cappio, que dedicou sua vida – na verdade, fez um jejum de quase 30 dias – por uma vida muito superior à nossa; o José Theodomiro Araújo, o famoso Velho do Rio aqui da região de Petrolina, que contribuiu dizendo, já na década de 1970, que o rio estava muito ameaçado de extinção; e o engenheiro Teodoro Sampaio, que saiu mapeando esse rio quando ele ainda era pujante, com muito peixe. Em um trecho de seu livro escrito no século XIX, em torno de 1897, ele fala sobre esse rio que nunca seca, um imenso viveiro de peixes que jamais seria exterminado. Infelizmente, ele estava enganado.

O que colocamos mais recentemente com a publicação do livro *Flora das Caatingas do rio São Francisco* (2012) não é uma pergunta nem uma perspectiva, mas lançamos a seguinte afirmativa: a extinção do rio São Francisco é inexorável. Quando penso em outras bacias hidrográficas, a própria Amazônica e o rio Doce, por exemplo, vejo que não aprendemos com a história que vimos passando com o São Francisco – estamos calejados por uma história de destruição em massa, progressiva e contínua. Precisamos tratar o rio como um ser vivo, não só de conexões, matas ciliares, organismos e fauna bentônica, mas pelo aspecto que o Ailton Krenak aponta em relação aos povos indígenas. Os povos indígenas conversam com as montanhas, e nós desaprendemos a conversar com elas, não conseguimos perceber que as 28 etnias que viviam na região do vale do São Francisco estavam celebrando o rio, conversando com o rio, cuidando desse rio, e essas línguas foram extintas. Hoje, para se ter uma ideia, restam no Nordeste apenas duas línguas indígenas ainda nativas e autênticas: uma do povo Fulni-ô e outra aldeia no Maranhão. Tudo isso vai se perdendo, e nós, o povo brasileiro, parece que temos um problema crônico de memória. Nós vamos e voltamos nos mesmos erros, como podemos ver nessa história absurda que aconteceu no rio Doce e que se repetiu anos depois em Brumadinho. E insistentemente, parece que não aprendemos com essa história toda.

Pela quantidade de barramentos que o rio São Francisco tem – é o rio mais barrado do Brasil –, não dá para dizer que esse organismo está vivo, e as pessoas precisam entender essa vida por outro aspecto que vá além da ciência clássica. É preciso aproximar a ciência da espiritualidade, e essa compreensão é necessária para que as pessoas abram um pouco a visão do que é vivo e do que é morto. Um rio cheio de barramentos, repleto de cachoeiras, como o São Francisco (que representam artérias que estão oxigenando as suas águas), não pode ser mais tratado como um rio vivo. Então, precisamos ter outras perspectivas para o futuro, sobre o que dá para fazer com esse canal por onde passa a água. Essa água que passou do rio Doce com toda a lama tóxica já chega a essas barragens, que funcionam como depósitos. Não só chegou a Arollhos, mas também às nossas barragens, como Três Marias e Sobradinho. Parece que nós não aprendemos a lição, o que também tem muito a ver com a pandemia que vivemos hoje. Embora exista tanta educação ambiental, tanta informação na imprensa, estamos muito confusos porque é tanta *fake news*, que temos uma dificuldade enorme de traduzir onde é que está a verdade. Precisamos ser muito cuidadosos com a origem das informações, e eu falo com muita tristeza, independentemente do que dizem por aí, que o São Francisco não pode mais ser tratado como um rio vivo, é um rio que já morreu. E eu desconheço ressurreição. Existem até paliativos para se conviver e honrar esse rio que um dia foi rico, foi pujante, foi vivo e ajudou a formar todas essas cidades em seu entorno, mas que,

infelizmente, tem uma história de destruição inexorável. E é isso que eu queria compartilhar com vocês.

BERNARDO ESTEVES: E a esta altura, José Alves, já temos como saber em que medida as ações da transposição do São Francisco estão impactando o rumo do rio, a vida do rio?

JOSÉ ALVES DE SIQUEIRA FILHO: Os impactos são inequívocos, são muito claros, mas o que acontece é que muitas vezes se tenta elaborar uma cortina de fumaça. Eu tive a oportunidade de trabalhar dentro da obra da transposição, tentando fazer o resgate de flora, o inventário e o monitoramento da vegetação, tentando colocar ciência em uma obra que era vista pelos engenheiros como uma obra de engenharia. E precisamos perceber que a obra da transposição do São Francisco vai muito além de uma obra de engenharia civil, e que foi a maior obra pública durante os governos ditos progressistas. Precisamos também deixar claro que essa destruição não é deste governo atual e de responsabilidade exclusiva dele, mas vem desde os governos progressistas, quando se via sempre aquela questão da geração de emprego e renda. Na verdade, sabemos que esses casos sempre produziram sequelas, de forma que não conseguimos mais ter a chance de resgatar o que foi perdido.

Vou citar apenas um exemplo: quando se faz a conexão do canal da transposição (eixo norte, eixo leste, conecta com as bacias que estão acima, no Rio Grande do Norte e no Ceará), já se tem relato de peixes que estiveram isolados durante milhares de anos e que agora chegaram a essas outras bacias, entrando em contato com outras espécies endêmicas. E as consequências nós não sabemos avaliar: desde cruzamentos a predação. Ou seja, quando essa conexão é feita sem a ciência necessária para fazer as redes de contenção, vai resultar em uma homogeneização da biota – e é essa homogeneização que precisamos evitar. Precisamos garantir a heterogeneidade e a biodiversidade em alto grau, e por isso é necessário que estejamos sempre trabalhando. Eu hoje digo para vocês: não estou mais na fase dos diagnósticos, porque já temos diagnósticos suficientes para dizer que precisamos entrar em ação. E o que podemos fazer efetivamente? Trabalhamos com a restauração do São Francisco, cuidando das matas ciliares, ampliando esses horizontes e promovendo heterogeneidade de paisagens. Se não fizermos isso e continuarmos discutindo, não estaremos efetivamente avançando nessa questão.

Precisamos provocar gestores, minerações que são muito fortes, a própria hidrelétrica (a Chesf); precisamos aplicar esses recursos dos passivos ambientais nos lugares certos e adequados. Não há mais tempo para ficar discutindo determinadas coisas ligadas a diagnósticos, precisamos agora é mudar esse cenário efetivamente. Vamos começar a plantar, começar, inclusive, a provocar uma moratória sobre o São Francisco. Agora é o momento de fazermos

algo de uma envergadura que provoque a sociedade brasileira para mudar esse cenário de uma vez por todas, do contrário, vamos ficar no famoso lenga-lenga, se, de fato, não conseguirmos mudar o *status* da situação. Estamos ainda na fase da conscientização, e isso é o que mais me impressiona.

BERNARDO ESTEVES: Acho que essa perspectiva que você traz sobre a extinção e ressurreição de rios, ao mesmo tempo que é preocupante, é proveitosa para pensarmos em políticas públicas, pensarmos que futuro queremos com esses rios daqui para frente.

Bianca, tendo em mente essa perspectiva das políticas públicas, de que tipo de políticas você acha que precisamos para conservar as nossas bacias hidrográficas e para não termos mais Marianas e Brumadinhos no nosso futuro próximo? Em que medida o seu ativismo está lançando luz sobre essas questões, deixando mais claro para você que tipo de ações de segurança deveríamos ter para as populações e para as outras criaturas que vivem em função dos rios?

BIANCA SOUZA: Acho que é muito difícil tentar pensar em por que aconteceu o rompimento da barragem do córrego do Feijão, em Brumadinho, se não for pela inoperância de uma reparação em Mariana. Brumadinho só aconteceu porque nada foi feito por Mariana, nada foi feito pelo rio Doce, e é muito difícil pensar em qualquer coisa enquanto a mineração continuar por lá. Ela está comendo o histórico quadrilátero ferrífero, que, na verdade, é aquífero, é nossa caixa d'água, é de onde nasce a vida para toda essa população. Enquanto a mineração continuar comendo e colocando seu rejeito em barragens espalhadas na cabeça de todas as pessoas por essas Minas Gerais, isso não vai parar, porque hoje existem inúmeras comunidades removidas por causa de acionamento de barragens que estão em risco de rompimento iminente, e outras comunidades sofrendo com o derramamento de rejeito. E como falar isso sem mudar o *modus operandi* da mineração no país? Temos um cenário em que a forma encontrada para fazer a reparação a essas comunidades foi criar uma fundação que é gestada pelas mineradoras. Aqui para nós, Fundação Renova é a Vale, não dá para falar outra coisa diferente, porque não se pode falar em reparação, se ela é feita por uma organização gestada pela própria causadora do dano. É a Vale quem manda. E como pensar políticas públicas para conviver com isso?

Hoje, conseguimos o avanço de que todas as barragens que estão em risco iminente de rompimento terão que ser descomissionadas. E são várias construídas no mesmo formato de Fundão, no mesmo formato da B1 do córrego do Feijão, construídas a montante, em cima da cabeça das pessoas, e que, se elas se rompem, vão matar muita gente. Isso precisa ser dito e considerado, porque plantar a mata ciliar pode ser uma boa, mas existe vida construída na margem

desses rios, as pessoas plantam comida na margem desses rios, elas vivem, plantam ali o que precisam para sobreviver. E achamos que temos que fazer várias coisas sem perguntar para essas pessoas se essas ações permitiriam a permanência de suas vidas ali.

Quando fizemos as políticas públicas, avançamos um pouco na construção da política estadual de atingidos por barragens. Entretanto, enquanto a mineração continuar dando as cartas para nosso estado, para o nosso país, na prática, essas políticas estarão travadas – principalmente quando fazemos acordos e os acordos não são cumpridos, quando fazemos políticas e as políticas não são cumpridas, quando para reparar se causa mais dano, quando para descomissionar uma barragem é preciso retirar toda uma população e não dar a ela dignidade de permanecer sobrevivendo em outro lugar com as condições que ela tinha. Então, para pensarmos as políticas públicas nesse cenário, precisaríamos rever o papel da mineração. As barragens das mineradoras são construídas de forma a visar ao lucro e ignorar a vida. Elas ignoram as pessoas, são construídas das formas mais baratas, oferecendo mais riscos à população. Não há necessidade de tirar todo esse minério e continuar enchendo todas essas barragens.

Além disso, a inoperância ou a conivência do Estado para pautar políticas públicas tem sido muito grande, por causa da chamada minerod dependência que impossibilita muita coisa. Os municípios e regiões onde tem mineração acabam recebendo o recurso da CFEM³, o que causa uma dependência em relação à mineração que impossibilita o questionamento e a contestação, e quem fica à margem disso tudo são as pessoas. E eu achei muito interessante e muito triste essa avaliação do José de que o rio morreu, mas acho que o que morre é a vida que tem no entorno dele, são as pessoas que não conseguem mais sobreviver, é todo o modo de vida no entorno dele que não consegue sobreviver. Se, porém, pararmos a mineração e a produção de rejeito, o rio se recupera no modo dele. Se vamos conseguir viver com isso, aí é que a gente não sabe.

BERNARDO ESTEVES: Sim, Bianca, são questões muito importantes de discutirmos, ou estaremos sempre pensando políticas de reparação e revitalização para tentar consertar o estrago. Acho que o grande desafio que temos ao pensar políticas públicas seria realmente evitar que coisas inomináveis como essa voltassem a acontecer. Pensando um pouco nesse eixo, eu queria fazer uma pergunta para a Aliny, mais uma vez.

Aliny, recentemente a Plataforma Brasileira de Biodiversidade e Serviços Ecossistêmicos lançou um relatório que sintetiza o

3 Compensação financeira paga pelas mineradoras ao Estado brasileiro pela exploração de recursos minerais.

conhecimento dos cientistas sobre o papel dos rios e dos recursos hídricos de maneira mais ampla para a sociedade brasileira, e você foi uma das autoras desse trabalho. Nós lemos e saímos com a convicção de que a conservação dos rios – e das criaturas que vivem com eles e em função deles – deveria ser uma prioridade no debate público e também nas políticas públicas. A mensagem da ciência é muito clara. Queria lhe pedir, então, para resumir o recado principal desse trabalho que você coordenou e, sobretudo, discutir como fazer para que essa mensagem seja ouvida pelas pessoas, pelos formuladores de políticas públicas, e seja posta em prática para que não fique apenas no papel. Que desafios são esses?

ALINY PIRES: Eu tive o prazer de coordenar esse relatório, junto com o professor Vinicius Farjalla, da UFRJ, que reuniu pessoas de todo o Brasil e de diferentes frentes de trabalho (setor privado, governo, academia) para tentar trazer um pouco de transversalidade – acho que um dos temas mais transversais que podemos pensar é a água. Nesse sentido, acho que uma mensagem muito clara desse documento é a necessidade de usar a ciência e integrar as pessoas, para que consigamos cumprir e fazer tudo o que podemos com este importante ativo nacional que são os corpos hídricos do Brasil.

Nosso país possui a maior porcentagem de águas superficiais do planeta, tem um potencial enorme, e como é que estamos cuidando dessa riqueza?

Para fazer isso da maneira mais correta, precisamos entender que a água não é só aquela que sai da nossa torneira, mas é também o *habitat* de diversas espécies. A maior parte dos esforços de tentar produzir diagnósticos está relacionada com a água como recurso hídrico, a água que sai da torneira, a água para irrigação, a água para a indústria, mas também há uma diversidade ímpar que gera vida para as pessoas que vivem em volta.

É preciso cuidar dessa diversidade, cuidar da água como recurso hídrico e como patrimônio cultural para as pessoas que veem na água muito mais do que o recurso explorável, mas têm um modo de vida atrelado a ela. Se não colocarmos as pessoas nesse processo de decisão, vamos estabelecer políticas ou instrumentos que não serão efetivos em longo prazo, porque não levaram em consideração todas essas dimensões de valor.

No nosso documento, buscamos trazer todas as possíveis dimensões de importância da água, como instrumentos fundamentais para garantir uma gestão adequada desse importante recurso natural. Tentamos buscar elementos de todos esses universos de importância para compor um documento que fosse completo, e que chamasse atenção para o fato de que é preciso engajar e envolver as pessoas nesse processo, usar a tecnologia, garantir uma gestão eficiente e usar todas essas ferramentas, inclusive instrumentos

políticos, para fazer com que a gestão desses recursos hídricos ocorra da melhor maneira possível.

BERNARDO ESTEVES: E você enxerga caminhos para que possamos romper com isso a que assistimos no debate público, essa visão que polariza a conservação, de um lado, e a coloca como inimiga da produção, de outro? Parece que, se conservarmos, estaremos minando a nossa produção, e essa visão é completamente equivocada. Como é que rompemos com isso na esfera pública?

ALINY PIRES: Esse é o esforço que temos na plataforma. Eu sou irremediavelmente otimista, então acho que, mesmo que tenhamos grandes desafios – e o caso do rio Doce deixa isso explícito –, eu acredito muito nas pessoas e acredito que podemos fazer a coisa acontecer de uma forma melhor.

Nosso esforço ativo é em convencer os tomadores de decisão de que a biodiversidade não é uma inimiga do desenvolvimento do país, mas uma importante aliada. Isso é fundamental como estratégia para o desenvolvimento do país, inclusive desenvolvimento econômico e social. Eu acredito que esta é a vocação do Brasil: um país megadiverso como o nosso, que possui uma biodiversidade ainda pujante, pode usar essa biodiversidade para mostrar para o mundo que é possível ter um desenvolvimento que, muito mais do que degradar a biodiversidade e os ambientes naturais, pode ser usado de forma sustentável para gerar bem-estar para as pessoas, gerar desenvolvimento socioeconômico, gerar saúde, recompor ambientes que foram degradados e conservar aqueles que ainda são fundamentais para promover uma série de serviços ecossistêmicos e benefícios da natureza para as pessoas.

BERNARDO ESTEVES: Essa é a “questão do milhão” para a conservação e para quem está envolvido no ambientalismo brasileiro. Vamos torcer para que essa visão predomine no futuro. Eu queria agora voltar ao São Francisco, com o José Alves, que investigou a flora às margens do rio, especialmente no semiárido. E o São Francisco é um rio que cruza biomas, passa por paisagens muito diversas desde a nascente, na serra da Canastra, atravessando o sertão mineiro, e esse trabalho do José Alves seria muito diferente se ele tivesse mapeado a flora, ali, na região da serra da Canastra ou de Pirapora, nessas diferentes paisagens cruzadas pelo São Francisco. Uma dúvida que eu tenho, José Alves, é sobre como esse levantamento de fauna que você faz nas margens do rio reflete a grande crise ambiental que estamos vivendo. Estamos no meio de uma emergência climática – que é só um dos aspectos mais visíveis dessa grande crise ambiental global –, temos poluição em grande escala, perda de biodiversidade, e muitas pressões antrópicas vindas de nós, humanos, sobre os rios

e a flora no entorno deles. Então, eu queria saber de você em que medida esse trabalho de levantamento da flora na margem do rio reflete essa crise ambiental que estamos vivendo? Em que medida as plantas ali em volta trazem uma assinatura desse momento crítico que estamos atravessando?

JOSÉ ALVES DE SIQUEIRA FILHO: É muito interessante perceber que não é à toa que estamos vivendo o período do Antropoceno, ou seja, chegamos ao momento da história – não da humanidade, mas da história da vida na Terra – em que temos o homem como principal ator da transformação desse ambiente. E essa transformação do ambiente provocada pelo homem tem prejuízos em grande escala, como é o caso da morte do rio São Francisco. Quando eu falo da morte do rio, estou dizendo simplesmente que precisamos dar o atestado de óbito para esse rio, precisamos ter coragem de falar sobre isso – mas esse óbito não significa que podemos voltar para casa, dormir, ou ficar de braços cruzados. Precisamos, pelo contrário, garantir o mínimo de qualidade de vida e de bem-estar, como a própria Aliny acabou de falar.

O que essa flora mostra, o que ela representa? Primeiro, é importante dizer que estamos em um pedaço do São Francisco que representa 40% da sua bacia hidrográfica e, aí, ele ganha outra dimensão. Lá na Canastra, nas suas nascentes, o São Francisco não é um rio tão importante como é para o sertanejo ou o ribeirinho quando chega aqui. Por ter uma dimensão territorial nacional, esse rio adquire uma compreensão pelo povo de ordem muito mais espiritual – ele é quase uma santidade, é reverenciado pelos povos. O povo do São Francisco que está no semiárido tem outra visão sobre ele, e a flora corresponde a isso também, porque são essas pessoas que usam os elementos da biodiversidade, para além da relação científica. A jurema, por exemplo, é uma planta sagrada para os povos indígenas, e existe em várias espécies. Cada povo indígena utiliza uma espécie diferente em seus rituais. E isso em apenas pequenos trechos da Caatinga, onde identificamos as espécies, mapeamos e diagnosticamos. Em apenas quatro anos de pesquisa, encontramos quase 1.300 espécies. Dois anos depois, fomos fazer uma revisão e surgiram mais 400 espécies. As espécies continuam surgindo, inclusive algumas que são novas para a ciência – tivemos a oportunidade de inscrever pelo menos três novas espécies de plantas para a ciência. Isso só em um trecho do São Francisco, abatido, machucado e sofrido do jeito que está, porque, na verdade, falta ciência, falta massa crítica, faltam recursos humanos.

Esse é o papel da universidade, que está na vanguarda, que está formando recursos humanos, levando essas pessoas ao campo e ajudando no contínuo inventário da flora, no monitoramento dos impactos que essa obra está trazendo para a vegetação. Esses dados de monitoramento precisam ser muito bem fundamentados, para que consigamos ter respostas de curto, médio e, sobretudo, de longo

prazo, do contrário, não conseguiremos mapear. Só em 2008, nós mapeamos quase 2.000 matrizes de árvores. E onde estão essas matrizes? Como ficou o monitoramento de 2.000 matrizes de árvores mapeadas anos atrás? Esse monitoramento é necessário, para podermos falar da saúde dessas plantas. Não conseguimos mapear todas as formigas, todos os insetos, mas conseguimos mapear árvores bicentenárias.

Recentemente, estamos concluindo um estudo sobre o umbuzeiro, uma árvore emblemática da Caatinga que ajudou a matar a fome de muitos sertanejos. E estamos percebendo que essa crise climática que vem assolando o mundo – e que no Brasil se reflete, sobretudo, na Caatinga – está se refletindo nos umbuzeiros. A Caatinga hoje é o ecossistema mais frágil do país, é muito delicada, muito frágil, e os umbuzeiros já estão apontando isso. Nossos estudos revelaram que quase 75% da taxa de mortalidade de árvores idosas, centenárias, que conseguiram suportar, apesar de terem adaptações morfológicas, fisiológicas e anatômicas, foi causada por essas mudanças climáticas. E essas são mortes não documentadas, são mortes de vidas não humanas, e é para isso que queremos chamar a atenção, para as vidas não humanas.

Como é que monitoramos, como é que mapeamos, como é que apresentamos isso para a sociedade? Isso vira simplesmente lei, vai para um forno de carvão, um forno de padaria? Como é que estamos documentando a morte das aroeiras, das baraúnas, dos ipês e de tantas outras árvores que morrem silenciosamente? Morrem em pé, com dignidade, mas estão mortas. E não estamos conseguindo sequer perceber isso que está acontecendo com a biodiversidade da Caatinga, sobretudo nas margens do São Francisco.

Precisamos de ação, porque não dá mais para aguardarmos medidas, inclusive, do ponto de vista governamental. Acho que, quando a sociedade civil está organizada, com um ativismo ambiental forte, mudar a realidade fica mais factível. Isso está sendo visto claramente na pandemia, porque é a sociedade civil que está resolvendo um monte de problemas que não conseguimos resolver em nível governamental. Para o meio ambiente é exatamente a mesma linha lógica, precisamos estar despertos, acordados, atentos e ativos, para poder tomar uma postura que realmente vá fazer a diferença não agora, para a nossa geração, mas para as futuras gerações. Temos que fazer a nossa parte, agora, no presente. O futuro vai ser para quem vai receber o presente que vamos deixar, se é que vamos ser capazes de deixar algum presente para esta geração que está vindo por aí.

BERNARDO ESTEVES: Nossa conversa aqui estava girando muito em torno da morte dos rios, e eu queria propor que olhássemos para um futuro de vida dos rios. O que podemos fazer, o que está a nosso alcance, que caminho deveríamos trilhar para termos um futuro de vida dos rios e de menos morte? Queria pedir uma reflexão final de vocês, uma mensagem para quem está nos vendo com esse espírito.

BIANCA SOUZA: Pensando na questão do ativismo e da defesa de direitos que o José traz, penso que tentamos muito construir a questão da agroecologia como uma forma de viver, de respeitar os modos de vida tradicionais existentes, respeitar toda uma diversidade e respeitar o meio ambiente, em um cenário no qual esses megaempreendimentos deveriam entender que existe vida e que é preciso cuidar. O cuidado, a defesa, o respeito às pessoas e à agroecologia são fundamentais. E outra questão é que, hoje, grande parte da população tem acordado para enxergar os seres não humanos como seres vivos, porque chegamos a um patamar em que a morte desses seres causa a morte do ser humano. Nós dependemos da natureza para tudo, ela é o ser que nos rege. É por isso que precisamos enxergar esses seres como algo que tem que ser respeitado, ser cuidado, ser preservado, como fazem as tantas populações tradicionais que sabem como manter esses seres vivos, esses seres-árvores, esses seres-animais. Todos precisam estar, porque senão nós também não estaremos. Então, eu acho que precisamos mesmo parar e refletir sobre qual é o modo de vida que estamos construindo, e se com esse modo de vida conseguiremos deixar algo para as futuras gerações.

ALINY PIRES: Como eu disse, eu sou uma otimista irremediável. Eu acho que o primeiro exercício que temos que fazer é olhar para o rio. Você já reparou nos rios que estão no seu entorno, onde você mora ou nos lugares que você visita? Você já reparou esses rios, passou por eles de forma despercebida, chamou de valão ou alguma coisa do tipo? É preciso parar, olhar para aquele sistema e imaginar que ali é fonte de vida (ou foi fonte de vida pelo menos em determinado momento), e que podemos transformar esses elementos que foram degradados em ambientes que retomem parte da biodiversidade. A natureza é forte, tem um potencial grande de resiliência, e nós podemos ajudar criando mecanismos para que essas coisas aconteçam.

O desafio é enorme, mas também não podemos travar diante dele. Eu acho que, para isso, iniciativas como essa que a Bianca está representando aqui são fundamentais para trazer o conhecimento que as pessoas que vivem no entorno desses ambientes possuem. Só vamos conseguir criar esse futuro de vida para os rios se incluirmos as pessoas que vivem deles, que estão no entorno deles. Queria reforçar também o argumento do José de que a ciência conhece boa parte das soluções que temos nas mãos, então, é preciso trazer e documentar essas questões nos relatórios que fazemos, tentando mostrar essas soluções possíveis.

Se conseguirmos incluir todas essas forças que já sabemos que existem e que conseguem olhar para esses rios como fonte de vida, como seres vivos, poderemos, com certeza, caminhar no sentido de promover a vida dos rios, para além da extinção como temos feito historicamente no país. Acho que precisamos ter uma mudança de

olhar, e transmiti-la para todos os tomadores de decisão que podem influenciar esse processo, seja em uma escala governamental, dentro da sociedade civil, ou em uma mobilização coletiva. Eu tenho certeza de que, ao promover a vida dos rios, vamos promover toda a vida que depende dos mesmos rios, seja essa vida humana ou não humana.

JOSÉ ALVES DE SIQUEIRA FILHO: Eu acho que, fundamentalmente, precisamos estar atentos com a palavra e o cuidado, no sentido do amor, do carinho, da afetividade, porque não estamos conseguindo nada na base da discussão e do conflito. Precisamos mudar a estratégia de ação, sair do processo combativo e nos sentar à mesa de negociação. Cada um com sua realidade, na respectiva região, tem que chamar o governo, os atores e a mineração para conversar – porque eles não são bobos e sabem que estão tendo prejuízos econômicos gigantescos também. Estão faltando clareza e transparência.

E de forma ainda mais pragmática, precisamos defender uma ideia de barramento de barragens, começar a desconstruir essas barragens do São Francisco porque essa tecnologia já se tornou obsoleta (e já existem estudos falando sobre isso). Essa matriz hidrelétrica de geração de energia do Brasil já está perdendo espaço para as eólicas e para a energia solar, e as grandes hidrelétricas nem operam mais na sua potência máxima. Belo Monte, que foi construída há poucos anos, já não opera o ano todo; e a barragem de Sobradinho funciona muito mais como reguladora de água, soltando ou segurando água, sem gerar a energia que gerava há 20 ou 30 anos. Então, é preciso perceber que o mundo está mudando, para também fazermos essa mudança da matriz energética e trazermos à mesa o debate da desconstrução das barragens – isso de forma bem propositiva, bem clara e provocativa. Além de ser o bom contador de histórias para o restante dos rios brasileiros, o São Francisco poderia também dar os primeiros exemplos para fazer diferente e mudar alguma coisa. Então, vamos barrar essas barragens, vamos trazer a vida de volta ao rio e, assim, eu começo a acreditar que é possível o caminho do meio, de mais equilíbrio, de mais responsabilidade e de vida, que é o que todo mundo quer: vida em abundância.



Lagoa Da Prata

São Francisco

01/07 | 10h25

Péssimo sinal. Acabou desligando interrompendo a conversa.

Buritizeiro

São Francisco

30/06 | 16h10

Atendeu e não falou nada. 1 hora de som ambiente: Cachorros, carros e bem-te-vi.

Charneca

Paraopeba

02/07 | 15h18

Fernando está reformando o banheiro da escola mas é de Pirapora e lembrou-se bem dos sons do rio nas margens de lá. Mencionou até o som dos peixes batendo na água.

Almécegas

Rio Pacuí

28/06 | 17h16

Na véspera havia tentado inúmeros contatos com esse orelhão sem nenhum retorno. Já dessa vez, Abel me atendeu na primeira chamada. Fiz algumas perguntas sobre a vida e os sons entorno do rio. Ao notar meu interesse pelo som, começou a orquestrar os elementos sonoros ao seu redor: De longe um de seus amigos se aproximava galopando em um cavalo e Abel orientava "dá uma volta aqui no orelhão" e a cada volta me perguntava "Escutou?"

Ponto Chique

São Francisco

22/06 | 12h25

João sabe nadar que nem pedra: é só jogar que afunda.

Barra Do Pacuí

São Francisco

05/06 | 19h

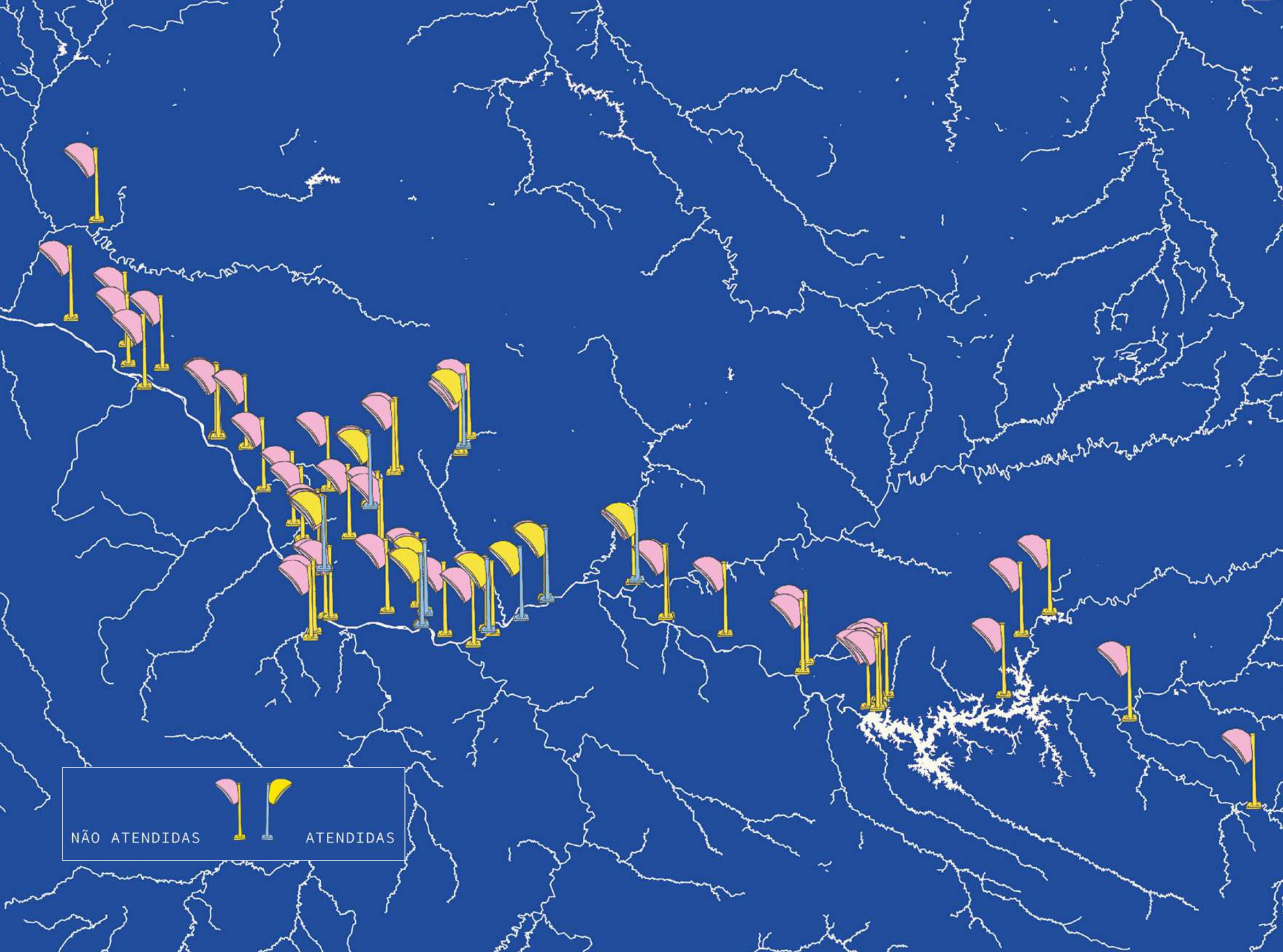
Para Vitor o som do rio é o som dos macaquinhos. Dá para escutá-los mesmo da outra margem.

Mendanha

Jequitinhonha

02/07 | 15h54

Vivo informa atenção esse telefone está temporariamente fora de serviço



NÃO ATENDIDAS   ATENDIDAS

Pedras De Maria Cruz

São Francisco

29/06 | 09h42

Elias está à beira de um rio. Dali mesmo do orelhão escuta a corredeira. Estava trabalhando na reforma da escola.

Itacarambi

São Francisco

29/06 | 10h20

Neurisvânia, me atendeu um pouco apressada. O orelhão fica dentro de uma escola, fechada há mais de um ano por conta da pandemia. Por sorte liguei na 3ª feira, dia da entrega das merendas aos alunos.

Cachoeira Do Manteiga

São Francisco

22/06 | 14h10

Uelma me atendeu e comentou sobre os jacarés que chegam à beira do rio todas as noites. Eles fazem um barulho tremendo e um deles já comeu um pedaço da perna de seu vizinho.

Luislândia

Córrego do Jacu

11/06 | 12h15

Adenides, à beira do córrego do Jacu, me atendeu depois de uma longa insistência. O orelhão, instalado em frente à sua casa o importunou com tantas chamadas consecutivas. Ao ser indagado sobre o rio me respondeu irritado: "Não gosto, não frequento, não conheço ninguém na cidade e temos pouquíssimas amizades"

Ibaí

São Francisco

22/06 | 11h

Me atendeu Enrico. Quando indaguei sobre o rio ele me respondeu: "Tá louca?? Eu não posso ir no rio porque eu sou criança"

Barra Do Pacuí

São Francisco

05/06 | 19h

Para Vitor o som do rio é o som dos macaquinhos. Dá para escutá-los mesmo da outra margem.

Barra Do Luiz Pereira

Rio das Velhas

01/07 | 11h16

Sueli por sorte atendeu. O orelhão chama baixinho, perto de igreja

Coronel Murta

Jequitinhonha

02/07 | 17h13

Ocupado

orelhinha

SARA LANA

Orelhinha é uma peça sonora criada a partir de chamadas realizadas para orelhões à beira dos rios São Francisco e Jequitinhonha.

Uma série de chamadas para destinatários até então desconhecidos ou até mesmo inexistentes. Linhas cruzadas na tentativa de escutar um pouco a vida que se passa ao redor e os contrastantes cenários que contornam um mesmo rio.

Enquanto correm risco de extinção em boa parte do estado, os orelhões ainda são o único meio de comunicação em povoados ribeirinhos que não têm cobertura de telefonia móvel.

Os telefones foram encontrados viajando pela margem desses rios utilizando mapas com visualização panorâmica de espaços públicos e com imagens de satélite. O número de cada orelhão foi resgatado cruzando suas coordenadas geográficas identificadas no trajeto com informações coletadas no banco de dados da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel).

“Pois é, mas na água dele a história que a gente sabe, o motivo é assim, como eu tô dizendo, que naqueles tempos ele era um rio muito forte de água. Tinha toda natureza, assim, de criação, de coisas bruta, do mato, como tem... num tem o que o povo fala.... o caboclo d’água? Pois é, essa Carinhanha nossa tinha. Sim, o caboclo d’água. Que eu mesmo conheci. Às vezes a gente fala isso, o povo pensa que é uma história, mas eu conheci. Porque ela era muito alta, aqueles rião, que a água chegava a balançar, assim. Então eles moravam nesses lugares. Às vezes, quando dava nas primeira chuva, que começava a trovejar, eles vinham aqui nessas beira, a gente rodava, via eles. Esses molecão, assim com a cabeça esquadrejada, assim como se fosse uma rapadura. Via tudo, esses bichão, aqueles molecão preto. Aí, eles via a gente e caía lá n’água, lá. E nós, como era menino, assim,

uns rapaz novo, nós ainda ia olhar. E os pai brigava, ‘menino, cê num tem medo desse caboclo puxar ocê aí pra dentro d’água, menino?’. ‘Mãe, nós vimo um molecão lá, um homão, caiu den’d’água de cabeça pra baixo!’. E nós nem aí ó. O rastro dele era assim... Ele não fazia rastro que nem nós, não. Era assim aquele pé moiado, como fosse de cabelo, saía aquela cabelada assim no rastro dele assim, moiada, até onde ele caía na água. Num fazia rastro que nem nós assim, pra fazer o pé. O pé dele, assim, parecia que escorria água, ficava aquela fiapêra. Mas era uma coisa. E hoje cê não vê. Nesses lugar que a gente via eles, às vezes eu chamo os menino e falo assim, ‘ó, menino, aqui era o lugar onde nós via o caboclo d’água’. Hoje tá igual esse terreiro aqui, tá uma praia lá nesses lugar. Então esses tipo mudaram tudo, não sei onde é... Eles mudaram, pra outro lugar. Aqui na Carinhanha você não vê mais.”

Dionísio Nunes de Sousa
Carinhanha

“É um neguim, é um neguim, ele é encantado, ele. Cê vê ele, mas ele pode se encantar, passar no barranco alto. De dia, ele passa no seco, tá um barranco bem alto. E, se quiser, é... coisa com ele, ele persegue a gente do mesmo jeito de uma pessoa pra matar. Eu tava no rancho, eu era rancharo lá no rio. Todo dia eu via ele. Todo dia nós ia, levava uma garrafa de pinga e um pacote de fumo pra ele. No dia que nós num levava ele num botava peixe na rede. Ó, Zé Bexiga, ele pescava mais eu, um dia nós descemo, aí a rede enganchou no meio do lance, eu digo, ué, aqui num tem gancho. Aí nós num tinha levado o fumo nem a pinga pra... Porque nós ia e soltava no pé da boia, né. Aí eu tava tirando já a brusa pra margulhar, aí Zé disse, ‘é cumpadre d’água’. Eu digo: ‘meu cumpadre, solta a rede, que amanhã nós levemo a pinga, porque num tinha. Mas

aí nós leva, cê bota um peixim na rede’. Ele foi, soltou a rede. A rede caminhou. Todo dia nós levava, nós já tinha devoção de levar todo dia de tarde. Soltar lá no pé da boia. Ali naquele lance ali, Pedro. Ali perto da barra, na Ilha da Encrenca. Foi aqui, no São Francisco. Carinhanha é difícil ter ele. Mas tem. Mas diz que antigamente tinha. É que o rio secou, ele só fica mais em lugar fundo.”

Antônio da Silva Gramacho
Salobro

“Vinha uma turma de nós, descen´den´do rio, devia ser uns oito, dez. Vixe, tem muitos anos. Quando nós chegou no ponto do porto da canoa, os menino tudinho procurou o lado da banda, que eles iam mais beirando Minas. Nós morava em Minas. Eu tava mais pro lado da Bahia. Entusiasmei de ir pro lado da Bahia. Quando eu já tava assim mais perto, mas quase no meio do rio ainda, ele atravessou n´eu assim, na minha barriga. Me arribou dessa altura aqui da água. Ele entrou debaixo da minha barriga aqui, me fez assim, ah! E tornou a descer. Mas eu nadei pra encostar com tanta velocidade que, quando eu encostei no barranco, eu não guentei tirar o corpo de dentro d´água, o corpo parece que anestesiou tudo. De cansaço, de tanto esforço. Mas ele não me deu pancada, não. Senti que ele era cabeludinho, que eu senti o cabelo maciinho na minha barriga.”

Feliciano Rodrigues dos Santos
Carinhanha

“Cumpade D´água. Aqui nesse rio Carinhanha aqui, aqui tem. Agora não, né, que o rio secou demais. A gente nem sabe se eles tão morando mais aí. Teve uma vez aí mesmo que uns cara de Belo Horizonte veio aí, o remanso fundou o barco deles, derrubou os motor, veio uns corpo de bombeiro lá de Belo Horizonte aí, mergulhou, mergulhou, entrou dentro do túnel aí, diz eles que tinha lugar lá que parecia uma cidade lá debaixo desse lugar lá. Diz eles que era. E num achou os motor, não. Diz que eles faz a casa lá igual aqui seco – mas é no fundo d´água. Esses lugar que tem pedra, aí. Hoje em dia não existe isso mais, não. Cabou tudo. O rio secou. Isso foi naquela época que tinha rio ainda, tinha cheia. Mas hoje, cabou tudo. Só se for pro lado da barragem pra lá.”

“Eu não, tem hora que eu digo ‘ê, meu cumpadre’, num faço medo, não, eu nunca vi. Travessava o rio aí, nós dois, eu via minhas irmã de lá, tornava a ir pra lá, nunca vi. Mas eles conhece nós. Às vezes eles conhece nós, desde pequeno nós mora na beira do rio. Eles chega perto de quem eles num gosta e igual, às vezes faz alguma coisa com ele. Aí agora ele pirraça mesmo. Eu não vi, mas teve gente que viu. Foi tudo pescar, diz que esse homem pescou, pescou, num matou nenhuma piaba. E os outros pegava, matava. Aí até falou que ele tava encantado, né. Aí o outro foi embora, ‘ah, num matei nada’, e foi dormir na grua. Aí chegou, desse tamaninho, o homem. Ele tava lá quieto na grua. Chegou, ‘Ê, Pedro, levanta! Por que que os outro tá pescando e cê num tá?’. Aí disse que ele falou assim, ‘Num vou, porque os outros tá matando peixe

e eu num matei nenhum.’. ‘Qual é o peixe que cê qué?’. Aí diz que ele falou, ‘Rapaz, quando aquela estrela grande sair, cê vai lá naquele pé de pau lá, cê vai pegar três Mandim. Três Surubim, que cê vai pegar. Mas cê num fala.’. Aí ele voltou, caiu n’água e foi embora. Aí, quando chegou no horário, o homem levantou, falou, vou pescar. Do jeito que ele falou, aconteceu. Que aconteceu, pegou os três Mandim, voltou com três surubimzão. Ele chegou premero do que os outro companheiro que tava no rio. Voltou, deixou o peixão lá dentro do barco, foi deitar. Aí os outro chegou, falou: ‘Ééé! Ele tirou o dedo do cu, três surubim que Fulano matou! Moço, que foi que ele teve?’. Chegou lá, ‘Fulano, fulano!’, ele, ‘Ô!’. ‘Moço, cê pegou três surubim!’. O dever dele, ‘Foi Deus quem me deu.’, né? Que ele pediu pra num falar. O compadre pediu ele pra num falar pá ninguém. Tá compreendendo?

Os outro chegou e falou, 'Moço, cê hoje tirou o dedo do cu, cê pegou três surubimzão? Ahh, num pode!'. O dever dele, 'Foi Deus que me deu, moço!'. E depois, 'ah, cê num sabe quê que aconteceu'. O homem falou, 'O que foi?', os companheiro dele. 'Depois que cê saiu, veio aqui um homim assim, pegou, falou pra mim pescar.'. 'Foi?', 'Foi!'. 'Aaah!'. Ele foi lá, quando tava no rio sozinho pescando, ele saiu da beira, o cumpade, 'Mas o que foi que cê falou?'. Pegou assim, tá! Tá! Deu uma sova nele dentro d'água. Tá! Tá! 'Agora nunca mais cê fala!'. E tá certo, como é que fala uma coisa e vai fuxicá?"



COMO RENASCEM OS RIOS?

Para um rio ressuscitar, ele precisa primeiro renascer dentro de nós. Nesta conversa, os agricultores Nelinda Gonçalves e Zé Torino, os militantes Itamar de Paula e Camilla Brito, e o arquiteto e urbanista Roberto Andrés nos propõem um mergulho no cotidiano de pessoas que enchem suas vidas de encantamento e lutam pela qualidade ambiental nos territórios onde vivem, operando a recuperação de rios que pareciam irremediavelmente mortos.

ROBERTO ANDRÉS: De certa maneira, é possível dizer que os rios podem ressuscitar. O fluxo das águas é um fluxo de vida, e se conseguirmos corrigir alguns problemas que nossa espécie costuma gerar para os rios, eles rapidamente se autolimpam. Temos visto mundo afora que é muito possível recuperar rios que pareciam mortos. E, de certa forma, todos aqui presentes fazem parte dessas tentativas de recuperação. Uma coisa muito bonita no perfil dos participantes desta conversa é que são pessoas que têm atuações voluntárias em torno dos rios, atuações que são projetos de vida – mais que uma atividade comercial, de trabalho e emprego. Estamos falando de pessoas que se identificam com uma vocação de luta, uma vocação de proteção desse elemento fundamental para a nossa vida e para a vida neste planeta. Para começar, gostaria de convidar Nelinda e Zé Torino para se apresentarem e contarem como surgiu essa atuação em torno dos rios, das águas e do meio ambiente.

NELINDA GONÇALVES: Nós começamos plantando árvores perto da nascente, cuidando delas para não destampar o leite, mantendo aqueles matos ao redor para não ter o sol direto sobre as águas. Começamos assim, por nossa iniciativa. Depois, fomos aprendendo mais um pouquinho, e hoje já estamos trabalhando com a recuperação, juntamente com meu esposo e com as pessoas que vêm de fora. Estamos fazendo isso: plantando horta, deixando a nascente bem coberta, com lírio, água de melissa e várias outras plantas para o sol não tomar conta dela. Fazemos um plantio bem adequado para não termos falta de água. Por causa disso, nós temos a água em nosso quintal, em nosso terreno, porque cuidamos da água. As árvores pequenas que plantamos são lírio, inhame, água de melissa, chapéu de couro, e várias outras que ajudam. E as árvores grandes que plantamos para recuperar a nascente são de vários tipos, mas só o meu esposo lembra o nome de todas elas.

ZÉ TORINO: A gente vem trabalhando desde 2004. Nessa época tinha muita água no Peruaçu, mas sentíamos que precisávamos fazer alguma coisa para preservar, principalmente na nossa região. No fundo da minha propriedade tem minas d'água, e na escola de onde estamos falando agora também tem uma muito bonita – e trabalhamos em prol disso. Eu comecei a plantar buriti em 2004. Em 2010, eu plantei mais um pouco, em 2013, mais um pouco, e em 2016, eu ganhei 30 mudas de buriti da professora Dora, da Unimontes, de Montes Claros, que também estão plantadas. Além dessas, tem as árvores do próprio brejo que não fomos mais desmatando: mulungu do brejo, pau-louro, saputá, pau-jaú, e muitas outras árvores que lá tem. Em 2013, nós tivemos uma grande bênção pelo Governo Federal. Nós conseguimos um calçadão para perto da minha casa, aqui no alto, e uma caixa de seis mil litros que nos permite plantar horta aqui em cima, perto da nossa

casa. Lá nas nascentes, a única coisa que fazemos hoje é conservar o que está lá, porque a natureza é desta maneira: se nós não cortamos, com certeza, ela vai formar. Agora, se vamos lá e cortamos um pé de qualquer árvore, com certeza, ela vai acabar.

Eu estou feliz pelo que temos, pelo que Deus deixou para nós e estamos conservando. Temos que fazer isso de agora para frente, porque a água está escassa, a água está acabando. O rio Peruaçu tem um trecho de mais ou menos 20km que não tem água. Tem um pouco lá na cabeceira e de onde eu moro para baixo, passando dentro das cavernas. E a nossa conservação também é importante, porque caverna sem água não é caverna. Por isso que plantamos e conservamos, para que esse patrimônio que temos no rio Peruaçu não acabe.

ROBERTO ANDRÉS: É muito legal ouvir a experiência do trabalho de vocês. Vamos ouvir um pouco o Itamar, vindo agora para o Alto São Francisco, no ribeirão do Onça, em Belo Horizonte, que é um afluente do rio das Velhas, um dos principais contribuidores para a poluição do São Francisco. Itamar, conta para nós como é a sua história com o ribeirão do Onça, e o que vocês têm feito por aí?

ITAMAR DE PAULA: Rio renasce primeiro é dentro da gente, não é? Você só vai olhar para o rio a partir do momento em que você sente o rio dentro de você. Hora nenhuma eu trabalho sozinho. Eu faço parte de um grupo de pessoas, um conselho comunitário chamado Conselho Comunitário Unidos pelo Ribeirão de Abreu (COMUPRA), que em 2007 virou para o pessoal e falou assim: “Deixem o Onça beber água limpa!”. Em alguns momentos, fomos chamados de loucos, o pessoal queria saber que história era essa. E era isso mesmo que queríamos fazer, deixar o rio beber água limpa. Algo que aprendemos nessa trajetória é que não há como melhorar a vida de um rio, se não melhorar a vida do povo que está na margem desse rio. O resto é balela, o resto é conversa para boi dormir, e nós sabemos disso. Uma das principais propostas do COMUPRA – e que graças a Deus já conseguimos para 500 famílias que estavam em situação de risco às suas margens – é exatamente retirar essas pessoas da área de risco e devolver para o rio o espaço que é do rio, aquilo que Deus fez na criação.

A partir do momento em que você para de agredir, as coisas acontecem. Graças a Deus, nós estamos conseguindo ver isso aqui no ribeirão do Onça. Vamos falar um pouco dele, então. Ele hoje é o principal poluidor do rio das Velhas, que, por sua vez, é o principal poluidor do rio São Francisco. Não tem como melhorar nada no São Francisco, se não melhorarmos aqui no Onça. E ele traz uma beleza enorme para dentro deste cenário urbano. Nós estamos falando de uma região que se chama Baixo Onça, que é exatamente onde tem uma cachoeira de 31m de altura a 10km do centro de Belo Horizonte, totalmente desperdiçada e degradada. Se ela está

degradada, degrada também tudo que está ao seu redor: a vida, o prazer, a autoestima. Na nossa região, estamos tendo a oportunidade de fazer essa experiência que, aos poucos, o poder público vem aceitando. E nós queremos que eles aceitem mais, que eles sejam mais eficientes nisso, porque algumas mudanças estão acontecendo. Por exemplo, quando paramos de agredir o rio, o número de pássaros aumentou. Quando paramos de agredir o rio, começamos a ouvir de novo os sapos no final da tarde. Quando paramos de agredir o rio, as pessoas começaram a colher frutas em suas margens. O que me assusta é que eu aprendi a nadar e pescar no Onça, quando tinha dez anos. Eu morava ali no Primeiro de Maio, uma favela, e o Onça passava lá. E hoje eu tenho 63 anos, quer dizer, em cinco décadas – não são cinco séculos, não! –, nós matamos um rio. Cinco décadas. Então, a ideia do COMUPRA é isto: Deus deu esse livre arbítrio para nós, e se você pode errar, você pode acertar também. Se nós erramos, vamos assumir o erro e vamos consertar.

ROBERTO ANDRÉS: Ótimo, Itamar! Vamos, então, para a Camilla. A Camilla Laranjeira Brito é bióloga e atuante no Movimento de Atingidos por Barragens, um movimento muito importante em Minas Gerais em torno de todos os impactos gerados pela mineração, especialmente em comunidades mais vulneráveis – pois sabemos que, quando a coisa estoura, a corda sempre arrebenta do lado mais fraco. Camilla, como tem sido sua atuação no movimento, e que questões têm sido mais urgentes e importantes?

CAMILLA BRITO: Eu sou uma militante que cresceu no oeste da Bahia, em Bom Jesus da Lapa, em uma cidade banhada pelo rio São Francisco. Desde pequena, eu já tinha esse amor e essa relação com o rio, e quando era adolescente eu participei de todas as atividades que envolviam a defesa do São Francisco. Depois, fui para a faculdade ser bióloga e, lá, eu comecei a entender que havia muitas questões, impactos e problemas em torno dos rios, e, me envolvendo por esses lados, eu conheci o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB). Eu me encantei muito pela luta do movimento, justamente por propor essa relação da sociedade com a natureza (sem uma separação entre elas), por compreender a causa social e a ambiental como uma só, e fazer essa luta pelos direitos das populações atingidas – que têm essa relação muito forte com os rios, por crescerem na beira deles. Durante a faculdade, eu acompanhei essa luta mais de fora, e quando me formei, fui atuar de fato no movimento. No início, eu atuava na região do Sul de Minas, região atingida pela hidrelétrica de Funil, e em 2015 houve o rompimento da barragem de Fundão, em Mariana. Eu me sensibilizei muito pela pauta, pela problemática da bacia do rio Doce, e hoje atuo na região do médio rio Doce, uma região bem grande e diversa que vai de

Ipatinga, Santana do Paraíso, Timóteo e Coronel Fabriciano até a fronteira com o Espírito Santo.

O que chama a atenção nessa região é a quantidade de violação de direitos humanos, a quantidade de negações das próprias empresas de fazer, de fato, a reparação dos danos pelas barragens. Vivemos um conflito diário: todos os dias, o povo atingido sofre de alguma forma, o rio continua contaminado, e aqui não se tem nenhuma responsabilização por parte das empresas. É o povo mesmo que faz a luta, que faz a defesa, que quer recuperar o rio Doce, que quer construir estratégias de enfrentamento do problema que está aqui, que quer pensar o que se pode fazer para o rio renascer. É a população atingida que tem feito essa discussão e esse enfrentamento diante de uma clara decisão das empresas de não reparar nem as pessoas, nem a natureza. Já estamos chegando ao sexto ano de crime e muitas coisas ainda estão da mesma forma que estavam quando a barragem rompeu. Algumas até pioraram. São muitas questões mesmo, muitos problemas que envolvem o trabalho, a renda, a saúde, a relação com o rio, a quebra de laços comunitários e a quebra da vida tradicional – mas temos estado aqui, firmes na nossa luta.

ROBERTO ANDRÉS: É muito importante essa luta de vocês e é uma loucura que estejamos vivendo a intensificação desses fenômenos de destruição, sem conseguir organizar respostas políticas à altura. Espero que em algum momento consigamos, como sociedade, chegar lá. Enquanto essas respostas não existem, o que vocês fazem é fundamental, que é a contenção de danos, que é buscar explicitar o problema e tentar melhorar as condições para quem foi mais atingido. De fato, é muito lamentável essa situação do nosso estado.

Quando falamos de desextinção, podemos pensar o passado e o futuro dos nossos rios. Como era o Peruaçu, Nelinda e Zé Torino? Qual é esse passado dele, como ele era quando vocês o conheceram, e o que mudou? O que gerou a situação de redução da água que vocês narraram aqui, de aumento da seca?

NELINDA GONÇALVES: Quando eu estava plantando horta no brejo, eu achava que as águas daqui estavam diminuindo. E eu sempre tinha aquela esperança de mudar, de não puxar mais aquela água dali, porque eu sentia que, se eu continuasse puxando, ela poderia acabar. Eu falava para o meu esposo que faria meu plantio de horta com água do poço artesiano, mas ele achava que não ia conseguir, porque o poço era seco. Aí, eu dizia: “Deus vai prosperar um jeito de a gente poder plantar”. E Deus preparou a mudança, dando para nós o calçadão e a caixa d’água, e eu comecei a plantar ao redor da minha casa. E hoje, graças a Deus, eu vou lá só para ver a grandeza que nós temos, a riqueza de água que nós temos, e eu me sinto feliz porque trabalho com agricultura familiar e horta sem veneno. O que

eu faço na minha casa é algo que eu sinto orgulho de ver, e vontade e alegria de ter, porque é uma coisa maravilhosa que eu nem esperava que um dia poderia acontecer comigo, mas aconteceu, pelo nosso trabalho, desde 1980, quando nos casamos, de conservar as águas e de não descobrir a mata das nascentes. Muita gente fala que, graças a mim e ao meu esposo, não falta água aqui, mas não foi graças a nós, foi graças a Deus, que nos deu água e entendimento para que nós pudéssemos fazer o que fazemos. Porque sem Deus operando a nossa mente, nós não conseguiríamos nada. Ele nos iluminou.

ROBERTO ANDRÉS: A minha avó costuma dizer que a palavra entusiasmo significa “Deus dentro”. E isso se conecta com a fala do Itamar, quando ele diz que, para um rio renascer, ele precisa primeiro renascer dentro de nós. Isso já é forte em todos os lugares, mas é mais ainda nas regiões urbanas, onde quiseram nos fazer acreditar que os rios não existiam. Começaram a canalizar, depois a cobrir, para pensarmos que aquilo não existe, que aquilo é só esgoto. Mentiram para nós de uma maneira muito irresponsável, sobretudo com quem está adiante na bacia, porque o esgoto de Belo Horizonte, se for para o rio, vai até o rio das Velhas, vai contaminar Sabará e as cidades adiante, até chegar ao São Francisco. No entanto, tentaram nos fazer acreditar que o rio não existe, que a cidade é um pavimento, um asfalto. Isso foi feito por muitos anos, mas, nas bordas da cidade – e acho que o Itamar vivenciou isso no ribeirão do Onça –, esse processo chegou mais devagar. Ainda bem, porque teve tempo de a comunidade se organizar para defender o rio, um rio que corre em grande parte em leito natural (6km de leito natural só ali naquela região). Curiosamente, o pessoal em Belo Horizonte fala muito da Lagoa da Pampulha, que está na bacia do Onça, no entanto, o lugar em que o rio está correndo em leito natural, onde ele tem condição de ser renaturalizado ou revitalizado para voltar a ser como um rio deve ser, é a região do Baixo Onça. Essa é, porém, uma região de característica socioeconômica mais baixa, uma região mais popular, e por isso recebe menos ênfase. Itamar, como era esse rio quando você nadava nele? Uma vez, nós levamos um bloco de carnaval com mil pessoas lá na beira do Onça, fazendo uma parceria do bloco com o COMUPRA, que foi um momento em que as pessoas olharam para aquilo lá e pensaram no passado ou no futuro. Porque elas não entendiam aquilo como o presente da cidade, onde os rios supostamente não existem mais – mas o rio estava lá, naquele lugar muito bonito, com uma praia na beira do Onça.

ITAMAR DE PAULA: Eu já coloquei isso aqui algumas vezes: qual é o principal papel do solo urbano? Seria só moradia? Muita gente acha que o solo urbano só serve para fazer casa, que ele não tem outro papel, que ele não tem um papel de proteger as nascentes,

de despoluir o ar, de plantar árvores, de a água entrar no chão. Eu acho que essa é uma discussão que todos têm que fazer, independentemente do lugar onde moram. Outro dia, ouvi uma coisa triste de um pessoal: que, entre uma árvore e uma casa, preferiam uma casa. Pelo amor de Deus! Faz a casa e, depois, onde vai arrumar água? Onde vai arrumar ar limpo?

Eu tive a oportunidade e o orgulho de nascer no Primeiro de Maio, e o Onça cortava o bairro, que era cheio de olarias. Quando chovia, o rio ocupava as várzeas todas, que hoje são a avenida Cristiano Machado, o Minas Shopping, o Sebastião de Brito, o Anel Rodoviário. O Onça enchia, espalhava água para aquele canto todo, e formavam diversas lagoas cheias de peixinho dentro. Tinha um lugar que nós adorávamos, chamado Piaba Prata, que, quando você sujava a água de barro, vinham várias piabinhas para cima, todas com a cabecinha da cor de prata. Ficávamos todos lambuzados de barro, até que aparecia nossa mãe na beira da lagoa com uma vara na mão. Quantas surras eu tomei por causa disso! Ainda assim era um barato, era o que tinha para fazer. Nós nos deitávamos no barro e ficávamos batendo o braço e a mão, e aquilo nos denunciava quando chegávamos em casa, porque não tinha banho que tirasse aquela cor vermelha de você. Minha infância teve muito disso, de brincar nesses poços, de aprender a nadar neles, de pegar os peixinhos e colocar dentro da caixa d'água de casa – meu pai quase me matava.

Até 2007, falar de água em Belo Horizonte era falar de Arrudas e de Pampulha, o Onça não existia. Quando, em 2007, falamos “deixem o Onça beber água limpa”, estávamos falando em deixar o rio beber água limpa para depois poder fornecer água para todos. Para as onças, para as galinhas, para nós, para os passarinhos, para todo mundo. Para que isso aconteça, primeiro nós temos que deixar o rio beber essa água limpa, e nós não estamos deixando. Simples assim. Desde pequeno, o barulho e o movimento da água sempre mexeram comigo, sempre me chamaram a atenção, sempre me sensibilizaram. E Deus me deu o privilégio de comprar um lote aqui no Ribeiro de Abreu – eu sou um trabalhador, não nasci em berço de ouro. Eu corri atrás e comprei um lote com uma nascente dentro, onde hoje tem surubim, matrinxã, pirarara, piaú e dourado. Eu cuido da nascente, eu observo o lençol freático todos os dias. Não preciso da meteorologia me falar que o mês de abril foi ruim de chuva, porque é só olhar para o lençol freático que eu sei: era para ele estar correndo em um nível até junho e, em maio, já parou. Isso é aquela aguinha falando com você, de outra forma, mas você tem que ter sensibilidade para ouvir. Tem pessoas que pegam o carro aqui em Belo Horizonte e andam 1.590km para ir a um lugar, lá no Mato Grosso do Sul, que se chama Bonito, para fazer a mesma coisa que eu faço aqui. Eu não ando 1.590km, não, eu só desço uma rampinha que tem aqui em casa e vou lá no lugar que é bonito. E isso não é questão de



privilegio, não, é questão de cuidar, de mudar de postura, de falar que isso tem valor para mim e para os meus netos, que adoram mexer, brincar e ficar na beira da água. E me assusta muito o fato de hoje haver crianças que não vão ter essa oportunidade. As águas foram feitas para que nós lavemos a mão, a cara, soltemos umas piabinhas... E isso é normal, você não está estragando nada. Nós somos parte disso. As águas não são nossas, nós não somos a parte mais importante como pensamos, nós somos apenas parte desse processo.

ROBERTO ANDRÉS: Quando falamos disso, fico pensando no que é o rio Doce que se perdeu. O que era esse rio Doce, que atividades eram essas, como as pessoas usavam o rio, de que maneira elas foram prejudicadas? Sei que não é a região onde você nasceu e viveu na sua infância, Camilla, mas você saberia nos dizer como era esse rio Doce antes do crime, os usos tanto de lazer quanto das atividades socioeconômicas?

CAMILLA BRITO: Eu sou uma pessoa que, infelizmente, não teve o privilégio de conhecer o rio Doce vivo, mas eu escuto as histórias das pessoas que vivem aqui, principalmente as pessoas mais antigas com as quais convivemos hoje, que contam muitas histórias bonitas sobre esse rio enorme e muito largo que sustenta uma região inteira. É um rio onde tem pessoas ribeirinhas, agricultores e agricultoras, pescadores e pescadoras, comunidade indígena, comunidade quilombola... Tem de tudo. É uma alegria ouvir essas histórias, dá um quentinho no coração, dá até uma saudade do que eu não vivi. E as pessoas têm esse carinho com o rio, que vai além de uma relação econômica – de fato, existem muitas atividades também nesse sentido. Temos os trabalhadores das balsas para atravessar o rio, e que contam muitas histórias; tem a turma dos areiros que tiram a areia do rio para construir as casas, para construir de tudo na cidade, e que também contam muitas histórias boas; tem muita gente que vive da produção na beira do rio, seja para venda ou para o próprio sustento, para se alimentar. Existem muitas histórias, muitas relações importantes e ricas por parte da população com o rio Doce. A comunidade indígena dos Krenak, por exemplo, tem uma relação espiritual com o rio, como se ele fosse um ente querido, um ser sagrado de fato. Essa dimensão do rio é muito forte, muito viva, e é importante que as pessoas tenham clareza dessa dimensão para as comunidades dali. Elas têm um carinho muito grande em relação ao Doce, têm uma dependência muito forte, têm uma história de vida, têm uma memória que gira em torno do rio. A grande centralidade da região, do território, é o próprio rio. Os mais antigos contam muitas histórias importantes, contam como foi a chegada dessas pessoas à região, contam como o rio Doce sempre foi muito rico de peixes. Não tinha como passar fome na beira do rio Doce, porque havia uma riqueza muito grande.

No último período, porém, principalmente nos anos 2000, o rio Doce já vinha sofrendo esse processo do assoreamento, do mau uso da terra que prejudica a saúde do rio e dos lençóis freáticos, a mata ciliar que não é preservada, e a poluição pelo lixo das empresas ou dos municípios vizinhos. Já havia esse histórico de poluição, mas também o histórico de luta em defesa do rio Doce. Muitas comunidades, organizações e entidades já lutavam em defesa da preservação do rio, já vinham enfrentando essa luta pelo direito de o rio Doce viver, muito antes do rompimento da barragem. Inclusive, já existia a construção de barragens: tem o caso da hidrelétrica de Candonga, a hidrelétrica de Aimorés, em 2005, a hidrelétrica de Baguari e a de Mascarenhas – são quatro usinas hidrelétricas ao longo do rio Doce que foram construídas antes da lama. Estamos falando de um impacto muito grande, que é o das barragens, que já faz o rio ter uma ferida. E quando várias hidrelétricas são construídas assim, em sequência, o que acontece é a mudança das características do rio, como os períodos de cheias, por exemplo. A partir do reservatório da barragem, você consegue controlar a cheia do rio, ter uma produção de energia mais uniforme ao longo do ano, e esse é o interesse das empresas. O que elas fazem é brincar de Deus, colocando o lucro acima da vida. Então, existe uma história muito bonita e muito rica sobre o passado do rio Doce, mas também existem esses conflitos mais recentes em torno dele.

ROBERTO ANDRÉS: Agora, eu gostaria que pensássemos o futuro desses rios. Que futuro é esse que nós estamos projetando dentro da atuação de cada um, e o que seria preciso para chegarmos a esse outro futuro possível – a esse futuro dos rios limpos, permitindo a convivência de tantas espécies e formas de vida, e gerando toda essa riqueza em torno dos eixos dos rios? Que outro futuro é esse que sonhamos, e de que maneira poderíamos chegar a ele?

CAMILLA BRITO: Pensar o futuro do rio Doce é um desafio que está colocado aqui para nós. Esse futuro não está dado, está em construção. Não adianta olharmos para o rio Doce e falarmos que acabou, que já era. Isso não existe, ainda mais para quem ama esse rio, para quem depende dele, para quem tem uma história e uma memória com ele. A luta aqui no rio Doce, assim como em outros lugares, deve ser feita pela relação com a sociedade, com a população ribeirinha local que conhece o rio, que sabe como esse rio vai se recuperar. Não adianta vir gente de outro lugar ou um *expert* de outro país para resolver o problema do rio Doce. Quem vai resolver, quem vai fazer com que ele volte a viver é o povo que está ali, que sabe onde estão as nascentes, que conhece o rio, que sabe onde ele faz a curva, que conhece cada detalhe, que, quando ele muda de cor, já sabe o motivo. São essas pessoas que vão fazer a reconstrução do rio Doce,





são elas que devem ser consultadas na hora de tomar as decisões em torno da recuperação do rio.

A tarefa da recuperação do rio não dá para ficar nas mãos dessas empresas criminosas. Elas devem ser responsáveis, mas apenas para pagar a conta. Quem vai pensar, quem vai planejar e quem vai fazer o rio Doce renascer são as pessoas da região, as pessoas atingidas, as comunidades ribeirinhas, os agricultores e agricultoras, pescadores e pescadoras, o povo tradicional quilombola e indígena, que já vêm há muito tempo nessa luta. A sociedade precisa compreender a dimensão do problema e assumir que a saída é o povo organizado em luta, pensando coletivamente esse futuro. É isso que esperamos, que essa participação seja cada vez melhor e mais consolidada, garantindo esse futuro do rio que renasça e que volte a ser como os antigos contam, bem bonito, grande e farto.

ROBERTO ANDRÉS: Obrigado, Camilla. É muito importante contar com a luta de vocês e com a sua participação nesta conversa. Nelinda e Zé Torino, vamos pensar o futuro do Peruaçu. O que é esse futuro e o que precisamos fazer para chegar a ele?

ZÉ TORINO: Eu fui muito criticado por arrancar uma moita de capim e plantar um pé de pau-louro, arrancar outra moita de capim e plantar um pé de tamboril, arrancar outra moita de capim e plantar um pé de mulungu – mas hoje as pessoas estão reconhecendo isso. Às vezes, elas pensam que eu não sou bem certo da cabeça, porque eu plantei 150m de babosa a 50m das minas, só para passar água filtrada lá para baixo. E está tudo aqui, para vocês verem quando vierem aqui. Tudo isso que fazemos aqui é para, quando chover, a água passar, a sujeira ficar toda na babosa, e a água filtrada passar. Hoje eles já estão reconhecendo que aquilo que eu fazia talvez como um doido é o caminho para todos nós. Acho que o futuro é nós lutarmos para que tenhamos nossos rios, para que tenhamos nossa água. Sem água, o ser humano não é nada. Um tempo atrás, veio um casal do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) aqui e batizou as minas d'água de Coração das Cavernas. Está tudo registrado pelo ICMBio aqui do Vale do Peruaçu. Nós temos o Coração das Cavernas, e esse coração tem que viver mais a cada dia, porque, sem água, as cavernas não são cavernas.

NELINDA GONÇALVES: Nós não somos melhores, não somos mais sábios, mas eu acho que, se todo o pessoal daqui se conscientizasse, plantasse árvores, fizesse também um pouquinho do que fazemos, o leito do Peruaçu voltaria – mas do jeito que vemos, com queimadas todo ano, fica difícil para o nosso Peruaçu voltar. Eu espero que Deus possa abençoar e dê entendimento para cada um ajudar e fazer o mesmo que nós estamos fazendo.

ROBERTO ANDRÉS: Itamar, como seria o futuro do ribeirão do Onça e como vamos fazer para chegar a ele?

ITAMAR DE PAULA: A primeira coisa é mudar a forma como nós pensamos as coisas. Temos que ter coragem de assumir que erramos feio para mudarmos tudo. Temos que parar de procurar um culpado, porque achar um culpado não resolve nada. Em 2007, através de um sonho muito doido, o COMUPRA criou esse movimento “Deixem o Onça beber água limpa”. Ele tem diversos parceiros, mas o principal fomentador e ativador desse movimento é o COMUPRA, que resolveu começar a fazer alguma coisa. Quem quiser se unir que se una, quem não quiser pode continuar igual está, que não tem problema.

Para garantir esse futuro do Onça, o que fizemos primeiro foi lutar pela não canalização, que graças a Deus já está lá. Depois foi retirar as famílias – ainda faltam mil, mas já retiramos 500. E a última coisa que fizemos é definir uma meta, porque quem tem meta está vivo, acredita na vida. Essa meta, para 2025, é nadar, pescar e brincar no Onça. Para atingirmos essa meta, nós temos cinco pontos que o COMUPRA trabalha desde a sua criação: retirada de todas as famílias em áreas de risco na margem do Onça; implantação do parque ciliar do Onça nesse local; 100% de coleta, interceptação e tratamento de esgoto em toda a bacia do Onça; municipalização da rodovia MG-20, que em grande parte é na margem do Onça; e construção do novo acesso ao Ribeiro de Abreu, que é uma ponte sobre o Onça. Se conseguirmos atingir esses cinco pontos, é lógico que a situação do rio muda, porque, quando você melhora a vida das pessoas, você melhora a autoestima delas e contribui para a paz. E podemos fazer isso sozinhos, sem prefeito e sem vereador.

Na última chuva que teve aqui, o rio inundou – como ele sempre faz, em toda a sua existência. Depois disso, eu tive notícias do pessoal pescando tilápia, cascudo, bagre e carpa na ponte do Ribeiro de Abreu. E isso, um tempo atrás, era totalmente impensável. É muito legal quando você vê essa mudança de relação, quando você vê o pessoal passando e se interessando pelo rio. E ele não ocupa só as páginas da tragédia, porque tudo isso nós fizemos sem brigar com ninguém, sem queimar pneu, sem queimar ônibus. Nós fizemos isso tudo com festa na beira do rio, com bolo de aniversário para a ponte, com desfile de carnaval e outros eventos. Nada disso foi feito com planejamento e estratégia, mas com a vida acontecendo de outra forma. Sabe aquela criança, quando está no fim da tarde com uma febrezinha, indisposta? Ela tem uma mãe muito carinhosa que dá um banho, pega um manjerição no terreiro, faz um chá, põe uma cobertinha, canta, passa a mão na cabeça dela até essa criança dormir. No outro dia essa criança levanta boa igual coco, e nunca mais vai esquecer esse cuidado. O que está acontecendo conosco aqui no Onça é isso. Tem como mudar o Brasil, sim, a partir do momento em que mudamos a nós mesmos.





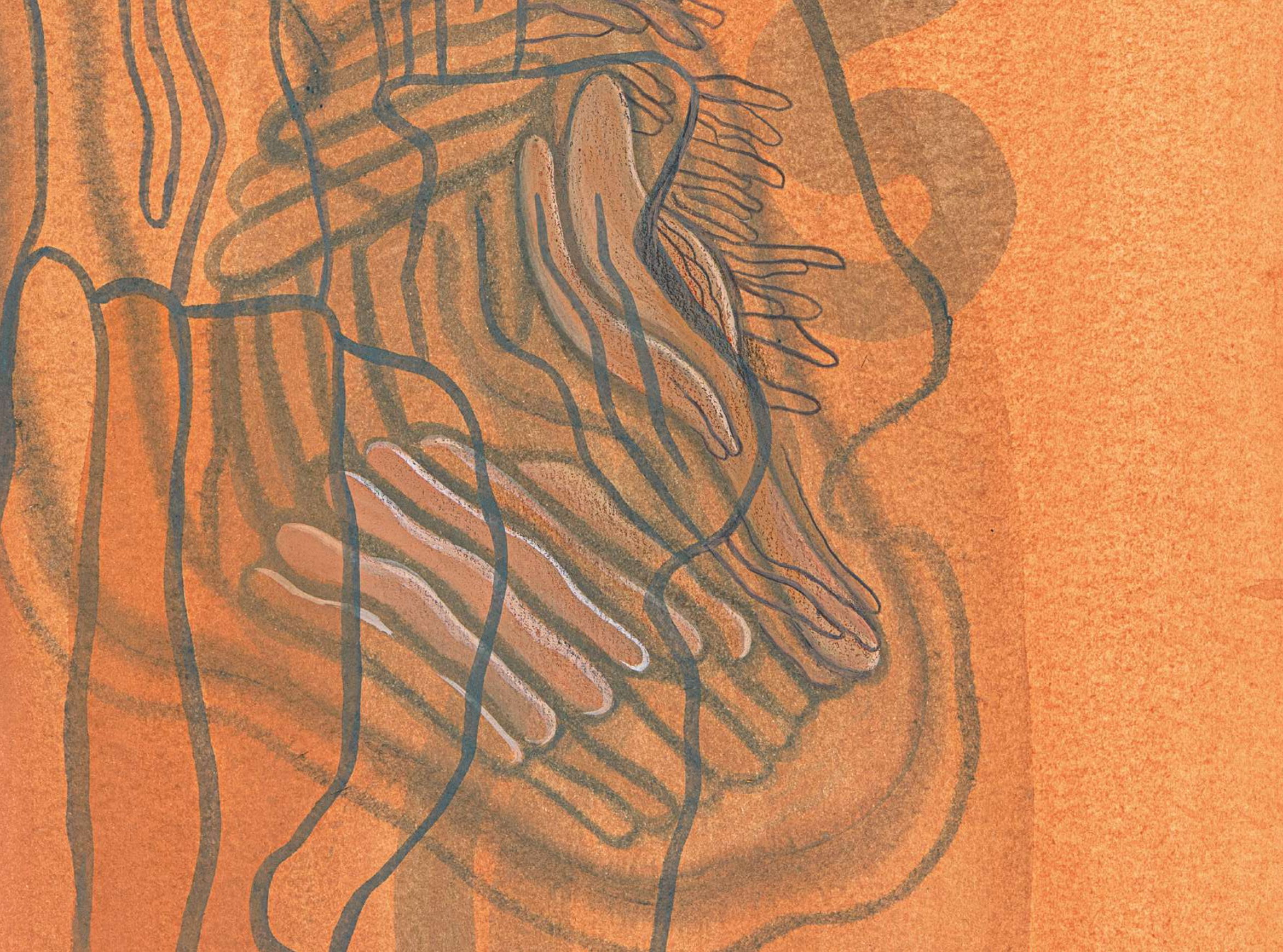




singra

DAVI DE JESUS DO NASCIMENTO

no concorrer de quatro sóis seguidos, construímos um barco à vela para singrar o jejum de meu pai das águas com vento. desembulhamos de dentro do coité torado de nosso quintal o desejo–desenho de fincar vela e escolher um tiquim de rio para velejar. perto mesmo donde com poucos passos sentimos o cheiro da cozinha de casa brigando com as panelas e a ponta da vela abre tantencima quantembaixo. para remolhar o fôlego seco e abafado da calafetagem do corpo–embarcação, a água áspera de meu pai encharca raso o teto da pedra quando estia. quando a gente desenha junto ele assina rio canoa. e enquanto ele serra, eu serragem ou carranca pulva xibunga.





CORPO TERRA

Como amansar Gaia?

Com a intrusão de Gaia em nossas vidas, nós, que nos achávamos os únicos sujeitos de nossa história, precisamos lidar com esse planeta vivo, genioso e indiferente aos caprichos dos humanos. Nesta conversa, a liderança indígena Célia Xakriabá, o engenheiro florestal Fábio Scarano e o antropólogo Roberto Romero discutem a necessidade de desacelerarmos e inventarmos alianças possíveis para, quem sabe, conseguirmos amansar Gaia.

ROBERTO ROMERO: Recentemente, nós vivemos e testemunhamos ondas recordes de frio no Hemisfério Sul, acompanhadas de ondas recordes de calor no Hemisfério Norte; vemos uma estiagem histórica, com secas cada vez mais intensas, e chuvas cada vez mais fortes e com consequências desastrosas para a vida de diversas pessoas pelo planeta. Acompanhamos um avanço do desmatamento na maior floresta tropical do mundo, a Amazônia, que anuncia uma das temporadas provavelmente mais avassaladoras de queimadas, agora que chega o período da estiagem. E falamos também da divulgação do relatório do IPCC, que é o Painel Intergovernamental da ONU para as Mudanças Climáticas, que há alguns anos reúne cientistas do clima do mundo inteiro, e que anuncia e já emite essas alertas há bastante tempo. Assim como os povos indígenas que também anunciam e alertam para as consequências – para dizer como o nosso mestre Ailton Krenak – da nossa pegada desastrosa no planeta.

A questão que motiva esta conversa tem em si vários elementos importantes: “Corpo-Terra”, um conceito que a Célia já desenvolveu em diversas oportunidades, se conecta com “Gaia”, esse outro conceito que possui sua história e sua genealogia. Gaia é uma figura da mitologia grega que pode ser traduzida como a Mãe Terra, uma divindade da Terra, da Grécia antiga, e ao mesmo tempo uma hipótese científica formulada por uma dupla de cientistas no fim da década de 1970, retomada neste momento por uma série de pensadores para abordar a época na qual nós estamos, que alguns chamam também de Antropoceno.

Célia foi uma das curadoras da exposição *Mundos Indígenas*, que aconteceu no Espaço do Conhecimento da UFMG entre 2020 e 2021, para a qual ela escolheu a ideia de “corpo-território” como guia. No texto do catálogo ela vai dizer algo que eu gostaria de retomar para iniciarmos a conversa: “Não existe território sem corpo e corpo sem território, mas existe uma múltipla dimensão do que é território. Estamos falando de um território-corpo, mas de um território também do alimento, do pensar, da escuta e do enxergar. Não podemos perder de vista essa cegueira monocular e social, porque aquele que não escutar o chamado da terra, o chamado no território, não vai escutar mais ninguém”.

CÉLIA XAKRIABÁ: *Uairê rê e rê / Hê e hê anapuê / Hê e hê anapuê / Hê e hê.*

A terra é sol, o sol também é terra. A terra é céu, o céu também é terra. A terra é mar, o mar também é terra. A terra é folha, a folha também é terra. A terra é gente, a gente também é terra. A terra é filha, a filha também é terra. A terra é semente, a semente também é terra. A terra é mãe, mas a terra é principalmente avó, porque ela é mãe de todas as nossas mães. Eu sou Célia Xakriabá, aqui do território Xakriabá, na região Sudeste do Brasil, bioma

Cerrado, transição para a mata seca, a Caatinga, e as pessoas sempre perguntam para nós, que vivemos em uma região semiárida (que tem sido mais árida do que nunca), como é nossa relação com esse território. Hoje, em torno de 70 povos indígenas vivem no bioma Cerrado. O Cerrado faz transição de pelo menos dez estados brasileiros, sendo ponto de encontro de quatro biomas: Floresta Amazônica, Mata Atlântica, Pampas e também a Caatinga.

Nós podemos perguntar o que é o território para nós, povos indígenas. Não dá para responder em uma frase, não dá para responder em um canto, não dá para escrever em um livro, não dá para responder em uma única voz. O território é todo o conjunto do pertencimento daquilo que nos pertence. O nosso corpo é terra, a terra é corpo, o nosso corpo se faz na terra. Quando eu estava para concluir o mestrado, eu pensei: o que eu vou fazer para falar sobre o território Xakriabá? Não era somente uma maneira de escrever, não era somente para as pessoas lerem, não era somente para as pessoas escutarem. De que maneira elas iriam ver, ler, escutar, enxergar e sentir o que eu estou falando sobre o sentido do território Xakriabá e, sobretudo, sobre a ausência do rio São Francisco, para elas serem tocadas no coração?

Um dia, enquanto eu estava tomando banho, eu pensei nas pessoas que perguntam por que os Xakriabá não sabem nadar: “Como assim não sabem nadar? Vocês não são indígenas Xakriabá, vocês não moram na beira do rio São Francisco?”. Infelizmente, apenas um terço do território original foi demarcado, longe do São Francisco, então crescemos com a ausência do que nós poderíamos viver no rio, uma ausência que nos afogou. Eu comparo essa ausência a uma mãe de quem é arrancado o direito de amamentar seu filho. Nós crescemos com o trauma de não termos escutado as histórias na beira do rio, de não termos lavado o nosso corpo na beira do rio, de não termos matado a nossa sede na beira do rio. Cacimba na região semiárida foi o que nos restou, essa região mais árida do que nunca. É a terra, entretanto, que faz a nossa identidade, assim como nós também nos fazemos e nos reinventamos na identidade da terra. Porque nós sabemos bem da chegada dos períodos de seca e de chuva, a partir do conhecimento dos mais velhos, que já mandam sinal dizendo que este ano vai ser duro de seca, este ano a chuva vai começar tarde, porque o passarinho começou a cantar, porque o São João começou a florir à tarde. A seca é algo que nos dá medo, talvez seja um dos poucos momentos da vida em que nós temos medo, porque se a terra, que é forte e sustenta nossos pés, sente sede, nós também vamos sentir.

Para conseguir sobreviver a esses longos períodos de seca, as árvores vão perdendo folha, como estratégia para guardar mais água, mas elas não morrem, porque as raízes das árvores

do Cerrado são profundas. Assim também é o povo Xakriabá, assim são os povos do Cerrado: a cada vez que tentam nos podar, a cada vez que tentam nos queimar, não conseguem, porque nossas raízes são profundas, mas nós não temos exatamente a mesma resiliência das árvores. Elas perdem as folhas, e nós não conseguimos perder as nossas peles, não conseguimos mudar de pele. A cada vez que uma mão segura uma motosserra, não é somente uma árvore que tomba, nossos corpos também estão sendo tombados junto. Tudo é interligado, a biodiversidade da terra, do céu e das águas. Por isso, nossa luta não é somente para reflorestar. Reflorestar demora muito tempo, reflorestar demora cinco anos, demora dez anos, demora 521 anos, porque tem 521 anos que nós estamos tentando reflorestar o Brasil – não somente a terra, mas principalmente a cabeça das pessoas.

Quando alguém ataca a terra, nós, povos indígenas, nos levantamos com mais força. Porque, se adoecem a terra, se envenenam o rio, envenenam a gente também. Se a terra vai se tornar improdutivo, se adocece o útero da terra, vai adoecer nosso útero também. Se libera o garimpo que contamina o território indígena, todos nós adoecemos também. É muito importante pensar que nosso corpo é uma extensão de nosso território: quando a terra grita e chora, é questão de tempo para nosso corpo chorar e gritar também. Nós, povos indígenas, falamos que queríamos ser reconhecidos realmente como os grandes doutores, porque nós somos os maiores pneumologistas do mundo, nós cuidamos do pulmão do mundo, nós cuidamos da respiração do mundo, nós somos o termômetro do mundo. O dia em que os povos indígenas derem o último suspiro, a humanidade também vai parar de respirar. No entanto, foi preciso um painel da ONU, foi preciso um cientista dizer que estão acontecendo as mudanças climáticas para as pessoas acreditarem. Os povos indígenas já falavam isso há muito tempo. É importante reconhecer também os outros lugares onde nasce a ciência.

Quando eu falo de amansamento do território, amansamento da escola, amansamento da universidade, é entendendo que existe um processo de conhecimento colonizador. Na verdade, nós amansamos a escola dos brancos a nosso favor, para ajudar a demarcar o território. Eu acredito muito que nós precisamos amansar essas pessoas valentes que estão envenenando a terra, e precisamos também “bichificar” as pessoas, em vez de civilizar. Que civilização é essa que ainda libera o garimpo e a mineração nos territórios indígenas? Que projeto de século XXI é esse que custa a vida das pessoas? Um projeto ambiental, antiterra, antivida, antipovo, anti-humanitário? Nós não queremos ser esse tipo de humano civilizado. Somente sabem ser humanos aquelas e aqueles que sabem ser rio, que sabem ser semente, que sabem

ser terra, que sabem ser comida, que têm a capacidade de “bichificar”. Somente têm solidez, somente têm terra firme aqueles que, assim como a música de Maria Gadú, sabem ser mundo líquido. Somente sabem ser mundo líquido aqueles e aquelas que sabem ser mundo bicho, a partir do entendimento de que nós somos a totalidade da vida. Por isso lutamos pelo território, porque quem tem um lugar para onde voltar, tem mãe, tem colo e tem cura.

Quando as pessoas compram ou ganham uma cerâmica do território Xakriabá, não é somente um objeto que está sendo carregado, é a força da subjetividade, é uma parte do território. Quando nós transitamos pela universidade, só não nos sentimos sozinhos porque nós temos a capacidade de carregar muitos territórios dentro de nós. Nós somos o brotar da resistência de nossos ancestrais que a colonização não conseguiu matar. Antes de existir qualquer cor de partido político no Brasil, nós já havíamos demarcado esse território com o vermelho do urucum e do pau-brasil, que desde 1511 vem sendo exportado. Já basta, porque há 521 anos estão exportando não somente madeira, mas principalmente as nossas vidas. É preciso entender que, quando cortam uma árvore, estão cortando parte de nós. Eu sempre me pergunto onde é que o capitalismo vai escrever quando arrancar todas as árvores, porque nós aprendemos muito mais com as nossas árvores vivas do que com um papel morto. Nós aprendemos com a nossa voz da resistência, mas nós aprendemos também com as nossas avós da resistência. A terra é nossa avó, porque ela é a mais velha da humanidade, e nós somos mulheres-bio-mas, mulheres-semente, e não mulheres somente.

O que é o rio, o que é a terra, o que é o céu? Talvez o céu seja uma capa gigante que recobre e protege a cabeça da humanidade. A terra é o colo, é o útero que dá e recolhe a vida, que faz brotar a vida. O rio é um peito da humanidade, que nos amamenta quando somos crianças, jovens, adultos e velhos. Aqueles e aquelas que não escutarem o chamado da terra, realmente não vão escutar o chamado de mais ninguém.

E para encerrar, eu vou dizer umas palavras:

Na invasão deste país, / Fomos vítimas nesta trama. / Não sei se chamo de Brasil / Ou se chamo Pindorama. / São lutas e muitas dores / Que ficaram marcadas na memória. / Seja mulher indígena / Protagonista dessa história.

Muita gente se pergunta / Como faz para se tornar indígena ou negro. / São perguntas agressivas, e para se assumir, / Assuma sua luta primeiro. / Ser negra ou indígena é ter cultura, beleza e identidade. / É ter o pertencimento, a herança da ancestralidade.

Nós somos povos do Cerrado, da Amazônia e do Pantanal, / Nós somos povos onde brota a força ancestral. / Nós não estamos

aqui por causa, / Nós estamos é pela causa, / Ainda que para isso muitas vezes nos fazemos ausentes de nossa casa.

Pois consideramos nossa casa não somente onde passamos a morar, / É onde temos o pertencimento, tão sagrado é o lugar. / Como que pode um projeto político colonizar a metade da população? / Como que podem os governantes não considerar os verdadeiros donos do chão? / Respeite os povos originários com as forças ancestrais, / Certamente não somos nós os imigrantes ilegais. / Nós seguimos a nossa luta para derrotar os vários Cabrais do século XXI.

ROBERTO ROMERO: Ouvir a Célia é sempre a sensação de ouvir uma revoada, de estar ouvindo muito mais pessoas do que uma só. Todo um povo fala através das palavras da Célia. Fábio, depois dessa belíssima introdução que Célia fez sobre a conexão entre o corpo e o território, entre a compreensão do território e da terra como um corpo, eu queria retomar a questão inicial sobre o conceito de Gaia, que surgiu dentro de uma corrente menor da própria ciência moderna, pelos cientistas James Lovelock e Lynn Margulis, desacreditados, inclusive por seus pares, durante muito tempo. Queria que você falasse sobre a retomada da hipótese e do conceito de Gaia nesse cenário atual, em que tudo aquilo sobre o que os povos indígenas alertavam vai se concretizando, ganhando uma dimensão e uma escala muito palpáveis.

FÁBIO SCARANO: A ciência é uma coisa linda, mas os cientistas, a instituição, a academia, às vezes, são um pouco injustos e cruéis com ideias que não são a ideia dominante da época. E isso foi o que aconteceu com a teoria de Gaia, do James Lovelock e da Lynn Margulis, de 1970. Essa teoria propõe que a vida no planeta é uma força geológica, ela cria as condições para que exista mais vida. Dessa maneira, essa pele viva que cerca o nosso planeta, chamada de biosfera, cria condições para que ela mesma se perpetue e se mantenha aqui. Então, o sistema terrestre como um todo é um sistema autorregulável, é um sistema complexo, totalmente interconectado, do qual nós somos parte. É óbvio que o Lovelock e a Margulis propõem essa teoria com muito mais detalhe do que eu posso falar aqui, mas eu acho essa teoria uma coisa encantadora, que não era nada diferente do que os gregos pré-socráticos falaram, ou do que a Célia falou. Nós somos parte dessa vida planetária, nós não temos a vida, a vida é que nos tem, como sempre diz o nosso querido Ailton Krenak.

E o que aconteceu com a modernidade (a partir especialmente da Revolução Industrial e da Revolução Francesa) é que o ser humano – esse humano hegemônico, branco, ocidental, predominantemente homem, vindo da tradição eurocêntrica – dessacralizou a natureza. A natureza se torna *commodity* para a nossa sociedade, ou um obstáculo, deixa de ser fim e passa a ser meio. Como resultado, a natureza, que é uma casa comum,

passa a ser usada por interesse próprio de um pequeno conjunto de pessoas que se abastecem do capital e criam essa desigualdade monstruosa planeta afora. Esse desequilíbrio é o que nos traz ao tempo que você mencionou, Roberto, chamado Antropoceno, esse tempo da história no qual o impacto de uma espécie sobre o planeta já se faz sentir até nas camadas geológicas. E que impacto é esse? Nós temos hoje cerca de um milhão de espécies ameaçadas de extinção, o que significa que uma em cada quatro espécies corre o risco de vir a ser extinta. Em termos de mudanças climáticas, já estamos a 1,1°C acima da temperatura média do planeta em relação à era pré-industrial, e com uma chance considerável de chegarmos a 2050 com 2°C acima – o que significa o degelo das calotas polares e a elevação do nível do mar. E como cerca de 60% das pessoas do mundo moram à beira-mar, a vida já não vai mais ser como conhecemos hoje.

A teoria de Gaia, que falava dessa união entre nós e nossa casa, à qual a Célia se refere, foi quase uma chacota no campo científico. Ela foi relacionada a coisas esotéricas e ficou quase 50 anos dormente no período no qual o chamado neodarwinismo predominou. A teoria da evolução por seleção natural do Darwin também é uma coisa linda, mas o neodarwinismo tem um olhar mais mecanicista, que claramente dialoga com a visão capitalista de competição e é bem distinto da visão cooperativa. E, de fato, tanto Darwin como Lovelock e Margulis estavam certos, há competição e, também, cooperação – mas a visão neodarwinista, de uma seleção com base só em competição, além da história da cooperação como uma balela esotérica, nos atrasou 50 anos. Foi através da teoria de Gaia que eu me aproximei muito do pensamento indígena, porque eles já pensam assim desde sempre, assim como os pré-socráticos pensavam isso muito tempo atrás. Então, para mim, o resgate dessa teoria foi muito importante para me aproximar de outras visões de mundo. E hoje eu percebo que essas visões precisam ser parte desse grande diálogo global.

A minha impressão é de que nós, ditos modernos e civilizados, achamos que tínhamos o controle sobre a natureza. Nós nos esquecemos do Platão, também lá na Grécia antiga, que dizia que a natureza é tudo aquilo sobre o que não temos controle. Não controlamos a natureza, a natureza é que nos controla, porque somos parte dela. Há várias vozes no mundo hoje dizendo que, para sairmos como espécie da enrascada na qual nos enfiamos, precisamos encontrar o nosso caminho de volta para a natureza. Como é que vamos nos reintegrar à natureza? Ora, a única pista que eu tenho é conversar com a Célia, é conversar com o Ailton, é conversar com diferentes irmãos e irmãs indígenas aqui do Brasil, porque eles nunca se separaram dela. E essa volta, a meu ver, é regenerativa, é uma regeneração

de Gaia, porque, como a teoria explica, o planeta se autorregula, se autorregenera. Então, o planeta vai continuar, a natureza vai continuar, e a pergunta é se a nossa espécie vai continuar. Para que continuemos, como a Célia muito bem lembrou, precisamos nos regenerar também, e nos regenerar significa nos entender como parte da natureza, e não como os senhores dela.

ROBERTO ROMERO: Fábio, você fala sobre caminhos possíveis e, para mim, a questão da nossa conversa lembra um pouco a questão que o próprio Ailton provocava no seu livro *Ideias para adiar o fim do mundo* (2020). O Ailton lançou esse nome quando uma audiência enorme se reuniu em Brasília para ouvi-lo, e ele disse que não sabia como adiar o fim do mundo, embora deixasse uma pista muito potente sobre contar mais uma história para adiar esse fim. Você publicou o livro *Regenerantes de Gaia* (2019) e tem pensado muito sobre essa ideia de regeneração, que eu acho que vai totalmente ao encontro do que a Célia fala sobre a cura e as possibilidades de cura, entendendo que a Terra é um organismo, um corpo. Nesse sentido, o Antropoceno seria a doença de Gaia, como você formulou, e as possibilidades de cura e de regeneração passam, sem dúvida, por alianças possíveis entre humanos e não humanos, entre humanos e mais que humanos. De que cura nós estamos falando exatamente, Célia?

CÉLIA XAKRIABÁ: É difícil falar de cura para uma humanidade que nem sequer sabe que está doente. Certamente, as pessoas que não sabem que estão doentes vão rejeitar qualquer processo de cura, e pessoas que rejeitam o processo de cura, certamente, ficarão mais doentes. Por isso eu digo que a nossa luta não é somente para pensar a cura, mas, principalmente, para não adoecer. Com a floresta é a mesma questão: não é somente reflorestar, mas é também não desmatar. Dá muito menos trabalho não adoecer do que curar esse tanto de gente que nem sabe que está adoecendo. E tanto o desmatamento quanto o reflorestamento, tanto a doença quanto a cura começam dentro de nós. Não dá para pensar em um projeto de reflorestamento para curar a floresta, se não começarmos pela cura interior. Eu falo que as pessoas estão buscando alternativas de vida em outros planetas, mas como terão outra possibilidade de vida em outro planeta se não cuidam do planeta Terra? Essa outra possibilidade de vida fora da Terra vai ser para poucos, porque eles vão escolher quem poderá ir e quem vai ficar, quem vai viver e quem vai morrer. É uma necropolítica, mas nosso projeto de cura para a Terra é coletivo, é para a humanidade inteira. As pessoas perguntam por que os povos indígenas, que foram saqueados no processo da invasão, têm esse lugar afetuosamente de pensar a cura do planeta não só para eles. É porque nosso sentido de humanidade só tem sentido se for coletivo. O maior princípio de humanidade é o

princípio ativo de ser bicho que está dentro de nós, e precisamos reativar isso urgentemente.

As pessoas costumam dizer que tem muita terra para pouco indígena, mas hoje os territórios indígenas ocupam em torno de 13% do território nacional, enquanto 46% do território é para a bancada ruralista e os interesses capitalistas, de exportação. Não é questão de ter muita terra para pouco indígena, mas de ter muita luta para pouco indígena, porque somos em torno de 5% da população do mundo, mas, comprovadamente, nós protegemos em torno de 83% da biodiversidade do mundo. Por isso, demarcar território indígena não é somente um bem prestado aos povos indígenas, mas é para a cura desse planeta que as pessoas nem sabem que está doente. Neste momento, nós queremos ser um rio de águas correntes, de águas que correm livres.

ROBERTO ROMERO: Que essa corrente continue fluindo com toda a sua força. Fábio, a conexão que a Célia traçou entre o que é a cura e as possibilidades de cura vai ao encontro da sua reflexão em torno da ideia da regeneração, inspirada exatamente na hipótese da Terra como um organismo. Assim como em nosso corpo temos as células regenerantes, haveria também a possibilidade de as células regenerantes no corpo de Gaia serem os próprios territórios indígenas, os próprios povos indígenas. Quando vemos no mapa do Brasil por onde a invasão colonial passou, vemos um rolo compressor que transforma a diversidade em monocultura (no sentido da cultura do cultivo, mas também no sentido da ausência da diversidade dos povos, da diversidade linguística). Você fala justamente da conexão entre a biodiversidade e a diversidade cultural e linguística. Se a melhor estratégia de defesa de um organismo é ter o máximo possível de anticorpos, então a biodiversidade talvez seja uma defesa a essa monocultura, que também é uma doença.

FÁBIO SCARANO: Sim! A fala linda da Célia me lembrou uma fala do Cacique Raoni, há uns dez anos, respondendo à ideia de ter muita terra para pouco indígena. E ele falou assim: “Não é bem assim. Encare de outra forma. É pouca gente tomando conta de muita natureza para o mundo inteiro”. Não me resta a menor dúvida sobre a noção de que os territórios indígenas são, de fato, as células regenerantes. Se Gaia é esse organismo, e organismos têm células regenerantes, quais seriam as células regenerantes de Gaia? Eu comecei a pensar sobre isso observando as plantas. Nós encontramos um conjunto de plantas que teriam essa capacidade de ocupar ambientes transformados pela destruição humana, que conseguiriam colonizar tais áreas e trazer vida de volta. E o encontro dessas plantas é que nos levou a nos perguntar quem seriam os regenerantes de Gaia. Percebemos que, para que continuemos no planeta, precisamos ser esses

regenerantes. Os povos indígenas e tradicionais do mundo afora já estão fazendo a sua parte, e nós, ditos modernos e civilizados, precisamos agora fazer a nossa. Isso envolve o reencontro com a natureza, que é nossa casa, nossa mãe e nosso território, como a Célia trouxe para nós. No final das contas, eu acho que, para amansarmos Gaia, precisamos conversar, nos entender. E para isso precisamos construir um ambiente de confiança.

O filósofo francês Bruno Latour falava que precisamos de um parlamento das coisas nessa grande política planetária. Precisamos que nesse parlamento se sentem diferentes vozes humanas, diferentes etnias, diferentes gêneros, diferentes camadas sociais, mas que se sentem também plantas, animais, bactérias, vírus, montanhas e rios. Que consigamos entender a linguagem desses outros seres para que eles façam parte de decisões que precisam ser conjuntas. Para mim, o caminho da regeneração é o caminho do diálogo, que tem a ver com confiança, que tem a ver com amor. Regenerar, para mim, é amar e, às vezes, eu tenho impressão de que no mundo hegemônico capitalista moderno essa prática está em falta – o que é uma pena, porque eu acho que países como o nosso sofrem com isso. Quando falamos em biodiversidade ou natureza, parece que estamos falando do outro, é como se não fizéssemos parte. O que nós temos de mais precioso é o que chamamos de diversidade biocultural, a grande biodiversidade que o nosso país tem, ligada à grande diversidade de pessoas que temos aqui. Nós temos mais de 300 povos indígenas que falam quase 300 línguas diferentes, e nas Nações Unidas, na ONU, se falam 200 línguas. Só a Amazônia brasileira tem mais línguas faladas do que tem a ONU. E essa diversidade cultural, linguística, humana, é reflexo da diversidade que nós temos na natureza, na biodiversidade. Então, a diversidade biológica não é separável da diversidade humana, pelo contrário, uma é reflexo da outra. Por isso que a Célia diz que a partir do instante em que ferimos o planeta, nós nos ferimos. Você percebe como a nossa fala científica está absolutamente alinhada com a fala indígena, e ouvimos vozes semelhantes na arte, na filosofia e até nas religiões. Precisamos nos sentar e conversar, não só entre nós, humanos, mas também com as outras espécies, com os quatro elementos, com o fogo, com a terra, com a água e com o ar. Como dizia Demócrito, outro pré-socrático, há duas forças no planeta: a força do amor e a força do ódio, e temos que fazer com que a força do amor prevaleça, para que nos regeneremos e consigamos viver em paz e harmonia com nossos irmãos e irmãs humanos e de outras espécies também.

ROBERTO ROMERO: Vou interromper rapidamente nossa conversa para nos despedirmos da Célia, que tem outra agenda agora. Aproveito para convidar todos para acompanhar este mês de

agosto, decisivo na luta pelos direitos indígenas. Como a Célia muito bem disse, o que está em jogo não são apenas os direitos dos povos indígenas, mas nosso futuro como espécie, como humanidade, como povo. Em agosto, será votada pelo Supremo Tribunal Federal a tese do marco temporal, uma das mais graves agressões aos direitos indígenas desde a Constituição de 1988, que desfigura completamente a Constituição. A Célia está cumprindo uma agenda muito intensa de articulação do Acampamento Terra Livre, que vai acontecer em Brasília, agora no final do mês de agosto, e da Marcha das Mulheres Indígenas, que acontece no início de setembro¹. Então, não há melhor maneira de regenerar Gaia, ou nós mesmos, do que nos juntarmos efetivamente à construção dessas lutas que a Célia contou. Então, passo agora a palavra para você, Fábio, para responder algumas perguntas do público. O Flávio Boaventura comenta: “O homem humanizou a natureza. Não seria a hora de naturalizar o homem? Gostaria de ouvir um pouco mais sobre isso”.

FÁBIO SCARANO: Acho que é exatamente isso. Isso me remete a um livro que acabou de ser lançado, de uma querida amiga que trabalha no Instituto Socioambiental com povos indígenas, a Nurit Bensusan, chamado *Cartas ao morcego* (2021). Ela fala que precisamos nos desantropomorfizar, nos misturar com a natureza. Talvez a coisa mais humanitária a ser feita hoje seja se desantropomorfizar, por mais paradoxal que possa parecer essa frase.

ROBERTO ROMERO: O Sérgio Rodriguez pergunta: “Como criar experiências do meio com o corpo, em cidades, para que tenhamos mais consciência, mais vivências com o meio?”

FÁBIO SCARANO: Hoje existe um problema de saúde, já diagnosticado, chamado “extinção da experiência”, que é justamente a falta de experiência de contato com a natureza, muito comum em urbanos, especialmente em jovens, adolescentes e crianças. Essa extinção da experiência gera desde problemas psicomotores e psicológicos até uma aversão à natureza, pela falta de contato com ela. Quando a pessoa tem contato com um mosquito, com alguma coisa que julga ser um barulho da natureza, ela tem uma raiva, que pode se expressar em uma raiva à própria natureza. Como lidar com isso? Vou dar um exemplo muito curioso. Eu tenho um filho de 16 anos, e nós moramos no Rio de Janeiro. E na escola dele, durante a pandemia, eles pediram

1 Diante da votação do Marco Temporal pelo Supremo Tribunal Federal, em 2021, que define que os povos indígenas só poderiam reivindicar territórios ocupados por eles na data da publicação da Constituição brasileira, em outubro de 1988, várias manifestações foram articuladas pelos povos indígenas. Em agosto de 2021, aconteceu o Acampamento Terra Livre (ATL), a maior mobilização indígena do país, seguido da Marcha das Mulheres Indígenas, em setembro, que reuniu em Brasília mais de cinco mil mulheres de 172 etnias sob o tema “Mulheres originárias: Reflorestando mentes para a cura da Terra”.

para o Ailton Krenak fazer uma palestra para as crianças. Aí, o professor falou para o meu filho, um dia antes, que o Ailton pediu para cada um dos alunos ficar segurando algum componente da natureza. Meu filho disse que ia pegar um vaso de planta e ia ficar segurando a folha. E foi exatamente isso que o Ailton falou: que ele entende que as crianças no ambiente urbano, especialmente durante a pandemia, fechadas dentro de casa, perdem esse contato com a natureza. Então, parte desse diálogo planetário sobre o qual estamos falando, desse parlamento de Gaia, se foca em estarmos em real contato com a natureza. Quando estivermos caminhando na floresta, tomando banho no rio, tomando banho no mar, tomando conta da nossa planta em casa, do nosso animal doméstico, realmente estamos com esses seres. Uma típica doença do moderno, de nós todos, é que nunca estamos no presente, estamos sempre pensando no que vamos fazer depois, o tempo todo cheios de pressa. Então, quando o vento bater em você, deixa chegar àquele ponto em que você já não sabe mais o que é você. Na hora em que você estiver dentro do mar, dentro do rio, deixa chegar àquele ponto em que você não sabe mais o que é corpo e o que é água. Na hora em que você tocar no seu animal doméstico ou em uma planta, deixa chegar àquele ponto em que você não sabe se é você que está tocando nele ou é ele que está tocando em você de volta. Para isso, temos que estar presentes na natureza. Ela não é só paisagem, nós temos que conviver de fato com ela.

ROBERTO ROMERO: Ouvindo você agora eu me lembrei muito de uma fala recente do Isael Maxakali, outra liderança indígena aqui do Estado de Minas Gerais, que comentava justamente sobre a diferença entre uma criança indígena e uma não indígena nessa fase de contato e de experimentação com o mundo. E ele trazia esse exemplo que você evocou para falar da extinção da experiência: “Quando as nossas crianças veem uma formiga ou uma lagarta, elas vão atrás para pegar. As crianças dos não indígenas, se vão atrás, os pais não deixam, ou já morrem de medo e não querem nem chegar perto”. Eu me lembrei muito dessa comparação, e eu acho que faz todo sentido.

Para encerrar nossa conversa, queria lembrar que a Célia tem uma dissertação de mestrado importantíssima sobre a relação com a educação indígena. E essa educação passa inevitavelmente por outra pedagogia proposta, que, como a Dona Liça Pataxoop diz, é uma educação enraizada, que não fica confinada nas quatro paredes da escola, que são talvez as primeiras paredes que se interpõem entre as novas gerações e o mundo. Penso que repensar essa educação também é um gesto fundamental nessa trajetória bastante desafiadora de nos amansarmos para, quem sabe, amansarmos também Gaia.

FÁBIO SCARANO: Roberto, eu não poderia concordar mais com o que você acabou de falar. Eu acho que, na nossa vida moderna, a educação é absolutamente científica, e o pressuposto científico é que o cientista objetifica o fenômeno que ele estuda. É como se tudo o que estudamos fosse o outro, nós não nos colocamos dentro do que estudamos, em nome de uma suposta imparcialidade. Hoje a ciência, por causa dos desafios da sustentabilidade, começa a ver que estamos dentro, não dá para sair. Eu acho que a educação precisa rever esse formato, para a pessoa olhar para dentro de si, olhar para a casa dela, que é o que a cerca, mas especialmente olhar para o cosmos, que é tudo o que está depois da parede. Isso significa estar lá na natureza, significa estar em contato, ver as outras coisas, interagir, tocar. Isso passa por um novo olhar para a educação. Por sinal, o educador Paulo Freire já falou a respeito, e o antropólogo Darcy Ribeiro também já falou a respeito. Temos esses pensadores da nossa história aqui no Brasil, e precisamos fazer funcionar as contribuições fantásticas que eles deixaram para nós, tanto para a educação quanto para a ciência. Isso significa, como a Célia falou mais cedo, nos decolonizarmos um pouco. As boas ideias já estão por aqui em fartura, só precisamos usá-las bem.







PODEM OS RIOS VIVOS CURAR HUMANOS?

Embora os seres humanos (ou boa parte deles) tenham se afastado de sua relação original com a natureza, é impossível desconsiderar a interdependência que nosso corpo tem com as águas e os seres que vivem em torno delas. Afinal, 70% do nosso corpo é composto por água e, se os rios e ecossistemas estão doentes, certamente também estaremos. Nesta conversa entre os médicos Apolo Heringer e Clarissa Santos, o filósofo e antropólogo tukano João Paulo Barreto e a fisioterapeuta e antropóloga Chris Barra, práticas que trafegam entre a medicina ocidental e a medicina tradicional indígena indicam como o encontro das águas pode ser também o encontro de novos modos de viver com mais saúde e mais qualidade de vida.

CHRIS BARRA: O momento atual nos clama por novos modos de viver, e eu acho que essa ideia de chamar os seres-rios para falar dessa rede de relações recíprocas e contínuas entre os diversos seres que habitam o mundo é de extrema importância. Dois pontos que eu vejo em comum no trabalho de vocês são: esse desejo de transformar o que nós entendemos como saúde e de transformar também essa posição do homem como o agente principal, chamando outros agentes, como os seres-rios, para a construção de uma vida mais feliz e mais saudável. O outro ponto comum entre todos vocês são os rios, as águas. As águas como o fio condutor desses trabalhos todos, de formas diferentes, mas como indicador de qualidade de vida, como o meio ambiente de seres que também participam da construção do mundo e da vida. Eu gostaria de começar com a pergunta que intitula este diálogo, trazendo outra pergunta já dentro dela. Se perguntamos se os rios vivos podem curar humanos, eu imagino que na resposta de vocês seria muito importante também falarmos sobre o que entendemos como rios vivos. O que são os rios vivos hoje, em todo esse contexto que vivemos de destruição da natureza, e como esses rios podem curar humanos?

JOÃO PAULO BARRETO: *Añuti muhsā yu ehkawerērā. Yu ni 'i ye-pamahsu. Kusakupu ni 'i. Ato muhsāre uhsā poterikára mahsise turi kãhse ukuguti, mari ukupotā nukãhti duhporo.* É um prazer conectar, expressar e colocar nosso pensamento a todos. Esse tema tem tudo a ver com a nossa qualidade de vida, construída a partir das concepções que nós temos sobre nossa pessoa, nossa presença no mundo terrestre, e sobre as relações cosmopolíticas que nós construímos com tudo o que está em nosso entorno.

É nesse contexto que eu vou desenvolver a minha fala. Nós somos povos indígenas com outros modelos de conhecimento e de entender, explicar e nos relacionar com a realidade, diferentes desse chamado modelo da ciência. Creio que todos os povos têm seus modelos conceituais que fundamentam suas relações políticas, sociais, econômicas e cosmopolíticas. Nós, povos indígenas do Alto Rio Negro, por exemplo, temos a nossa teoria que funda nossas relações. Temos nossos conceitos que nos proporcionam organizar o cosmos, o mundo terrestre e a nossa presença como humanos dentro desse contexto maior. Nesse sentido, os povos indígenas do Alto Rio Negro têm três grandes conceitos que são imbricados entre si.

O primeiro conceito é de *kheti úküsse*, que foi apelidado de 'mitologias'. Na verdade, *kheti úküsse*, como conceito tukano ou yapamahsã, está relacionado ao nosso modelo de explicar as coisas, ao nosso modelo de formular teorias, ao nosso modelo de nos organizarmos e nos relacionarmos com tudo o que está em nosso entorno. Ou seja, é um modelo próprio dos povos indígenas de explicar sobre a origem dos humanos, a origem dos seres, a origem

das coisas, a origem dos animais, a organização do espaço cósmico, a organização do mundo terrestre etc. Portanto, eu costumo dizer que são teorias que nós, povos indígenas, temos para explicar as coisas e nos relacionarmos com elas.

O segundo conceito importante é *bahssessé*, que foi traduzido como 'benzimentos'. A palavra benzimento tem outro sentido, e o *bahssessé* é essa capacidade ou poder do nosso especialista chamado *pajé* de acionar as qualidades das coisas para abrandar a dor ou curar as doenças. Portanto, há uma diferença muito grande entre o sentido do benzimento e o sentido do *bahssessé*.

Outro conceito importante, fundamental, é *bahsamori*, traduzido como 'rituais'. *Bahsamori* são práticas sociais que nós realizamos de acordo com o nosso calendário de constelação. Cada período, cada tempo, tem seus bioindicadores e práticas sociais, como festas, pescaria, caçaria etc.

Esses três grandes conceitos fundam o pensamento indígena do Alto Rio Negro. Dentro da nossa explicação sobre a origem das coisas, existe a origem do mundo terrestre e a origem dos seres humanos. A origem do mundo terrestre é primordial para entender outros constituintes do mundo terrestre, ou seja, o mundo terrestre é formado por seis elementos fundamentalmente: vida água, vida terra, vida floresta, vida ar, vida fogo, vida animal e, por fim, o nome da pessoa, *wamé*, como é chamado. Esses termos de vida são fundamentais para entendermos que o mundo terrestre é considerado como um corpo humano, um corpo, sobretudo, de mulher. Portanto, com esses elementos que a constituem, ela tem fundamentalmente um corpo de fertilidade, que apresenta duas possibilidades de gerar vida: sob condição de terra e sob condição de mulher. E aí a importância da água, os rios são as veias da terra, ou melhor, são as veias desse corpo do mundo terrestre, formado por esses elementos.

A partir desse conceito, se projeta o mundo social, ou o mundo das pessoas: o corpo humano é constituído por esses seis elementos e mais o nome. Nesse sentido, a água é fundamentalmente importante para a existência da pessoa, ou melhor, do corpo humano (não essa água que olhamos como lágrima ou saliva). Esses conceitos são fundamentais para nós, povos indígenas do Alto Rio Negro, porque é a partir dessa noção que nós cuidamos da nossa saúde, projetando para nós uma vivência harmônica de relações.

Nós consideramos a água como parte do corpo e como parte do corpo do mundo terrestre. Na medida em que começamos a interferir sobre os rios, os lagos e os mares, vamos interferir no corpo, em sua extensão do mundo terrestre, e no corpo humano. E o corpo humano vai sentir.

Nesse sentido, a concepção de que o corpo humano é meramente restrito a algo biológico não esgota a concepção dos povos indígenas, para quem o corpo está numa teia de relações, porque ele

é microcosmo, porque ele é síntese de todos esses elementos. Um deles é a água. Daí a importância de termos a água como vida, como um elemento constitutivo da vida humana e do mundo terrestre.

CHRIS BARRA: João, eu queria que você complementasse sua fala com essa noção de rio vivo, pensando um pouco no cenário de Minas Gerais, onde temos dois rios muito importantes, o rio Paraopeba e o rio Doce, que foram atingidos pelos desastres dos rejeitos de mineração. Muitas pessoas se referem a esses rios como rios mortos. Sabemos que esse problema não está só em Minas Gerais, mas também no norte do país. Como seria, então, para você, essa ideia de rio vivo? Esse rio sofrido também é um rio vivo? Como podemos trabalhar esse rio para a cura dele próprio e para cura dos seres humanos?

JOÃO PAULO BARRETO: Existe outro conceito fundamental entre os povos indígenas que é a origem dos seres humanos. O nosso demiurgo escolheu certa parcela de potência humana para seres humanos com essa aparência, para viverem neste domínio como humanos. Aqueles que foram preteridos, que nós chamamos de *way-mahsã* (o que foi traduzido como ‘espíritos’, mas que não tem nada a ver, pois são humanos e habitam esses domínios), foram alocados para estar nesses ambientes: terra, floresta, domínio aquático e domínio aéreo. Eles são responsáveis por cuidar de tudo que está no seu entorno.

Para os povos indígenas, quando você destrói uma cachoeira, uma floresta ou uma corredeira, você está destruindo as casas desses humanos que cuidam das coisas, expulsando-os. Na medida em que eles são expulsos, automaticamente todos os elementos, animais, ou as coisas que estavam ali sob sua responsabilidade de cuidado vão sumir, vão desaparecer. Portanto, para cuidar dessas nossas devastações, nós precisamos primeiro interagir com os humanos que foram expulsos desses lugares, das suas casas, precisamos retomar essa comunicação para que eles possam cuidar das coisas, não só da água, mas do ambiente como um todo.

Eu costumo dizer que, assim como nós, humanos, cuidamos do nosso terreno, da nossa propriedade, cercando para que o ladrão não invada ou não roube nossas coisas, da mesma forma esses *way-mahsã* cuidam das coisas. Eles cuidam dos bichos, cuidam da floresta, cuidam das fontes de água e dão vida a tudo isso. Na medida em que vamos destruindo isso, nós estamos quebrando essa relação de ajuda mútua, de corresponsabilidade. Na medida em que nós, humanos, começamos a destruir as margens dos rios e igarapés, estamos destruindo as casas desses humanos, expulsando-os. E não vai ter mais essa relação de corresponsabilidade e de cuidado, mas, sim, de má qualidade de vida, porque nós estaremos criando conflito com os responsáveis pelos cuidados desses animais, dessa água e dessa floresta.

APOLO HERINGER: É muito raro acontecer um debate como este que coloca os rios no centro da questão. Por que colocar os rios no centro? Poderia ter colocado a água, mas não foi só a água, foi a água dos rios. É interessante que a água dos rios delimita um território, que tem por nome técnico “bacia hidrográfica”, mas seu nome na história da humanidade é de vale: Vale do rio das Velhas, Vale do rio Doce, Vale do São Francisco, Vale do rio Amazonas, Vale do Tocantins... Os vales representam o território-mãe, o território-matriz. Os vales são os estados naturais. Um vale é a síntese do que é a Terra, a Terra é uma bacia hidrográfica composta de muitos vales. Esse território devia ser, então, a base e a referência de tudo o que fazemos.

No caso do Brasil, nós perdemos essa noção com as capitâneas hereditárias, que dividiram o país em faixas do litoral ao interior, decididas à revelia da realidade, dos rios, das montanhas, da população. Nós herdamos hoje uma visão absolutamente incoerente do território, e não há planejamento que dê certo sem um território coerente com a natureza da Terra. Além de o vale ser um meio de circulação das águas, ele é a noção que nós temos de pertencimento a uma região. Através da água, o vale reflete a mentalidade, porque tudo o que fazemos em um vale, em uma bacia hidrográfica, aparece na água, sejam as coisas boas, seja a poluição e o esgoto. É como se a água dos rios fosse o sangue da terra, e esse território são os vales.

Rios vivos podem curar os humanos? Só existem rios vivos se existir Terra viva. Só existe Terra viva se os ecossistemas estiverem vivos. O planeta Terra é um sistema integrado de ecossistemas, então, a base da vida são a ecologia e o ser humano – que, nos primórdios, com a presunção de uma racionalidade ou de interesses outros, se afastou da relação com a natureza. Eu considero este como o pecado original, e não a reprodução humana: a ruptura do ser humano com o mundo animal, com o mundo vegetal, com as águas. O ser humano, talvez por se sentir superior com a sua racionalidade, não soube trabalhar em solidariedade junto à sua origem: ele renegou a sua origem natural e saiu do Jardim do Éden. O planeta Terra é um Jardim do Éden, e a partir do momento em que o ser humano rompe com ele, com a natureza que é a fonte da vida, passa a ter que trabalhar muito e a sofrer muito para sobreviver. Ele rompeu a unidade de criação da vida na Terra. Essa é a visão que eu tenho, que eu fui adquirindo à medida que eu fui vivendo.

Nós temos a necessidade de procurar como sair da situação atual. Eu pergunto: os seres humanos têm consciência de que estão doentes? Quem busca a cura é porque sabe que está doente. A maioria da humanidade não tem consciência da sua doença, e não saber que está doente é a pior parte. Então, é importante que reforcemos o papel da água dos rios como a referência pela qual nos enxergamos. O espelho d’água mostra a nossa cara, tudo o que acontece aparece na água dos rios. Por isso, existe uma expressão

muito antiga, desde o Oriente e até na narrativa bíblica, que diz que o espírito de Deus paira sobre as águas. É porque a água mostra a realidade, a água dos rios é dinâmica, ela leva essa realidade até o oceano, evapora e depois volta. É uma visão de tempo cíclico, que pode ser retratado pela água, pelo ciclo hidrológico, que vai se repetindo ao longo do tempo.

A morte da Terra é a morte dos rios. A morte dos ecossistemas começa com o desmatamento abusivo e com a economia humana sem lógica ecológica. Se você tivesse uma pequena mineração para produzir equipamentos ou utensílios domésticos, você teria um desmatamento responsável, uma mineração a serviço de um desenvolvimento saudável. Acontece que o modelo do sistema econômico rompeu com o Jardim do Éden, rompeu com a ecologia, e passou a produzir não para satisfazer as necessidades da vida na Terra, mas para o mercado, para ganhar dinheiro, para vender. É isso que deve ser combatido. Nós precisamos retomar a harmonia da relação ecológica dos seres humanos, porque não só o ser humano é importante. Os rios não existem para curar os humanos, eles expressam a cura de um ecossistema equilibrado. Nós não devemos ter uma visão antropocêntrica, temos que ter uma visão biocêntrica, que considera a vida dos seres humanos, dos animais e das plantas, a vida dos peixes. O símbolo que adotamos no projeto Manuelzão¹ é que o peixe é a expressão da saúde dos ecossistemas. Se você tem um rio saudável, seus peixes estão saudáveis, o ser humano também vai estar saudável, porque os humanos (mundo da cultura) têm uma relação com os peixes (mundo da história natural). Você tem a história natural da Terra e a história cultural que o ser humano pode criar, mas desde que ele não rompa com o Jardim do Éden, com a ecologia. O pecado da economia que existe hoje é ter rompido com a ecologia, então fomos nós que produzimos a doença. O planeta está doente, os ecossistemas, destruídos, e o ser humano não poderá escapar, assim como os animais também não escapam. Somos uma unidade viva no planeta Terra, e a estamos destruindo à medida que renegamos a nossa origem natural.

CLARISSA SANTOS: Em primeiro lugar, precisamos lembrar essa antiga relação que o ser humano tem com os cursos d'água. Historicamente, os seres humanos crescem e se reproduzem em proximidade aos cursos d'água. É a água boa que fornece alimentos saudáveis, que proporciona uma agropecuária saudável, e foi a partir da colonização em torno dos cursos d'água que a humanidade existe e pôde existir.

1 Idealizado em 1997 por professores da Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Minas Gerais, o projeto Manuelzão é um projeto de extensão universitária que busca revitalizar a bacia do rio das Velhas a partir de parcerias com o governo do estado e com dezenas de municípios.

O Apolo toca em um ponto extremamente sensível e importante: a partir do momento em que o ser humano começa a criar um novo ecossistema e a se afastar da natureza – construindo prédios, gerando poluição, poluindo a água e os rios –, a civilização começa a adoecer. Na mesma medida, na mesma proporção. A água é sistêmica, ela circula, transita e vai apontando para todos nós as mazelas e as desigualdades da sociedade em que vivemos. Quando paramos para observar isso, percebemos que a água boa vai refletir uma sociedade saudável. Ao longo de todos esses anos e da história da humanidade, viemos nos distanciando desse ecossistema e criando um novo sistema, que é um fator de adoecimento para todos nós. Quando o ser humano começa a engarrafar a água, ou seja, colocar um rótulo e um valor em um bem que é de todos, e quando nós, como sociedade, permitimos que isso aconteça, abrimos as portas para algo que pode ser monstruoso – como foi, por exemplo, o crime que aconteceu em Mariana e em Brumadinho.

Se fecharmos os olhos aqui e pensarmos em um rio poluído em Belo Horizonte, como seria o curso desse rio? Quem são as pessoas que vivem perto dos cursos d'água e dos rios que estão poluídos a céu aberto? Quem são as pessoas que têm “o direito”, e que “merecem” viver ali, mas são desumanizadas? Quem são as pessoas que vivem em torno do que chamamos de *boulevard* (para mim é a maior ironia, a maior contradição quando pensamos em água boa)? Somos capazes de tapar os nossos rios para não ver e para não sentir o odor, enquanto outras pessoas “têm direito” e “merecem” viver com a água suja a céu aberto. Por outro lado, quem são as pessoas que vivem ao redor de uma água boa, uma água saudável, nas cidades grandes? Eu falei do *boulevard* que construíram por cima do rio Arrudas, em Belo Horizonte, mas temos vários exemplos, como a Lagoa dos Ingleses, onde vivem pessoas muito ricas. A água vai apontando, em seu curso, todas as nossas contradições, e isso nos permite dizer onde a água acaba sendo um fator de adoecimento e onde ela pode produzir saúde, sendo que era só para ela produzir saúde.

A água é fundamental para nós como seres humanos, e quando lutamos pelo direito à água boa, lutamos pela nossa humanidade. Em que ponto nos permitimos ser desumanizados, em que ponto permitimos que a água fosse engarrafada, em que ponto permitimos que o agronegócio pudesse usar milhões de litros de água para matar a fome de quem não tem fome?

O poeta Manoel de Barros tem um trecho muito bonito: “Ele fazia parte da natureza, como um rio faz, como um sapo faz, como o acaso faz, e achava uma coisa cândida conversar com as águas, com as árvores e com as rãs. Eis um caso que há de perguntar: é preciso estudar ignorância para falar com as águas?”.

CHRIS BARRA: Eu vou aproveitar esse trecho que você trouxe do Manoel de Barros para levantar um ponto crucial que foi falado por todos vocês. É preciso falar das ignorâncias para conversar com as águas? Vou partir dessa pergunta, trazendo uma questão que foi levantada por vocês, que é essa economia que rege o mundo hoje. Antes da economia, temos a questão do conhecimento, da nossa epistemologia ocidental, da forma como ela foi construída com o homem no centro – uma grande oposição à epistemologia indígena, em que existe essa teia de relações entre vários seres que produzem o mundo o tempo inteiro, com o homem fazendo parte dessa relação.

O João Paulo falou dos rios como as veias da terra, e o Apolo falou da água como o sangue da terra, então eu acho que, para todos nós, existe essa sensibilidade da importância da relação com a natureza. Como ampliar essa ideia de pensar o rio como uma agência, de metamorfosear a destruição em cuidado? Assim como as capitânicas hereditárias, a saúde foi um conhecimento construído de forma categorizada, e em vez de trazer integração, produz afastamento. Isso hoje é um problema sério na medicina, inclusive em relação à formação dos profissionais, e por isso é muito importante a ideia que o João Paulo traz de todos os seres terrestres, aquáticos e aéreos estarem ali, tomando conta da natureza como um todo. E também de como essas relações são mantidas o tempo inteiro nos rituais, nos benzimentos e nas palavras.

Nós sabemos que, no mundo ocidental, o dinheiro toma conta de tudo e vai causando destruição. Então, como poderíamos fazer essa transformação? Pensando em um caso bem específico e prático, como trazer para os alunos de Medicina e das Ciências da Saúde essa compreensão de que a saúde não é apenas o corpo biológico que tem um funcionamento mecânico? Como sair desse pensamento mais cartesiano que acompanha a Medicina até hoje? Há muitos anos já se identifica o problema desse pensamento, mas até hoje ele é constitutivo da atuação dos profissionais. Volto a insistir nas oposições entre o conhecimento científico ocidental e o conhecimento tradicional indígena, que é sensível, que é capaz de nos fazer ver um rio como um espelho da nossa produção de vida. A Clarissa levantou a questão dos rios na cidade, mas hoje temos outro problema enorme que são os rios contaminados por mercúrio perto das florestas, e toda a violência que, por exemplo, os Yanomami vêm sofrendo pela questão do garimpo. Temos um desafio muito grande pela frente, e a pergunta é: como, através do modo de conhecimento e da formação dos jovens e dos profissionais de saúde, podemos trazer essa sensibilização (ou humanização, como falou a Clarice), a respeito de um modo de viver próximo ao dos indígenas? O Ailton Krenak coloca o rio como uma memória que vai constituir esse adulto um pouco mais à frente. Como encarar o desafio da formação de uma sensibilização, desse sensível, para as pessoas?

APOLO HERINGER: Eu coloquei no início que a ruptura civilizatória com o meio ambiente não era necessária, que a nossa saída do Jardim do Éden foi traumática e que precisamos voltar para esse jardim. O Jardim do Éden é a vida que surgiu na Terra, porque as condições eram muito favoráveis. Nós estamos em um cosmos, em um universo cheio de explosões, cheio de trombada de estrelas, os nossos átomos se formaram com explosões de estrelas! Isso é uma coisa maravilhosa, mas estamos desde sempre destruindo esse cosmos, destruindo esse jardim. Os rios estão praticamente destruídos em todo o mundo, com esgoto, produtos químicos, desmatamento. A Terra está doente, e a doença está atingindo não só o ser humano, mas também os animais.

Quem vai ao hospital veterinário vê que os animais estão ficando doentes por causa dessa destruição que nós fazemos no ecossistema. Nós vivemos hoje em uma sociedade complexa, estamos enviando um foguete a Marte, à Lua, temos aviões, computadores, tecnologia e inteligência artificial, então, nós temos que propor soluções a partir dessa realidade. Não adianta ficar nos lamentando, temos que aprender com a história e propor soluções atuais. Por exemplo, nós estamos aqui em um encontro promovido pelo BDMG Cultural. O BDMG é o maior banco de fomento estadual do Brasil, então, o caminho que ele segue é um exemplo para os outros estados, é muito importante. Por que não propor que o BDMG trabalhe por territórios hidrográficos de planejamento na análise dos seus projetos? Se vai haver um projeto agropecuário, um projeto industrial, que ele seja definido pela relação com o território da bacia hidrográfica em que ele está inserido, e não com um território municipal ou estadual, porque o impacto é sobre as águas. É muito importante que a avaliação dos projetos do BDMG seja feita com metas de qualidade, em que o empreendimento vá melhorar o ambiente da região e vá fazer biomonitoramento. O melhor biomonitoramento é o da ictiofauna, dos peixes da bacia. Como eles vivem na água, eles indicam se há uso de agrotóxicos, se está destruindo, desmatando, jogando esgoto. O peixe é o indicador mais sensível de qualidade do vale, daquela bacia hidrográfica.

Outro conceito importante é trabalhar com a ideia de saúde única, água única. Eu não posso separar o ser humano do meio ambiente: o que não é bom para os animais e as plantas não será bom para o ser humano em médio prazo. É importante o conceito de água única: que em toda a água dos rios possamos nadar, levar as crianças para brincar, seja dentro da cidade ou fora, e que a água seja única, uma água de boa qualidade para todos. Isso não significa que somos contra o desenvolvimento.

A cidade é um ecossistema de prioridade humana, mas você pode ter pássaros, pequena fauna, rios, e você pode nadar nos rios urbanos – é fundamental que seja assim. Nós podemos e precisamos ter cidades ecológicas, com rios não canalizados, sem lixo, onde

possamos nadar. Nós podemos construir o mundo com uma civilização desenvolvida, nós podemos viajar pelo mundo inteiro em navios, trens, aviões e isso ser compatível com a vida na Terra, com a água única, com a saúde única no mundo. Preocupados com a saúde humana, nós não podemos jogar esgoto no rio, levando doenças para os animais e para a população pobre. Todos temos que aprender a respeitar os animais, porque o animal é a parte mais frágil dos ecossistemas da Terra. Se protegemos o animal, a alimentação dele, as florestas onde ele mora, nós estamos em última instância protegendo também o ser humano.

E para terminar, a questão da agricultura e da mineração: primeiro, qual é o território certo para analisar a economia do país? Tem que ficar claro, o território não é o estado, não é o município, mas são as bacias hidrográficas, principalmente as médias e microbacias. E sobre os impactos das atividades econômicas sobre os cursos d'água, não podemos falar só de mineração, porque a área territorial da agricultura é muito maior do que a área da mineração. A mineração tem um impacto mais profundo, maior e mais visível, mas a agricultura de exportação e o agronegócio ocupam praticamente 90% do território. É uma destruição generalizada! Nós temos que estudar na água dos rios os prejuízos causados ao meio ambiente e à vida tanto pela mineração como pelo agronegócio e pela monocultura. O maior inimigo do meio ambiente talvez seja o desmatamento – e a monocultura –, e é isso que está prejudicando o clima da Terra. Nós falamos pouco do desmatamento em relação ao clima, falamos muito em emissões. É claro que nós temos que ter o carro elétrico, devemos ter o transporte coletivo como prioridade e temos a obrigação de mudar a matriz alimentar do mundo, priorizando a alimentação vegetariana ou até vegana. Temos que impedir o desmatamento pela pecuária, que é um desmate total, e a exportação de soja e milho do Brasil é para alimentar os animais do exterior. A matriz de alimentação animal é o grande vilão, tanto para o clima como para o desmatamento.

JOÃO PAULO BARRETO: Nós costumamos admitir e aprender que existe apenas um único modelo de conhecimento, a ciência. E como único modelo de conhecimento, dito universal, ela acaba negando todos os outros modelos de conhecimento, e os considera como não ciência, como não conhecimento (como os conhecimentos indígenas). A ciência não tem uma relação direta com as qualidades de vida da sociedade, dos grupos sociais e dos povos indígenas, então, matar as coisas, tirar sua agência e transformá-las em objetos é o que a ciência faz: objeto de venda, objeto de lucro, objeto para usar a bel-prazer. A ciência nos obriga a desconectar dessa rede de relações cosmopolíticas e sociais. Esquecem que as coisas têm suas agencialidades próprias e esquecem que todos os ambientes são habitados por humanos que cuidam dessas coisas.

Quando tomarmos consciência de que as coisas não são meramente objetos, mas têm as próprias agencialidades – e mais do que isso, que existem humanos que vivem nesses domínios –, nós estaremos reconstruindo aquilo que fomos obrigados a negar, quando transformamos nosso corpo em objeto.

Não somos mais humanos, somos objetos. Transformamos nossa vida, as pessoas e as qualidades humanas em objetos capazes de serem vendidos, capazes de serem explorados, capazes de serem utilizados para uma visão puramente econômica. Então, nós precisamos fazer com que a ciência, digo, as universidades e outros lugares onde produzem esse conhecimento, entendam que existem outros modelos de conhecimento que levam outros conceitos, outras epistemologias.

A ciência não é o único modelo de conhecimento e de produção de conhecimento, existe o modelo indígena, existem modelos negros, existe o modelo dos povos que moram na beira do rio – e que não são piores ou melhores, mas são modelos diferentes. Nós precisamos entender esses outros modelos de conhecimento para poder construir uma teia de relações. Estamos considerando, como o professor Apolo falou, que os humanos não são únicos, que existem outros humanos que vivem em outros domínios.

Isso é muito forte para os povos indígenas, e é daí que vem esse preconceito de dizer que os povos indígenas querem muita terra, querem muita floresta, muita água. Não é assim. Nós consideramos que a terra, o território, é o corpo. Mais do que isso, todos os ambientes são habitantes com os quais temos que, obrigatoriamente, interagir, para termos boa qualidade de vida, qualidade de água, qualidade de floresta, qualidade de terra, qualidade do ar. Tudo isso depende da nossa relação com os outros, dessa teia de relações. Não estou dizendo que o modelo indígena pode ser uma saída, não é isso, não estou dizendo que o modelo de conhecimento dos povos ribeirinhos é um modelo de saída para sua cidade, não é isso. Estou dizendo que existem muitas epistemologias que nós precisamos entender para podermos construir uma relação nas diferenças.

CLARISSA SANTOS: Em primeiro lugar, eu acredito que é preciso que a medicina, como um todo, compreenda, aceite e interiorize que existem outras formas de cuidado e existem outras formas de saúde. Os saberes são múltiplos, são diversos, os conhecimentos são diversos. A saúde é complementar.

A medicina ocidental, que aprendemos na faculdade, precisa entender que existem outros saberes, os saberes tradicionais, os saberes orientais, e que tudo isso é uma forma de produzir saúde. Os saberes se complementam, não existe algo que é superior ou que é mais eficaz do que outro tipo de saber. É muito difícil para as pessoas entenderem que a saúde não significa só não ter doenças, como não ter diabetes ou não ter hipertensão arterial – e é compreensível

que elas tenham dificuldade com esse entendimento, porque o próprio conceito de saúde foi cooptado pelo mercado como mais uma forma de gerar lucro para os poderosos.

O conceito de saúde evoluiu de acordo com a própria humanidade. No século XVIII, com o surgimento da epidemiologia, a saúde era, de certa forma, quantificar os doentes, os não doentes, as riquezas. Já no século XIX, a saúde foi entendida como uma forma de aumentar a produtividade no meio da Revolução Industrial e, no século XX, depois das grandes guerras, a saúde começou a ser entendida como um estado de bem-estar social. Depois de muito debate, e só agora, no início dos anos 2000, é que a saúde passou a ser entendida como um processo sensível às desigualdades sociais. E mesmo assim, ainda não conseguimos ampliar muito bem esse conceito de saúde. Então é preciso que a Medicina amplie o seu olhar e entenda a ecologia humana, que englobe e que perceba a importância de todos os seres, humanos, animais, águas, florestas, e entenda que somos todos um coletivo. Só a partir daí é que vamos conseguir difundir essa ideia de que nós pertencemos ao ecossistema.

Sobre os estudantes da Faculdade de Medicina, eu acho que é fundamental descentralizarmos a saúde, tentarmos reorganizar a grade curricular de forma que os alunos tenham contato e entendimento sobre a ecologia, sobre a importância dos animais, dos rios, das florestas na nossa saúde, e o entendimento claro de que a saúde é socialmente determinada. Quando começarmos a trabalhar isso desde a base, acredito que haverá uma retomada não só dos alunos de medicina, mas da população inteira, a respeito da ampliação desse entendimento.

É muito comum darmos aula para alunos que nunca viram alguns animais – nunca viram uma vaca, por exemplo –, quicá saber onde estão os rios das nossas cidades. Eu me lembro de que minha mãe e meu pai me disseram uma vez, quando eu era criança, que na minha rua passava um rio. Eu fiquei muito chocada com isso, pensando como poderia passar um rio por ali, o que fizeram com esse rio. Nós não conhecemos os rios da nossa cidade, não sabemos em qual rua passa um rio, em qual rua tem um córrego canalizado, e isso faz parte da saúde também!

É um desafio extremo, e só vamos conseguir começar a atenuar essas questões quando ensinarmos essas coisas aos alunos de Medicina, proporcionando que eles tenham maior contato com o tema e com a importância de diminuir as iniquidades em saúde (porque, no final das contas, estamos falando de iniquidades em saúde). Quando pensamos em um rio poluído, não é só o rio, mas todo o contexto em volta dele. Por isso, precisamos capilarizar o conhecimento, e capilarizar as turmas de Medicina. Esses meninos precisam ter contato com esse tema desde o início de sua formação, porque a medicina hoje está restrita ao mercado, o que é muito

entristecedor, porque continuamos naquele ciclo, naquela ideia de promover doenças, e não promover saúde. Quando vamos conseguir ter uma ruptura em relação a isso, parar de querer produzir doença e começar a produzir saúde? A raiz disso tudo é muito mais complexa do que um olhar superficial, mas como é que essa lógica se inverteu? E como podemos mudar esse tipo de pensamento dentro da Faculdade de Medicina? Os alunos já entram querendo ser cirurgiões, endocrinologistas, cardiologistas, sendo que a saúde é 84% resolvida na atenção primária, por exemplo. Então, como fazemos para capilarizar isso? Eu acredito que precisamos fazer com que os alunos tenham um contato com esse tema, que conheçam os rios.

Eu estou com um livro muito legal, que se chama *Rios Invisíveis da Metrópole Mineira* (2018). Eu comprei esse livro porque queria saber qual é o rio que está debaixo da rua em que eu passo. Nós não temos esse conhecimento, e acho que vamos precisar não repensar a origem das coisas, mas retomar suas diversas origens e somar tudo isso. Que os alunos possam ter contato com isso desde o início, desde o ciclo básico, para que uma mudança real e efetiva possa acontecer ao longo dos anos.

APOLO HERINGER: Eu estive no Peru, na Amazônia, no Ceará e na África estudando a questão da cólera, uma doença que vem pela contaminação da água com fezes humanas. A cólera é uma doença terrível, mata muita gente e, se não há tratamento, metade do pessoal morre, sobretudo, em uma epidemia. Eu descobri na Escola de Veterinária que a veterinária estava mais desenvolvida que a medicina humana na Faculdade de Medicina, na área de epidemiologia (na qual fiz meu mestrado) e na área de medicina preventiva. Por quê? Porque os fazendeiros, o pessoal da produção animal, ganham mais dinheiro com a saúde animal. Se os seus animais adoecem, quem ganha dinheiro é o veterinário, o clínico, o cirurgião, mas para a indústria de produção de carne, ovos, leite – ou seja, a produção animal –, o lucro é da saúde animal. Então, o governo, a vigilância sanitária e os fazendeiros que os empregam exigiram que os animais não adoecessem, para que eles pudessem ser abatidos com saúde, maximizando o lucro. Ou seja, o lucro produziu mais saúde animal.

Já com os seres humanos, a saúde é desleixada, milhões de seres humanos estão doentes e abandonados, enquanto você não vê gado abandonado nas grandes fazendas pecuárias. Você não os vê abandonarem os porcos e os frangos, que são bem tratados até o momento do abate. Por que isso? Porque a indústria da doença é muito lucrativa! Os hospitais, os planos médicos (que eles chamam erradamente de plano de saúde), toda essa indústria que gira em torno da doença é muito lucrativa. Esse é um tratamento predatório com a sociedade humana, a medicina humana perdeu o foco na saúde. É muito perverso que a medicina humana esteja separada da questão

da promoção da saúde humana. Os médicos devem ser muito bem preparados para tratar dos doentes, mas não estão sendo. Não está havendo promoção da saúde humana, porque isso passa por ter um melhor salário, melhor transporte, melhores casas, e o governo e o sistema econômico não estão interessados em gastar dinheiro com isso. A sociedade deve descobrir a causa das doenças para investir em qualidade de vida, porque saúde não é uma questão basicamente médica, a questão basicamente médica é a doença. Saúde é uma questão basicamente de qualidade ecossistêmica de vida. A saúde é a qualidade da água, qualidade do lazer, da residência, da alimentação, e isso não está sendo colocado como prioridade em um sistema interessado na economia, no qual só a indústria e o agronegócio é que merecem a atenção. Os seres humanos estão abandonados, e muitas vezes têm, inclusive, inveja dos animais, porque o dono da vaca e o dono do cavalo alisam o animal e tratam o trabalhador no pontapé. Eles o mandam embora, não respeitam a família do trabalhador. Desde a escravidão era assim. O Brasil tem que ser refundado, e não só a medicina. Nós temos que mudar a nós mesmos para podermos mudar o mundo.

A outra questão é a da ciência. Não existe contradição entre ciência e conhecimento dos indígenas, não existe contradição entre ciência e intuição, não existe contradição entre ciência e instinto. O instinto animal é um alto grau de sabedoria. O que existe de contradição é entre a ciência disciplinar, a ciência baseada na análise da separação das coisas, com a verdadeira ciência que é transdisciplinar. A verdadeira ciência é sistêmica, ela une tudo e estuda a inter-relação das coisas. A transdisciplinaridade, que estuda sistemas complexos, é a única ciência hoje capaz de produzir conhecimento. O resto tem que ser combatido como anticientífico, e nesse sentido a maioria das universidades brasileiras e do mundo são anticientíficas. É uma ilusão achar que a universidade é o berço da ciência. Ela só será o berço se passar por uma grande transformação, e hoje em dia a coisa mais difícil no Brasil é a autocrítica. A universidade não faz autocrítica, os partidos políticos não fazem autocrítica, ninguém reconhece seus erros. Isso é que precisa ser mudado.

JOÃO PAULO BARRETO: A medicina ensina os alunos a negar todas as possibilidades de entendimento do que é saúde-doença, e a centrar no corpo como algo meramente biológico, desconectado de toda essa rede de relações que acabo de expor neste momento. Como o professor Apolo falou, as universidades precisam reaprender, olhar outras possibilidades. A Covid-19 é fruto dessa construção de conhecimento visando apenas ao corpo biológico, e tratando o restante como objetos. Precisamos aprender a olhar de outras maneiras, de outras formas.

Eu quero dizer que, conforme dados da ciência chamada arqueologia, nós, povos indígenas, estamos presentes neste continente há

14 mil anos. Há 14 mil anos estamos manejando a floresta, os rios, lagos, a terra, o cosmos; desenvolvendo cosmopoliticamente medicinas e tecnologias, e nós somos considerados por essa ciência que chegou há 521 anos como não conhecedores, como não detentores de ciência porque não temos Deus, não temos fé, não temos governo, não temos escrita. Então, a ciência da medicina precisa aprender, de fato, a olhar o corpo humano e as coisas ao seu redor de outras formas.

Devo dizer a vocês que, aqui no Centro de Medicina², por exemplo, dentro de três anos e oito meses em que nós atuamos, passaram em torno de 4.200 pessoas, das quais 99,9% foram não indígenas, aqueles que nós chamamos de brancos, com diversos problemas: depressão, ansiedade, problema de menstruação, até com coisas chamadas por vocês de câncer, que do ponto de vista do nosso especialista não é câncer. Precisamos olhar da forma mais ampla possível para entender o que é saúde e o que é doença. Como foi muito bem falado, saúde e doença não são simplesmente o momento em que ficamos doentes; a qualidade de vida depende da nossa construção de relações sociais, com a política, com tudo que está em nosso entorno.

CLARISSA SANTOS: A água é um espelho da mentalidade civilizatória, e os rios estão resistindo. O rio Doce não está morto, o rio Paraopeba não está morto, o rio Arrudas está vivo, só que eles refletem o caos em que vivemos, os nossos conflitos e as incompreensões a que nós, seres humanos, estamos expostos e sujeitos. Para que os rios voltem a florescer, é primordial que a nossa sociedade se reorganize, que entenda a importância da natureza, a importância da água, a importância do rio, a importância do ar bom e da água boa, porque só assim é que vamos conseguir viver melhor, vamos conseguir alcançar a tão famigerada qualidade de vida, que é algo que todos nós queremos, pela qual todos lutamos, mas que quase ninguém tem plenamente. Ou as comunidades estão vivendo trancadas, presas em prédios e em condomínios, ou estão expostas a todos os tipos de violência, à violência ambiental, ao racismo, e inclusive ao racismo ambiental, ecológico.

O que eu quero dizer é que só vamos alcançar essa famosa qualidade de vida que buscamos – e pouquíssimos têm – quando tivermos acesso a emprego, à educação, ao lazer, à água boa, à natureza, quando houver uma mudança global de pensamento. Acho que a micropolítica serve muito para isso, nós estamos aqui fazendo isso, mas precisamos angariar mais pessoas nessa corrente que visa realmente a viver bem, e que pensa não só o hoje, mas o futuro da humanidade, a existência do ser humano na Terra, porque dependemos

2 Aqui, João Paulo se refere ao Centro de Medicina Indígena da Amazônia, o Barserikow'i'i, do qual ele foi idealizador e cofundador. Trata-se de uma clínica criada em 2017, com especialistas de diversas etnias do Alto Rio Negro, que oferece tratamento diferenciado de enfermidades para indígenas e não indígenas.

disso. Não tem como dissociar o futuro da humanidade e a existência do meio ambiente. Devemos ter resiliência, assim como os rios estão tendo, para que consigamos, de fato, mudar um pouco essa mentalidade tão destrutiva que temos visto na nossa sociedade.

CHRIS BARRA: Eu acho que o que fizemos aqui neste diálogo é um pouco dessa proposição cosmopolítica de incluir os rios na discussão, que de certa forma estão espalhando a palavra. Quando falamos de curar doenças e curar a humanidade, os rios e as águas têm uma função essencial, na medida em que eles são o espelho do que a humanidade está produzindo.









kâ somos rios

EDGAR KANAYKŌ XAKRIABÁ

Um convite a mergulhar no sonho do povo Xakriabá que é a reconquista do território que se dá até margem do rio São Francisco, retomando também a sua relação com o rio, reavivando as memórias guardadas através dos contos, cantos e histórias. Contudo, quanto mais se aproxima desta retomada, lamenta-se também ver cada vez mais morrendo este rio que um dia foi o berço de vários povos. Devido aos conflitos históricos com invasores o povo Xakriabá é tangido para longe de suas margens, não podendo mais beber e nadar em suas águas. Desta maneira, a retomada de terra é também uma retomada das águas. Uma retomada que remete à história do tempo dos "troncos velhos", onde se encontra parte da fonte da sabedoria de um povo.





PELOS RIOS DO CÉU

Como confluem águas e saberes?

Assim como a água é transportada pelos rios voadores, transformando a umidade da Floresta Amazônica em nuvens e chuvas no Sudeste brasileiro, os conhecimentos ancestrais também transfluem e viajam pelos céus, atravessando o oceano Atlântico. Nesta conversa entre a ambientalista Margi Moss, o escritor e filósofo quilombola Antônio Bispo dos Santos e a editora e cientista política Fernanda Regaldo, embarcamos em uma viagem aéreo-fluvial pelas confluências necessárias para vivermos neste mundo vivo.

FERNANDA REGALDO: É uma honra enorme estar aqui com vocês, Antônio Bispo e Margi Moss, dois pensadores de áreas a princípio tão distintas, que hoje se encontram para pensar juntos outros rios e fluxos. Margi, eu queria começar te pedindo para falar sobre o projeto Rios Voadores. Como esses rios, que muita gente não conhece, constituem um fluxo de água maior que o do rio Amazonas, e como eles definem o regime de chuvas e, por consequência, o regime climático no Brasil todo?

MARGI MOSS: Para muitas pessoas, talvez, não faça sentido, mas os rios voadores são um fenômeno meteorológico que existe e também é conhecido como rios aéreos, rios atmosféricos, rios que voam. Eu vou explicar como funciona esse fenômeno, e também quero que pensemos sobre os rios terrestres, os rios visíveis. Como seria um rio invisível, um rio no céu? Muitas vezes as pessoas me perguntam qual é o nome dos rios no céu. Temos que entender que não são rios com leito, com uma calha definida, são rios que podem seguir qualquer rumo, que dependem totalmente do vento que vai empurrando a umidade.

Esse fenômeno opera da seguinte forma: em volta do Equador, as temperaturas e o sol são mais fortes, e com todo esse calor, muita água do mar evapora. Essa umidade evaporada é empurrada pelos ventos alísios para dentro da Amazônia. Quando essa umidade chega em cima da Floresta Amazônica, ela faz chover, e, logo, a água da chuva evapora novamente pelas árvores. O vento empurra essa nova umidade para mais longe, chove de novo, e assim por diante. Esse ciclo de chover, evaporar e formar novas nuvens segue ao longo da Amazônia até chegar à Cordilheira dos Andes, que funciona como uma barreira para esse ar úmido. Dali, uma boa parte sobe ao norte, mas a maioria (especialmente em nossa época de chuvas) é desviada, vai seguindo a curva dos Andes e vem voltando para o Brasil, para o Centro-Oeste, o Sudeste e o Sul.

Os fatores-chave desse processo são, então, o mar e a Amazônia. O mar vai sempre continuar existindo, mas e a Amazônia? Por quanto tempo vamos continuar tendo uma floresta que fornece essa água para nós? A sequência desses rios voadores depende dessa reevaporação da água que já caiu, e este ciclo de chover, evaporar, chover e evaporar só acontece se a floresta existir. Se tiramos a floresta e colocamos pasto, esse pasto pode até fazer a água evaporar, mas não na mesma quantidade que as árvores da floresta evaporam. Além de evaporar a água da chuva que cai nas folhas, as árvores também puxam a água que está no chão pelas raízes. Precisamos refletir bastante sobre a função e o trabalho que uma árvore realiza para nós. Uma árvore é um ser vivo incrível, faz um trabalho que o ser humano é incapaz de fazer. Temos muito orgulho dos prédios que construímos com

20 andares, 30 andares, mas vejam só uma árvore! Ela também é uma construção que dura anos e anos, que se modifica, que se movimenta com o vento, que sofre ataques de insetos e continua feliz da vida, fornecendo todos esses serviços para nós. Como é que de dentro de uma sementinha bem pequena sai uma árvore de 40, 50, 60 metros? Uma árvore é algo realmente incrível.

Também gostaria de refletir sobre os rios visíveis, aqueles que estão passando no meio da nossa cidade, que temos no fundo do quintal. Por que será que não damos mais importância para esses rios? Eles são abastecidos pelas chuvas que vêm dos rios voadores, e estamos pouco a pouco acelerando o processo de retirada da mata amazônica responsável por esse abastecimento. Eu estive na semana passada em Rondônia, e eu chorava, porque a mata é só fragmentos, não existe uma mata contínua. E mesmo que esses fragmentos sejam íntegros, eles não têm chance de sobreviver, porque todo ano queimam os pastos em volta, o fogo vai entrando aos poucos e a função dos rios voadores vai se perdendo.

Em relação aos rios terrestres, fizemos em 2003 e 2004 o projeto Brasil das Águas, em que coletamos amostras de água em mais de mil pontos espalhados pelo país, chamando a atenção para a qualidade da água naquela época – que ainda não era marcada pelo pânico das secas, das represas e dos rios desaparecendo. Fizemos também o projeto Sete Rios, em que navegamos da fonte até a foz dos rios fazendo palestras nas cidades ribeirinhas para explicar para as pessoas a importância dos cursos d'água. Quando percorremos o rio Araguaia, por exemplo, ficamos surpresos porque a maioria das pessoas não sabia de onde vinha aquele rio imenso que passava na porta de casa, não sabiam onde era a foz. Reclamavam que na cidade mais para cima as pessoas poluíam a água, jogavam lixo e esgoto, mas, ao mesmo tempo, na cidade delas também não tinha tratamento. As pessoas reclamavam de receber água suja, mas não se importavam com a água suja que saía de suas casas. Nas cidades grandes eu sinto que as pessoas têm direito à água, querem água limpa, mas, ao mesmo tempo, sujam, poluem com esgoto e produtos de limpeza. Não pensamos nem um segundo para onde vai a água que estamos sujando. Temos que dar mais valor quando abrimos a torneira: é um milagre que saia água limpa que vem de um rio que muitas vezes nem sabemos por onde passa, e por quais processos de purificação essa água passa.

Essa água que sai da sua torneira veio de um rio voador invisível da Amazônia. No litoral brasileiro há obviamente muita evaporação que vem direto do mar, mas essa umidade que vem do mar para São Paulo não chega a Campo Grande ou a Rondônia. A água desses territórios vem de outro lugar, que

na maioria das vezes é a Amazônia. Eu fico muito interessada em saber do Bispo como as pessoas da região dele vivem com tão pouca água, enquanto a tendência é querermos sempre mais, apesar de jogarmos lixo, jogarmos esgoto, poluirmos com processos industriais. O que eu mais desejo na vida é que um dia, no Brasil, tratemos seriamente nossos rios terrestres, e se queremos continuar a receber água para abastecer esses rios, precisamos preservar a floresta. Quando decolei de Porto Velho voltando para Brasília na semana passada, sobrevoamos uma densa nuvem de fumaça durante meia hora sobre Rondônia, o que para mim é inconcebível. Como o homem continua fazendo coisas que o machucam? O homem é muito contraditório: onde tem floresta, ele derruba e transforma o lugar em um deserto, e onde tem deserto, ele faz de tudo para conseguir plantar.

FERNANDA REGALDO Acredito que o Bispo tem até nome para esse homem, que é “colonialista”. Margi, eu queria ressaltar o que você falou, que, para preservar os rios terrestres, precisamos preservar os rios voadores, ou seja, preservar a floresta. Esse entendimento dos rios voadores é fascinante, muito importante e urgente no contexto de crise climática que estamos vivendo. E o que eu queria salientar aqui, já para conectar com o Bispo, é que esse fluxo invisível de vapor de água que você descreve põe, de certa forma, em questionamento uma relação causal cartesiana à qual estamos acostumados. O Antônio Nobre, que é um pesquisador da ciência climática e da Amazônia, diz, inclusive, que os novos modelos matemáticos só agora começam a dar conta desta complexidade que são os rios voadores e esses fluxos. Inclusive, quando você fala de educação, é muito emblemático que não tenhamos aprendido isso na escola, porque isso simplesmente não fazia parte do repertório da educação, pelo menos não na minha geração. E acho que podemos dizer que essa causalidade direta, um tanto simplista, define bem o modo de pensar e de operar do colonialista – para usar a palavra do Bispo –, um colonialismo que lida com a terra, que lida com a floresta, que lida com o rio sempre como matéria inerte.

Esses fluxos invisíveis, muito poderosos, e seus impactos que são sentidos em outras regiões de maneiras nem sempre previsíveis, apontam em última instância para um corpo vivo que não é só o rio vivo, mas é a terra viva. Não é à toa que esse festival se chama Seres-Rios, e poderíamos falar também da mesma forma dos seres-florestas, porque estamos falando em última instância de forças e de fluxos que estão muito além do concreto, ou daquela causalidade direta sobre a qual eu comentei. O Bispo está cansado de dizer que nosso pensamento é um pensamento vertical, linear, sintético, que não faz curva, e acho que agora ele vai poder explicar um

pouco como esse pensamento é fruto da nossa relação com um Deus único, eurocristão, que amaldiçoa a terra e interrompe a nossa relação com o cosmos. Ele traz um conceito que eu acho extremamente precioso, que é o de “transfluência”. Eu gosto muito, Bispo, de como você conta em alguns textos seus sobre como você observou o movimento das águas pelos céus, pelas nuvens, pelos rios voadores, para entender que “se é possível que as águas doces que estão no Brasil cheguem à África pelo céu, é também pelo céu que a sabedoria do nosso povo pode chegar até nós no Brasil”. Eu queria passar a palavra então para você, Bispo, para que você fale um pouco sobre as confluências para vivermos neste mundo vivo e pensar também os rios e as águas por esse caminho.

ANTÔNIO BISPO DOS SANTOS: *Viva a vida, porque todas as vidas importam! / Uma parte do meu ser que é água, / aquecendo a outra parte que é o fogo, / por uma parte que é o ar, evaporou. / E transfluindo com as forças cosmológicas, / na outra parte que é a terra, encorpou. / E confluindo com outras vidas em outros corpos, / reexistindo e existindo, aqui estou.*

Dito isso, eu quero chamar a atenção para o princípio dos desastres que nós estamos vivendo. Vivemos o desastre bíblico, que surge a partir de Gênesis na bíblia eurocristã monoteísta. Lá em Gênesis, o deus Jeová disse que, por conta de Adão e Eva terem sido desobedientes, a terra seria maldita. O deus da bíblia amaldiçoou a terra e, ao mesmo tempo, tratou as ervas como sendo ervas daninhas. Ele castigou Adão e Eva para comerem com fadiga do suor do próprio rosto, e estendeu esse castigo para todas as gerações originadas de Adão e Eva. Nesse momento, o deus da bíblia criou o trabalho, mas criou o trabalho como castigo. E como ele amaldiçoou a terra, ele desterritorializou Adão e Eva. Quem quer viver em uma terra maldita?

A outra coisa muito interessante é que, ao dizer que eles estavam proibidos de comer das plantas e dos frutos do Jardim do Éden, e que eles teriam que comer das ervas dos campos que eles produzissem, aquele deus também ordenou que Adão e Eva desmatassem as plantas nativas para colocarem as plantas por eles domesticadas. Isso está lá na Bíblia, e se observarmos direitinho, essa orientação é seguida, por incrível que pareça, pelas constituições. As constituições nacionais dos Estados eurocristãos são anexos da Bíblia. O que está na Bíblia está na Constituição brasileira, e o que está na Constituição brasileira está na Bíblia. E os modos e os comportamentos são oriundos da Constituição e da Bíblia. Daí o motivo de que, nos cursos de Agronomia, os engenheiros agrônomos também chamam as ervas que não foram plantadas de ervas daninhas. Por exemplo, aqui na Caatinga, onde nós vivemos, todas as plantas são

comestíveis, por nós ou pelos outros animais. Elas têm uma função muito interessante: a maioria das plantas da Caatinga armazenam, no seu corpo, a água que elas precisam para os períodos em que não chove, mas elas fazem a evapotranspiração durante o período das chuvas, por incrível que pareça, das águas de que elas não precisam. E assim como a Amazônia, as árvores da Caatinga – a mata da Caatinga – também fazem esse processo de evapotranspiração. Tem uma coisa maravilhosa que elas também fazem, que é secar e soltar as suas folhas nos períodos não chuvosos, parar a evapotranspiração pelas folhas, e deixar que ela se dê em relação direta do sol com a terra.

O interessante é que todos os corpos têm água. As árvores têm água, o meu corpo tem água, o corpo de todos os vivos tem água. Daí essa situação da confluência e da *transfluência*. Eu fui nascido e criado no encontro da Amazônia com os Cerrados e a Caatinga, então eu tenho uma relação com a Amazônia, com o Cerrado, com a Caatinga – menos com o litoral. Eu tive essa alegria de ser criado em um espaço bem diverso, uma encruzilhada de biomas, que é também uma encruzilhada de águas, onde as águas têm cursos e movimentos diferentes. E uma das coisas que me chamaram a atenção foi querer saber como nós, povos *afroconfluentes*, fomos trazidos de África para cá sem poder falar as nossas línguas, por vários motivos, e como nós nos entendemos com os povos originários. Como nós nos entendemos com os povos indígenas se as línguas orais deles eram diferentes das nossas? Nós nos entendemos pelas línguas cosmológicas. Nós nos entendemos através das plantas, através das árvores, através das águas, através dos ventos, através dos astros. E uma coisa muito interessante é que eu estudei até a oitava série, e dos meus 14 aos 18 anos eu estudava à noite, das 18h às 22h. E nesse horário, eu era tirado por essa escola de outro aprendizado, porque, das 18h às 22h, era o horário no qual nossos irmãos mais velhos acendiam a fogueira nos terreiros e ficavam nos ensinando qual era a função de cada astro. Ficavam nos ensinando a olhar para a lua, olhar para as estrelas, olhar para as constelações, olhar para todos os astros que apareciam durante a noite, e compreender qual a relação que esses astros tinham com as águas. Eu perdi parte desse aprendizado porque era no horário em que eu estava na escola. Então a escola eurocristã colonialista não respeita essas possibilidades e essas oportunidades de você aprender de forma bem espontânea, mas se comunicando com essa linguagem cosmológica.

Conversando com uma indígena no Rio de Janeiro, ela dizia: “Bispo, eu queria saber mais sobre os quilombolas, mas como eu vou saber sobre os quilombolas se eu não dou conta de saber nem sobre os indígenas?”. Eu falei para ela: “Eu também

queria saber mais sobre os indígenas, mas não dou conta de saber nem sobre os quilombolas”. Aí ela perguntou: “E quando e como é que nós vamos avançar nesse saber?”. E eu, espontaneamente, falei: “Pela *transfluência*”. Ela pediu para eu explicar. Estava chovendo, e eu falei: “Olha, é simples. Olha como as águas do São Francisco, do rio Paraíba e de outros rios evaporam e vão pelos rios do céu, e chove aqui no Rio de Janeiro, e chove no rio Nilo. Ou seja, nós estamos em confluência com África através das águas, as águas vêm de lá e as águas vão de cá para lá. As águas fazem essa conexão entre todas as vidas que existem no cosmos. Essa é a minha relação com os rios do céu, e inclusive esses rios fazem barulho! Eu não sei na Amazônia, mas aqui no encontro entre a Amazônia, a Caatinga e o Cerrado, tem hora que faz um barulho muito grande no céu, e eu perguntava para Mãe Joana, uma das minhas mestras, o que era aquilo. Ela dizia: “Ali, meu filho, é o rio do céu, é o barulho do rio do céu”. As águas vão pelo rio do céu, para serem distribuídas em todos os lugares do Brasil. Agradeço demais essa confluência que nós estamos aqui nos proporcionando, e vamos abrir para o diálogo, porque bom mesmo é a gente ouvir pergunta, porque são as perguntas que nos ensinam.

FERNANDA REGALDO: Margi, o Bispo responde maravilhosamente à sua pergunta sobre a nossa relação com os rios, a relação do homem com os rios. Ele aponta para que homem é esse quando fala dos povos eurocristãos e da nossa tendência de tirar o elemento vida do nosso entendimento de tudo o que está em torno. Eu gosto muito dos termos que o Bispo usa, o sintético *versus* o orgânico. Nós somos um povo que sintetiza tudo, porque fomos castigados com o trabalho, e a natureza, para nós, precisa ser dominada. Você falou aqui, Margi, de como as árvores fazem um trabalho para nós. E eu estava lendo um texto do Antônio Nobre em que ele traz uma imagem linda, que são as árvores funcionando como gêiseres, jorrando água para cima e essa água fluindo pelo céu. Logo em seguida, no mesmo artigo, ele diz que as árvores são nossas parceiras, e eu acho que esse termo “parceria” é fundamental para esta conversa aqui. E, de novo, respondendo àquela sua pergunta inicial sobre como lidamos e como deveríamos lidar com tudo isso: na conversa entre a Célia Xakriabá e o Fábio Scarano, que também aconteceu durante o Festival Seres-Rios, falava-se que parece que a ciência não indígena chega com muitos séculos de atraso àquilo que os povos tradicionais já sabiam e já diziam há muito tempo, que é essa relação com a natureza e com a vida – que é, enfim, a árvore como parceira, a floresta como parceira, o rio como parceiro. Eu acho que esse é um caminho bem interessante de seguir, se você quiser comentar isso um pouco.

MARGI MOSS: A inspiração do nosso projeto Rios Voadores era o próprio Antônio Nobre. Nós assistimos a uma palestra na qual ele explicou o fenômeno, falou do termo, e na hora nós achamos que essa informação deveria ser conhecida por todos. Os cientistas trabalham muito, descobrem coisas, e muitas vezes nós ficamos sem saber, e o Antônio é um dos poucos cientistas que estimam a importância da transmissão dessa informação, ele é um ser extremamente sensível, com uma visão que não é só de números e pesquisas. Ele tem realmente um amor à floresta, ao mundo, à Gaia, então é sempre um privilégio. Eu o ajudei a traduzir uma grande matéria que ele escreveu, *O futuro climático da Amazônia*, na qual ele explicou tudo em termos para o leigo entender, e sempre procurando soluções.

Eu estive pensando ontem mesmo sobre a Caatinga, porque agora que estão basicamente desmatando absolutamente tudo que tem pela frente, o Cerrado já perdeu milhares e milhares de quilômetros. E na Caatinga, cada vez mais tem o agronegócio, que entra, derruba tudo e depois – como a Caatinga é um ambiente seco – tem que catar água no aquífero, tem que puxar água para uma planta que não é desse clima, enquanto a própria Caatinga criou uma vegetação que na época chuvosa também evapotranspira a umidade para o ar, e na seca ela simplesmente perde as folhas e se recolhe dentro da casinha dela, como o Bispo bem disse. Ela tem um sistema de raízes incríveis, e é muito fácil para o ser humano chegar com uma motosserra ou seja o que for. Eu fico chorando quando vejo isso.

ANTÔNIO BISPO DOS SANTOS: Existe uma violência ocidental muito grande, principalmente de ambientalistas mais sintéticos, vamos dizer assim. Antes de ontem, eu recebi um áudio de um amigo no WhatsApp dizendo que tinha um projeto fantástico, que achava que nós íamos gostar dele. O projeto era ele vir até onde vivemos e fazer reflorestamento com Mata Atlântica. Ou seja, na compreensão dele, aqui tinha muita Mata Atlântica, e isso precisava ser recuperado. O que eu coloquei para ele foi o seguinte: “Meu amigo, Caatinga é Caatinga, Mata Atlântica é Mata Atlântica”. Não há uma vegetabilidade entre os biomas conforme vocês querem colocar. A Mata Atlântica não é mais importante do que a Caatinga, a Amazônia não é mais importante do que o Cerrado, o Cerrado não é mais importante do que o litoral. Cada um tem a sua função. Aqui em São João do Piauí eles tentaram colocar uva, mas desistiram por uma questão de logística, e por uma questão de recusa dos povos da Caatinga. Ora, por que nós precisamos de uva? Eu nunca comprei um quilo de uva na minha vida, porque na Caatinga dá umbu, e tudo o que você faz com uva você pode fazer com umbu, com caju, manga, e tantas outras que dão certo aqui na região. Então por que trazer a uva

para cá? Isso é de uma violência sem tamanho – ainda bem que nosso povo não apostou muito e os de fora não quiseram vir.

A Caatinga é muito rebelde, e como ela é muito acidentada e cheia de pedregulho, o agronegócio teve dificuldade para entrar aqui – mas como eles não conseguiram avançar com o agronegócio, estão vindo com a mineração e com a tal da energia solar e energia eólica. Dizem que a energia eólica e a solar são energias limpas. Limpa como, se elas desmatam, se elas fazem barulho? Limpa como, se ainda não sabemos qual é a relação dessas hélices dos cata-ventos no próprio vento? Essas coisas são uns monstros que mudam o rumo do vento, então mudam também o rumo da nuvem, mudam o rumo da chuva, mudam o rumo da poeira, e podem mudar o rumo das dunas. Aqui na Caatinga, no lado do Piauí, nosso maior problema neste momento não é o agronegócio, mas a mineração, os grandes parques de energia e as barragens que foram feitas sem uma finalidade planejada – que acabaram fazendo com que os rios aterrasssem. Os principais rios que nasceram na Caatinga, no lado do Piauí, têm uma grande barragem proporcional à sua força. E essas grandes barragens fizeram com que esses rios deixassem de ser perenes. É isso, a Caatinga é tão importante quanto a Amazônia, que é tão importante quanto o Cerrado. Essa maneira de se tratar a Amazônia como mais importante do que a Caatinga arreventa a própria Amazônia, porque cada um tem a sua função. Todas as árvores são importantes, todas as matas são importantes, guardadas as suas relações com os demais seres.

FERNANDA REGALDO: Bispo, para voltar à questão da relação que cada povo estabelece com seu entorno, tem uma fala sua em que você diz que sua avó e outros mestres ensinaram a pescar nos rios apenas o suficiente, porque o melhor lugar para guardar os peixes é o rio. E você fala que as nossas sociedades eurocristãs não gostam de guardar o peixe no rio, nós queremos guardar no freezer. E eu queria que você falasse um pouco disso, desse terror que a humanidade tem de tudo o que é natural, de tudo o que é orgânico, de tudo o que é o cosmos.

ANTÔNIO BISPO DOS SANTOS: As árvores liberam as folhas para que outras vidas se fortaleçam. Aquelas folhas adubam a terra, se transformam em microrganismos, e quando vêm as primeiras chuvas, as águas levam aquela matéria orgânica para os rios (e é exatamente o período da piracema), o que vai alimentar os peixes. A chuva leva também o húmus que as minhocas liberam, leva os esterco que os animais também liberam. Por isso que essa história de achar que tem que guardar água em uma cisterna e que tem que evitar que aquele esterco mantenha contato com outra vida é um absurdo. O que fizeram o eurocristão monoteísta e as suas descendências? Sintetizaram várias partes da natureza,

inclusive o veneno. Plantam em grande escala e, em vez de fazerem os tratamentos manuais, jogam veneno. Aí vêm as primeiras chuvas, pegam aquele veneno, levam para os rios e, em vez de alimentar, matam os peixes.

Quando nós pescávamos, ia uma grande quantidade de pessoas para os rios. Tinha pessoas que levavam café, tinha pessoas que levavam cachaça, tinha pessoas que levavam carne assada, tinha pessoas que levavam farinha e arroz, e tinha pessoas que só levavam tarrafa. E lá umas pessoas iam pescando, enquanto outras já iam cozinhando um peixe para misturar com a farinha, com o cuscuz, com o beiju – e era uma grande festa, era um dia de muita alegria, todo mundo participava da pescaria fazendo alguma coisa. No final, nossas mestras e nossos mestres diziam: “Mostra quantos peixes você tem”. E cada um de nós, jovens, mostrávamos o cesto com os peixes, e eles diziam se estava na hora de pescar ou de parar. Nós respondíamos: “Parar por quê? Agora que a pescaria estava boa...”. “Exatamente, você vai parar porque você está pegando demais. Pegue uma parte dos seus peixes e passe para a pessoa que trouxe o café. Passe uma parte para a pessoa que trouxe a cachaça. Não interessa se você bebeu. Passe uma parte para a pessoa que trouxe a farinha...” – e cada um de nós passava uma parte. Eu sei que, no final, todo mundo levava peixe, proporcional à quantidade de pessoas na família. Essa era a medida, não interessava quem pescou: quem tinha mais gente na família levava mais peixe, quem tinha menos gente levava menos peixe. As mestras diziam: “Levem apenas o suficiente para comer até a próxima pescaria, porque o lugar de guardar o peixe é no rio, assim como o lugar de guardar as batatas é na terra, e o lugar de guardar os alimentos é na natureza”. Porque ela vai dar sempre o que você precisar, e para aquilo que você não precisar vai ter outro vivente que vai precisar.

Outro dia mesmo, estava conversando com um senhor do Pará, mestre de farinha, e ele me disse: “Bispo, agora eu entendi bem o que é a confluência. Eu cheguei no pé de manga, tirei uma parte das mangas que eu achei que eram as melhores para mim, e aquelas que eu achei que não eram tão boas caíram no chão e os porcos aproveitaram. Ou seja, eu e os porcos somos confluências no pé de manga, porque todos nós comemos manga. E o pé de manga cuida dos porcos, que cuidam de mim”. Então o pé de manga é um lugar de confluência, ele é um confluenciador. E eu disse: “E tem mais do que isso: antes do pé de manga nos dar a manga, ele nos dá a flor, que é utilizada pela abelha para se alimentar, mas é utilizada também para produzir o mel que nos alimenta. Um pé de manga faz tudo isso, e ele quer apenas que a semente dele seja propagada. E todos os viventes

fazem isso: os roedores levam a manga e deixam em um lugar, nós jogamos o caroço na mata... Essa relação com as árvores é uma relação fantástica, porque também o lugar de guardar os frutos é nas árvores. Porque se você não precisar daquele fruto, vão ter outros que precisam. E se ninguém precisar e ele cair, aquela semente vai nascer.

Essa história de armazenar aquilo que a natureza nos oferta é para quem não confia na natureza, não se relaciona com a natureza. E aí você quer transformar tudo em sintético ou conservado quimicamente – ou transformar em dinheiro, que é pior ainda. Aquele sintético que você congela, que você conserva em produto químico, bem ou mal você vai comer um dia. E aquilo que você transforma em dinheiro? Aí, ferrou! Então, o que nós temos que fazer com nossos rios é deixar de jogar veneno. Se nós deixarmos de jogar veneno no rio, nós já estamos fazendo uma grande coisa. E depois deixar de jogar esgoto, deixar de jogar os gases na atmosfera. Porque nós tanto contaminamos a água de superfície quanto contaminamos a água dos rios do céu. Quando você está emitindo gases em escalas grandiosas, você está contaminando os rios do céu (tem muitos lugares em que a água da chuva já vem contaminada). E como é que conseguimos sujar uma coisa tão limpa quanto a água? Só o ser humano dá conta de fazer isso. Só esses seres ditos humanos, que se acham os mais importantes do mundo, precisam devastar o ambiente onde eles vivem.

FERNANDA REGALDO: E não todos os seres humanos, não é, Bispo? Acho que isso é muito importante. Começamos aqui falando sobre alianças, e eu acho que as alianças urgentes a serem feitas são alianças com os rios, com as florestas, com as árvores e também com os povos guardiões de tudo o que é vivo. A pergunta que eu recebi aqui é da Tyr Peret, direcionada para vocês dois: Sabemos que as previsões climáticas são desastrosas. Quais são as perspectivas de vocês dois sobre quanto tempo mais teremos água, se o comportamento humano não mudar em curto prazo? Logo em seguida, tem outra pergunta sobre qual matriz energética vocês considerariam mais interessante.

MARGI MOSS: Vamos ter água por muito tempo, porque a quantidade de água na Terra é sempre a mesma quantidade. O problema é onde vai estar essa água, qual vai ser a qualidade dessa água, se essa água vai voltar toda para os oceanos, se vamos ter água na Amazônia, onde é que vamos ter essa água. É uma questão de tudo estar interligado, como vocês já estão falando: cada sistema, cada bioma, cada elemento ajuda o outro, cada um é imprescindível nessa relação.

Como eu gosto muito de rios, eu odeio barragens. Nos Estados Unidos, um país que já colocou muitas barragens, eles as estão tirando, porque estão apreciando o valor de um rio

vivo. Várias represas boas já foram, pouco a pouco, retiradas, porque elas bloqueiam totalmente a migração dos peixes. Eu estive em Rondônia, que tem o Jirau e Santo Antônio (um escândalo deixarem essas hidrelétricas acontecerem), e o rio Madeira já está extremamente cheio de sedimentos. Isso foi avisado pelos técnicos na época, mas mesmo assim foram fazer. Esse rio abrigava o dourada, um peixe que fazia a maior migração da Terra todos os anos, e que dava alimento para milhares de pessoas ao longo do rio. E simplesmente cortamos essa migração. Com que direito achamos que podemos acabar com todas as formas de vida? Eis a minha pergunta.

ANTÔNIO BISPO DOS SANTOS: A primeira coisa que eu quero dizer é que estou muito animado, porque nós, povos quilombolas, povos indígenas, povos ribeirinhos – povos contracolonialistas – não éramos enxergados como seres que sabem de alguma coisa. Nós éramos enxergados como selvagens e como coisas ou bichos. Falava-se muito em teoria, se falava muito em ideologia, mas, de certo tempo para cá, se está falando muito em cosmologia. Quanto mais se pergunta ao cosmos, mais vida se tem. E boa parte das pessoas que escrevem e que falam estão voltadas agora para essas matrizes cosmológicas. E a matriz energética mais importante é orgânica. Todos os outros seres do reino animal usam apenas a energia orgânica: ou a energia das águas em movimento, ou a energia do vento para se refrescar, ou a energia do sol para se aquecer. Por isso, precisamos usar a nossa energia para fazer comida, para muita coisa, porque, como os seres humanos eurocristãos monoteístas deixaram de usar a sua energia orgânica, foram adoecendo. Engordam, precisam fazer caminhada, precisam fazer corrida, precisam fazer exercício. Tem muita gente que não consegue ir ao mato conforme eu vou, subindo e descendo atrás das minhas cabrinhas, mas precisa ir para a academia ou caminhar na margem da pista. Eu sugiro que reflitamos o máximo possível sobre a energia orgânica, e que nos apeguemos cada vez mais às cosmologias dos povos africanos, dos povos indígenas, dos povos ribeirinhos (que, às vezes, são africanos e são indígenas), enfim, dos povos contracoloniais.

FERNANDA REGALDO: Que as palavras de vocês fiquem como sementes para continuarmos pensando e prospectando possibilidades diante dessa queda do céu, como disse o xamã Davi Kopenawa Yanomami. Acho que a única alternativa é a contracolônização, é reeditar o lugar e o papel dos povos indígenas, quilombolas, ribeirinhos, enfim, dos povos que conhecem o fluxo da vida e que vivem uma existência orgânica. Nós precisamos nos aliar a esses povos guardiões da Terra – e à própria Terra.





RIOS, SUJEITOS DE DIREITOS

Se as grandes empresas desfrutam dos direitos humanos, por que rios, montanhas, florestas e animais também não podem ser considerados pessoas diante dos processos jurídicos? Nesta conversa entre o advogado indígena Eloy Terena, a advogada Tatiana Ribeiro de Souza e os arquitetos e urbanistas Paulo Tavares e Wellington Cançado, emergem a importância e a urgência de reconhecermos os rios como sujeitos de direitos – direito à vida, à liberdade e à existência.

WELLINGTON CANÇADO: “Parece estranho que a natureza tenha direitos, como se a natureza fosse uma pessoa. No entanto, parece normal que as grandes empresas desfrutem dos direitos humanos. Em 1886, a Suprema Corte dos Estados Unidos, modelo de justiça universal, estendeu os direitos humanos a corporações privadas – a lei passou a reconhecê-las com os mesmos direitos que as pessoas: o direito à vida, à liberdade de expressão, à privacidade e mais, como se as empresas respirassem. Mais de 120 anos se passaram (agora 130, desde que este texto foi escrito) e assim segue sendo e não chama a atenção de ninguém”.

Esse parágrafo foi extraído de um texto do Eduardo Galeano, escrito em 2008, no momento em que a Assembleia Constituinte do Equador debatia a inclusão dos Direitos da Natureza na Constituição. O ensaio se chamava, precisamente, *A Natureza não é muda*. Pensando com e como Galeano, poderíamos dizer que naturalizamos completamente a existência das pessoas físicas e das pessoas jurídicas, ao mesmo tempo que desconsideramos, ainda, as pessoas fluviais, as pessoas florestais, as pessoas minerais e várias outras pessoas como sujeitos de direitos. Para começarmos, então, nossa conversa sobre ou com a natureza, que, bem sabemos, não é muda e pensa, tem personalidade e *personitude*, gostaria de provocar vocês com as duas questões que nos orientaram na formação deste diálogo: o que que pensam os rios? E quem fala em seu nome?

ELOY TERENA: Esse é um tema ainda recente no âmbito do Direito, que está buscando cada vez mais se consolidar, embora a dimensão indígena sempre tenha defendido o direito não só dos rios, mas também das florestas, dos animais e de todos os seres encantados que habitam esses locais. A dimensão que nós, povos indígenas, temos dos sujeitos de direito é ampla, e é por isso que a relação que nós temos com a Terra Mãe parte do princípio do respeito. Esse é um movimento que há muito tempo os povos indígenas têm feito. É lógico que, em cada contexto, em cada situação histórica, as lideranças indígenas fazem de maneira diferente e com estratégias diferentes, mas sempre partindo desse pressuposto. E o tema é atual, tendo em vista os desafios que nós temos hoje, tanto na efetivação e na garantia dos direitos territoriais dos povos indígenas como também por causa do contexto político em que interesses recaem sobre os territórios indígenas onde estão localizadas as riquezas naturais – dentre elas, os rios, os recursos hídricos.

A partir disso, a primeira dimensão para a qual eu quero chamar a atenção é a da territorialidade – a questão da proteção a esses recursos ambientais dentro dos territórios indígenas faz parte do modo de vida dos povos indígenas. É muito comum ouvirmos, por exemplo, dos

Guarani Kaiowá, a expressão “sem *tekoha*, não há *teko*”¹, porque sem o *tekoha*, sem um território, não existe modo de vida, não há como garantir a sobrevivência física e cultural. Isso está muito engendrado entre o que são recursos naturais e o modo de vida dos povos indígenas. Não é apenas uma dependência física, mas também uma dependência cultural e espiritual. E o Direito e até mesmo as relações econômicas têm muita dificuldade de entender essa relação que os povos indígenas têm com os recursos que existem em seus territórios. Não é à toa que a Constituição de 1988, a atual Constituição, elencou como categoria e como dimensão da territorialidade indígena aspectos de proteção e de garantia dos meios de sobrevivência física e cultural dos povos indígenas e, nesse contexto, os recursos ambientais são fundamentais. Quando nós trazemos, de fato, essa tônica dos povos indígenas, não estamos apenas preocupados com sua sobrevivência física e cultural, mas também chamamos atenção para o papel fundamental que os territórios indígenas cumprem no equilíbrio da própria humanidade. Muitas pessoas falavam só em equilíbrio climático, ou apenas na questão do bem-estar da humanidade, mas, agora que estamos vivendo um contexto pandêmico, nós vemos também como é fundamental o próprio equilíbrio sanitário.

Esse é um recado para o qual os povos indígenas, há muito tempo, têm chamado a atenção, e há uma grande dificuldade do próprio Direito em entender essa outra dimensão. Para nós, povos indígenas, povos originários e demais comunidades tradicionais, os rios são, sim, sujeitos de direitos. Não só nessa dimensão física, mas também na sua dimensão espiritual. Para muitas comunidades indígenas, os rios são tidos, inclusive, como verdadeiros deuses, são provedores de diversos aspectos da vida social, e impactam diretamente aspectos da vida política e econômica, até nos regimes jurídicos que existem dentro das comunidades indígenas. É preciso que toda a sociedade brasileira esteja aberta a entender essa dimensão indígena no modo de se relacionar com o meio ambiente e também com os elementos que compõem o meio ambiente, dentre eles, o rio. Esse é um convite que os povos indígenas, há muito tempo, têm feito, e é cada vez mais necessário fazermos essa reflexão. Os desafios estão postos, não só no que tange ao avanço sobre os territórios tradicionais, mas, principalmente, em relação aos recursos hídricos e, cada vez mais, estamos vendo esses avanços por parte de interesses políticos e econômicos. É preciso que a sociedade, como um todo, esteja atenta a isso.

Queria chamar a atenção para a forma como os povos indígenas entendem esses outros sujeitos de direito, e para o entendimento de que esses sujeitos de direito têm, também, seus interesses jurídicos, que devem ser protegidos – e que, inclusive, não se confrontam com

1 Expressão que poderia ser traduzida por algo como “sem território, não há modo de vida”.

os interesses do meio ambiente, dos povos e comunidades tradicionais, mas são compatíveis. Aliás, os povos indígenas e comunidades tradicionais, com seus modos de vida e de se relacionar com o meio territorial, protegem esses elementos importantes e têm feito esse esforço pedagógico de chamar a atenção da sociedade para a necessidade de respeitar esses outros sujeitos de direito.

Recentemente, foi enviado ao Tribunal Penal Internacional um comunicado feito, inclusive, por lideranças indígenas de forma inédita. Um dos aspectos que nos chama a atenção nesse comunicado é essa questão do ecocídio – quer dizer, a necessidade de você, de forma categórica, reconhecer esses outros sujeitos de direito, dentre eles, o rio, e como, a partir do momento em que você os reconhece como sujeitos de direito e entende que eles são passíveis de serem lesionados, você chama a atenção para as responsabilidades dos agentes que estão afetando diretamente os interesses desses outros sujeitos, que são, em sua grande maioria, os rios, as matas, a fauna e os seres encantados que habitam esses locais. Quando os povos indígenas fazem a defesa dos seus territórios, estão chamando a atenção também para essas outras dimensões. É preciso, cada vez mais, que o ordenamento jurídico brasileiro esteja atento a essas outras dimensões mais do que sociais. Os povos indígenas têm feito essa defesa incessante, não só para a proteção da sua vida, mas para o bem-estar de toda a humanidade.

TATIANA RIBEIRO DE SOUZA: Esse tema importante entrou na agenda política da América Latina, sobretudo, com a Constituição do Equador e da Bolívia, além da Lei da Mãe-Terra, também da Bolívia, que reacendeu esse debate sobre o lugar que a natureza ocupa na nossa vida cotidiana e no nosso mundo.

Quando você me pergunta sobre o que pensam os rios, isso me remete à forma como nós nos relacionamos com a natureza, que reflete um modelo hegemônico de ver o mundo, o modelo de origem europeia que chegou a nós por meio da colonização. Estamos falando de uma colonialidade que nos faz nos relacionar com a natureza tratando-a como recurso (inclusive, nos referimos à natureza como uma fonte de recursos). Quando a nossa Constituição protege o meio ambiente, ela não protege a natureza de fato, protege para que o ser humano possa desfrutar dos recursos naturais na presente e nas futuras gerações. Essa é uma forma de ver o mundo que reflete o ser humano como o centro desse mundo, que tem uma tradição judaico-cristã como forte expressão da modernidade e do modelo econômico capitalista. Tratar a natureza como recurso e não como um ser vivo, como um lugar do qual nós fazemos parte – nós estamos integrados, conectados com a natureza – é reflexo desse antropocentrismo, que vai se refletir também na forma como o Direito trata a natureza e a considera como meio ambiente, à disposição do ser humano. Essa maneira de tratar a natureza coloca o ser humano no centro das atenções do Direito, em que quem

é tutelado e protegido é o ser humano, que tem o direito de explorar esses recursos. Quando a Constituição do Equador protege os direitos da natureza, o que temos de novidade é atribuir valor intrínseco à natureza, é considerar que ela também deve ter proteção.

O direito ambiental é considerado uma vertente dos direitos humanos, e isso fala muito sobre como pensamos a natureza. O direito ambiental protege o rio para que o ser humano possa desfrutar dele, mas pensar a natureza como sujeito de direito significa que o rio tem direito a viver por si próprio, tem direito à vida, direito à existência, direito de refletir e integrar as culturas que dependem dele. Isso é muito transformador e revolucionário para quem vive em uma cultura colonial, que considera a natureza como recurso. Então, quando você pergunta “o que pensam os rios?”, eu acho que essa também é uma forma de pensarmos que, para que o rio tenha direitos, ele precisa ser identificado como uma pessoa, precisa ganhar contornos humanos, como nós fizemos com as empresas tratando-as como pessoas – falamos que a empresa é uma pessoa de direito porque ela é titular de direitos, ela tem obrigações. Quando, porém, estamos falando da natureza e protegendo a natureza como sujeito de direitos, não necessariamente esses elementos da natureza precisam ser pensados como pessoa que pensa para poder existir – eles existem porque têm vida, existem porque estão integrados com a natureza de forma geral. Se organizarmos e sistematizarmos essa forma de ver o mundo, vamos fazer uma inversão nesses valores: não é o meio ambiente que faz parte dos direitos humanos, mas, na verdade, são os direitos humanos que fazem parte dos direitos da natureza, porque nós somos parte da natureza e não estamos separados dela.

Essa forma de ver o mundo é muito particular dos povos indígenas, e tem uma contribuição incrível dos povos andinos, dos povos originários que reivindicaram, por meio de uma Revolução Constitucional na América Latina, o reconhecimento das suas especificidades étnicas, que expressam outra forma de lidar com o mundo muito diferente do antropocentrismo e do modelo hegemônico colonial que marca a nossa existência capitalista e moderna, que é uma herança maldita que nós temos da modernidade europeia. Então, com isso, vimos destruindo a natureza e nos destruindo como seres humanos também, já que somos parte dessa natureza. Eu acho que fazer esse debate é uma oportunidade de repensarmos nossa existência, o nosso ser no mundo, o nosso estar no mundo, e qual é o nosso papel nesta grande vida, nesta grande Pachamama da qual nós fazemos parte.

PAULO TAVARES: A pergunta “o que pensam os rios?” é bastante provocativa, e eu vou começar por ela. Tem um livro de um colega chamado Eduardo Kohn, *Como as florestas pensam?* (2013), que para mim foi muito importante. Nesse livro, ele vai mostrar como existe um nível de pensamento no sistema ecológico de uma floresta.

Para mim, o importante naquele livro – e importante também para entendermos essa discussão dos direitos dos rios, dos direitos da natureza – é que, quando ele fala que as florestas pensam, o que ele está nos mostrando não é que as florestas pensam como nós, seres humanos, com uma racionalidade que se concentra em nossa alma separada do nosso corpo, e que estaríamos reproduzindo, digamos, um sujeito cartesiano para os elementos não humanos. O que ele está oferecendo para nós é outra imagem do pensamento: se o rio pensa, ele nos oferece outra possibilidade de pensar e, por consequência, talvez, outra filosofia política. Eu acho que isso tem muito a ver com o que a Tatiana falou, porque, se considerarmos que o rio pensa, ele então nos oferece uma maneira de pensar que é radicalmente diferente dos paradigmas modernos, ocidentais e coloniais, através dos quais nós nos acostumamos a pensar, não apenas a natureza, mas a nós, humanos.

Essa outra imagem do pensamento representa também outra imagem da filosofia e da política, porque é uma imagem na qual esse *antropos*, esse homem considerado o grande personagem da história, é totalmente descentralizado para pensarmos uma arena política muito mais horizontal, em que nós convivemos com uma série de seres cuja humanidade é efetiva, mas não pode ser estabelecida nos moldes da nossa humanidade (como foi concebida pelo aparato moderno-colonial, que, na verdade, é um tipo de humanidade que é, por definição, excludente). E o primeiro elemento que ela exclui dessa humanidade é a natureza e, com a natureza, todos aqueles povos que eram considerados “primitivos” ou “selvagens”, que não caberiam nessa humanidade. Assim, a grande história dos direitos humanos, que é uma grande história do Ocidente colonial, é uma espécie de ampliação, digamos assim, dessa arena da humanidade – e eles concedem, de certo modo e em certa medida, que aquelas pessoas poderiam adentrar essa arena do humano, mas nunca estando tão civilizados como aqueles que se guardam o direito de dizer o que é humano e o que não é.

Quando dizemos que os rios têm *personitude*, que as florestas e todos esses entes não humanos com os quais convivemos são seres vivos, entendemos que, como seres vivos, devem ter seus direitos garantidos e protegidos. Acho que, nisso, tem uma definição importante, porque os direitos da natureza são muitas vezes interpretados como essa ideia de atribuir certa *personitude* como nos moldes dos humanos, tal como o Ocidente moderno colonial concebeu. É por isso que nas discussões de direitos da natureza – e vocês me corrijam se eu estiver errado – é muito mais natural que você atribua certa *personitude* jurídica para um animal mais próximo dos humanos numa escala de evolução ecológica (por exemplo, os orangotangos ou outras variedades de macacos e símios). Temos diferentes casos no mundo em que existe essa intenção de dizer: “Olha, na verdade, eles são seres vivos sencientes, eles sentem dor, eles têm sentimentos, eles são muito

próximos de nós, humanos. Então, de alguma maneira, esses direitos também deveriam ser estendidos a eles”. O que essa filosofia política do pensamento do rio (que também é o pensamento dos povos) traz é romper radicalmente com a ideia de humanismo e de humanidade que foi forjada pelo aparato ocidental moderno e colonial, tratando de uma espécie de interseccionalidade nessa concepção do que é humano de maneira radical que nos aponta, talvez, para o único futuro possível de conceber a vida em conjunto no planeta.

Quem fala em nome desses direitos, uma vez que eles são reconhecidos? Aqui, eu fico muito contente de estar com dois especialistas e ativistas no Direito, área na qual eu me inspiro e busco aprender muito, porque tem relação com uma palavra que eu uso bastante no meu trabalho, que é “advocacia”. Se reconhecemos os direitos desses elementos, é preciso exercer então uma advocacia em prol desses direitos. Então, quem fala em nome dos rios? Quem pode exercer essa advocacia? Acho que ela está relacionada aos especialistas, àquelas pessoas que estudam e manejam a lei, pessoas que estão envolvidas com o aparato institucional do Direito, mas ela também vai além, transcendendo os especialistas e os letrados nos códigos e nos espaços da lei. Essa forma de advocacia se refere a todos aqueles que estabelecem uma relação com o rio, e entendo que todos aqueles que têm uma relação com aquele elemento devem ter o direito e a potencialidade de exercer e de falar em nome dos entes dos quais eles cuidam, e com os quais eles têm uma relação.

O problema é que, da maneira como o Direito, como o conhecemos, está estabelecido, essa relação só é reconhecida por uma relação de propriedade e de apropriação daquele tão chamado recurso natural. E eu acho que a questão dos direitos da natureza, dos direitos dos rios, desse convite que Eloy chamou de esforço pedagógico em relação à sociedade ocidental, da branquitude, do pensamento ocidental colonial, é reconhecer que essa relacionalidade vai muito além de uma questão de propriedade. E, como o Eloy colocou, reconhecer que os povos indígenas estão na vanguarda dessa luta pela vida, entendendo a natureza como algo além do que nós conhecemos por natureza e por meio ambiente (que são definições também tradicionalmente modernas e coloniais) e que vão escapar dos códigos e dos regimes de conhecimento dos direitos tal como conhecidos ou concebidos no modelo que eu estou chamando aqui de ocidental-moderno. Eu acho que nesse sentido é que temos os pensamentos dos povos, dos seres-rios, dos seres-florestas como aqueles capazes de abrir uma possibilidade de reconfigurarmos nossa comunidade política, repensarmos quem faz parte dela e, portanto, quem tem direito a ela e quem deve ter voz para reclamar esses direitos.

WELLINGTON CANÇADO: Temos muitas questões que nos dão uma amostragem da complexidade, da potência e de quão fascinante é este

debate. Estamos pensando os rios como uma espécie de mote para pensar também todos os outros não humanos como sujeitos de direito. Eloy, em 2020, pela primeira vez em 520 anos deste território que chamamos de Brasil, uma ação indígena com um advogado indígena se faria presente no STF e, em sua histórica fala de 12 minutos, você disse, entre tantas outras coisas fundamentais e incríveis, o seguinte: “Durante muitos séculos, essa qualidade de sujeito ativo de direito nos foi negada. Ainda no período colonial pairava a dúvida se os índios seriam seres humanos, se tinham alma – foi preciso uma bula papal para reconhecer a humanidade dos índios. Depois, instrumentalizou-se a tutela legal na qual os índios não podiam falar por si mesmos, sempre tinham que pedir licença para os *puxará*, ou seja, os não indígenas, os brancos. Foi somente com a Constituição de 1988 que os índios, suas comunidades e organizações, tiveram reconhecido o direito de estar em juízo defendendo seus interesses”.

A partir desse pequeno trecho da sua exposição no STF, trago uma questão para você, para ampliarmos o debate: enquanto estamos discutindo os rios como sujeitos de direitos, os direitos indígenas estão sob ataque sem precedentes desde a carta de 1988 (como estão também os direitos ambientais, os direitos humanos e vários outros direitos possíveis). No seu ponto de vista, como seria pensar os direitos da natureza no Brasil atual diante dessa urgência e dessa emergência de não só garantir os direitos já conquistados na Constituição de 1988, mas de ampliá-los? E quais implicações constitucionais ou possibilidades jurídicas você vê para a ampliação dos direitos indígenas e para os direitos ambientais trazidos por esse paradigma do novo constitucionalismo latino-americano? Dito de outro modo, como você vê e quais são as possibilidades constitucionais e jurídicas que se dão na ampliação dos direitos indígenas e, também, ambientais a partir dessa discussão dos direitos da natureza?

ELOY TERENA: Eu agradeço pela lembrança dessa ação histórica que os povos indígenas levaram, em 2020, ao Supremo Tribunal Federal. Diante das falas que meus colegas trouxeram, considero fundamental esse aspecto da advocacia, que foi tratado aqui pelo Paulo, e também essa visão crítica do próprio Direito. Isso é fundamental, porque na medida em que nós, a partir das nossas iniciativas e incidências, estamos nos confrontando com um Direito que é imposto sobre vários aspectos, ao mesmo tempo que nos esforçamos por fazer com que esse Direito reconheça a proteção a esses outros sujeitos, é uma via de mão dupla e que acaba, na verdade, exigindo mais daqueles que se dispõem a refletir e defender esses direitos (e, dentre eles, os direitos da natureza). A primeira reflexão que eu chamo aqui é a ação

histórica da APIB² que você lembrou. Na verdade, o que estávamos fazendo ali, naquele momento, era defender esse direito de falar por si só e, também, de defender o direito de não ser exterminado, diante do contexto em que nós estamos vivendo, de uma política higienista extremamente nociva aos povos indígenas.

Isso é um fato que está posto e, para poder exercer a palavra, seria preciso superar todos os outros entraves jurídicos e processuais. Primeiro, porque os povos indígenas não tinham, até aquele momento, reconhecido o direito de atuar no âmbito da jurisdição constitucional, e esse era o primeiro aspecto. O segundo era, justamente, fazer uma análise sobre essa superação, de elencar os povos indígenas como sujeitos plenos de direitos. Nesse contexto, o aspecto que foi trazido aqui pela professora Tatiana é fundamental, a questão do colonialismo ainda está muito presente. Superar essas categorias e essa relação do Estado com os povos originários é uma questão fundamental e, transportando essa discussão para o âmbito do direito da natureza, é fundamental termos, de fato, essa superação da relação colonial, dessa relação autoritária, dessa relação mercantil que foi também suscitada aqui. E esse é um recado que os povos indígenas têm dado.

A outra questão é: como pensar possibilidades jurídicas que contemplem os direitos dos povos indígenas e os direitos da natureza? Para nós, não existe esse conflito, já que há uma compatibilidade entre os direitos dos povos indígenas e os direitos da natureza – ou, também, sobre o rótulo “direito ambiental”, porque nesse aspecto, os povos têm uma relação diferente com o meio em que nós vivemos.

Quando chamamos a atenção para a situação de urgência que estão vivendo os territórios indígenas, nós estamos acionando isso politicamente, percebemos que muitas pessoas são contrárias aos direitos dos povos indígenas. Nós chamamos a atenção justamente por causa disso: “Por que você é contrário, por exemplo, à demarcação das terras indígenas?”. E, aí, nós temos vários argumentos: “Olha, aquela terra indígena não é bem indígena, é bem público federal”. Nós falamos: “Aquela terra que nós estamos cuidando ali, além de ser um patrimônio público, é um patrimônio humanitário” – patrimônio não nesse sentido que nós já estamos pensando, mas usando a categoria jurídica mesmo. Ali, nós temos os povos indígenas como verdadeiros guardiões da natureza, protegendo um espaço vital não só para os povos indígenas, mas também para toda a humanidade.

Nós estamos acionando um discurso político na tentativa de fazer com que as pessoas entendam que proteger esses territórios é

2 A Articulação dos Povos Indígenas no Brasil (APIB) é uma associação nacional de entidades que representam os povos indígenas do Brasil. Criada em 2005, durante o Acampamento Terra Livre, a associação tem como objetivos fortalecer as organizações indígenas no país; unificar as pautas, demandas e lutas dos movimentos indígenas; e mobilizar os povos contra ameaças e agressões.

não só proteger os povos indígenas, mas também fazer um serviço para toda a humanidade. Temos feito esse esforço de levantar essas outras dimensões da luta indígena, mas, sem dúvida, essa pergunta que você faz sobre a possibilidade jurídica é superatual. Isso porque, nos próximos dias, o Supremo Tribunal Federal irá iniciar o julgamento de uma importante ação, um recurso extraordinário que tem repercussão geral reconhecida, ou seja, vai afetar todas as terras indígenas do Brasil. E o Supremo vai ter que dizer qual é o regime jurídico aplicado às terras indígenas?

De um lado, está a tese defendida pela comunidade indígena de que são direitos originários, e, de outro lado, há uma interpretação restritiva, que é a tese jurídica do marco temporal que só reconhece o direito dos povos indígenas nas terras que eles estivessem ocupando no dia cinco de outubro de 1988, a data da promulgação da Constituição. O que se está discutindo ali não é apenas o direito à habitação permanente dos povos indígenas. O que está em jogo também são os direitos da natureza, tendo em vista essa dimensão indígena de se relacionar com a Mãe Terra, como já dizia a Sônia Guajajara. Não à toa, em muitas culturas e muitos povos, a terra é vista como essa figura central, essa figura materna, provedora de tudo e explicativa de todo o nosso modo próprio de ver e entender o mundo.

Nossas possibilidades são essas. Eu acredito que o texto constitucional de 1988 em relação aos direitos dos povos indígenas trouxe uma proteção especial aos territórios indígenas e, nessa mesma sistemática, dando também uma proteção especial ao meio ambiente. A Constituição brasileira é mais aquém em relação às outras constituições latino-americanas que vieram depois, mas, naquele momento histórico em que se estava redigindo o texto constitucional de 1988, existia muito esse debate em torno de garantir os povos indígenas como sujeitos plenos de direito (até 1988, os povos indígenas eram tutelados juridicamente e não podiam, sequer, exercer o seu direito de falar, de se representar por si só). Eu acredito que nós temos ainda um longo caminho, sim, na proteção desses direitos e, sem dúvida, esse espaço de discussão que nós estamos fazendo aqui hoje faz parte dessa construção coletiva que nós temos na questão de sempre reafirmar direitos que são historicamente vilipendiados.

WELLINGTON CANÇADO: Tatiana, vou trazer a discussão para a questão das águas, com a qual você tem se envolvido há muito tempo, pensando e agindo sobre elas e lutando por elas; e também esse movimento do novo constitucionalismo latino-americano. O Paulo esteve no Equador acompanhando o processo da primeira constituição a reconhecer a natureza como sujeito de direitos, que desencadeia o reconhecimento desse direito em vários outros estados. No próprio Equador, em 2010, dois anos depois da promulgação da Constituição, houve uma ação constitucional que resultaria no reconhecimento

judicial do rio Vilcabamba como sujeito de direitos. Em 2016, na Colômbia, uma ação reconheceria a bacia hidrográfica do rio Atrato e seus afluentes como sujeitos de direitos, sendo que, em 2018, em outra ação contra o governo colombiano, a corte Colombiana também reconheceria a Amazônia como sujeito de direitos. A Constituição do Equador, além de ser o disparador desses processos, seria também um marco no que diz respeito à água, correlacionando-a com os direitos humanos e com os direitos da natureza. A água é entendida, então, como um ser vivo que permite a continuidade da vida, e também como um bem comum, sendo uma das maiores conquistas do chamado novo constitucionalismo latino-americano.

No Brasil, temos duas tentativas recentes e exemplares de incorporação dos direitos da natureza em processos envolvendo os rios: a ação civil pública do Ministério Público Federal do Pará contra a hidrelétrica de Belo Monte, conhecida como direito da natureza à Volta Grande do Xingu como sujeito de direito, julgada improcedente em 2014; e a ação representada mais recentemente, em 2017, pela Associação Pachamama, na qual a bacia hidrográfica do rio Doce é apresentada como sujeito de direito. É uma ação, inclusive, linda de se ler, escrita em primeira pessoa e que começa com “Sou uma bacia hidrográfica...” e traz logo, no seu texto, a questão “sou eu sujeito de direitos? Sou eu, a bacia do rio Doce, sujeito de direitos?”, para, logo em seguida, já responder: o novo constitucionalismo latino-americano, que reconhece os direitos da natureza, diz que sim. No entanto, a ação foi também indeferida em 2018, sob o argumento de que o ordenamento jurídico pátrio não conferiu aos animais, florestas, plantas, rios e mares os atributos da personalidade e, por conseguinte, a bacia hidrográfica do rio Doce não possui personalidade jurídica ou judiciária que lhe permita requerer tutela jurídica. Então eu lhe pergunto: quais são, no seu entender, os reais empecilhos para um pluralismo jurídico no Brasil, no qual os rios ou a natureza sejam considerados definitivamente sujeitos de direitos?

TATIANA RIBEIRO DE SOUZA: Bom, vou chegar a essa questão que você coloca agora, mas vou tentar fazer algumas pontuações em relação a questões que surgiram desde a fala do Paulo. Eu gostei muito de ouvir, Paulo, quando você fala sobre a outra imagem do pensamento, porque, quando voltamos à primeira questão, “o que pensam os rios?”, ficamos muito presos à noção de pensamento dentro de uma racionalidade moderna e antropocêntrica. Quando você fala que os rios podem pensar, se tivermos outra imagem sobre o que é o pensamento, isso me retoma a ideia de como é importante ter, além de pensamentos alternativos, alternativas de pensamento. Eu achei fantástico isso, e vou levar deste encontro essa reflexão para poder amadurecer.

Uma questão que sempre vem à tona quando discutimos o direito da natureza é: “Então, uma barata tem o mesmo valor que um

ser humano? Então, um passarinho tem o mesmo valor que um ser humano?”, e essas questões são próprias de uma racionalidade que não é a da natureza, mas construída social, cultural e historicamente, e que trabalha com a noção de hierarquia, que não é a lógica da natureza – a natureza não tem funcionamento hierárquico, ela tem o funcionamento harmônico. Colocar, então, esses empecilhos para discutir os direitos da natureza, ou pensar a natureza como tendo valor intrínseco à existência de seres vivos mais importantes do que outros seres vivos, é a manutenção de um aprisionamento do pensamento a uma racionalidade que não é própria do funcionamento da natureza.

Outra questão que me ocorreu pela fala do Paulo é quando ele pergunta: “quem pode falar pelos rios?”. Eu fiquei pensando: se você precisasse de alguém para representá-lo em alguma questão decisiva, mas você não pode estar pessoalmente, quem você vai mandar representá-lo? Eu acho que vamos mandar a pessoa que mais nos conhece, porque é quem tem a maior chance de acertar nas escolhas que faríamos pessoalmente. Então, quando eu penso sobre quem pode falar pelos rios, eu definitivamente não estou falando do Ministério Público, não estou falando da Defensoria Pública ou de qualquer órgão que tenha um poder de representação determinado pela lei, mas essa escuta do rio tem que ser feita pelos amigos do rio, por quem conhece o rio, pelas pessoas que vivem em harmonia com o rio. Acho que os ribeirinhos, os pescadores, os indígenas, os povos tradicionais são as pessoas que são mais amigas dos rios e os conhecem melhor, e, portanto, poderiam falar melhor por eles.

Em relação às questões trazidas pelo Eloy, vejo um ponto muito importante: você destacou o fato de os povos indígenas terem sido tutelados historicamente, e reivindicarem essa alteridade que é própria da pluralidade de formas de existir que marca tanto os povos indígenas (que, inclusive, são tratados como se fossem uma coisa só, como se existisse uma única forma de ser indígena, escondendo também a pluralidade que existe entre os povos indígenas). Quando você fala isso, remete ao período anterior à Constituição de 1988, em que os povos indígenas traziam muito essa perspectiva da tutela para os não indígenas. Isso é muito próprio da ideia de colonialidade, do pensamento moderno, porque essa é uma racionalidade binária que é uma herança do pensamento Colonial europeu, de que todas as coisas funcionam numa lógica de oposições binárias. Pensamos e raciocinamos dessa forma, em termos de dia e noite, de claro e escuro, de bom e ruim, de pobre e rico. Isso vai repercutir também nas questões humanas, como nas questões de gênero, “homem e mulher”, como se o gênero ou a sexualidade fossem reduzidos a essa ordem binária. Da mesma forma, as culturas são reduzidas também a uma ordem binária: a do selvagem e do civilizado. É essa lógica binária que nos aprisiona e nos impede de avançar em termos de proteção, tanto da natureza como do ser humano que faz parte da natureza. Eu acho

que esse é um grande empecilho. E aqui, já passando para a última questão, é um empecilho para que esses direitos sejam protegidos no Brasil. A pergunta que você me fez diretamente está relacionada com a pergunta anterior que foi para o Eloy: “como pensar os direitos da natureza no Brasil atual, sobretudo quando estamos vivendo uma fase de retrocesso?”, e aí eu vou para o Dom Quixote: “Se os cães ladram é porque estamos avançando”. Temos avanços recentes importantes que causaram muito desconforto e uma reação dos conservadores, e acho que isso explica em grande medida a força com que os conservadores têm avançado sobre essas conquistas.

Isso faz com que eu também tenha que refletir aqui sobre como é difícil trabalhar na defesa dos Direitos Humanos, trabalhar na defesa das pessoas subalternizadas e defender a diversidade quando passamos por um processo de sucessivas derrotas, derrota no Judiciário, derrota quando a sociedade reverbera outra forma de pensar que é excludente, que é conservadora. E o que me dá força para continuar lutando e resistir é pensar que podemos não estar do lado que ganha sempre, mas estamos do lado certo, o lado que defende a vida, o lado que defende a diversidade e a pluralidade. Nesse sentido, retomando ainda a pergunta que foi feita para o Eloy de como pensar os direitos da natureza no Brasil atual, eu acho que é o que temos feito: é luta contra o retrocesso, é resistência contra os avanços conservadores, que fazem parte deste momento muito particular – embora eu acredite que esta fase não vá prevalecer. Nós não estamos em tempos para ser otimistas, mas tampouco temos condições, também, de ser pessimistas.

Retomando os grandes avanços em termos de decisões judiciais importantes como a do rio Vilcabamba, no Equador, eu tive a felicidade de estar lá em 2008, quando a Constituição foi promulgada, e vivi uma cena muito curiosa. Havia muitos indígenas reunidos na praça central de Quito, e um deles falava alguma coisa, cercado de pessoas. Vi que ele estava declamando a Declaração Universal dos Direitos Humanos. Aquilo ali representava uma forma de encontro de culturas, já que a Declaração Universal dos Direitos Humanos faz parte de uma perspectiva universalista do pensamento europeu e, no entanto, encontra na voz de um indígena a possibilidade de acolhimento daqueles ideais, desde que sua perspectiva de mundo e seu modo de vida também encontrassem acolhimento nesse outro que se considera ‘universal’. Essa foi uma cena que me marcou bastante, e não foi apenas uma leitura, ele estava declamando poeticamente a Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Para concluir, os empecilhos para que aqui no Brasil avancemos em termos de reconhecimento da natureza como sujeito de direitos estão ligados ao modo como nosso pensamento ainda se prende ao sistema jurídico hegemônico. A Constituição fala, no artigo 225, que todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado.

Essa palavra “todos” precisa ser ressignificada, porque a Constituição sequer fala “todos os seres humanos”, ela fala “todos”. Por que não “todos os seres vivos” têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado? Por que o rio também não pode ter direito a um ambiente ecologicamente equilibrado para sua existência? As primeiras constituições modernas, quando se referiam aos direitos individuais (que eram os únicos garantidos naquela ocasião), se referiam a um direito que era de todos, mas esse ‘todos’ era pensando particularmente na Constituição dos Estados Unidos depois da Independência, em 1776. Tem-se ali, na sequência da Independência dos Estados Unidos, a elaboração de uma constituição que considerava que todos eram iguais e livres em direito, mas “todos”, naquele momento, eram todos os homens, não as mulheres. Todos os homens proprietários, porque os não proprietários tampouco tinham proteção do Direito, e todos homens brancos. Então, os titulares de direito eram os homens brancos proprietários. Essa palavra não precisou ser trocada na Constituição norte-americana para que, com o tempo, esse “todos” incluísse as mulheres, os homens não proprietários, as mulheres não proprietárias, os negros, os indígenas. Essa ressignificação da proteção é um processo que também é educativo, que leva certo tempo, mas acredito que estamos nesse caminho, principalmente por colocarmos na agenda política o debate sobre a proteção da natureza por seu valor intrínseco, e não pelo interesse sobre a natureza como uso e para uso pelo ser humano. Esses empecilhos vão sendo superados, isso é uma questão de tempo, mas estamos no caminho de aprender com os povos que já praticam essa proteção da natureza, entendendo que nós fazemos parte dela.

WELLINGTON CANÇADO: Nesta semana andei lendo muitas coisas sobre isso, e fiquei aqui pensando: o Paulo trouxe aqui a questão da interseccionalidade, o que me faz refletir sobre como não só os povos indígenas, mas também todas as outras questões, outros movimentos e insurgências LGBTQIA+ poderiam contaminar (ou, de certa forma, estão também contaminando) essa ideia do “todos”. Lendo sobre isso, fiquei imaginando que algum dia vamos ter esse artigo modificado para “todos, todas e todes”. De uma perspectiva ambiental, a questão da interseccionalidade faz totalmente sentido, na medida em que o debate climático e o debate do Antropoceno planetário também são atravessados por todas essas forças.

Eu vou exercer aqui a minha “autoridade” (essa palavra é uma brincadeira, claro), para fechar esse ciclo trazendo uma questão para o Paulo, que leva a discussão para outro lugar, que é a questão do território, da arquitetura, do projeto. Paulo, tanto o Direito, mas também a Arquitetura, pensada aqui menos como edifícios isolados e mais como um produto espacial de uma lógica de ocupação moderna e colonial, estão fortemente sustentados como disciplinas por seu caráter antropocêntrico fundante (e hoje poderíamos dizer

antropocênico também, no contexto do Antropoceno). Se os direitos da natureza, como paradigma de matriz indígena e de comunalidade ancestral, rompem com as noções de modernidade e colonialidade, tais como o antropocentrismo e a natureza como objeto, de certa forma poderíamos dizer que esses direitos são uma expansão necessária, mesmo que ainda dentro de uma matriz moderna e, portanto, naturalista, ou seja, que pressupõe a existência da natureza como categoria ontológica – o que, sabemos, é inexistente para praticamente todos os povos indígenas ou todos os povos ameríndios, sem dizer outros povos quilombolas que lidam com essa relação com a natureza em que esse termo propriamente nem mesmo existe em seu léxico, em seu vocabulário. No entanto, tanto as próprias concepções indígenas de pensar o mundo e habitar os territórios quanto os dilemas ambientais e climáticos na escala planetária nos exigem uma expansão da própria ideia de humanidade e, por conseguinte, uma expansão da ideia do Direito e também da Arquitetura. Você tem pensado e escrito sobre como as violações dos direitos humanos e a destruição ambiental estão diretamente correlacionados, e também atuado diretamente junto aos povos indígenas Xavante e vários outros, empregando estratégias forenses e análises visuais e cartográficas para permitir reparação histórica dos processos de despossessão e extermínio operados pelo Estado brasileiro.

A minha questão é: como você pensa essa noção de reparação a partir da ampliação dos direitos humanos para o direito da natureza? E acho que, aqui, reparação e restauração são duas questões muito importantes neste debate do direito da natureza, não é? E uma segunda questão, para complexificar um pouco: quais são os desdobramentos práticos que você vê no campo da Arquitetura ou do Planejamento em geral, uma vez que os territórios e os rios sejam os sujeitos e não os objetos dos projetos?

PAULO TAVARES: De alguma maneira, nessa construção de conhecimento do pensamento ocidental, houve sempre uma racionalidade de que a natureza é algo para ser dominado, conquistado, domesticado. A Arquitetura e o Planejamento são formulados como um sistema de conhecimento humano cujo objetivo é domesticar esses elementos e – pensando com Michel Foucault – disciplinar os corpos humanos. Eles surgem em uma relação intrínseca com o domesticar, com o controlar e com o colonizar os espaços do natural, da natureza. O mito da fundação de Roma diz que ela foi criada no meio de uma floresta, em uma clareira. Assim é a história: a floresta foi limpa, e a clareira resultante é o que institui o espaço do cívico, institui o espaço da cidade. Tudo o que estava além daquela clareira, ou seja, tudo que era floresta, era o espaço do não cívico, era o espaço fora da *res publica*. Então, a arquitetura desempenha uma função material de controle do território, mas ela também atua como um

sistema de pensamento que organiza a nossa relação com o mundo, justamente porque conforma um sistema de mediações de relações com o ambiente, a natureza – esse mundo outro. Isso está muito relacionado, principalmente no Brasil, a uma própria definição de nacionalidade. A nossa ideia de construção nacional estaria intrinsecamente relacionada a uma colonização e uma domesticação do território e da natureza tropical, e nossa possibilidade civilizatória estaria intrinsecamente associada ao gesto moderno de colonização, do qual a arquitetura faz parte como vetor ideológico e instrumental.

Quais possibilidades isso abre? Considerar a natureza e incorporar a filosofia política dos povos indígenas, fazendo esse gesto pedagógico (vou utilizar de novo o termo do Eloy), significaria problematizarmos o papel da arquitetura como esse sistema de conhecimento em relação a esse outro, que é a natureza; e também abriria a possibilidade de imaginar como desenvolver, utilizando ou subvertendo a própria racionalidade presente na disciplina para outros fins que não sejam baseados em conceitos de modernização, civilização e progresso, constructos ideológicos que legitimam os processos de colonização das terras que são, muitas vezes, violentos e destruidores. Toda a história de como o planejamento e como a arquitetura foram instrumentalizados pelo regime militar está associada muito intimamente a certas ideias de modernização, de progresso, de civilização que vão ser, digamos, materializadas, imaginadas através do planejamento e da arquitetura. Imaginar essas outras arquiteturas seria imaginar tanto construções como outros tipos de construções – voltando ao caso sobre Belo Monte que você citou, será que a nossa maneira de responder arquitetonicamente não seria através de uma construção que é uma desconstrução de Belo Monte? É sobre pensarmos o que seria a retirada das barragens em um rio que foi barrado, e entender esse gesto como um processo de reparação. Como o arquiteto ou o engenheiro – aquele que desenha a paisagem – está envolvido nesse processo de restauro e de reparação? Isso pressupõe um processo construtivo que pode, muitas vezes, estar relacionado a uma destruição ou a uma desconstrução desse legado colonial e modernista que sempre pensou a natureza como um objeto a ser apropriado, a ser explorado.

Nos casos de advocacia com violações de direitos territoriais e direitos humanos dos povos, sempre enfrentamos muito a questão da reparação. Então, o que seria uma reparação para aqueles direitos que foram violados pelo Estado? Muitas vezes, o que encontramos é uma reparação que está relacionada às comunidades humanas, mas existe uma reparação fundamental ligada ao meio ambiente. Se pudessemos citar um caso emblemático, seria o caso dos Xavante de Marãiwatsédé, uma região em que eu trabalhei muito. Eles foram removidos das suas terras forçosamente pelo Estado brasileiro e, ao mesmo tempo, suas terras foram degradadas, desmatadas, a caça se exauriu, as árvores foram cortadas, o Cerrado e a Mata Amazônica

foram completamente dizimados nessa região. O que vemos aqui é que a violação de direitos tem uma relação que poderíamos chamar de interseccional ou confluyente, que é uma violência contra a terra e uma violência contra os povos, justamente porque, do ponto de vista do Estado, esses povos eram vistos como inimigos pelo relacionamento que eles têm com a terra. E esse relacionamento, esse modo de relação, como o Eloy sempre traz, é considerado algo que era uma barreira, um impedimento para o desenvolvimento nacional, então, o que se precisava eliminar não eram somente os povos, mas a relação dos povos com a terra e, nesse sentido, havia uma violência diretamente relacionada à terra. Em um processo de reparação, entendemos, então, que a reparação ambiental está articulada com a reparação dos direitos da comunidade, ou seja, podemos pensar nisso de maneira interseccional ou confluyente.

A mesma coisa vale para pensarmos o Antropoceno, o aquecimento global ou a crise climática atual. Durante muito tempo essa discussão esteve relacionada a uma espécie de resposta que vai vir dentro dos sistemas tecnológicos que conhecemos, mas temos que desenvolver novos sistemas legislativos, novos sistemas de governança, novos sistemas mercadológicos ou novas tecnologias para remediar o clima. E eu acho que temos que pensar essa reparação climática em relação a certos momentos de reparação histórica, porque ela está ligada ao capitalismo racializado, às diferentes formas de exclusão e de desigualdade que foram geradas ao longo desse processo. Então, se não olharmos para as histórias de violência da modernidade colonial, se não olharmos para esse aspecto histórico da violência da modernidade colonial, não vamos conseguir reparar o clima. De certa maneira, é preciso situar a crise ambiental e o Antropoceno dentro de uma longa história do capitalismo racializado, do colonialismo, da modernidade. Essas coisas estão muito alinhadas, e o Eloy falou um pouco sobre isso: “nós estamos tentando pensar possibilidades que conciliam, que compatibilizam, do ponto de vista de uma estratégia jurídica, os direitos dos povos e os direitos da natureza”, ou seja, como é que nós vamos pensar e relacionar essas duas coisas?

Eu vou voltar à ideia do “todos”, que achei linda. Precisamos olhar a luta dos povos, porque se olharmos a luta dos ribeirinhos, dos quilombolas, dos seringueiros, essas coisas sempre estiveram articuladas. Eu costumo falar que o Chico Mendes ficou conhecido como ambientalista, apesar de ser um dirigente trabalhador. Ele estava pensando a proteção da floresta na medida em que a floresta era, ao mesmo tempo, a possibilidade de você se reunir politicamente. Porque a ditadura não estava somente causando a destruição da floresta, mas estava implantando um estado de exceção (como o que vivemos atualmente) que degrada os direitos tais como estabelecidos pela Constituinte, além de atacar a natureza, e essas coisas caminham juntas – porque se você fortalece certos direitos civis, isso está

relacionado, de alguma maneira, com a Proteção Ambiental. Dentro dessas estratégias interseccionais ou de confluências, pensar quem é esse “todos” me parece essencial. É muito interessante, porque talvez não estejamos apenas atribuindo direitos à natureza, mas repensando quem é o “nós”, quem é o coletivo político, quem é a pólis, quem é a comunidade jurídico-política que faz os nossos sistemas democráticos. Nesse sentido, se olharmos para a história dos Direitos Humanos tal como concebidos pelo humanismo, pelo ocidentalismo europeu, veremos que ela é sempre uma história de ampliação da arena de direitos. É como se víssemos essa arena da humanidade gradativamente se expandindo, podendo incorporar até os seres não humanos. Quando os povos estão pensando e falando da natureza como sujeito, a própria arena sobre a qual estamos conversando muda completamente. Não é que continuamos dentro do mesmo sistema e ele só se amplia, mas o próprio sistema tem que se transformar, o nosso próprio entendimento, as nossas categorias de pensamento, nossas categorias jurídicas e as nossas categorias de imaginação. A bula papal que permitiu que os indígenas fossem considerados sujeitos de direito foi “a mesma” que, por exclusão, considerou que todos aqueles povos negros poderiam ser tratados como escravos porque não faziam parte desse sistema de humanidade. Então, tem sempre essa dualidade e eu acho que, com os direitos da natureza, isso pode ser um caso possível, mas a questão é que ele é uma ferramenta, um instrumento, uma estratégia que pode ser incorporada dentro das nossas lutas e, de alguma maneira, uma espécie de radicalização de uma proposta universalista – um universalismo no qual cabem todos os povos e todas as diferenças de todos esses povos, de todos e todes. Acho que a estratégia de pensar esse “todos” na Constituinte brasileira seria uma grande direção política para agirmos nesse sentido.

TATIANA RIBEIRO DE SOUZA: Temos tratado de questões que estão conectadas e que são igualmente importantes. As constituições mais recentes na América Latina já incorporam no texto sempre a flexão de gênero para também tratar do gênero feminino. Então, dizem “cidadãos e cidadãs”, sempre se referindo a essa dualidade – um avanço no sentido de entender que a linguagem carrega um reflexo do patriarcado. Essa interseccionalidade me lembra muito a forma como uma professora que tive no doutorado (a professora Lusía Ribeiro Pereira, que era uma especialista em Walter Benjamin, uma marxista, uma mulher negra incrível, uma lutadora e que já faleceu, mas que deixou marcas da sua pedagogia) dizia que cada pedaço que compartimentamos para poder analisar é um mundo todo. Ela usava muito a figura do bolo, falando que depois que você faz um bolo, que você mistura os ingredientes, qualquer pedaço do bolo é um bolo inteiro. Essa metáfora do bolo é muito cara para mim, porque, quando tratamos das questões da natureza,

das questões dos povos indígenas, das questões de gênero, dentro de cada questão dessa estão todas as questões.

Ao trabalhar, por exemplo, com as pessoas atingidas pelo rompimento da barragem de Fundão, as pessoas atingidas pelo rompimento da barragem de Brumadinho, ou as pessoas atingidas pela mineração de maneira geral, vemos que cada caso é um caso que traz todas as questões, porque as questões de raça estão ali presentes (os danos recaem de forma diferenciada sobre as mulheres, sobre o povo preto, sobre as crianças, sobre as pessoas com deficiência), os problemas no sistema jurisdicional, a falta de articulação entre os órgãos do sistema de Justiça, a falibilidade do Poder Judiciário, tudo isso está presente. Então, cada caso é um caso inteiro com todos os problemas, é um pedaço do bolo e é, ao mesmo tempo, o bolo inteiro. E pegando essa questão das pessoas atingidas por rompimento de barragem, que é com quem eu tenho trabalhado mais diretamente, temos insistido e lutado pelo reconhecimento de uma concepção de reparação que tem várias dimensões – e a reparação, que foi o tema aqui abordado pelo Paulo, é um dever em consequência da ocorrência de um dano. Quando esse dano ocorre, nem sempre conseguimos restituir as condições originárias e, quando estamos tratando da natureza, isso é ainda mais grave, porque não tem como retornarmos ao estado anterior quando há degradação ambiental.

A Constituição do Equador fala em restituição dos ciclos vitais. A natureza tem direito ao ciclo vital, então, quando existe algum tipo de dano à natureza, devem ser tomadas todas as medidas existentes possíveis para que o ciclo vital seja reconstituído. E quando falamos de reparação às pessoas que sofreram danos, temos tratado de várias dimensões da reparação – reparação implica restituir o que é restituível, indenizar o que não é restituível, mitigar, compensar e, também, cuidar da satisfação das vítimas, para que elas se sintam satisfeitas. Não basta pagar um dinheiro por um dano contra a natureza, ou degradar aqui e fazer um reflorestamento em outro lugar, porque as dimensões da reparação implicam restituição, indenização, mitigação, compensação, satisfação da vítima e, por fim, a não repetição. Se não forem tomadas medidas que impeçam a repetição daquele dano, não existe reparação. Eu acho que essa discussão sobre reparação, junto com essa discussão sobre a forma como vimos tratando a natureza, é uma conjugação muito importante que merece destaque aqui, dentre as coisas que foram ditas.

PAULO TAVARES: Só para complementar, talvez, eu queria contar uma história. Quando eu me aproximei da questão dos direitos da natureza, eu morava no Equador. E, passando um tempo lá, encontrando, entrevistando muitos ativistas, tanto indígenas como não indígenas, eu tomei conhecimento de uma espécie de “ação pedagógica” (de novo citando o Eloy), um caso jurídico em que uma série

de ativistas internacionais em aliança alegaram, na corte constitucional do Equador, que você poderia, para um crime contra a humanidade, clamar uma jurisdição universal, capaz de julgar tal crime em qualquer lugar do mundo. Lembrando um derramamento de óleo no Golfo do México, que aconteceu na Baía do Caribe, eles falavam: “Na verdade, esse é um caso que afeta não apenas aquelas pessoas que sobrevivem daquela região, que vivem naquela região, mas ele afeta todo o conjunto da vida”. Eles utilizaram esse conceito de jurisdição universal, utilizado para julgar criminosos contra a humanidade (foi até um conceito trabalhado em relação ao caso Pinochet), e colocaram esse caso na corte jurídica do Equador, mesmo sabendo que ele não iria avançar, porque o Direito também é muito lento, muito moroso. Ainda assim, aquilo poderia ser um gesto pedagógico para chamar a atenção para o fato de que os direitos que estavam sendo violados não eram apenas os direitos das comunidades de pescadores ou daqueles que sobreviviam do turismo e que tinham perdido completamente os seus meios de vida.

E como aquilo estava sendo reparado? A British Petroleum, que era quem tinha derramado o óleo, resolveu compensar financeiramente, indenizando aquelas pessoas (uma reparação baseada em um dano à propriedade). Ali, porém, a natureza não foi colocada no centro do processo reparatório, e o que os ativistas pediam como reparação era que a British Petroleum tivesse que deixar a mesma quantidade de óleo que eles vazaram no oceano em uma das suas principais plataformas, se comprometendo a não extrair aquela quantidade de petróleo para, de alguma maneira, balancear o ciclo de carbono da Terra. É quase uma perspectiva de reparação geológica e geofísica da Terra, uma reparação efetivamente climática, porque você está pensando no petróleo que vai ficar no chão. Eu achei isso muito interessante, porque muda a centralidade da reparação. Não é mais humano, é interseccional.

Eloy, nós vemos todas essas iniciativas, por exemplo, no Equador sobre petróleo *bajo tierra* (o petróleo que não pode ser retirado), enquanto no Brasil estamos ainda em uma discussão muito primária, porque discutimos se o nosso petróleo do pré-sal vai ser explorado por tal companhia, se ele vai ser propriedade do Estado, quem vai ter os *royalties* do pré-sal que vai ser retirado. Quem colocou essa questão para mim foi uma ativista do Equador, a Esperanza Martines, que me disse: “E vocês, do Brasil, o que vocês vão fazer? Vocês vão tirar aquele petróleo? Vocês vão deixar aquele petróleo no chão?”. Como é que você vê o contexto brasileiro em relação a essas discussões que, às vezes, parecem estar apenas engatinhando?

ELOY TERENA: Esse é um tema muito caro para o movimento indígena. Você trouxe a questão do petróleo, e nós estamos atualmente, inclusive, lutando contra o incentivo do atual governo brasileiro

sobre a questão da exploração de recursos minerais em terras indígenas. Temos observado, inclusive, posicionamentos favoráveis de pequenos grupos de lideranças indígenas. Não à toa, nos últimos 30 dias, nós tivemos conflitos graves no Brasil envolvendo o povo Yanomami e também os Munduruku, lá no Pará, conflitos que estão ocorrendo por conta do interesse em explorar esses recursos minerais. É claro, o posicionamento majoritário das comunidades indígenas é que são bens que não podem ser tocados, independentemente de qualquer outra dimensão política ou econômica, mas temos que lidar com o governo influenciando e cooptando lideranças ou pequenos grupos indígenas para fazer voz a uma suposta aceitabilidade por parte dos povos indígenas.

Quando eu vejo isso, olhando para o que os caciques que participaram da Constituinte de 1988 estipularam naquele momento, são mais de 30 anos em que temos um retorno de discussões que já foram, pelo menos em tese, superadas, mas que são a todo momento ressuscitadas, trazidas novamente. Isso está dentro do escopo de retrocessos que nós estamos vivendo, muito dentro da categoria de fragmentação ou desconstrução que você trouxe, Paulo. Vemos a todo momento o processo de desconstrução de direitos e de coisas que, para nós, estavam tão claras, mas que a todo momento é preciso ficar reafirmando. É por isso que eu chamo a atenção para a importância do debate que estamos fazendo aqui, em que se traz essa necessidade de reafirmar esses direitos para as novas gerações, para os novos operadores do Direito, para as novas lideranças sociais que estão junto com seus movimentos. Eu concordo com você. Isso tem incomodado muito as lideranças tradicionais. Quando nós – jovens advogados e antropólogos indígenas que hoje estão à frente de organizações – nos reunimos com os caciques que, em tese, já participaram do movimento e hoje ficam só observando, eles cobram justamente isto: “Isso já não foi resolvido por nós? Por que voltou?”. Então começamos a explicar para eles o contexto político, a velocidade das informações, como isso voltou novamente para a pauta, e eles ficam refletindo sobre a dimensão dessas coisas que eles já falaram, que a princípio já estavam resolvidas e que na própria Constituição tinham sido garantidas. Como nós fomos chegar a essa situação em que, por exemplo, o próprio direito originário dos povos de seus territórios está sendo novamente questionado e há necessidade de o Supremo Tribunal falar expressamente o que já está escrito na Constituição? Nós vivenciamos isso, e eu acho que esse esforço tem que ser feito também em relação a todos os outros direitos que nós estamos defendendo, aos outros sujeitos de direitos que são sempre atacados. Então, concordo com essa dimensão que você trouxe, mas também chamo a atenção para isso que a professora Tatiana falou: temos que continuar a luta. O direito é também uma luta constante.





DIVINO

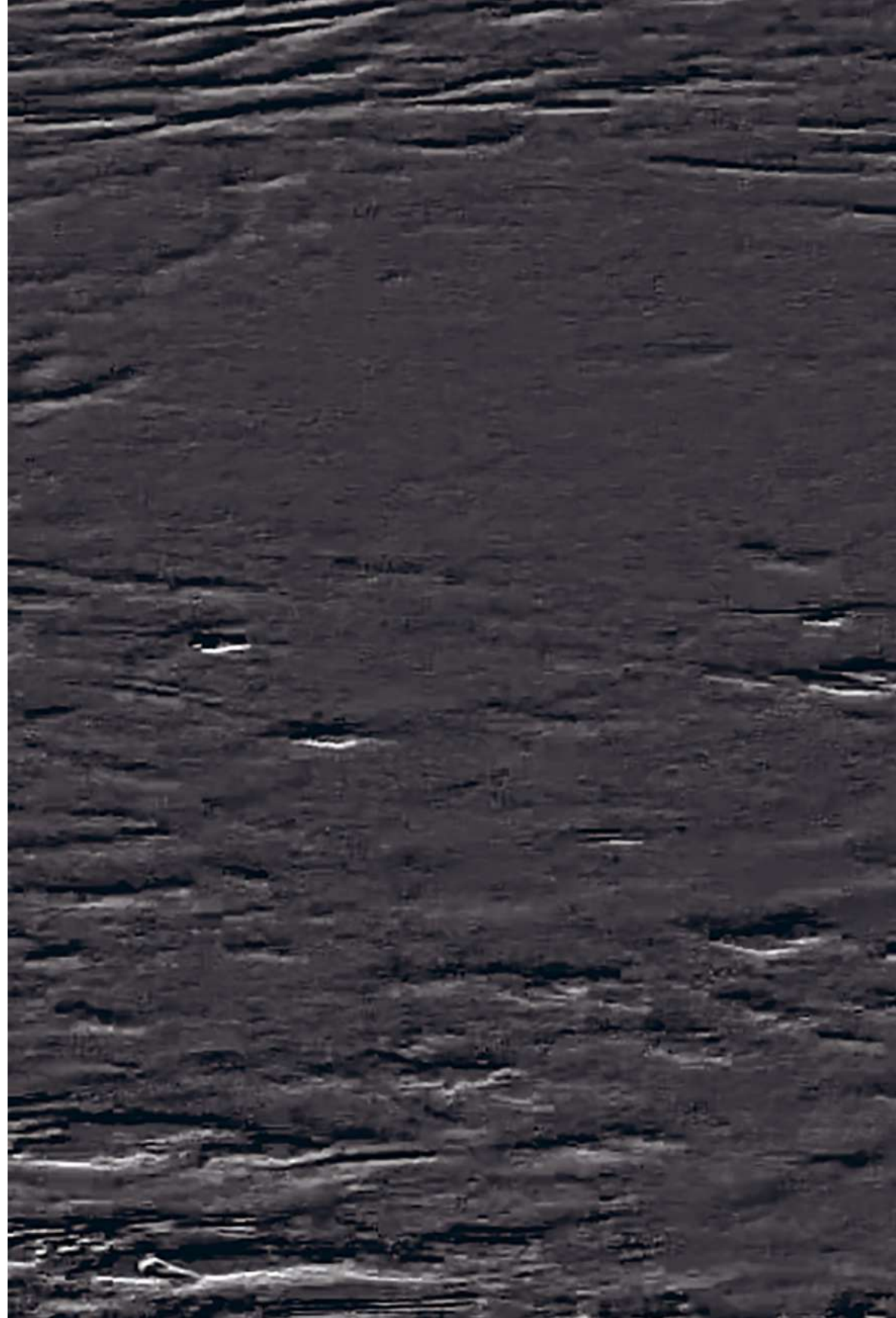
Ser rio é ter coragem de nascente, resistente por um fio, um ziguezague. Ser rio é desviar dos obstáculos. Água mole em pedra dura tanto bate até que fura. Ser rio é desenhar caminho que sabe sempre aonde vai chegar. Ser rio é fertilizar. Ser rio... Ser rio... Ser rio é fluir, ser rio é continuar, ser rio é saber esperar, ser rio é estar protegido por uma mata ciliar. Ser rio é carregar, é distribuir, é dialogar. Ser rio é confluir, ser rio é encontrar, ser rio... Ser rio é encher, é vazar. Ser rio é escapar, é penetrar. Ser rio é aprofundar, ser rio é cair e é também evaporar. Ser rio é embelezar, ser rio é dançar, ser rio é ambicionar, ser rio é ter coragem de nascente por um fio. Ser rio é fertilizar, é viver, é nutrir, é oferecer. Ser rio é surpreender, ser rio é continuar, ser rio é ter coragem. Coragem de rio, coragem de desviar de todo e qualquer obstáculo. Ser rio... Água mole em pedra dura tanto bate até que fura. Ser rio é esperar, ser rio é aproveitar o caminho e carregar, e distribuir, e fertilizar. Ser rio é confluir, ser rio é encontrar, ser rio é seguir o caminho. Ser rio... Ser rio... Ser rio... Ser rio é encher, ser rio é encher, ser rio é abundância, ser rio é vazar, é se esparramar, é desenhar caminho. Ser rio é ter coragem da nascente que sabe que vai desaguar. Ser rio... Ser rio é desviar, ser rio é nutrir, ser rio é nutrir o caminho, ser rio é se nutrir do caminho. Ser rio é seguir, ser rio é continuar, ser rio é persistir, ser rio é também perseverar. Ser rio... Ser rio é ter coragem, e todo o contrário não é rio.



CAMINHO

Bem raro é um mapa sem rio, principalmente dentro dos confins da Terra. Todas as gentes se organizam em torno da água doce, e vão criando espaço. Uma vez, uma travessia de um rio largo, um rio muito largo – imagina um rio tão largo que quando você olha o horizonte, você tem que imaginar a outra margem de tão largo que o rio é. E nessa travessia, longa como a largura do rio, o tempo se coloca cheio de perguntas: será que eu vou chegar do outro lado? E não estando sozinha, a ideia que eu me fiz é obviamente: claro que sim, não é? Tem um monte de gente tentando atravessar e continuar o caminho perpendicular ao fluxo do rio. Mas esse rio, por um movimento humano, ou talvez nem tanto, estava sendo transferido. E eu não digo da transferência vertical que vira nuvem, que vai molhar um outro mapa através da chuva, digo uma transferência das máquinas, a transferência da ganância, movida por ela. Só sei que durante essa viagem eu ia vendo troncos de árvores mortas que brotavam do meio desse rio transferido. Imagem curiosa essa de ver o rio num movimento artificial, um movimento delirante.

Essa ideia era fácil de fazer, porque eu já tinha estado em outros rios, rios que são testemunhas de cada vida que é verde em torno, de cada relevo, de cada formação rochosa. Rio que é testemunha porque é cúmplice, mesmo se as águas são sempre novas. O rio vai ao longo do caminho, contando um segredo... Contando um segredo... Contando um segredo. Durante a travessia, com essas árvores mortas que brotavam do meio da água, eu ia imaginando que segredo o rio conta. Que segredo será esse que todo rio conta? Será que é só um segredo? Quantos segredos o rio carrega? E por mais que esse rio fosse um rio transferido, por mais que a travessia perpendicular tenha me feito chegar num porto inexistente pela ausência da água, imagina só atravessar tanto tempo para chegar num lugar que não existe? Seguir um caminho que era água, imaginando que o rio passava por ali? Muito estranho, muito bizarro. Mas a coragem do rio, mesmo transferido, me fazia ainda escutar um segredo, um dos segredos que agora eu compartilho com você: segue vida, segue vida, segue vida, segue vida.





divino, caminho e sonho

ANA PI

Ensaio videográfico em três tempos para um exercício de memória. Por mais que o nosso corpo seja 70% água, fluxo contínuo, movimento puro, como pode a gente esquecer dessa dança? Lembrança de viagem, transposição líquida das sensações físicas até a virtualidade da tela algorítmica. Entre sonho e segredo, ser rio aqui é manter-se doce, é perseverar e ter a coragem de manter-se viva.

A blurred photograph of a person in a natural setting, possibly a forest or field. The person is in the center-left, wearing a dark, textured garment. The background is a mix of green and brown tones, suggesting a natural environment. The text 'POLÍTICAS CÓSMICAS' is overlaid on the right side in white, bold, sans-serif font.

POLÍTICAS CÓSMICAS





COMO VIVER NO MESMO PLANETA?

Contra a colonialidade do conhecimento rigidamente moderno, é preciso experimentar outras gramáticas com os seres-rios, seres-terra, seres-floresta e tantos outros seres que nos rodeiam. Nesta conversa entre o pensador indígena Ailton Krenak, a antropóloga Marisol de la Cadena e a professora Ana Gomes, aprendemos a importância de compartilhar, doar, confluir e nos abirmos a outros futuros e mundos comuns – mas não somente.

ANA GOMES: “Há centenas de narrativas de povos que estão vivos, que contam histórias, cantam, viajam, conversam e nos ensinam mais do que aprendemos nesta humanidade. Nós não somos as únicas pessoas interessantes no mundo. Somos parte do todo. Isso talvez tire um pouco da vaidade desta humanidade que nós pensamos ser, além de diminuir a falta de reverência que temos o tempo todo com as outras companhias que fazem esta viagem cósmica com a gente”.

Início nossa conversa com esse trecho do livro *Ideias para Adiar o Fim do Mundo* (2019), escrito pelo Ailton, que tem essa capacidade singular de nos fazer mover, ou de fazer mover o nosso pensamento na direção que sentimos como necessária, como aquela que nos responde. Chamo atenção para seu movimento incansável, quase impossível de seguir, de como ele tem se apresentado, dialogado e interagido nos últimos tempos, iluminando muitas e diferentes pessoas, de diferentes idades e pertencimentos.

Em companhia desse trecho, eu quero propor uma afirmação que Marisol também nos traz em seu livro sobre os seres-terra nos mundos andinos, no qual ela nos apresenta sua longa colaboração com dois xamãs de língua quéchua, Mariano e Nazario Turpo, com quem ela trabalhou no Peru. Marisol afirma muito enfaticamente que, mesmo depois do esforço de tentar dizer, procurar entender, procurar aprender, sempre vai haver algo muito importante que excede aquilo que é possível dizer e compreender a partir do que Mariano e Nazario procuravam comunicar a ela.

É com esse sentido de abertura para o que não sabemos que proponho iniciar o encontro colocando duas tensões que hoje nos atravessam, e que vou solicitar que Ailton e Marisol falem sobre elas da forma como quiserem reagir. Por um lado, queria evocar o momento presente através de uma experiência específica, que é a das mineradoras. Nós temos muitas crises e muitos problemas contemporâneos, mas gostaria de destacar a questão das mineradoras que marcam seja o percurso de Ailton, com os Krenak, seja o percurso de Marisol, com os Runakunas. Como lidar ou encontrar meios de enfrentar cenários de destruição tão incisivos e potentes? Para quem olhar? O que olhar? Com quem devemos – e precisamos – nos aliar? É disso que se trata, de alianças? Quem somos nós nesses possíveis encontros? Que composição é essa, ou poderia ser? Por outro lado, e voltando ao tema da conversa, não podemos estar somente aqui neste presente em crise. Queremos, então, propor uma exploração de direções possíveis, uma fabulação quanto ao nosso futuro, com os seres-rios e os seres-terra que os dois conheceram e os dois conhecem. Quem somos? Nós, com seres-rios, seres-terra? Nós como? Quem somos nós? Que somos? É com grande alegria que passo a palavra ao Ailton para o início da nossa conversa.

AILTON KRENAK: Que bom ter esta oportunidade tão propícia para olharmos este instante e também perguntarmos a este instante: o que temos? Saúdo a querida Marisol neste encontro de rios, de seres que sempre habitaram estes mundos em diferentes formas, mas sempre habitaram estes mundos. E que pode nos sugerir que, se cogitamos um futuro, esse futuro é ancestral, porque ele já estava aqui. Gosto de pensar que tudo o que somos capazes de invocar como devir são nossos companheiros de jornadas imemoriais, algumas das quais nem nos lembramos, porque são de uma experiência sensível em que a observação do tempo se torna quase um ruído nesta sensível observação. Eu estava vendo uma imagem que me suscitou essa poética do tempo ancestral, quando um grupo de meninos, remando uma canoa – uma canoa em que cabiam cerca de seis ou oito crianças –, remava de maneira compassada, todos eles tocavam o remo na superfície da água com muita calma e harmonia. Eles estavam treinando a infância deles para o que seu povo, o povo Yudjá, chama de “se aproximar da antiguidade”. Achei tão bonito aqueles meninos quererem se aproximar da antiguidade! Um deles, o mais velho, que verbalizava a experiência, disse: “Nossos pais dizem que já estamos chegando próximo ao que era antigamente.”

Achei tão bonito que aqueles jovens sentissem um anseio por alguma coisa que os seus antepassados lhes ensinaram e que eles valorizam como o instante presente. É uma poética maravilhosa, porque aqueles meninos não estão atrás de uma ideia prospectiva de tempo. Não é algo que vai para além deste lugar, mas algo que vai acontecer neste lugar ancestral, o território, os rios, as águas. Evocar esses nossos rios, o Jequitinhonha, o Mucuri, o Doce – que é o nosso avô, o Watú, que está aqui há menos de um quilômetro do quintal da minha casa... Nas noites silenciosas, ouvimos a voz da água, a voz do rio. O sussurro descendo ali nas pedras como são chamadas as corredeiras, o lugar por onde a água corre. E parece que, à noite, ela corre ao mesmo tempo veloz e rumorosa, fazendo uma música. A pedra e a água. E tudo isso nos implica de uma forma tão maravilhosa, Marisol, que nos permite conjugar o verbo “nós”. Nós rios, nós montanhas, nós terra. É quando nós nos sentimos profundamente imersos nesses seres que podemos sair do corpo, sair de uma monotonia da forma antropomórfica e experimentar outras formas, experimentar ser água, por exemplo, experimentar esta maravilhosa potência que a água tem de dirigir-se a diferentes caminhos.

Esses rios que saudamos fazem uma imensa jornada para chegar ao mar. Eles vão para o Atlântico. Esta aldeia onde estou agora fica na região leste de Minas Gerais e está mais perto do mar do que do Planalto Central do Brasil. Por isso, me sinto muito envolvido com o rumor das águas e dos rios, inclusive dos rios subterrâneos. Ter a oportunidade de estar com você, Marisol, neste

encontro, também me faz lembrar de Arguedas. Isso me faz lembrar *Los ríos profundos*, e aquela beleza, aquele espírito das águas que vai cortando vales, montanhas, que carregam histórias, que carregam maravilhas por onde passa.

Então eu quero saudar você aqui nessa paisagem plural, uma paisagem de um país que tem uma dimensão continental, essa coisa colonial. E, ao mesmo tempo, lembrar que nós estamos na Pachamama, que não tem fronteiras, e que não importa se estou acima ou abaixo do rio Grande. Não importa se são de cima ou de baixo. Estamos em todos os lugares porque em todos os lugares estão nossos ancestrais também. Rios que são montanhas. É maravilhoso. É por isso que eu me alegro de compartilhar com você estas reflexões sobre a riqueza incontida que é viver esses presentes, tanto no sentido de tempo quanto no sentido de que são “regalos”. São presentes que desde sempre oferecemos.

MARISOL DE LA CADENA: Pode soar muito retórico, mas eu vou dizer, porque é verdade: para mim é uma honra muito grande estar com o Ailton. Para mim, ele é uma inspiração que está envolta por muitos, como diz a epígrafe que a Ana leu. Somos partes de muitos, temos companhia, não somos sozinhos. O Ailton faz parte de muitos, e faz em companhia com outros que podem pensar de maneira diferente.

Eu fui treinada na Academia. Tenho cara de indígena, mas não sou, segundo as taxonomias oficiais do Peru, e não sou indígena culturalmente. Estive, porém, em companhia de pessoas que me fizeram pensar de maneira híbrida, de forma que eu posso pegar coisas da Academia e refazê-las com inspirações como as do Ailton, mas também, e profundamente, com as dos meus mentores nessa outra maneira de pensar o que, conjunturalmente, os mundos precisam agora. Estou me referindo a Mariano e Nazario Tulpo, que me ensinaram a pensar de maneiras diferentes ao mesmo tempo. O que, para mim, era uma montanha, e se chamava Ausangate, era também uma pessoa, um ser-terra. Mariano me ensinou uma frase que uso muito constantemente: “Não somente”. Eu o chamava de Mariano-montanha, e ele dizia para mim: “Não somente. Montanha, mas não somente”. Então eu dizia: ser-terra, e ele respondia: “Não somente. Ser-terra, mas não somente”. Mariano e Nazario viviam entre mundos, o que se tornou o título do livro: *Ecologias de Práticas em Mundos Andinos*.

Mariano e Nazario transitavam entre mundos, viviam mundos e faziam mundos, e pensavam através de mundos. Nesses mundos, os pensamentos são iguais e diferentes – por exemplo, a pergunta da Ana e a maneira como Ailton respondeu. Uma das perguntas da Ana era sobre o futuro. Nós pensamos mais em tempo do que em lugar – quero dizer, nós, os acadêmicos. Ana e eu pensamos mais em tempo do que em lugar. E o que o Ailton fez foi começar com tempo

e transformá-lo em lugar, transformá-lo no rio, transformá-lo em presente, o presente do lugar que também é o passado. Então colapsa passado e presente, mas também colapsa espaço e tempo. E, ao separar espaço e tempo, recupera a importância do lugar, de lugares, em companhias. Lugares conectados, ecologicamente conectados.

Eu vou dizer uma coisa, e esta é a última vez que faço um elogio a você nesta conversa, Ailton. Não porque seja o último elogio que tenho para você, mas porque não quero ficar me repetindo. Talvez isto não seja um elogio, mas uma descrição: eu o vejo como um ativista ecológico, não da ecologia, mas no sentido de que você faz ativismo ecologicamente. Você faz ativismo conectando, você faz ativismo se movimentando. Você faz ativismo, como disse a Ana, nos fazendo pensar da maneira e no momento em que é preciso. Você faz ativismo criando possibilidades para o pensamento, quando o pensamento que nós temos já não é possível. Então você vem de outro lugar ecologicamente, entra em nosso pensamento e abre a possibilidade para esse pensamento que já não tinha possibilidade.

Outra coisa muito interessante é como você faz do “nós” um verbo. “Nós” rio: nós somos rio – mas você não diz o “somos”, diz “nós rio”. Assim, você “des-separa”, o que não quer dizer unir. Faz de nós rio, faz de nós montanha, e isso é outra forma de pensar. Eu acho que, nos fazendo rio, nos fazendo montanha, nos fazendo terra, nos fazendo água, tornamos impossível a separação que o capital precisa para extrair, para destruir. Ocupamos e tornamos impossível a separação entre sujeito e objeto que a propriedade precisa para poder outorgá-la.

Ao alterar as gramáticas, o que estamos fazendo é *remundizar*, fazer mundos de maneira diferente, que não é a maneira que herdamos. Isso não quer dizer que não herdamos o mundo que herdamos, porque nós o herdamos, mas o fazemos de maneira diferente. Fazemos autodiferente: é o mesmo e é diferente. E isso que eu estou dizendo também altera a gramática usual, a *remundiza*. Habitamos o mesmo mundo, que já é diferente, mas continua sendo o mesmo, e é diferente. Outra coisa que o Ailton falou e a Ana trouxe em sua introdução é que não existe completude. Nada é totalmente. Então, o mundo que herdamos é diferente e é, também, o mundo que herdamos incompletamente. Os dois. E isso abre a possibilidade de *mundizar* de maneira diferente.

E para falar de alianças, eu passo a palavra para o Ailton dizer como elas são feitas, de como elas atravessam diferenças, de como é possível continuar com as diferenças através das alianças. Eu chamo de “alianças” porque é uma maneira de juntar o diferente sem que nada se transforme no que não é. E é uma aliança que exige muito, porque senão você pode se transformar no que não é. Querer estar com quem não é você é fazer uma aliança que exige muito, é uma aliança que exige pensar a política de outra maneira e, até mesmo, deixar de pensar o conceito “política” e transformá-lo em outra coisa.

AILTON KRENAK: Uma vez, tive a experiência de buscar compreender o sentido das alianças como o gesto de fazer política com iguais. A política dos iguais, vamos colocar assim. Imaginemos que essa política dos iguais estava quase buscando a confirmação de que tudo é igual, e que, portanto, poderíamos fazer alianças. Nesse sentido, experimentei uma categoria de aliança política. Foi, talvez, uma experiência de 20 ou 30 anos de muito custo, de grande dedicação, de envolvimento, até que questioneei esse movimento, esse gesto. Cogitei, pela primeira vez, estender o sentido dos afetos e experimentar as alianças afetivas que, nesse sentido, podemos imaginar que são afetos entre mundos não iguais. Eles introduzem uma desigualdade radical, eles não reclamam por igualdade, mas reconhecem uma alteridade intrínseca em cada ser, em cada um, em cada pessoa, de modo que nos obrigamos a fazer uma pausa antes de entrar. Devemos tirar as sandálias, você não pode entrar com sapatos.

Essa aliança afetiva substituiu, na prática, um trabalho político que vinha sendo feito pelo movimento indígena junto com outras comunidades na floresta, entre elas, a Chico Mendes. Juntos, criamos o que se chama Aliança dos Povos da Floresta, que tem uma marca eminentemente política. Foi uma luta de povos oprimidos para suprimir o patrão. Uma leitura muito interessante que um amigo antropólogo fez cerca de 10 ou 20 anos depois diz que o que moveu o encontro entre povos diversos dentro da floresta foi o entendimento de que entre eles havia o patrão, que era o homem que reclamava o latifúndio sobre vastas regiões de floresta. Essas regiões eram os seringais, onde índios e não indígenas eram submetidos a condições de trabalho escravo na fronteira brasileira entre o Acre, a Bolívia e o Peru. Nossos irmãos Kaxinawás, os Yawanawá e até mesmo os Asháninka faziam parte dessa constelação de povos que viveram oprimidos por essa situação favorecida pelo capital, explorando simbolicamente uma relação de trabalho com esses indígenas e seringueiros dentro da Floresta Amazônica por controle remoto, aterrorizando as mentes. Quando nos insurgimos de dentro da floresta e eliminamos a pessoa do patrão, indígenas e seringueiros puderam fazer uma aliança. A Aliança dos Povos da Floresta nasceu dessa busca pela igualdade. De dentro dessa experiência política, eu pude experimentar uma observação muito crítica que era: «Para onde vamos com isso?», «Até onde iríamos com isso?», «Seríamos um sindicato, um partido?».

Escapei dessa parábola do sindicato ou do partido e fui experimentar o que são alianças afetivas. Acredito que o que evolui nessa dança são as alianças afetivas, os afetos que me envolvem e envolvem uma constelação de pessoas. Nessas alianças, eu desapareço, não preciso mais ser uma entidade política, posso ser apenas uma pessoa capaz de experimentar essa dança na medida em que ela consegue produzir afetos, afeições, sentidos. Foi um momento

muito bom para observar a questão das alianças e convidar a uma observação entre o que são alianças que obrigam à igualdade, que chegam a ser opressoras, e aquelas alianças que evocam uma radical diversidade e que admitem, inclusive, outros mundos. Só assim é possível conjugar algo como “*mundizar*”, abrir a possibilidade de criar mundos. Experimentar o encontro com a montanha não como uma abstração, mas como uma dinâmica de afetos em que ela não apenas é uma pessoa, mas também tem a iniciativa de abordar quem quer que seja. Esse “nós” possível pode ser abordado de diferentes lugares, de diferentes maneiras, desconcerta a centralidade do especismo humano. Acho que é um ponto interessante de observar. Como desconcertar esse lugar confortável do especismo humano? Porque, ao se instituir, ele denuncia todas as outras existências, e assim as outras coisas só podem existir com o enunciado desse especismo humano, desse antropocentrismo, desse lugar central que marca, que nomeia, que denomina tudo, inclusive os outros semelhantes a nós, que consideramos que são também humanos.

MARISOL DE LA CADENA: Estou completamente fascinada com a coincidência. Eu chamo isso de “alianças a partir do não comum”, em que o não comum é um assunto permanente que não desaparece e tem que estar completamente presente no momento das alianças. As alianças são feitas pensando em um interesse comum, que não é o mesmo interesse. Essa frase não é minha, é de uma filósofa belga, de quem gosto muito, que se chama Isabelle Stengers, mas aprendi a usá-la com Mariano e Nazario, os Turpo – mais com Nazario, porque Mariano já tinha morrido. Eu estive com Nazario em um protesto na Plaza de Armas de Cusco para defender o Ausangate de uma possível intervenção de uma mineradora que queria prospectar ouro em toda a cadeia da montanha. Na Plaza de Armas de Cusco havia ambientalistas e havia Runakunas, os Quechuas, e eu estava com o Nazario, como ambientalista. Fazia um ano que eu o tinha conhecido e levei muito tempo para pensar de maneira diferente. Eu pensava que os Runakunas estavam como ambientalistas, mas aí vem a frase de Mariano: “Não somente”. Os Runakunas estavam na Plaza de Armas de Cusco para defender o Ausangate como ser-terra. Os ambientalistas estavam na Plaza de Armas de Cusco para defender o Ausangate, os rios, que também são o Ausangate, como meio ambiente. Então, na praça se congregavam pessoas que tinham um mesmo interesse, o Ausangate, mas que não era o mesmo. Era Ausangate ser-terra e Ausangate meio ambiente, mas, ainda assim, o mesmo interesse, um interesse através de uma incomunidade, de uma não comunidade, um não comum, um incomum, que era o Ausangate. E então eu pensei que uma das coisas a fazer era descomunicar, fazer da natureza não comum, porque a natureza é não somente a natureza.

O que havia na Plaza de Armas de Cusco eram exatamente alianças através de afetos, como fala Ailton. Estava repleta de afeto com o mesmo que também não era o mesmo, alianças que uniam e não desfaziam a diferença. A diferença era parte de fazer mundos diferentes que podiam se congregarem em um interesse comum, que não era o mesmo interesse, mas aumentava a possibilidade de enfrentar a corporação de mineração que queria traduzir a zona de Ausangate em ouro, cobre etc. E essa obviamente não era a única vez. Mariano passou por um período semelhante ao que Ailton acaba de comentar. Ele, desde 1950 até 1970, fez alianças com partidos de esquerda em Cusco para lutar contra o latifúndio, mas o que se defendia nessa luta contra o latifúndio era de novo um interesse em comum, a terra – que não era o mesmo interesse, porque, para os políticos de esquerda, entre os quais certamente eu estaria se tivesse idade para lutar contra o latifúndio, não era a terra da qual o latifúndio buscava renda, não era uma entidade econômica. Para os Runakunas, a terra era parte de Ausangate, era parte do “nós” que eles eram, nas relações de ser com a terra. Então, essas alianças – a partir das quais é possível *mundizar* e *remundizar* sem que nos tornemos iguais, mas mantendo nossas diferenças radicais que, além disso, tornam possível enfrentar pela vida a destruição – acontecem de outra maneira, não são as alianças políticas usuais que pressupõem a igualdade, que pressupõem que todos somos sindicato, que não há diferenças e todos vamos para o mesmo lugar. Não. Todos somos ecologia, e todos somos juntos em relações ecológicas. E por isso conseguimos fazer alianças, mas em relações ecológicas, o que quer dizer nos combinarmos e nos tornarmos diferentes sem deixarmos de ser quem somos. E me entusiasmei muito com a ideia, que eu não havia pensado, de afeto articulando as alianças que, sendo com seres-rio, seres-terra, com terra, com árvores, florestas, plantas e animais, definitivamente desantropomorfizam a política e a fazem na prática. Talvez continuemos usando a palavra, talvez não. Junto com alterar as gramáticas, temos que inventar vocabulários que se conectem com vocabulários anteriores, mas que sejam também vocabulários diferentes. Eu adoei o que você falou, Ailton.

AILTON KRENAK: Agora me ocorre que a palavra “política” deriva de “pólis”. Quando seres que não são pólis pensam, eles podem pensar outros mundos que não a política. A linguagem é muito determinante de outros processos, de outras interações. Quando tudo emerge de um só lugar, que é a pólis, sempre trará uma marca profundamente implicada com esse sentido de ajuntamento de iguais dentro de um lugar onde a experiência da política é convergente. Estou interessado em movimentos que sejam confluentes. Tomando como tema a Plaza de Armas, não imagino algo que vá convergir para aquele lugar, imagino potências que vão confluir a

partir daquele lugar, passar por aquele lugar, mas que não ficam lá. Isso tem estimulado em mim uma observação sobre esses mundos: o mundo que eles chamam de natureza e o mundo que chamam de cultura. A pólis sempre foi reivindicada como o mundo da cultura. A cidade, o mundo da cultura. E o que foi demarcado como natureza é um mundo selvagem, um mundo caótico. Estou interessado nesse caos, não estou interessado na convergência que resultará na pólis.

MARISOL DE LA CADENA: Você falou, na primeira intervenção, sobre sair do corpo antropomórfico para se experimentar água. Sair do corpo antropomórfico para se experimentar, no caso de Mariano e Nazario, com o Ausangate, para se experimentar como ser-terra. Ser terra, sair do corpo antropomórfico, que é uma invenção colonial que pesa muito e que, para continuar sendo, precisa da ideia de cultura. Eu vou dizer uma blasfêmia, e é a primeira vez que vou dizê-la publicamente. Tenho um pouco de medo de dizê-la e vou ser muito cuidadosa: quando os missionários coloniais chegaram à América, ou ao que depois se chamou América, tiveram que inventar humanos, porque as pessoas que eles encontraram tinham, segundo eles, corpos que eles viam como humanos, mas sua prática não era a que esses missionários demandavam dos corpos humanos, era uma prática que permitia ser água, ser terra. Essa não era a prática de humano que os missionários precisavam para ampliar a criação do Deus cristão, então criaram os corpos antropomórficos de que o Deus cristão precisava e criaram a natureza, também antropomórfica, ou seja, a natureza com a qual o antropos poderia se relacionar, que o Deus cristão havia criado e que depois a ciência conseguiu dominar. A blasfêmia é dupla, uma blasfêmia descolonizadora, mas que emerge da colonização cristã e diz aos missionários cristãos, que ainda existem entre nós, que a colonização espanhola criou a prática de humanidade de que precisava, uma prática de corpo antropomórfico. Daí surge um vocabulário enorme. O da religião, por exemplo: surge o vocabulário de reivindicação do lugar sagrado, que, sim, também é lugar sagrado, pois depois de conviver 500 anos com a religião, a montanha pode ser um lugar sagrado, mas não somente, também é ser-terra, também é, obviamente, geologia. Então, depois de 500 anos, existe muita mistura, muita confluência que não converge, que não se transforma em uma. Eu gosto muito da palavra confluência porque uma atravessa a outra e nenhuma se choca. Continuam sendo todas e nenhuma deve negar a outra.

Isso também faz parte de pensar uma aliança que não surja da cidade, de querer que todos precisemos da igualdade como se pregava antes. A possibilidade de confluir sem que uma se choque com a outra é outro tipo de igualdade. Então, é a ideia de deixar o corpo antropomórfico sem que, obviamente, deixemos de ser humanos, deixar o antropomorfismo de que a cultura precisa, e que faz com

que seja central o humano da colonização. Trabalhar minando e localizando a capacidade onipotente de conhecer a partir da qualidade cultural humana faz parte de *mundizar* de maneira diferente. Dizer: “OK, esse é o seu lugar, mas há muitos outros com os quais você vai ter que conversar. O mundo já não é só seu. Já se passaram muitos séculos em que foi só seu. Agora ele não é só seu”. *Remundizar* é uma tarefa imediata neste lugar e muito difícil.

AILTON KRENAK: Mas é sempre possível.

MARISOL DE LA CADENA: Claro, é possível! A ideia de que é impossível é parte do antropomorfismo também, faz parte da colonialidade do conhecimento rigidamente moderno e epistêmico. É claro que é possível. E existem palavras para dizer isso. Por exemplo, “não somente”. *Ausangate* é uma montanha e não somente. *Ausangate* é um ser-terra e não somente. “Não, não é possível, se é montanha, não pode ser outra coisa”. Sim, é possível. A criação da impossibilidade é uma imposição colonial que tornou impossíveis esses outros mundos – mas são possíveis, continuam sendo possíveis!

ANA GOMES: Ailton e Marisol, o que vocês estavam dizendo retoma dois temas muito curiosos, se pensarmos os dois ao mesmo tempo, a partir da ideia de que, quando os europeus chegaram às Américas, se perguntavam se quem eles encontraram aqui eram seres que tinham alma, e isso supostamente para avaliar a possibilidade de humanidade desses seres. De um lado, há essa pergunta sobre a existência ou não de alma nesses seres e, de outro, há uma cena bem conhecida de um pesquisador, com seus colegas de campo, que perguntou o que eles tinham aprendido com a chegada dos europeus. Ele se surpreendeu, porque pensou que eles diriam que descobriram que eles tinham uma alma. E o que ouviu foi o seguinte: “Vocês inventaram que nós temos um corpo, eu descobri que tenho corpo”. Para esse povo, a diferença foi essa ideia do corpo que vocês estavam invocando. Um corpo que supõe certo tipo de prática da humanidade.

Gostaria de voltar a esse ponto, mas aproveito para levantar outras ideias. Vou tentar fazer o que o pensamento de vocês parecia estar fazendo, se é que eu entendi. Ailton falou: “Estamos chegando perto de como era antigamente”, quando começa com a cena das crianças brincando de se aproximar da antiguidade. E Marisol diz que herdamos, mas não herdamos em completude. Nós herdamos incompletamente. Sempre há algo que está junto, mas, de forma insuspeitada, diferente. Em outro momento, Marisol falou: “Eu preciso pensar em companhia, aprendi a pensar em companhia”, de forma híbrida. E o Ailton trouxe a ideia de alianças afetivas, esse estar em companhia.

Não sei se entendo bem, mas a provocação vai nesse sentido. É muito apropriado retomar a ideia de confluência que Antônio

Bispo dos Santos, o Nêgo Bispo, nos traz, que é o modo de fazer dos rios, já que estamos aqui tentando entender e conversando sobre os seres-rios. Parece-me que a ideia de “estar junto”, de alguma forma, é estar junto com uma singularidade a partir de fórmulas que não nos são habituais. Quando o Ailton nos remeteu a uma ideia de pólis e política, que era uma forma de estar juntos, se compreendo bem, fazer comunidade não é exatamente a mesma coisa de ter em comum. Não tem como ignorar a existência de tantos outros, então, é importante estarmos juntos. Como fazer isso de maneiras insuspeitadas? Marisol falou algo muito interessante: você conheceu uma frase de Isabelle Stengers, mas aprendeu a usá-la com Mariano Turpo. Olha que forma de estar junto, fazendo comunidades, em que um necessita do outro. Isso me pareceu fantástico. Essas seriam as provocações, e volto a dar a palavra para que tenhamos um último momento desta conversa.

MARISOL DE LA CADENA: Eu estou em um momento que penso que realmente preciso inventar palavras, ou utilizar palavras que não foram usadas. A palavra diferença me parece completamente insuficiente, porque diferente é algo que é possível comparar e, para comparar, é preciso torná-lo igual. Então, “diferença” não me satisfaz mais, e isso tem a ver também com uma palavra da qual eu vou me apropriar, que o Ailton acaba de me dar, que é confluir, em vez de convergir. Confluir em divergência. Não em diferença, mas divergência. Divergir em confluência ou confluir em divergência. Isso que você disse, Ana, Stengers e Mariano Turpo confluíram em divergência, me fizeram pensar com a divergência. É daí que eu tiro a ideia do não comum, do incomum, que torna possível essas alianças que podemos chamar de confluências.

Também acho necessário chamar de alianças as práticas que se chamam políticas, e acho que esse é um problema mais do Peru que do Brasil, da Bolívia ou do Equador, que é o da impermeabilidade da política em ser *remundizada*. É um problema que eu sinto muito de perto em minha prática como ativista do pensamento no Peru, mas não sinto quando converso, por exemplo, com o Ailton ou com pessoas da Bolívia ou do Equador. Então, aliança é uma palavra de que preciso, assim como a palavra “política”, mas preenchida com outra prática. E também acho necessário oferecer continentalismos, desfronteirizar para pensar essas alianças. Talvez por aí seja possível ecologizar as práticas políticas para torná-las alianças através de interesses em comum, que não são o mesmo interesse. Ou seja, divergência em vez de diferença, a necessidade de outros vocabulários e outras gramáticas, e, então, outras práticas de se estar em um país. Talvez recuperar para “país” – outra blasfêmia, mas não tanta – a ideia de não nação, falar de país como o lugar onde uma pessoa está.

AILTON KRENAK: Sim. Não é uma experiência limitada a um lugar, a um contexto próprio de sua terra. É uma experiência que recorre a diferentes momentos da história latino-americana e pode coincidir com o que está acontecendo agora no Brasil, uma espécie de *desidentização*. Por termos a liberdade de criar palavras, um surpreendente processo de negação identitária está ocorrendo no Brasil, negação dos próprios símbolos que o colonialismo instituiu como identidade de país e nação. A bandeira nacional, por exemplo, que em toda república significa um baluarte da identidade, aqui no Brasil foi apropriada por um grupo de pessoas autoritárias, fascistas, que impedem aqueles que compartilham, digamos, a mesma nacionalidade, de carregar essa bandeira. A bandeira foi privatizada. Há um escândalo capitalista aqui, que foi a privatização dos símbolos pátrios. Para detonar de uma vez por todas o significado da poesia que diz “minha pátria é minha língua”, aqui o significado de pátria e língua foi totalmente escandalizado e se instituiu um clube que tem um zelo especial por armas, autoritarismo, machismo e toda uma série de fundamentalismos. Uma espécie de Talibã tropical que quer proibir outros brasileiros de reivindicar que a bandeira é de todos.

A possibilidade de conjugar o verbo “*mundizar*” expressa a potência de outros mundos, que se abre para outras cosmovisões, que podem imaginar pluriversos. Alberto Acosta contribui com a ideia de pluriverso junto com outros pensadores do Equador, da Colômbia, da Bolívia, da Argentina, também andinos, que falam sobre o tema do pluriverso, bem como fazem a invocação de *mundizar*, da possibilidade de os mundos se afetarem. Só imagino a conjugação desse sentido quando todos os mundos puderem se afetar.

Quero agradecer à querida Ana por fazer a citação das confluências como uma expressão trabalhada de maneira artesanal, local e dedicada por um quilombola que é o nosso querido Nêgo Bispo, um pensador marginal a esse universo colonial, um crítico tranquilo, sempre bem-humorado, das tendências políticas internas. Ele fala de confluência para fugir da ideia de convergência política, que foi tema dos últimos 40, 50 anos na América do Sul – que é a ideia de que o peronismo poderia se juntar a outras modernidades políticas da Argentina, de que no Brasil poderíamos juntar uma espécie de trabalhismo com socialismo e com o capitalismo e produzir essas experiências de gestão política da nação de uma maneira neoliberal, subserviente ao colonialismo. Nêgo Bispo escapou dessa gramática ao dizer que interessam a ele as confluências, e não as convergências. Ao mesmo tempo, ele é capaz de elaborar uma crítica que articula as convergências, as confluências e as divergências também, sem negar o acontecimento histórico e político. Ele reconhece que existe história – e seus movimentos –, mas nem todos precisamos nos subordinar a essa lógica. Podemos escapar a isso. Nêgo Bispo procura animar uma perspectiva em que as confluências não dão conta de tudo, mas se abrem para

outros mundos. Essa abertura para outros mundos é uma possibilidade, inclusive, de nos recusarmos a fazer coro com o discurso colonial, como se fosse a última chance de conciliação – por exemplo, para nos conciliarmos, vamos fazer de conta que não houve genocídio. Ora, sabemos que o genocídio americano é uma verdade escandalosa. Como vamos conciliar uma história de uma nação, de pátria, no meio desse cemitério continental? Nós temos que nos insurgir, e as confluências podem nos ajudar nessa insurreição.

Devemos invocar um debate importante que está ocorrendo na América Latina hoje, que é o plurinacionalismo, o novo constitucionalismo latino-americano. No Chile, por exemplo, há uma mulher Mapuche liderando o debate sobre a nova constituição plurinacional do país. Quem imaginaria que o Chile chegaria a esse lugar maravilhoso para discutir sua identidade no século XXI? O Chile, que historicamente foi autoritário e refratário a qualquer mundialização. É por isso que Pinochet se sentiu confortável ali por tanto tempo, em uma ditadura cruel. Na América Latina nós temos verdadeiros reservatórios autoritários, e uma boa maneira de confluir esses mundos é questionar a verdade colonial de que aqui existe minha pátria, minha língua. O poeta brasileiro, maravilhoso cantor e compositor Caetano Veloso, numa canção, faz um elogio à pátria dizendo “a minha pátria é a minha língua”, enquanto, ao mesmo tempo, questiona a pátria. Sendo o quéchua uma língua continental, viva a Pachamama! Abaixo os nacionalismos!

MARISOL DE LA CADENA: Abaixo os nacionalismos!

Acho que é oportuno, porque estamos falando nos dias atuais, na semana em que uma mulher Mapuche foi instituída presidente da Assembleia Constituinte no Chile. É interessante pensá-la como um exemplo de práticas que estão na pólis, mas não somente, porque as presenças de mulheres, de transexuais, de cientistas que pensam a colonialidade da ciência e de indígenas nessa Assembleia os fazem ser parte da cultura, mas não somente. Fazem com que sejam parte da pólis, mas não somente. Nesse sentido, existe uma abertura. Essa Assembleia pode ser pensada como uma confluência de divergências, como uma assembleia de divergências. Gostaria de pensar, por um momento, no processo eleitoral que está acontecendo no Peru agora, em que acontece um fenômeno extremamente interessante. O poder está sendo disputado entre os que sempre o tiveram e quem nunca o teve. O professor Pedro Castillo, que ganhou as eleições, é a expressão daqueles que nunca tiveram o poder. O terror das elites não é que o poder passe para outro grupo social, mas que, acontecendo isso, o poder seja reconfigurado em sua prática. Penso em Pedro Castillo, ajudada, por um lado, por Pierre Clastres em *Os chefes sem poder*, e, por outro lado, pelos zapatistas em *Mandar obedecendo*. Nesse sentido, Pedro Castillo pode mandar obedecendo, mudando

a forma de representação, e não apenas representar, mas fazê-lo consultando os representados. Tenho esperança porque um dos advogados brilhantes que o está defendendo de toda a força do sistema midiático e econômico contra ele disse, há uma semana, que o poder de Castillo não está no partido que ele supostamente representa, mas em todos aqueles que votaram nele.

Eu acho que, se nos conscientizarmos, poderíamos tentar uma prática diferente do que continuaríamos chamando de política, mas que essa prática poderia fazer chamar de outra maneira. Talvez chamá-la simplesmente de democracia, uma prática na qual não há representantes, mas, sim, representados. O representante não pode cortar os vínculos com aqueles a quem deve o poder, e isso é algo que também aprendi com Mariano Turpo. Ele era representante da sua comunidade aos olhos do Estado e da esquerda, mas ele me ensinou que falava a partir da, e não pela comunidade. Que não podia falar pela comunidade, que devia voltar e consultar. Essa também é a prática das rondas camponesas, das quais Pedro Castillo fez parte, por isso sinto que existe uma possibilidade – isso se todos ecologicamente relacionados praticássemos o pensamento que torne possível o que se poderia chamar de ecologicamente democrático.

AILTON KRENAK: Estamos mudando. É preciso mudar o mundo, portanto, que seja também por meio das experiências limitadas da democracia. Lembro-me que sempre observei a ideia da política e o apelo da democracia como uma vocalização daquele mundo que busca corpos para imprimir sentidos. O mundo que comentamos anteriormente e que caracterizou a colonização dos continentes e novos mundos. Em outras palavras, não somos nós que inauguramos o desejo de *mundizar*, ou *remundizar*, ou pensar mundos em constante transformação. Na Idade Média, de alguma maneira, o desejo de colonizar o planeta foi mobilizado por uma vontade de mundo. Parece que essa vontade de mundo esteve presente em nós – esse nós amplo – desde sempre. A introdução de uma lógica ocidental, de uma razão ocidental e de um poder político instituído que migra entre os corpos, mas comete os mesmos erros, é muito interessante porque tem a ver com a ideia de cultura e de natureza. Quando os reis católicos e o Papa, no ano de 1400, aproximadamente, após o fim do último sultanato na Península Ibérica, pensaram que estavam livres para procurar novos corpos para colonizar, já tinham feito isso com a África e vieram fazer com a América. As tentativas de diálogo que aconteceram ao longo da história, nos séculos XVII e XVIII, são muito ricas em ensinar que essas pessoas, que estavam tentando conversar, falavam de lugares totalmente impossíveis de serem reconhecidos pelo outro.

Um exemplo está na carta do grande chefe, atribuída ao cacique Seattle, em um diálogo com um representante armado do

Governo de Washington, em que havia uma comunicação sobre a ocupação das terras e ele tentava negociá-las com uma proposta de compra. Na carta, o chefe Seattle teria dito: “Como? O homem branco quer comprar a terra? A terra é mais do que você e eu. Quando ele morrer, será enterrado aqui”. O fato de um indígena falar assim com um general institui uma ofensa total. Como esse homem poderia dizer que a ideia de comprar terras era um escândalo, se sempre o fizeram? Sempre tomaram terras. Se necessário, compravam, mas costumavam tomá-las. Ele estava sendo tão educado que sugeriu a compra, mas, se o chefe Seattle não quisesse vender, não seria um problema: matariam todos e tomariam a terra. Assim é o pensamento colonial. Quando o chefe Seattle diz: «Eu sei. Você chegou aqui e dominou tudo. Seu Deus provavelmente o tornou o novo proprietário. Você terá o domínio sobre todas essas coisas, mas ensine seus filhos a pisar suavemente sobre a terra. Ensine-os a amar a brisa da montanha. Deixe-os reconhecer o voo da águia”. Ele fala um poema maravilhoso para esse militar, e, por fim, o chefe Seattle diz: “Se vocês não aprenderem, um dia vocês vão despertar imersos em seu próprio vômito”. Então, é isso que o pensamento colonial está conseguindo, acumulando tanto lixo, tanto estrago, tanto discurso antropocêntrico que está produzindo o Antropoceno, está produzindo um mundo adoecido. Os rios que nos fizeram encontrar, hoje, seres-rios, estão sendo mutilados. Invocamos três rios no início do nosso encontro, cada um deles com seu corpo ferido por algum dano. Seja pelo garimpo e pela mineração, que joga venenos e os restos no corpo do rio, seja por uma apropriação da paisagem que vai cortando o rio em pequenos pedaços e criando uma paisagem de vacas, de gado, de pastagem. Não há nada mais aviltante do que transformar o corpo de um rio em curral, devastando, sujando e impactando tudo. Depois de 50 anos de gado pisando no chão e na beira da água, o rio mergulha e vai para outro lugar, ele conflui para outras paisagens. Quando a paisagem se torna insuportável, o rio migra. Aqui cantamos para Watú, nosso rio: “*O Watú Mirare re, oh Rio de águas boas [...]*”.

Conversamos com nosso avô. Gostamos de conversar com ele, agradecer que ele nos dá comida, que nos dá essa água maravilhosa, que amplia nossas visões de mundo. Nosso avô, o Watú, o rio, está com o corpo cheio de mercúrio, e de uma imensa lista de venenos que a mineração lançou sobre o corpo do rio. E seu corpo, cansado, mergulhou em si mesmo. Aquele material que está descendo ali na calha não é o corpo do rio, aqueles são os detritos, o que Seattle chamou de vômito. A verdadeira água, que nasce nas montanhas, está correndo agora sob uma laje de pedra que os geólogos dizem ser uma formação de granito e outros materiais muito sólidos que formam uma base que desce até a costa e chega ao Atlântico. Em cima dessa plataforma, há terreno, existem camadas de solo. O rio

mergulhou e passa por baixo da laje. Ele provavelmente vai para o oceano Atlântico, mas não quer se expor ao abuso constante desse pensamento absurdo que acha que existem corpos para serem ocupados, feito zumbis. Ele é um corpo que nega esse tipo de *bullying*. Diante da ofensa, ele mergulha e desaparece. E então os humanos reclamam de estar sem água. Os humanos e suas economias estúpidas reclamam de não serem mais capazes de promover o desenvolvimento, o progresso, porque precisam de muita água para as hidrelétricas, as usinas, a indústria. Os humanos estão sempre reclamando de alguma coisa, os humanos não têm solução.

ANA GOMES: Ailton, você disse que seres que não são pólis podem tecer alianças outras que a política. Então, vamos buscar essas outras alianças? Você também disse algo importante: o mundo não pertence a nenhum de nós, estamos todos. A tarefa de *remundear* é de todos. Se concordarem, podemos encaminhar a nossa conclusão celebrando esses dois acontecimentos: a presença de Elisa Loncón como presidente da Assembleia Constituinte do Chile, e Pedro Castillo, que abre esse horizonte da política, como disse Marisol, herdando a política para fazer um novo horizonte. Quem sabe sejam bons auspícios neste nosso momento? O que vocês gostariam de dizer pensando em um encerramento?

MARISOL DE LA CADENA: Acho que a ideia é algo que eu já disse antes: para herdar a política de maneira diferente, não se deve ocupá-la, mas estar dentro dela e escapar. Acho que não se deve ocupar a política, porque, se ocupamos, ela nos ocupa e não devemos deixar que a política nos ocupe. É preciso passar pela política sem que ela nos ocupe, nos esquivando. Então, essa Assembleia Constituinte e essa (espero) presidência de Pedro Castillo não devem ser ocupadas pelo Estado, e eles não devem ocupar o Estado. Eles devem estar no Estado e se esquivar dele, fazer isso constantemente, estar e se esquivar, confluír, fluír, passar e se esquivar. E fazer isso em divergência, em diálogo divergente. Não deixar de conversar, mas não fazer unidade. Temos que fazer mundos sem unidades, fazer mundos fractais, fazer frações que se juntem, confluam e sigam em confluência sendo diferentes. Para voltar, porém, à questão da Assembleia, não deixar que o Estado ocupe a Assembleia ou não deixar que o Estado ocupe as lideranças nessa Assembleia que não querem ser representações usuais. E a mesma coisa em uma futura presidência de Pedro Castillo: não se deixar ocupar pelo Estado, esquivar-se do Estado, estar dentro e se esquivar.

AILTON KRENAK: Quem sabe? Talvez a presença de povos indígenas e originários no debate sobre o novo constitucionalismo na América Latina, mas principalmente a partir dos Andes, contribua

com outras perspectivas, inclusive sobre aquilo que chamamos de país e nação, pois esses povos originários têm outras contribuições ao debate tanto da pólis como da própria ideia de natureza, ecologia, cultura. Se nos abirmos para todas essas riquezas e maravilhas, a política será apenas uma dimensão da vida, não será uma ocupação da vida. Porque, em última análise, o século XX foi tomado pelo sentido de ocupação. Seja a extrema direita ou a esquerda, ou essa coisa chamada liberalismo, a única coisa que fizeram foi aparelhar esses corpos que não têm defesa própria e constituir essa servidão. Escapar dessa escravidão é também questionar a ideia de ocupação. Ocupar a política, ocupar o Estado. Espero que possamos ajudar a oxigenar esses ambientes ao máximo. Assim como nossos rios doam, compartilham, confluem, que a gente possa aprender com nossos rios e não ficar preso a nenhuma barragem. A ideia desses Estados nacionais é muito limitada, é muito pobre. Devemos ser capazes de atravessar tudo isso e confluír. Tenho uma expectativa muito boa com relação ao que pode acontecer, principalmente na América do Sul, sem esquecer nossos queridos zapatistas, que sempre inspiram debates na América Latina, mas considerando que há um desafio andino em andamento. Antes de gritarmos 'Viva Zapata!', teremos que gritar 'Aby Ayala!', como dizem nossos irmãos em quéchua, quando saúdam a terra e o céu. Não é certo?

MARISOL DE LA CADENA: Não 'Viva Zapata!', 'Viva Ausangate!', 'Viva o Doce!'.

Organizadores do livro

Gabriela Moulin

Diretora-presidente do BDMG Cultural e mestranda em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de Minas Gerais. Jornalista de formação e pós-graduada em Relações Públicas pela USP, atua há mais de 20 anos na confluência entre educação, cultura e desenvolvimento territorial, junto a investidores sociais privados e públicos e na intersecção com políticas públicas.

Bernardo Esteves

Jornalista especializado em ciência e meio ambiente e pesquisador no campo dos estudos sociais da ciência e tecnologia. É repórter da revista piauí e apresentador do podcast "A Terra é redonda". Formado em Comunicação Social pela UFMG (1999) e com doutorado em História das Ciências e das Técnicas e Epistemologia pela UFRJ (2014), é professor de jornalismo científico no Amerek, o curso de especialização em comunicação pública da ciência da UFMG.

Júnia Torres

Documentarista com formação e doutoramento em Antropologia pela UFMG. Integrante da Associação Filmes de Quintal, organizadora do forumdoc.bh – Festival do Filme Documentário e Etnográfico em 22 edições. Curadora das mostras: Cinema, Território Ameríndio e Política e Palavra no Documentário (Sesc Minas) e de três edições do Mekukradjá: encontro de realizadores e escritores indígenas (Instituto Itaú Cultural, SP).

Marcela Bertelli

Cientista social com ênfase em antropologia pela UFMG, pós-graduada em Políticas Culturais e Gestão Cultural pela Universidad Autónoma de Mexico. Musicista e produtora cultural, editora da Manuzá, revista e rede de comunicação do Mosaico Sertão Veredas – Peruaçu junto ao Ponto de Cultura Seu Duchim e Instituto Rosa e Sertão, membro

do grupo Ilumiara de pesquisa, criação e interpretação musical, coordenadora de projetos do Núcleo de Música do Instituto Çarê e diretora da Lira Cultura empresa de produção cultural.

Wellington Caçado

Arquiteto e professor da Escola de Arquitetura e Design da UFMG, onde integra o grupo Cosmópolis (CNPq). Pesquisa as relações entre as metamorfoses urbanas, os cinemas ameríndios e as cosmopolíticas do Antropoceno. É editor da revista PISEAGRAMA (www.piseagrama.org).

Paula Lobato

Arquiteta, designer e editora, mestre em Arquitetura e Urbanismo pela UFMG, onde também se graduou. Pesquisadora de publicações, integra a equipe do BDMG Cultural como Coordenadora de Acervos. É editora da revista PISEAGRAMA.

Felipe Carnevalli

Arquiteto e urbanista formado pela UFMG, mestre em Arquitetura e Urbanismo pela mesma instituição e mestre em Ciências Sociais pela École des Hautes Études en Sciences Sociales (França). É editor da revista PISEAGRAMA e co-fundador do coletivo Micrópolis. Pesquisa práticas colaborativas nas fronteiras compartilhadas entre espaço, antropologia e imagem.

Diálogo de abertura

Ailton Krenak

Jornalista e escritor, ativista do movimento socioambiental e de defesa dos direitos indígenas, Comendador da Ordem de Mérito Cultural da Presidência da República e doutor Honoris Causa pela UFJF. Participou da Assembleia Nacional Constituinte que elaborou a Constituição Brasileira, em 1988, protagonizando uma das cenas mais marcantes da história do país. Participou da fundação da União dos Povos Indígenas e da Aliança dos Povos da Floresta, idealizou o Festival de Dança e Cultura Indígena, que

acontece desde 1998, na Serra do Cipó, em Minas Gerais. É autor dos livros "Ailton Krenak – Encontros", com organização de Sergio Cohn (Azougue); "A Vida Não é Útil", "O amanhã não está à venda" e "Ideias para adiar o fim do mundo" (Companhia das Letras), que foi publicado na França, Argentina, Canadá e Itália.

Marisol de la Cadena

Pós-doutora em antropologia pela Universidade de Wisconsin-Madison (EUA), tornou-se antropóloga no Peru, na Inglaterra, França e Estados Unidos, onde leciona no Departamento de Antropologia da Universidade da Califórnia, em Davis. Seu livro mais recente, ainda não publicado no Brasil, é "Earth Beings: Ecologies of Practice across Andean Worlds", em tradução livre "Seres-Terra: Ecologias da Prática através dos mundos Andinos", em colaboração com Mariano and Nazario Turpo, do povo Quéchua, de Cusco. Coeditou o livro "A World of Many Worlds" ou "Um mundo de muitos mundos", com Mario Blaser, e hoje trabalha no que chama de "cow-forming liverscapes", na Colômbia.

Ana Gomes

Professora titular na Faculdade de Educação da UFMG, onde atua desde 1999, explorando as interfaces entre Antropologia e Educação. Após pesquisas com crianças nas favelas de Belo Horizonte; e com crianças ciganas nas escolas públicas italianas, ao ingressar na UFMG dedicou-se ao tema da aprendizagem em suas relações com a cultura, e às atividades de ensino, pesquisa e extensão com povos indígenas em Minas Gerais e no Brasil.

Diálogos

Roberto Andrés

Urbanista, professor da UFMG e doutorando na USP. Foi um dos fundadores da revista Piseagrama e é colaborador da revista Piauí. É membro do conselho da ONG "Nossas" e foi um dos fundadores da iniciativa "Nossa América Verde". Pesquisa

e atua com as questões da vida urbana em intersecção com meio ambiente e política. É coautor do livro "A Natureza mora ao lado", com Fernanda Regaldo, e co-organizador dos livros "Urbe Urge", "Escavar o Futuro" e "Guia Morador".

Fernando de Mello Franco

Arquiteto e urbanista, doutor pela FAUUSP. Foi sócio-fundador do MMBB Arquitetos, colaborador do Arq. Paulo Mendes da Rocha e Secretário de Desenvolvimento Urbano de São Paulo (Gestão 2013-2016). Desde então atua como consultor para para órgãos multilaterais e organizações do terceiro setor em temas de políticas públicas, desenvolvimento territorial e urbano. É professor da Universidade Mackenzie.

Alessandro Borsagli

Geógrafo e mestre em Geografia pela PUC Minas. Professor e Pesquisador atuante nas áreas relacionadas ao espaço urbano com ênfase em Geografia Urbana, Geografia Histórica e Memória Urbana. Autor do site Curral del Rey, destinado ao resgate da memória urbana e à discussão sobre o processo de evolução urbana de Belo Horizonte e das mudanças ocorridas na paisagem urbana da capital mineira sob a perspectiva da Geografia Histórica.

Louise Ganz

Artista e arquiteta, doutora em artes visuais e professora no curso de artes plásticas da Escola Guignard (UEMG). Atua principalmente na interface entre arte, ecologia e geopolítica, na produção de proposições espaciais e ficções visuais pela fotografia, pintura, desenho e documentos. Recebeu diversos prêmios, participa de exposições e produções editoriais.

André Aroeira

Biólogo e mestre pela UFMG e especialista em políticas públicas socioambientais. Trabalhou em diversos biomas no Brasil e atualmente é coordenador de programa da Associação Mico Leão Dourado,

trabalhando pela conservação da mata atlântica e dos micos na bacia do rio São João, interior do Rio de Janeiro.

Gustavo Malacco

Ambientalista, Biólogo formado pela Universidade Federal de Uberlândia, Diretor de Sustentabilidade da OSC – Associação para a Gestão Socioambiental do Triângulo Mineiro.

Alessandra Korap

Líder indígena do povo Munduruku e ativista brasileira pelo meio ambiente. Sua principal atuação é em defesa da demarcação do território indígena e pela proteção dessa terra, denunciando a exploração e atividades ilegais do garimpo, da mineração e da indústria madeireira. Alessandra é reconhecida internacionalmente por seu trabalho e em 2020 recebeu o Prêmio Robert F. Kennedy de Direitos Humanos, nos Estados Unidos.

Aliny Pires

Bióloga, doutora em Ecologia pela UFRJ. Atualmente, é professora da UERJ, coordenadora da Plataforma Brasileira de Biodiversidade e Serviços Ecossistêmicos e pesquisadora associada a Fundação Brasileira para o Desenvolvimento Sustentável e a Rede Clima. Sua principal linha atuação se refere às ameaças e ao papel da biodiversidade para o bem-estar humano e para o funcionamento dos ecossistemas, especialmente de ambientes aquáticos continentais. Aliny coordenou o relatório “Água: biodiversidade, serviços ecossistêmicos e bem-estar humano no Brasil” que, de forma inédita, buscou integrar as diferentes dimensões de importância da água e dos ambientes aquáticos.

José Alves de Siqueira Filho

Biólogo pela UFRPE, Doutor pela UFPE. Professor da Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF) e curador do Herbário HVASF – Vale do São Francisco. Fundador e Diretor de Pesquisa do Centro

de Referência para a Recuperação em Áreas Degradadas – Bioma Caatinga desde 2006. Autor dos livros “Fragmentos de Mata Atlântica do Nordeste: Biodiversidade, conservação e suas Bromélias” (2006) e “Flora das Caatingas do Rio São Francisco: História Natural e Conservação” (2012), vencedor do Prêmio Jabuti 2013.

Bianca Souza

Natural de Viçosa, MG, mas residente na região do médio rio Doce desde 2014. Agroecóloga, M. Sc. em Agroecologia pela Universidade Federal de Viçosa – UFV. Integra a equipe técnica do Centro Agroecológico Tamanduá (CAT) como Coordenadora Técnica Executiva. Atua junto a agricultores familiares, camponeses, acampamentos e assentamentos de reforma agrária, entre outras organizações e movimentos sociais. Após o rompimento da barragem de Fundão (2015) passou a lutar por direitos e reparação junto com as pessoas atingidas.

Zé Torino e Nelinda Gonçalves

Agricultores rurais, moradores do Vale do Peruaçu, onde cuidam de um conjunto de nascentes que abastecem o rio Peruaçu. Atuam diretamente na Preservação do meio ambiente e realização de Agricultura sustentável. Possuem formação nas áreas de Reflorestamento para preservação de Minas D’água, Agrofloresta e Agricultura familiar e especialização em Construção das Fossa Sépticas Biodigestoras. Participaram do IX ENCONASA em Mossoró/RN e do 3º Encontro Nacional de Agricultoras e Agricultores Experimentadores em Campina Grande-PB.

Camilla Brito

Natural do oeste baiano, Bacharel em Ciências Biológicas pela Universidade Federal de Lavras – UFLA (2014), e aluna do Curso de Energia e Sociedade no Capitalismo Contemporâneo pela UFRJ. Membro da Coordenação Nacional do Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB, atua na Bacia do Rio Doce (MG).

Itamar de Paula

Idealizador do Conselho Comunitário Unidos Pelo Ribeiro de Abreu – COMUPRA, entidade onde atua desde a sua fundação, em 2001. Em 2007, foi um dos criadores do movimento “Deixem o onça beber água limpa”, que defende a requalificação sócio econômica ambiental e participativa do Ribeirão do Onça e região. Aprendeu a nadar e pescar no Onça, acredita piamente em sua recuperação e sabe o potencial que ele e o povo de seu entorno têm.

Apolo Heringer

Idealizador do Projeto Manuelzão, voltado para a revitalização do Rio das Velhas, o principal afluente do Rio São Francisco em plena Região Metropolitana de Belo Horizonte. Doutor em Educação pela UFMG, especialista pneumologista (Argel) e epidemiologia pela Universidade Livre de Bruxelas (Bélgica) e graduado em medicina pela UFMG.

João Paulo Barreto

Indígena do povo Yepamahsã (Tukano). Graduado em Filosofia e Doutor em Antropologia Social pela UFAM. Pesquisador do Núcleo de Estudos da Amazônia Indígena (NEAI). Fundador do Centro de Medicina Indígena Bahserikowi. Membro do SPA – Science Panel for the Amazon (Painel Científico para a Amazônia), da Academia Brasileira de Ciência.

Clarissa Santos

Médica de Família e Comunidade, preceptora do Programa de Residência Médica em Saúde da Família do Hospital Metropolitano Odilon Behrens. Professora auxiliar do curso de medicina da PUC Minas, mestranda na Faculdade de Medicina da UFMG e integrante da Rede Nacional de Médicas e Médicos Populares desde a sua fundação em 2014. Atuou em defesa dos povos e da natureza nas situações de crime ambiental envolvendo o Rio Doce em Mariana, no Rio Paraopeba em Brumadinho e no Rio Buzi, em Moçambique, após a passagem do ciclone IDAI.

Chris Barra

Graduada em fisioterapia pela UFMG (1991), mestre e doutora em Antropologia Social pela mesma instituição (2010 e 2020). Desenvolve estudos nas áreas de Antropologia da Saúde, Saúde Indígena e Etnologia indígena. Atua, desde 2004, em projetos de qualificação da atenção à saúde em contextos de interculturalidade e de sensibilização aos diferentes modos do conhecer e do fazer em saúde.

Eloy Terena

Advogado indígena. Pós-doutor na École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHSS), Paris. Coordenador Jurídico da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB)

Tatiana Ribeiro de Souza

Doutora em Direito Público e mestre em Ciências Sociais, pela PUC Minas, pós-doutora pela Universidad Rovira i Virgili (Espanha). Professora adjunta da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) na graduação e no mestrado em Direito, coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisas Socioambientais (GEPISA) e integrante da Rede Internacional para o Constitucionalismo Democrático Latino-Americano (RCDLA).

Paulo Tavares

Arquiteto, doutor pela Goldsmiths, University of London, pesquisador e professor da UnB. Também é colaborador do Forensic Architecture e fundador da agência autônoma. Desenvolve pesquisas cartográficas e análises visuais forenses para subsidiar a reparação de danos materiais e morais sofridos pelos povos indígenas devido à remoção forçada de seus territórios e investiga as possibilidades da arquitetura como uma forma de advocacia e as relações do design com a crise climática. É autor dos livros “Forest Law” (2014), “Des-Habitat” (2019) e “Memória da Terra” (2020). Foi co-curador da Bienal de Arquitetura de Chicago 2019.

Lives

Renato Sztutman

Professor do Departamento de Antropologia da USP e coordenador do Centro de Estudos Ameríndios – CEStA/USP. É autor do livro “O profeta e o principal” (Edusp/Fapesp, 2012).

Ângohó Pataxó Hãhãhãe

Vice-cacica indígena da Aldeia Katuramã, artesã indígena, mestre tradicional e fisioterapeuta xamã pela escola Gaia de Xamanismo. Já participou do encontro de mecanismo para povos indígenas na ONU, em Genebra, e ministrou cursos e palestras voltadas à questão ambiental e luta pelo território.

Allyne Costa

Doutora em filosofia pela PUC-Rio, com pesquisa que trata da importância de pensar o Antropoceno e o colapso ecológico, considerando cosmovisões e modos de vida outros que ocidentais. É também professora do quadro complementar do Departamento de Filosofia da PUC-Rio e pós-doutoranda do Fórum de Ciência e Cultura da UFRJ.

Célia Xakriabá

Mulher poesia, integra a Articulação Nacional das Mulheres Indígenas. É Professora, Assessora Parlamentar, Mestra em Desenvolvimento Sustentável pela UnB/MESPT. Doutoranda em antropologia pela UFMG. Reafirma que sua primeira escola foi a luta. Sua luta centra-se na garantia do Território, na reestruturação do sistema educacional, no apoio às mulheres e à juventude no chão do Território e no chão do mundo.

Fábio Scarano

Engenheiro Florestal, Ph.D. em Ecologia e Professor Titular da UFRJ. Atuou nos painéis da ONU para o clima e biodiversidade e foi dirigente no Jardim Botânico do Rio, na Conservação Internacional

e na Fundação Brasileira para o Desenvolvimento Sustentável. Recebeu dois Prêmios Jabuti de Literatura na área de Ciências Naturais. Seu livro mais recente é “Regenerantes de Gaia” (2019).

Roberto Romero

Etnólogo, doutor em Antropologia Social pelo Museu Nacional (UFRJ). Trabalha em parceria com os Tikmũũn (Maxakali) desde 2010. É membro da Associação Filmes de Quintal e um dos organizadores do forum-doc.bh – Festival do Filme Documentário e Etnográfico. Co-dirigiu o filme “Nũhũ Yãg Mũ Yõg Hãm: Essa Terra É Nossa!” (Isael Maxakali, Sueli Maxakali, Carolina Canguçu, Roberto Romero, 2020).

Margi Moss

Formada em letras pela St Andrews University (Escócia), trabalhou em várias áreas até se envolver com o tema das águas no Projeto Brasil das Águas (2003–2005), em que coletou, junto a seu parceiro de trabalho e marido, Gérard Moss, 1.100 amostras de rios e lagos em todo o Brasil, utilizando um avião anfíbio. Entre 2005 e 2007 realizou o Projeto Sete Rios (Araguaia Guaporé-MT/RO; Verde MT; Ribeira-SP; Grande-BA; Ibicuí-RS e Miranda-MS) coletando amostras para análise e dando palestras nas cidades ribeirinhas. Realizou também o projeto Rios Voadores, de coleta de material para análise e trabalhos de conscientização, mas dessa vez, com amostras captadas no céu, analisando o regime de chuvas de todo o país (2007–2015).

Antônio Bispo dos Santos

Lavrador, formado por mestras e mestres de ofícios, morador do Quilombo do Saco-Curtume (São João do Piauí, PI). Ativista político e militante de grande expressão no movimento social quilombola e nos movimentos de luta pela terra. Poeta, escritor e intelectual que prefere ser chamado de relator de saberes, é autor de inúmeros artigos e poemas, bem dos livros

“Quilombos, modos e significados” (2007); e “Colonização, Quilombos: modos e significados” (2015). Também foi professor e mestre convidado do projeto Encontro de Saberes na UnB.

Fernanda Regaldo

Mestre em política comparada pela London School of Economics, é editora da revista PISEAGRAMA. É coautora do livro “A Natureza Mora ao Lado” (2011) e coorganizadora dos livros “Guia Morador de Belo Horizonte” (2013), “Escavar o Futuro” (2014) e “Urbe Urge” (2018).

Maria Esther Maciel

Poeta, ensaísta, ficcionista e professora titular de Literatura Comparada da UFMG, atua como pesquisadora/professora colaboradora da UNICAMP desde 2019. Tem doutorado em Literatura Comparada pela UFMG e pós-doutorado em cinema pela Universidade de Londres. Publicou vários livros em diferentes gêneros literários. Recebeu, com “O livro dos nomes” (Companhia das Letras, 2008), menção especial no Prêmio Casa de las Américas 2009, além de ter sido finalista de vários prêmios literários. É idealizadora e diretora editorial da revista Olympio – Literatura e Arte.

Mia Couto

Nascido em 1955 na cidade da Beira, província de Sofala. É jornalista e trabalha como biólogo em Moçambique. Publicou mais de 30 livros, traduzidos e editados em 30 diferentes países. Os seus livros cobrem gêneros do romance à poesia, dos contos ao livro infantil. Recebeu dezenas de prêmios em sua carreira, incluindo – por duas vezes – o Prêmio Nacional de Literatura, o prêmio Camões e o Prêmio Neustad, considerado o Prêmio Nobel norte-americano. No ano de 2016 foi finalista de um dos mais prestigiados galardões internacionais, o Man Booker Prize. É membro da Academia Brasileira de Letras.

Júlia Medeiros

Escritora, atriz, dramaturga, compositora e produtora de cultura. Seu primeiro livro,

“A Avó Amarela” (Ôzé, 2018), foi vencedor dos prêmios Jabuti 2019, FNLIJ e selecionado para o catálogo “White Ravens”, da Biblioteca Internacional da Juventude (Munique). Foi integrante do grupo de teatro Ponto de Partida, atuando também no coro Meninos de Araçuaí e na Bituca: Universidade de Música Popular.

Artistas

Davi de Jesus do Nascimento

Artista plástico, performer e poeta barbaquero. Gerado às margens do rio São Francisco, curso d’água de sua pesquisa, Davi trabalha coletando afetos da ancestralidade ribeirinha e percebendo “quase-rios” no árido. Na fotografia, utiliza o corpo como instrumento de medida do mundo. Corpo-médium, confrontado e confundido com a natureza. Uma natureza aquática, barrenta e silenciosa, que pode ser lida como isca, peixe e pedra.

Nydia Negromonte

Artista plástica formada em desenho pela Escola de Belas Artes da UFMG (1989) com especialização em gravura pela Faculdade de Belas Artes da Universidade de Barcelona (1998). Em 2012 realizou exposição individual, “Lição de Coisas” no Museu de Arte da Pampulha, Belo Horizonte, e participou da 30ª Bienal de São Paulo com o trabalho “A Iminência das Poéticas”. Em 2018 realizou a mostra individual “Nydia Negromonte. Lección de Cosas (2004–2018)”, Sala Luis Miró Quesada Garland (Peru).

Paulo Nazareth

Paulo da Silva, homem velho nascido em Borun Nak [território indígena do Vale do Rio Doce] Minas Gerais. Se confunde no tempo estendendo seu nascer aos primórdios da mata atlântica. Vive deslocando-se sobre terra e água. Nadando desajeitado, bebeu do Figueirinha e outros afluentes do Watú. Cresceu em torno de alguns brotos que desaguam no Rio das Velhas. Filho de Ana Gonçalves da Silva filha de Nazareth

Cassiano de Jesus, mulher borun presa política na Colônia de Barbacena a partir do ano de 1944. Andou por Ásia, América e África, mostrou artesanaria, palavras, sonhos e pensamentos.

Sara Lana

Artista e desenvolvedora nascida em Belo Horizonte, estudou matemática e engenharia elétrica na UFMG. Seus projetos se situam na confluência da arte com a tecnologia. Recorrem a suportes variados, valendo-se principalmente do som, da eletrônica, do vídeo, e da ilustração. Sua obra busca promover a desalienação tecnológica ao chamar a atenção para o nosso alheamento à onipresença das máquinas digitais na sociedade contemporânea. Seu trabalho propõe ainda uma reflexão sobre o papel dos animais que dividem o espaço com os humanos, e estimula a busca de relações mais equilibradas com eles no contexto tecnológico atual. Sara é diretora executiva da Silo – Arte e Latitude Rural, uma organização da sociedade civil que cria, acolhe e difunde arte, ciência, tecnologia e agroecologia em zonas rurais e de preservação ambiental, estimulando o cruzamento entre técnicas intuitivas e saberes científicos.

Edgar Kanaykō Xakriabá

Pertencente ao povo indígena Xakriabá de Minas Gerais, é mestre em Antropologia pela UFMG. Tem atuação livre na área de Etnofotografia, que exerga como um meio de registrar um aspecto da cultura – a vida de um povo. Em suas lentes a fotografia torna-se uma nova ferramenta de luta, possibilitando ao “outro” ver com outro olhar aquilo que um povo indígena é.

Ana Pi

Mineira de Belo Horizonte, Ana Pi é artista da coreografia e da imagem, pesquisadora das danças urbanas, dançarina extemporânea e pedagoga. Sua prática está situada entre noções de trânsito, deslocamento, pertencimento, sobreposição, memória, cores e gestos ordinários.

Comissionados para o livro

Andrés Sandoval

Artista e ilustrador, estudou Arquitetura e Urbanismo na USP. Desenvolve projetos de livros, estampas e murais desde 2003. Publica seus desenhos pelas editoras Companhia das Letras, Todavia e Ubu. Participou da X e da XII Bienal de Arquitetura de São Paulo, da exposição Cidade Gráfica no Itaú Cultural e Linhas de Histórias no SESC Santo André, Campinas e Araraquara. Entre seus parceiros de arquitetura e design, trabalha com Marcelo Rosenbaum, Grupo SP, PS2 Design e Bloco Gráfico. Desenha as ilustrações das esquinas da revista Piauí.

Joana Corrêa

Gestora cultural, mestre e doutora em antropologia pela UFRJ. Foi uma das idealizadoras do Museu Vivo do Fandango, reconhecido pela Unesco como boa prática na salvaguarda de bens imateriais, e participou ativamente dos processos de construção de políticas públicas para as culturas populares junto ao Ministério da Cultura, de 2003 a 2013. Percorre o Vale desde os anos 2000 e, em 2013, mudou-se para Milho Verde, distrito do Serro, ao lado das águas nascentes do Jequitinhonha. Pesquisa culturas e saberes tradicionais e quilombolas da região. Atualmente, integra a equipe do Instituto Milho Verde, o conselho da Sempre-Viva Editorial e colabora com a gestão do Centro de Cultura Memorial do Vale. Participa também dos grupos de pesquisa acadêmica Observatório de Festas na Pandemia, Observatório de Patrimônio Cultural no Sudeste, MinasMundo e Mukuá – Laboratório sobre Vissungo.

Roberta Fontes

Nasceu e cresceu perto do rio Piranga, afluente do rio Doce, na cidade de Ponte Nova. É educadora, antropóloga formada pela UFMG e doutoranda em Desenvolvimento Social pela Unimontes. Atualmente divide-se entre as cidades de Montes Claros e Serro, onde estuda, trabalha

e atua junto a movimentos sociais em defesa das águas. Suas pesquisas estão relacionadas aos saberes e territorialidades dos povos e comunidades tradicionais. Durante seu mestrado na Universidade Federal de Viçosa, trabalhou em um assentamento atingido pelo rompimento da barragem de Fundão às margens do rio Doce. Sensibilizada por essa experiência, publicou em 2020, pela Editora Peirópolis, o livro infantil “Um canto para o rio”, que foi selecionado em 2021 para compor o Clube de Leitura dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da ONU.

Gabriela Leandro Pereira

Arquiteta, pesquisadora e professora da Faculdade de Arquitetura da UFBA. Desenvolve investigações sobre narrativas, histórias, memórias e epistemologias produzidas sobre a cidade, urbanismo, arquitetura e seus apagamentos, interseccionados pelo debate das racialidades e de gênero. É autora do livro “Corpo, discurso e território: Cidade em disputa nas dobras da narrativa de Carolina Maria de Jesus” (2019) e foi curadora da Revista Arquitetas Negras, Vol 1 (2019). É co-fundadora da Coletiva Terra Preta e Conselheira da Casa Sueli Carneiro.

Sueli Maxakali

Principal liderança feminina da Aldeia-Escola-Floresta Hãmkãim (Ladainha-MG) é professora, artista e cineasta Maxakali. Junto de Isael Maxakali, realizou uma série de filmes, dentre eles o premiado “Yãmĩyhex: as mulheres-espírito” (2019), “Nũhũ Yãg Mũ Yõg Hãm: Essa Terra é Nossa!” (2020) e “Yã tu nũnhã payexop: encontro de pajés” (2021). Foi curadora da exposição Mundos Indígenas (2019) e duas vezes professora do programa de Saberes Tradicionais da UFMG. É aluna do Curso de Formação de Educadores Indígenas (FIEI) da mesma instituição. Conhecedora das histórias e dos cantos ancestrais dos espíritos yãmĩyhex, é uma das maiores defensoras do patrimônio cultural Maxakali e está na linha de frente da luta por uma terra com rio e mata para o seu povo.

Oficina de barquinhos

Roque Antônio Soares Jr. (Roquinho)

Brincante, observador da cultura da infância, gestor da Carretel Cultural, Belo Horizonte, MG.

ficha técnica

Mostra de cinema Rios para ver

Mostra Yékity

A terra, o canto e as mulheres do Jequitinhonha (2021)

Brasil, cor, 30'

DIREÇÃO AJENAI

FOTOGRAFIA Kennedy Leite,

Jaquielly Gomes, Aremita Reis

e as próprias mulheres do Jequitinhonha

COORDENAÇÃO Viviane Fortes

MONTAGEM Mariana Berutto

PRODUÇÃO Viviane Fortes, Elisângela

Pedroso, Aremita Reis e Kennedy Leite

Nobreza Popular (2003)

Rio de Janeiro, 48'; vídeo digital

DIREÇÃO Beth Formaggini

FOTOGRAFIA Luis Felipe Sá

MONTAGEM Marcia Medeiros

SOM Toninho Muricy

Rio de mulheres (2009)

Minas Gerais, cor, 21'

DIREÇÃO Cristina Maure e Joana Oliveira

FOTOGRAFIA Cristina Maure

SOM Osvaldo Gomes

MONTAGEM Armando Mendz

PRODUÇÃO Vaca Amarela Filmes

Salto da divisa (2013)

Minas Gerais, cor, 11'

DIREÇÃO Inácio Neves

FOTOGRAFIA Henrique Mourão

MONTAGEM Henrique Mourão

PRODUÇÃO EXECUTIVA Maria Ribeiro

Mostra Watú

À cura do rio (2017)

Minas Gerais, cor, 19'

DIREÇÃO Mariana Fagundes

FOTOGRAFIA Lucas Campolina

MONTAGEM Gabraz Sanna

SOM Flora Guerra

PRODUÇÃO EXECUTIVA Morgana Rissinger

PRODUÇÃO Noctua ideias e conteúdo

Bento (2016)

Brasil, cor, 8'

DIREÇÃO Gabriela Albuquerque e Luisa Lanna

FOTOGRAFIA Luisa Lanna e Douglas Resende

MONTAGEM Gabriela Albuquerque

e Luisa Lanna

PRODUÇÃO Luisa Lanna

Krenak (2017)

Brasil, cor, 74'

DIREÇÃO Rogério Corrêa

FOTOGRAFIA Lucas Barreto

MONTAGEM Pablo Ferreira

SOM Judaz Mallet

PRODUÇÃO Itaú Cultural

Mostra Opará

Águas Sagradas (2017)

Brasil/Belo Horizonte, cor, 10'

DIREÇÃO Amanda Russi

FOTOGRAFIA Pedro Dutra

MONTAGEM Lina Maria

COORDENAÇÃO DE OFICINAS Gustavo Jardim

Cidade Submersa (2020)

Minas Gerais, cor, 5'

DIREÇÃO Bárbara Lissa

FOTOGRAFIA Bárbara Lissa e Maria Vaz

SOM Bárbara Lissa

MONTAGEM Bárbara Lissa

PRODUÇÃO Bárbara Lissa

As Carrancas do São Francisco (1974)

Brasil, cor, 11'

DIREÇÃO Julio Heilbron

FOTOGRAFIA Julio Heilbron

SOM Eduardo Rüegg

MONTAGEM Julio Heilbron

PRODUÇÃO Eduardo Rüegg

Cinema no Rio (2014)

Minas Gerais/Bahia, cor, 25'

DIREÇÃO Inácio Neves,

Henrique Mourão e Marcela Bertelli

FOTOGRAFIA Henrique Mourão,

Inácio Neves, Pedro Vasconcelos

e Alê D'ávila

MONTAGEM Henrique Mourão

PRODUÇÃO Zenólia Filmes

Dure Nãt Sarô: Manter aceso – Queima tradicional de cerâmica Xakriabá (2017)

Minas Gerais, cor, 70'

DIREÇÃO Edgar Corrêa Kanaykô,

Joel Oliveira Xakriabá

ROTEIRO Guilherme Cury, Nei Leite Xakriabá

FOTOGRAFIA Edgar Corrêa Kanaykô, Erick

Alkimin Xakriabá, Flavia Franco Xakriabá,

Joel Oliveira Xakriabá, Giusney Xakriabá,

Guilherme Cury, Edmá Gonçalves Xakriabá,

Jean Oliveira Xakriabá

SOM DIRETO Joel Oliveira Xakriabá, Edson

Alkimin Xakriabá

MONTAGEM Guilherme Cury

Felicidade (2017)

Brasil/Belo Horizonte, cor, 10'

DIREÇÃO Isabela Izidoro

FOTOGRAFIA Felipe Carnevali

MONTAGEM Péricles Brandão

SOM André Di Franco

COORDENAÇÃO DE OFICINAS Gustavo Jardim

PRODUÇÃO Ana Lúcia Azevedo

e Pollyana Oliveira

Itacarambi – MG (2017)

Minas Gerais, cor, 11'

DIREÇÃO Inácio Neves, Gabriela

Albuquerque e Luiza Garcia

FOTOGRAFIA Inácio Neves e Luiza Garcia

MONTAGEM Gabriela Albuquerque

e Luiza Garcia

PRODUÇÃO EXECUTIVA Rangel Moreira

Minas d'águas (2015)

Brasil, 2015, Cor, 23'

DIREÇÃO Danilo Siqueira

MONTAGEM Danilo Siqueira

SOM Bernardo Vaz e Danilo Siqueira

PRODUÇÃO E ASSISTÊNCIA DE DIREÇÃO

Carolina Herrmann e Maria Júlia Gomes

Opará, morada

dos nossos ancestrais (2019)

Pernambuco, Cor, 21'

DIREÇÃO Graciela Guarani

FOTOGRAFIA Graciela Guarani, Ney Pankararu

e Alexandre Pankararu

MONTAGEM Alexandre Pankararu

PRODUÇÃO Alexandre Pankararu

TRILHA SONORA Canto dos povos indígenas

das margens do rio Opará

São José do Buriti, Felixlândia. (2009)

Minas Gerais, cor, 10'

DIREÇÃO Cristina Maure e Fernando Lima

FOTOGRAFIA Cristina Maure e Fernando Lima

MONTAGEM Débora Pessali

SOM Bernardo Adeodato

PRODUÇÃO Debora Carvalho

e Frederico Studart

Talhando o rio (2021)

Brasil, cor, 12'25"

DIREÇÃO Gleydson Mota

FOTOGRAFIA Gleydson Mota

MONTAGEM Karla Vanielly e Gleydson Mota

SOM Folia de São Sebastião, Quilombo

Sangradouro Grande, Januária

PRODUÇÃO Cine Barranco

Mostra Interflúvios

Yã Tu Nuhnãhã Payexop – Encontro de Pajés (2021)

Brasil, cor, 26'

DIREÇÃO Sueli Maxakali

FOTOGRAFIA Sueli Maxakali

MONTAGEM André Victor e Cris Araujo

A última volta do Xingu (2021)

Brasil/Juruna e Arara, cor, 35'

DIREÇÃO Kamikia Kisedjê e Wallace Nogueira

FOTOGRAFIA Kamikia Kisedjê

e Wallace Nogueira

SOM Wallace Nogueira

MONTAGEM Wallace Nogueira

Pajeú (2020)

Brasil, cor, 74'

DIREÇÃO Pedro Diógenes

FOTOGRAFIA Victor de Melo

MONTAGEM Guto Parente

e Victor Costa Lopes

SOM Lucas Coelho

PRODUÇÃO EXECUTIVA Caroline Louise

e Amanda Pontes

Pontes sobre abismos (2017)

Brasil, Portugal, Serra Leoa,

vídeo-instalação, 8'

DIREÇÃO, FOTOGRAFIA E PESQUISA

Aline Motta

MONTAGEM Fernando Lima

VIDEOGRAFISMO E FINALIZAÇÃO Rafael Longo

SOM Bruno Elisabetsky

Yãkwá – O banquete dos espíritos (1995)

Mato Grosso, cor, 54'

DIREÇÃO Virgínia Valadão

FOTOGRAFIA Altair Paixão e Vincent Carelli

MONTAGEM Tutu Nunes

PRODUÇÃO Fausto Campoli

CONTATO Vídeo nas Aldeias

Yaõkwa – Imagem e memória (2020)

Pernambuco/ Mato Grosso, cor, 21'

DIREÇÃO Rita Carelli, Vincent Carelli

FOTOGRAFIA Tiago Campos Torres

IMAGENS DE ARQUIVO Altair Paixão

e Vincent Carelli

MONTAGEM Tiago Campos Torres

SOM Wallace Nogueira

PRODUÇÃO Margareth, Olivia Sabino,

Vídeo nas Aldeias

Trabalhos artísticos

comissionados para

o Seres-Rios Festival Fluvial

Divino, Caminho e Sonho (2021)

21'21"

REALIZAÇÃO, EDIÇÃO, CORPO, IMAGENS

E DISCURSO Ana Pi

INFRABAIXOS Jideh High Elements

Singra (2021)

BUTUCA (FOTO E VÍDEO) Caio Esgario

MARCENARIA, DESENHO E FEITURA DO BARCO,

VELA E SINGRA David Nascimento

AJUDANTE DE MARCENARIA

Davi de Jesus do Nascimento

PÔR DO BARCO N'ÁGUA Moranga

Kã – Somos Rios (2021)

Brasil, Terra Indígena Xakriabá,

2021, cor, 6'54"

DIREÇÃO, FOTOGRAFIA E MONTAGEM

Edgar Kanaykõ Xakriabá

ELENCO Célia Xakriabá, Célia F. Xakriabá,

Nety G. Xakriabá e Geilson G. Xakriabá

ASSISTENTE DE PRODUÇÃO

Claudemir Xakriabá

Olho D'Água (2021)

VÍDEO E FOTOGRAFIAS Paulo Nazareth

– Arte Contemporânea / LTDA.

PRODUÇÃO E ASSISTÊNCIA Júlio Nazareth

e Anna Ycaro

ASSISTÊNCIA TÉCNICA Adão de Souza

Lacuna (2021)

Colagem digital

REALIZAÇÃO Nydia Negromonte

ASSISTENTE Mariana Zani

FOTOGRAFIA E VÍDEO Artur Souza

VÍDEO MAKER Míriam Rolim

Orelhinha (2021)

REALIZAÇÃO Sara Lana

INTERLOCUTORES Vítor, Sueli, Manuel, João,

Elias, Ricardo, Valdir, Adenides, Adel, Uelma,

Marcos, Gabriel, Neurisvânia, João, Enrico,

Débora, Gianetti, Fernando, Juarez, Luciana,

Karine, Zé Nilson, João Victor e todos outros

que atenderam os orelhões nas escolas

rurais e hospitais municipais.

FOTOS NOS ORELHÕES DE BH

Clarice Rodrigues

TRATAMENTO TILESSETS DO MAPA

Tiago Esteves

ESCUA Félix Blume, Clarice G. Lacerda,

Bernardo Esteves, Elisa Lana, Fellipe

Miranda, Luísa Ritter e Mônica Meyer.

Trabalhos artísticos

comissionados para o livro

Aguamentos (2021)

Aquarela

DESENHO Davi de Jesus do Nascimento

Ilustrações para as lives

DESENHO Andrés Sandoval

Seres-Rios Festival Fluvial

BDMG Cultural

DIRETORA-PRESIDENTE

Gabriela Moulin

DIRETORA-FINANCEIRA

Clarissa Perna

COMUNICAÇÃO

Paulo Proença

DESIGN GRÁFICO E IDENTIDADE VISUAL

Rafael Amato

COORDENADORA DE MÚSICA

Beth Santos

PRODUÇÃO

Larissa D'Arc

ESTAGIÁRIA – JURÍDICO

Jéssica Wrarne

ESTAGIÁRIO – ARQUITETURA

Lucas Zanatta

ESTAGIÁRIA – COMUNICAÇÃO

Teresa Cristina Pereira

ASSISTENTE ADMINISTRATIVO

Maria Aparecida Paulino

Curadoria

Bernardo Esteves

Júnia Torres

Marcela Bertelli

Wellington Cançado

Coordenação de produção e produção executiva

Júlia Medeiros

Comunicação Árvore

DIREÇÃO DE COMUNICAÇÃO

Fabrcio Santos

COORDENAÇÃO DE COMUNICAÇÃO

Flávia Ruas e Júlia Mesquita

PLANEJAMENTO, CRIAÇÃO E REDAÇÃO

Bruna Brandão, Flávia Ruas e Sérgio Souto

GESTÃO DE MÍDIAS SOCIAIS

Bruna Brandão e Leilane Stauffer

ASSESSORIA DE IMPRENSA

Cristina Sanches, Laura Lima e Gil Carvalho

MOBILIZAÇÃO E PARCERIAS

Júlia Mesquita

DIREÇÃO DE ARTE

Chris Vinti

DESIGN

Brenda Macêdo e Catharini Martins

Site

Estúdio Guayabo

WEB DESIGN

Valquíria Rabelo

DESENVOLVIMENTO WEB

Thula Kawasaki

Cartografia

COORDENAÇÃO

Marcela Bertelli

BIANCA LEMES

PESQUISADORA DA BACIA DO RIO DOCE

Bianca Lemes

YURI HUNAS

PESQUISADOR DA BACIA

DO RIOJEQUITINHONHA

Yuri Hunas

PESQUISADORA DA BACIA

DO RIO SÃO FRANCISCO

Damiana Campos

PESQUISADORES ASSISTENTES

DA BACIA DO RIO SÃO FRANCISCO

Lucas Campos e Rafaela Carneiro

Diálogos e lives

TRANSMISSÃO, GRAVAÇÃO, MIXAGEM E EDIÇÃO

Área de Serviço

DIREÇÃO DE CENA E COORDENAÇÃO DE PÓS

Henrique Marques

PÓS-PRODUÇÃO DE SOM

Glaydson Mendes

MONTAGEM

Eduardo Drummond

Exposição

ACOMPANHAMENTO DOS ARTISTAS

Samantha Moreira, Francisca Caporali e Matheus Mesquita

PRODUÇÃO

Marcio Gabrich, Gustavo Carvalho e Alexandra Duarte

Mostra rios pra ver

ORGANIZAÇÃO E PRODUÇÃO DE CÓPIAS

Júnia Torres, Cora Lima e Andreza Vieira

Show de abertura

GRAVAÇÃO, MIXAGEM E EDIÇÃO

André Mehmarri · Estúdio Monteverde

Livro Seres-Rios

BDMG Cultural

DIRETORA-PRESIDENTE

Gabriela Moulin

DIRETORA-FINANCEIRA

Larissa D'Arc

COMUNICAÇÃO

Paulo Proença

DESIGN GRÁFICO

Rafael Amato

COORDENADORA DE MÚSICA

Beth Santos

COORDENADORA DE ACERVOS

Paula Lobato

ESTAGIÁRIA - JURÍDICO

Jéssica Wrarne

ESTAGIÁRIO - ARQUITETURA

Lucas Zanatta

ESTAGIÁRIO - COMUNICAÇÃO

Antônio Paiva

ASSISTENTE ADMINISTRATIVO

Maria Aparecida Paulino

Realização

BDMG Cultural

ORGANIZAÇÃO

Gabriela Moulin, Bernardo Esteves, Júnia Torres, Marcela Bertelli, Wellington Cançado, Paula Lobato e Felipe Carnevalli

COORDENAÇÃO EDITORIAL

Gabriela Moulin, Paula Lobato e Felipe Carnevalli

PROJETO GRÁFICO

Rafael Amato

DIAGRAMAÇÃO

Rafael Amato, Felipe Carnevalli e Paula Lobato

PRODUÇÃO GRÁFICA

Rafael Amato e Paula Lobato

ILUSTRAÇÃO DA CAPA

Aguamentos, Davi de Jesus do Nascimento

IMAGENS DE ABERTURA

Acervo pessoal

Davi de Jesus do Nascimento

ILUSTRAÇÕES DAS LIVES

Andrés Sandoval

IMAGENS DO DIÁLOGO DE ABERTURA

Yãmiy/homem-espírito, Sueli Maxakali

MAPA

Lucas Zanatta

REVISÃO DE TEXTOS

Trêma: Rachel Murta e Élide Murta

IMPRESSÃO

Rona Editora

FICHA CATALOGRÁFICA

Tiago Carneiro · CRB-6/3279

AGRADECIMENTOS

Sergio Gusmão Suchodolski, Davi de Jesus do Nascimento, Caio Esgario, Nydia Negromonte, Paulo Nazareth, Sara Lana, Edgar Kanaykō Xakriabá, Ana Pi, Andrés Sandoval, Revista Manzuá, Sueli Maxakali e Roberto Romero.

Catálogo na Publicação (CIP)

S483 Seres Rios / organizado por Gabriela Moulin, Bernardo Esteves, Júnia Torres, Marcela Bartelli, Wellington Cançado, Paula Lobato, Felipe Carnevalli. – Belo Horizonte: BDMG Cultural, 2021.

448 p. : il.

ISBN 978-65-87282-05-3

1. Geografia social. 2. Festival Seres Rios. 3. Rios – Minas Gerais (MG). 4. Bacia do Rio Doce (MG). 5. Bacia do Rio Jequitinhonha (MG). 6. Bacia do Rio São Francisco (MG). 7. Moulin, Gabriela. 8. Esteves, Bernardo. 9. Torres, Júnia. 10. Bartelli, Marcela. 11. Cançado, Wellington. 12. Lobato, Paula. 13. Carnevalli, Felipe. I. Título.

CDD: 301 / CDU: 911.3:316

Ficha Catalográfica elaborada pelo Bibliotecário Tiago Carneiro – CRB-6/3279

TIRAGEM 1000 exemplares

TIPOGRAFIAS Tussilago, Runda e Charter

BDMG,
CULTURAL



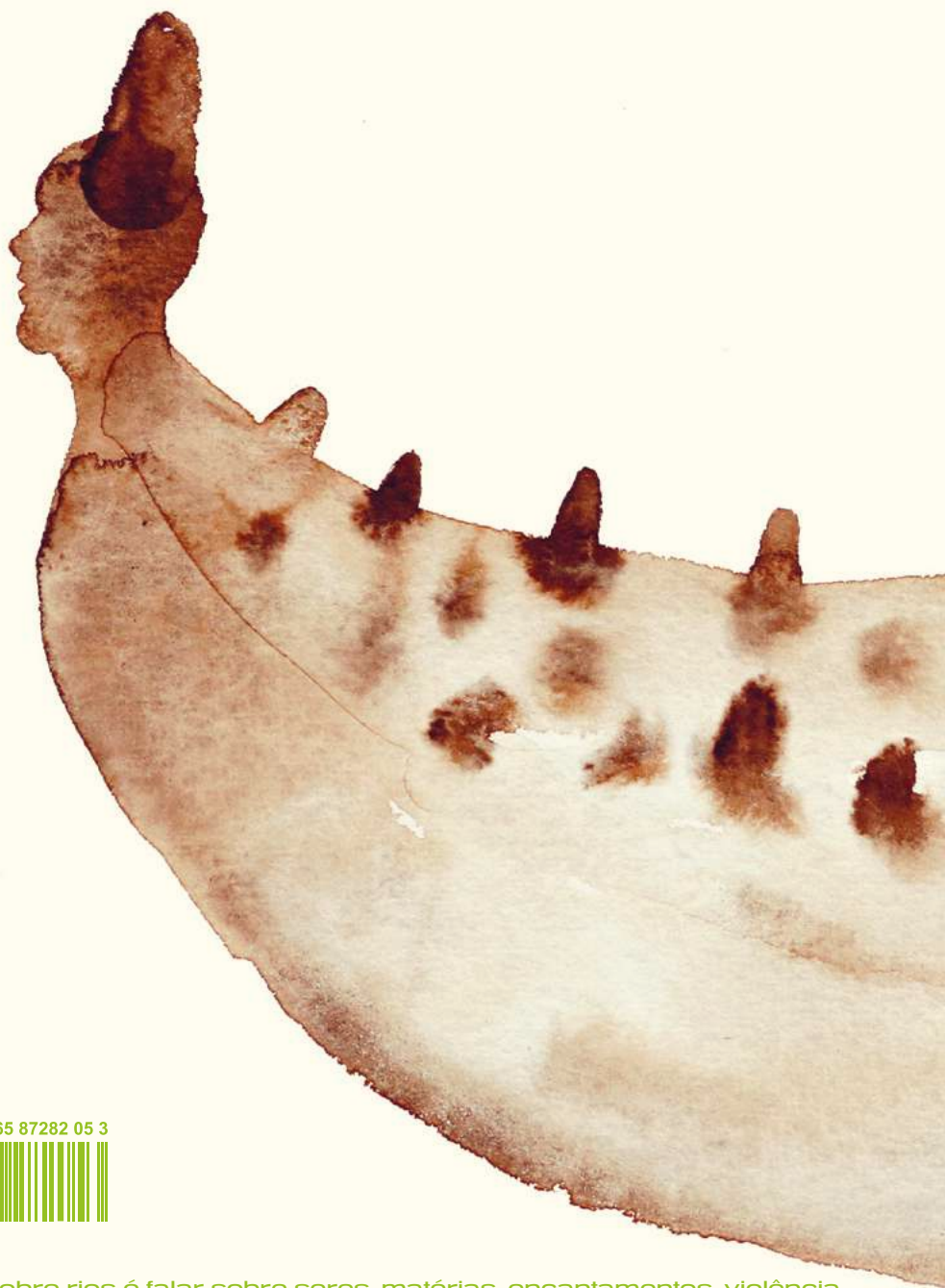
GOVERNO
DIFERENTE.
ESTADO
EFICIENTE.











ISBN 978 65 87282 05 3



Falar sobre rios é falar sobre seres, matérias, encantamentos, violência, vida e morte. É falar sobre o duo natureza e cultura que tanto tentou se apartar, mas que resiste em manifestos e festas. E pensar em rios no território das Minas e das Gerais é consagrar o maior número de bacias hidrográficas do país, onde abrigam-se nascedouros e grandes rios que seguem Brasil adentro e rumo ao Atlântico, abastecendo aquíferos e, por que não, imaginários de um mundo abundante.